

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



A RELATIVIDADE DOS ESTEREÓTIPOS:
Sensibilidade ao contexto e mecanismos explicativos

Ana Sofia Correia dos Santos

DOUTORAMENTO EM PSICOLOGIA
Especialidade: Psicologia Social

2007

SDP
SAN * REL

X 043803

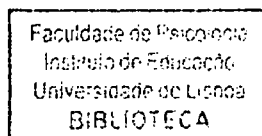
UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



A RELATIVIDADE DOS ESTEREÓTIPOS:
Sensibilidade ao contexto e mecanismos explicativos

Ana Sofia Correia dos Santos



DOUTORAMENTO EM PSICOLOGIA
Especialidade: Psicologia Social

Tese orientada pelo Prof. Doutor Leonel Garcia-Marques

2007

"Escrevia-a com a pena da galhofa e a tinta da melancolia"
(Machado de Assis, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, 1881)

Agradecimentos

De volta ao passado, tenho hoje a sensação que, no início, procurava o conhecimento seguro, verdadeiro, quiçá com a expectativa, irónica até, de chegar a algum tipo de estabilidade. Felizmente, o meu contexto mais saliente é o **Professor Leonel Garcia-Marques**. E assim ensinou-me a procurar informação mais exaustivamente, a duvidar mais, a considerar mais alternativas, a tomar consciência do peso dos referenciais à priori, a dispor-me para a flexibilidade e permanente reconstrução do conhecimento. Que maior marca pode desejar um aprendiz... Bem, o percurso é cheio de incertezas, obstáculos e dificuldades, algumas dolorosas, e o seu apoio e conforto aí tiveram, também, uma importância vital, que não será esquecida. Mas, há coisas que melhor se dizem, calando.

Ao meu companheiro de gabinete **Professor Mário Ferreira** que em várias ocasiões me ajudou a pôr as coisas em perspectiva e me mostrou o trunfo que é olhar para a relatividade dos acontecimentos.

À **Professora Diane Mackie** pela sua incansável colaboração e comentários e críticas pertinentes a alguns dos trabalhos realizados durante o doutoramento.

Ao **Professor Lawrence Barsalou** pelo seu trabalho inspirador, pela disponibilidade e pela discussão de ideias que proporcionou aquando da sua vinda a Portugal em Maio de 2005.

À **Dra. Margarida Garrido** e **Dra. Rita Jerónimo**, minhas companheiras de longa data nestas andanças, desde o início do Mestrado em 1998, pelo seu apoio, amizade e pelos momentos bem passados.

Aos **SOCAS** Rui, Tânia, Sara, André, Sérgio, Marta, Marília, Margarida, Rita, Mário, Leonel, Tammy (e também aos soquinhos Pedro e Inês) pelos bons estímulos intelectuais, companheirismo, grandes aventuras em aeroportos e continentes distantes, excelentes refeições, e melhores reuniões festivas.

Aos meus colegas **Professor Luís Curral** e **Dra. Filipa Castanheira** pelo apoio e pelos momentos de conversa relaxantes.

Aos **alunos** da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa e aos alunos do ISCTE que colaboraram enquanto sujeitos.

Aos meus **amigos** desde sempre, Fátima, Alexandre, Ana, Tó, Célia, Herculano, Teresa, Fernando, Luisa e César.

Ao meu mundo social próximo mais maravilhoso, **Paulo, Pilar e Ema** pelo brilho que dão à minha vida. Sem o seu amor e paciência este trabalho não teria acontecido.

À minha irmã **Vanda**, ao **Fernando, Rita e Daniel** por tudo.

Aos meu **pais** Florinda e Afonso a quem tudo devo.

Resumo

Dados recentes revelaram a instabilidade intra-individual dos estereótipos (Garcia-Marques, Santos & Mackie, 2006). Para as novas visões que contrariam o abstraccionismo duradouro essa maleabilidade resulta grandemente da sensibilidade ao contexto. Na sequência, manipulou-se a estabilidade do contexto entre sessões e avaliou-se o grau em que os participantes são consistentes a seleccionar os melhores descritores dos grupos-alvo. Obteve-se maior estabilidade quando as duas sessões corresponderam a contextos semelhantes em vez de diferentes. Ainda, os participantes sobrestimaram a consistência com que seleccionaram os traços entre sessões. No estudo 2, os participantes foram instruídos (sessão reteste) a recordar os traços escolhidos na primeira sessão. As escolhas resultantes foram ainda menos estáveis do que no primeiro estudo. Assim, a instabilidade encontrada no primeiro estudo não resultou de mudanças estratégicas nas escolhas. Os estudos 3 e 4 testaram predições derivadas duma componente baseada-na-activação e sensível ao contexto dos estereótipos. Visões recentes sobre processamento conceptual prevêem a ocorrência de julgamentos heurísticos derivados da activação mnésica de tal modo que informação contextualmente disponível pode ser integrada na compilação do estereótipo, mesmo quando não corresponde a crenças estereotípicas prévias. Esta componente pode, contudo, ser complementada por uma componente de monitorização que previne, em algum grau, tais influências do contexto. O Estudo 3 prima um conceito não-estereotípico imediatamente antes da compilação do estereótipo através duma tarefa linguística não relacionada. O atributo não-estereotípico foi mais frequentemente incluído nos cinco melhores descritores dos grupos-alvo quando coincidiu com o estímulo-primo. O mesmo efeito, a existir, revelou-se de menor magnitude, quando foi primado um conceito contra-estereotípico (estudo 4). Não emergiu qualquer efeito nas tarefas que avaliam os descritores típicos dos grupos-alvo. Mas primar um atributo contra-estereotípico afectou medidas de tendência central e dispersão percebida derivadas da tarefa de matriz de distribuições. Conduziu, por exemplo, a um aumento de percepção de variabilidade nos grupos-alvo.

Palavras-chave: maleabilidade dos estereótipos, sensibilidade ao contexto, recuperação parcial, julgamentos heurísticos derivados da activação mnésica, crenças ilusórias.

Abstract

Recent data provided evidence for the within-individual instability of stereotypes (Garcia-Marques, Santos, & Mackie, 2006). According to non-“enduring abstractionist” views, that malleability is greatly due to context sensitivity. In a follow-up, context stability was manipulated across two sessions and assessed the extent to which participants are consistent in the selection of the traits that best describes target social groups. Higher stability was obtained when the two sessions corresponded to similar than to dissimilar contexts. Moreover, participants overestimated their own consistency in trait selection across sessions. In study 2, participants were instructed (retest session) to remember traits they have chosen in test session. Participants made even less stable trait choices than in the first study. Thus, instability found in the first study didn't result from strategic choice shifts.

Studies 3 and 4 tested predictions from an activation-based context-sensitive component of stereotypes. Recent conceptual processing views predict that heuristic judgments derived from mnemonic activation can occur such that contextually available information would be incorporated in an assembled stereotype, even when it does not correspond to previous stereotypic beliefs. Such component can, however, be complemented by a monitoring-based component that prevent, at least in some extent, context influences to occur. Study 3 primes a non-stereotyped concept immediately before stereotype assembling by means of an unrelated linguistic task. Non-stereotyped primed concept was more frequently choose as a relevant attribute of the social group when the prime match than when the prime didn't match the non-stereotyped concept. When a counter-stereotyped concept was primed (Study 4), evidence seemed to suggest a lesser magnitude effect. No effect was found on best typical descriptors of target-groups assessment tasks. But counter-stereotyped primed concept did affect a central tendency and perceived dispersion measures (distribution matrix task). For instance, the average distribution choices were flatter when counter-stereotyped concepts were primed.

Key words: malleability of stereotypes, context-sensitivity, partial-retrieval, heuristic-judgments derived from mnemonic activation, illusory beliefs.

Índice

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 DA ESTABILIDADE À PLASTICIDADE COGNITIVA DOS ESTEREÓTIPOS	21
1.1.1 VISÕES ESTÁTICAS DOS ESTEREÓTIPOS: UMA BREVE HISTÓRIA	21
1.1.1.1 <i>Abordagem sociocultural</i>	24
1.1.1.2 <i>Perspectiva psicodinâmica</i>	25
1.1.1.3 <i>Abordagem cognitiva</i>	27
1.1.2 A INSTABILIDADE DOS ESTEREÓTIPOS: DADOS EMPÍRICOS	49
1.2 DA ESTABILIDADE À PLASTICIDADE DAS REPRESENTAÇÕES MENTAIS DE CATEGORIAS NÃO SOCIAIS	63
1.2.1 VISÕES ESTÁTICAS SOBRE CATEGORIZAÇÃO: BREVE HISTÓRIA	68
1.2.1.1 <i>Visão clássica</i>	69
1.2.1.2 <i>Modelos clássicos de abstracção</i>	71
1.2.1.4 <i>Modelo Neoclássico</i>	84
1.2.1.5 <i>Modelos de Base Teórica</i>	88
1.2.2 A INSTABILIDADE E SENSIBILIDADE AO CONTEXTO DAS REPRESENTAÇÕES DE CATEGORIAS NÃO SOCIAIS: DADOS EMPÍRICOS	91
1.2.2.1 <i>Instabilidade conceptual</i>	92
1.2.2.2 <i>Interpretações alternativas para a instabilidade conceptual</i>	97
1.2.2.3 <i>Efeitos do contexto</i>	101
1.3 AS VISÕES MODERNAS SOBRE CATEGORIZAÇÃO	111
1.3.1 DESENVOLVIMENTOS DA LITERATURA SOBRE MEMÓRIA: IMPACTO NA VISÃO GERAL SOBRE O CONHECIMENTO CONCEPTUAL HUMANO	113
1.3.2 MODELOS DE PROCESSAMENTO CONCEPTUAL DINÂMICO E SENSÍVEL AO CONTEXTO: SEUS MECANISMOS BÁSICOS	124
1.3.2.1 <i>Modelos de recuperação parcial de exemplares</i>	124
1.3.2.2 <i>Teoria das simulações situadas</i>	127
1.3.2.3 <i>Modelos de redes conexionistas</i>	135
1.3.3 A QUESTÃO DA EQUIVALÊNCIA INFORMATIVA DAS REPRESENTAÇÕES DE EXEMPLARES E DE ABSTRACÇÕES E DA SUA INDISTINÇÃO	153
1.3.3.1 <i>Representação e processamento</i>	154
1.3.3.2 <i>Equivalência informativa e suas implicações</i>	155
1.4 AS VISÕES MODERNAS SOBRE CATEGORIZAÇÃO SOCIAL: EXPECTATIVAS TEÓRICAS ACERCA DA INSTABILIDADE DOS ESTEREÓTIPOS	161
2. ESTUDOS EXPERIMENTAIS	169
2.1 ESTUDO EXPERIMENTAL I: A INSTABILIDADE COMO FUNÇÃO DO CONTEXTO	171
2.1.1 MÉTODO	179
2.1.1.1 <i>Participantes e Delineamento experimental</i>	179
2.1.1.2 <i>Procedimento</i>	179
2.1.1.3 <i>Medidas dependentes</i>	182
2.1.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO	184
2.2 ESTUDO EXPERIMENTAL 2: MEMÓRIA EXPLÍCITA COMO EXPLICAÇÃO ALTERNATIVA PARA A INSTABILIDADE	193

2.2.1 MÉTODO	194
2.2.1.1 <i>Participantes e Delineamento experimental</i>	194
2.2.1.2 <i>Procedimento</i>	195
2.2.1.3 <i>Medidas dependentes</i>	196
2.2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO	197
2.3 ANTEVISÃO DOS ESTUDOS EXPERIMENTAIS 3 E 4: MECANISMOS EXPLICATIVOS DA INSTABILIDADE COMO FUNÇÃO DO CONTEXTO	205
2.4 ESTUDO EXPERIMENTAL 3: PRIMAR UM ATRIBUTO NÃO ESTEREOTÍPICO VERSUS UM ATRIBUTO ESTEREOTÍPICO	215
2.4.1 MÉTODO	217
2.4.1.1 <i>Participantes e Delineamento experimental</i>	217
2.4.1.2 <i>Procedimento</i>	217
2.4.1.3 <i>Medidas dependentes</i>	221
2.4.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO	224
2.5 ESTUDO EXPERIMENTAL 4: PRIMAR UM ATRIBUTO NÃO ESTEREOTÍPICO VERSUS UM ATRIBUTO CONTRA ESTEREOTÍPICO	231
2.5.1 MÉTODO	236
2.5.1.1 <i>Participantes e Delineamento experimental</i>	236
2.5.1.2 <i>Procedimento</i>	237
2.5.1.3 <i>Medidas dependentes</i>	239
2.5.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO	241
3. DISCUSSÃO GERAL	255
3.1 SÍNTESE DOS RESULTADOS E PRINCIPAIS LIMITAÇÕES DOS ESTUDOS DESENVOLVIDOS	257
3.1.1 PRINCIPAIS LIMITAÇÕES DOS ESTUDOS DESENVOLVIDOS	269
3.2 CARACTERÍSTICAS DE UMA NOVA VISÃO SOBRE OS ESTEREÓTIPOS	273
3.2.1 ESTABILIDADE VERSUS PLASTICIDADE: UM NOVO EQUILÍBRIO	280
4. REFERÊNCIAS	289
5. ANEXOS	314

CORPO 1

1. INTRODUÇÃO

Na complexidade do dia-a-dia, mecanismos cognitivos que protegem os indivíduos da necessidade de lidar com detalhes infinitos, sem perder demasiada informação, ganharam relevância. Os estereótipos enquanto representações simplificadas podem ser esses mecanismos, por incluírem a informação característica de categorias sociais. De facto, quando representações ligam um grupo social a um conjunto de traços e características de comportamento, fala-se de estereótipos. E, neste sentido, os estereótipos referem-se a representações, crenças ou conhecimentos acerca de grupos humanos que os indivíduos constroem e usam regularmente. Torna-se assim fácil perceber por que têm desencadeado tanto interesse nos psicólogos sociais. O seu estudo constitui um dos instrumentos que temos para perceber a “forma como concebemos o mundo em que vivemos e quais as consequências sociais dessa imagem do mundo” (Garcia-Marques & Garcia-Marques, 2003, p.12). Uma vez implementados, os indivíduos podem usar os seus conteúdos para simplificar o processo de perceber pessoas: ao agir como expectativas, guiam o processamento de informação sobre o grupo como um todo e sobre membros específicos do grupo; permitem tratar indivíduos únicos como membros semelhantes de uma categoria; e assumir a presença de qualidades relevantes para a categoria sem ter de verificar a sua existência. Foi-se consolidando a ideia de que esta função de simplificar dependeria de uma propriedade dos estereótipos: a de serem representações permanentes nos indivíduos (ver Garcia-Marques, 1998; Garcia-Marques, Santos & Mackie, 2006). É claro que os estereótipos que cada indivíduo usa não são só concebidos como o produto de actividade cognitiva individual mas também de construção social. E essas dimensões sociais e interpessoais dos estereótipos motivaram muitos a atribuir-lhes outras duas propriedades: as de serem crenças difundidas e consensuais para um elevado número de elementos da sociedade (ver Smith, 1998). Paralelamente, “estas representações estão frequentemente eivadas de valor e/ou fortes associações emocionais que, quando de carácter negativo, definem “preconceito”” (Garcia-Marques & Garcia-Marques, 2003, p.12).

O tópico deste trabalho insere-se na construção, natureza e uso dos estereótipos ao nível individual; centra-se especificamente na estabilidade intra-individual dos estereótipos. Neste âmbito, evidência convergente tem vindo longamente a ser acumulada

sobre a resistência à mudança das crenças e estereótipos (Allport, 1954; Hamilton & Rose, 1980) e sobre vários *enviesamentos para a estabilidade* (e.g., Hamilton & Trolier, 1986; McArthur, 1982; Snyder, 1981) que os estereótipos enquanto crenças propiciam (i.e., os estereótipos podem conduzir a enviesamentos no processamento de informação que são autoperpetuadores).

Estes mesmos pressupostos de estabilidade provinham de posições iniciais na literatura dos estereótipos. Tais visões defendiam representações baseadas em abstracções, uma vez que os estereótipos desempenhavam um importante papel na economia cognitiva (e.g., Fiske, 1980; Fiske & Taylor, 1984; Rothbart, Dawes & Park, 1984; Taylor, 1981) e o cumprimento desse papel exigia estruturas cognitivas constantes e persistentes.

Recentemente, a disciplina da cognição social tem assistido à emergência de novas concepções sobre a representação de grupos que recorrem a pressupostos globalistas, exemplaristas e/ou conexionistas (ver Smith, 1998; Smith & Queller, 2001). Teoricamente, estas novas concepções admitem as propriedades da sensibilidade ao contexto e da flexibilidade dos estereótipos. E a natureza dinâmica de ambas as representações baseadas em exemplares (e.g., Garcia-Marques & Mackie, 1999; Kahneman & Miller, 1986; Linville, Fischer & Salovey, 1989; Smith, 1988; 1990; 1992; Smith & Zarate, 1992) e conexionistas (Kashima, Woolcock & King, 1998; Queller & Smith, 2002; Smith & DeCoster, 1998; Van Rooy, Van Overwalle, Vanhoomissen, Labiouse & French, 2003) colide com a intuição prévia sobre a estabilidade intra-individual dos estereótipos. O mesmo pressuposto de estabilidade é questionado pela cognição social situada (Semin & Smith, 2002; Smith & Semin, 2004). Para esta visão, o contexto está entre os mais importantes reguladores da cognição e acção. Por isso, a natureza flexível e situada é admitida como uma das propriedades básicas dos estereótipos.

Sem dúvida, estas concepções emergentes dos estereótipos conduzem a expectativas teóricas acerca da sua suposta estabilidade temporal absolutamente divergentes das assumidas pelas visões estáticas. Apesar disso, esta tem permanecido uma questão de intuição em vez de uma questão de teste empírico. Contribuiu, com certeza, para isso o facto de se tratarem de perspectivas muito recentes. As suas implicações ainda não foram propriamente assimiladas nem as suas repercussões explicitadas; e a investigação que inspiraram é relevantemente menor. Mas terá

contribuído igualmente o facto de, nas últimas décadas, ter prevalecido, na cognição social, um abstraccionismo duradouro. Com efeito, a visão baseada em abstracções inspirou teorias e investigação que têm constituído o apanágio da cognição social nos últimos vinte anos (e.g., Abelson, 1994). E a imagem de uma “mente humana que constrói abstracções duradouras”, por necessidade do processador de informação social, é como um dado adquirido. Talvez por isso não tenha sido dada, até recentemente, a devida relevância empírica à questão da estabilidade e sensibilidade ao contexto dos estereótipos.

Estudos recentes averiguaram directamente a estabilidade intra-individual das representações estereotípicas, através de uma metodologia longitudinal de teste-reteste. Estes estudos têm revelado que esta é surpreendentemente modesta: (a) na atribuição de traços de personalidade a grupos estereotípicos (adaptação da tarefa de Katz & Braly (1933); Garcia-Marques et al., 2006, Estudo 1); (b) nos julgamentos de tipicidade de instâncias relativamente aos seus grupos (i.e., a estrutura gradativa dos estereótipos; Garcia-Marques et al., 2006, Estudo 2); (c) e na recuperação de exemplares dos mesmos grupos (adaptação do paradigma de Bellezza, 1984^a; Garcia-Marques et al., 2006, Estudo 3). Parte da instabilidade obtida não advém simplesmente do erro de medida porque esta não é uniforme relativamente a todos os componentes do estereótipo. Na verdade, a instabilidade diminui significativamente para atributos considerados mais centrais ou importantes (Garcia-Marques et al., 2006, Estudo 1) e para membros do grupo considerados mais típicos (Garcia-Marques et al., 2006, Estudo 3), muito embora um grau considerável de instabilidade seja ainda óbvio.

Sem dúvida, o padrão de resultados obtido é inesperado e contraria as abordagens que têm prevalecido no estudo dos estereótipos. Essas abordagens têm frequentemente recorrido a representações de natureza abstracta, enfatizando a estabilidade e a inércia cognitiva em detrimento da plasticidade cognitiva (Brewer, 1988; Devine, 1989; Fiske & Neuberg, 1990). Mas este mesmo padrão de resultados é convergente com dados da literatura sobre categorização não social. Com paradigmas semelhantes, vários estudos nesta área mostraram que, se compararmos os mesmos indivíduos, no mesmo contexto, em duas ocasiões diferentes (com um intervalo de tempo entre 24 horas e dois meses), eles exibem apenas uma estabilidade modesta: (a) a definir conceitos (Bellezza, 1984^a; Bellezza, 1984^c; Barsalou, Spindler, Sewell, Ballato & Gendel, 1987); (b) a recuperar exemplares de categorias taxonómicas comuns (Bellezza, 1984^b); (c) a classificar instâncias em categorias

(McCloskey & Gluksberg, 1978); (d) ou a julgar a tipicidade de instâncias relativamente às suas categorias (Barsalou, Sewell & Ballato, 1986). Para além disso, a investigação tem revelado que as categorias taxonómicas comuns são largamente sensíveis ao contexto num conjunto de tarefas tipicamente de categorização. O contexto linguístico imediato envia quer o julgamento de tipicidade de uma instância quer a rapidez com que pode ser acedida (Roth & Shoben, 1983). Ainda, objectivos temporários influenciam quer o julgamento de tipicidade de instâncias quer a rapidez com que é verificada a pertença de instâncias a categorias (Brauer, Chatard-Pannetier, Niedenthal & Chambres, submetido).

Estes resultados da literatura sobre categorização não social têm constituído fonte de argumentos para a discussão do mérito relativo das visões estáticas versus difusas e situadas. E têm conduzido à emergência e consolidação de novas concepções sobre a representação de categorias. Isso tem implicado a revalorização do papel dos mecanismos de recuperação mnésica e a reconsideração dos processos subjacentes à estabilidade e flexibilidade das estruturas de conhecimento. Alguns desses modelos correspondem à adopção de pressupostos globalistas, exemplaristas e/ou conexionistas (e.g., Hintzman, 1986; Humphreys, Bain & Pike, 1989; Gillund & Shiffrin, 1984; McClelland & Rumelhart, 1985; Murdock, 1982). Outros são baseados em "abstracções temporárias" parcialmente recuperadas que podem exhibir igualmente as propriedades de instabilidade e sensibilidade ao contexto (Barsalou, 1999, 2002, 2003a).

Contudo, na literatura dos estereótipos, o número de estudos sobre a **instabilidade como função do contexto** é ainda muito reduzido. Neste âmbito, Garcia-Marques e Mackie (1999) forneceram evidência sobre o papel da acessibilidade de exemplares incongruentes nos julgamentos da variabilidade admitida nos estereótipos (como processo que pode conduzir à mudança dos estereótipos). No mesmo sentido, Coats e Smith (1999) demonstraram o papel da acessibilidade de exemplares específicos de um grupo nas descrições de subtipos desse grupo. Castelli, Macrae, Zogmaister e Arcuri (2004) evidenciaram que factores contextuais modulam a activação dos estereótipos, mesmo em fases muito precoces do processamento de informação social. E um conjunto de evidências revelou como manipulações da situação que são externas aos participantes (como mudanças no contexto envolvente de estímulos ou variações nos atributos de membros individuais de grupos) moderam associações implícitas estereotípicas (para uma revisão, ver Blair, 2002).

Contudo, estes estudos foram ilustrativos sobre o “que” pode moderar a activação explícita e implícita dos estereótipos e, portanto, conduzir à instabilidade das ligações associativas. Não exploraram, no entanto, “como” é que as variações contextuais produzem a instabilidade intra-individual dos estereótipos. Neste âmbito, também os desenvolvimentos sobre os **mecanismos que podem potencialmente explicar essa instabilidade como função do contexto** são praticamente inexistentes.

Assim, o presente trabalho investiga a instabilidade dos estereótipos como função de variações contextuais e versa os mecanismos explicativos dessa instabilidade.

Primeiro, esta introdução apresentará com brevidade as visões estáticas sobre os estereótipos e a evidência convergente sobre a sua estabilidade e resistência à mudança. A secção seguinte ilustrará como, não obstante, a evidência experimental directa recente aponta para a instabilidade de facto destas estruturas de conhecimento social. Depois, uma secção da dissertação constatará que também as teorias dos conceitos clássicas e a investigação empírica que produziram ignoraram durante largos anos a flexibilidade das representações mentais de categorias. Na secção seguinte, várias evidências experimentais directas atestam que, apesar disso, a plasticidade cognitiva destas representações e a sua sensibilidade ao contexto têm vindo a ser documentadas. Na sequência, serão apresentadas, sucintamente, as visões modernas sobre a categorização que dotam de significado teórico esta instabilidade cognitiva e sensibilidade ao contexto demonstradas experimentalmente, recorrendo ou a pressupostos globalistas, exemplaristas e/ou conexionistas, ou a uma noção de abstracção dinâmica. Essa apresentação será feita em três secções. A primeira incidirá no tópico relacionado de todas serem visões que deixaram de ter subjacente uma noção de categorização que recorre a uma memória semântica, que caracterizava tipicamente o pensamento teórico tradicional sobre o sistema conceptual humano. Argumentará, igualmente, que é impossível ignorar o peso que os desenvolvimentos teóricos e experimentais da literatura sobre memória tiveram na evolução do pensamento teórico sobre o sistema conceptual humano. A segunda secção descreverá mecanismos indutores da plasticidade e sensibilidade ao contexto dos conceitos que estão ou poderiam potencialmente ser acoplados às visões teóricas sobre a instabilidade no processamento conceptual. E uma terceira notará que estes mecanismos básicos da instabilidade e sensibilidade ao contexto não têm que estar necessariamente ligados a um determinado formato de representação. Por fim, uma nova secção

direccionada para a literatura sobre categorização social explorará as novas expectativas teóricas de instabilidade dos estereótipos, salientará a notória convergência conceptual entre as perspectivas da literatura cognitiva sobre a instabilidade no processamento conceptual e as visões emergentes sobre os estereótipos, no que concerne a essas expectativas, e constatará, no caso da literatura sobre estereótipos, a ausência quase absoluta de evidência experimental sobre essa suposta instabilidade. Por isso, na última secção serão apresentados quatro estudos experimentais que testam directamente como é que a instabilidade das representações estereotípicas é função da sua natureza situada e caracterizam mecanismos explicativos dessa instabilidade.

1.1 Da estabilidade à plasticidade cognitiva dos estereótipos

1.1.1 Visões estáticas dos estereótipos: Uma breve história

Define-se estereótipos como “conceitos¹ de grupos humanos e categorias sociais frequentemente usados pelos processadores de informação social ao serviço da cognição pessoal e frequentemente compartilhados socialmente”. Esta definição está muito próxima das definições “cognitivas” clássicas de estereótipos (cf. Hamilton & Trolier, 1986). E reflecte desenvolvimentos substanciais na investigação sobre a formação e manutenção dos estereótipos desde o advento da perspectiva da cognição social há mais

¹ O termo conceito é usado como a representação cognitiva de uma categoria (ver, Barsalou & Medin, 1986).

ou menos um quarto de século. Para apreciar o grau de mudança, pode-se comparar como duas importantes revisões de literatura – uma da autoria de Brigham (1971) e uma mais recente de Hamilton e Sherman (1994) – diferem na sua discussão sobre o conceito e sobre a sua formação. Brigham salienta a falta de investigação sobre os processos subjacentes à formação dos estereótipos e levanta a possibilidade destes reflectirem uma generalização com “um fundo de verdade”, transmitida através da sociedade ou de variáveis de aprendizagem social. Dado que prevalecia a visão de que os estereótipos reflectiam diferenças entre grupos, o autor especula brevemente sobre como os pais, pares, professores e a comunicação social ajudam a perpetuar estas representações.

Na altura da revisão de Hamilton e Sherman (1994), existia já uma considerável literatura que reconhecia como processos cognitivos básicos contribuía para a formação e manutenção dos estereótipos. Teóricos iniciais (e.g., Allport, 1954; Lippmann, 1922, citado por Ashmore & DelBoca, 1981) tinham já aludido à possibilidade dos estereótipos poderem resultar do modo como as pessoas processavam informação sobre o seu ambiente social. Mas o conjunto de investigação que veio suportar essa visão não emergiu até ao advento da “revolução cognitiva” na psicologia social. Nessa altura, utilizando métodos largamente desenvolvidos por psicólogos cognitivos, os psicólogos sociais foram capazes de identificar os processos cognitivos básicos que podiam produzir percepções de grupos que não tinham fundamento de facto e ajudar a perpetuá-las.

Estes desenvolvimentos não conduziram, contudo, a mudanças substanciais em relação à questão de se os estereótipos são estáveis ao longo do tempo. De facto, de acordo com muitos autores, um dos aspectos mais característicos dos estereótipos sociais é a sua estabilidade e resistência à mudança mesmo face a evidência que os contradiz (e.g., Brigham, 1971; Ehrlich, 1973; Hamilton, 1979). E a afirmação dessa estabilidade é tão evidente em citações dos anos 30,

“A stereotype is a *fixed* impression, which conforms very little to the fact that it pretends to represent, and results from our defining first and observing second.”

Katz e Braly (1935, p.181, o itálico foi adicionado)

como em citações dos anos 80.

"[...] stereotypes have been regarded as rigid because they are believed to be persistent over time."

Ashmore e DelBoca (1981, p.18)

Na realidade, esta afirmação da estabilidade constitui apenas uma intuição uma vez que, até recentemente, não existiam simplesmente estudos empíricos relevantes que avaliassem esta questão. Apesar disso, é possível derivar expectativas teóricas a partir das várias concepções dos estereótipos que foram surgindo e verificar que corroboram a ideia de que os estereótipos são estáveis ao longo do tempo. Nos próximos parágrafos serão apresentadas algumas dessas concepções a que se dá o nome de visões estáticas dos estereótipos.

Seguindo a nomenclatura de Fiske (1998), considera-se que durante um período pré-teórico dominou a metodologia clássica de estudo empírico dos estereótipos de Katz e Braly (1933), que enfatizava a medida do seu conteúdo (para uma revisão, ver Devine & Elliot, 1995). Katz e Braly (1933; ver também Katz & Braly, 1935) restringiram o alcance do conceito à percepção dos grupos humanos quando definiram operacionalmente o estereótipo de cada grupo como o conjunto de adjectivos mais frequentemente atribuídos ao grupo, a partir de uma lista de 84 adjectivos (cada participante escolhia os cinco atributos da lista que melhor descreviam o grupo). No seu estudo, o número mínimo de adjectivos cuja frequência acumulada atingisse 50% de todas as escolhas correspondia a uma medida de consenso. E os adjectivos que contribuíam para esse índice eram tomados, operacionalmente, como o "estereótipo" do grupo. Refira-se que se toda a amostra escolhesse os mesmos atributos para descrever um grupo, então o índice de consenso seria 2,5 (50% de 5 - mínimo consenso possível). E se, pelo contrário, todos os estudantes escolhessem adjectivos diferentes, todos os adjectivos teriam a mesma frequência de escolhas e o índice atingiria 42 (50% de 84 - máximo consenso possível). Os resultados evidenciaram índices muito baixos, revelando um elevado grau de consistência nas características atribuídas a cada grupo, mesmo para os participantes que desconheciam pessoalmente o grupo. Este procedimento de lista de adjectivos e a análise agregada, introduzidos por Katz e Braly (1933), que evidenciaram o grande consenso social na representação de grupos humanos, serviram de modelo directo para a maioria de estudos sobre estereótipos conduzidos desde então.

Embora implicitamente, o uso do acordo ou consenso para definir os estereótipos, juntamente com o paralelo notado entre os estereótipos de certos grupos veiculados pelos meios de comunicação social e aqueles revelados pelo procedimento de Katz e Braly (1933), tiveram um impacto significativo nas abordagens científicas sociais aos estereótipos. Sugeriram que os estereótipos eram considerados, em grande medida, um fenómeno sociocultural e de nível de grupo.

1.1.1.1 Abordagem sociocultural

A abordagem sociocultural dos estereótipos explica o consenso, a estabilidade entre indivíduos, encontrado em termos de dois factores: (a) Resulta da simplificação e sobre generalização das crenças em relação a grupos, facultadas por agentes sociais, encarados aqui como organizadores de crenças. Por isso, a perspectiva centra-se, naturalmente, na variedade de formas pelas quais as crenças em relação a grupos são adquiridas e mantidas através da aprendizagem e reforço sociais. Ou seja, como é que os estereótipos são aprendidos e perpetuados através das experiências de socialização, através da influência do grupo e através das imagens mediadas pela comunicação social; (b) Resulta da assimilação dos estereótipos depender da aculturação, da assimilação de valores sociais vigentes numa dada comunidade.

Sendo conceitos vastamente partilhados socialmente, teoricamente, nem sequer faz sentido falar de “estereótipos individuais”, porque, como salientam Garcia-Marques e Garcia-Marques (2003), os conteúdos que se atribuem aos estereótipos são aqueles que reúnem maior consenso. Por outro lado, nesta abordagem conceptual, os estereótipos são também considerados rígidos porque se acredita que são persistentes ao longo do tempo. De facto, como a cultura e os valores culturais tendem a variar lentamente, a tendência é também para a estabilidade temporal dos estereótipos. Os investigadores notaram, por exemplo, a estabilidade dos estereótipos ao longo de três gerações sucessivas de estudantes universitários de Princeton (Gilbert, 1951; Karliins, Coffman & Walters, 1969; Katz & Braly, 1933). Embora o nível de consenso diminuísse gradualmente ao longo dos estudos desta trilogia, as gerações sucessivas de estudantes da universidade de Princeton

revelavam, basicamente, apenas versões ligeiramente mais benevolentes dos mesmos estereótipos. Mais tarde, Devine e Elliot (1995) revêem os resultados da trilogia e concluem que esta diminuição da negatividade ao longo do tempo é apenas fictícia. Reflete somente a tendência para não revelar abertamente as suas crenças em relação a grupos sociais. Porque se se questionar as pessoas sobre aquilo que acham que os outros em geral pensam do grupo (crenças sociais), o padrão de respostas obtido é tão negativo quanto o obtido nos estudos dos anos 30. Note-se que a estabilidade temporal dos estereótipos foi avaliada pela correspondência entre os atributos escolhidos para descrever uma categoria social entre estudos diferentes (e agregando a amostra). E, nestes termos, a estabilidade é muito menos um aspecto psicológico (de nível individual) das crenças em relação aos grupos do que um aspecto sociológico (de nível de grupo). Contudo, estudos recentes (Garcia-Marques et al., 2006) demonstraram que uma análise apenas da estabilidade transversal, como propõe a trilogia de Princeton e, mais tarde, Devine e Elliot (1995), pode ser insuficiente. Estes estudos avaliaram a estabilidade dos estereótipos com uma metodologia de teste-reteste longitudinal de atributos escolhidos a partir de uma lista. E mostraram que, se for seguido o procedimento dos estudos prévios e se se avaliar a estabilidade dos estereótipos comparando apenas os atributos escolhidos entre as duas sessões (agregando entre participantes), as correlações intra-item atingem os .97, como, aliás, revelavam os estudos anteriores. Mas, se o enfoque da análise comparar os conteúdos intra-individuais entre sessões, então a estabilidade observada não ultrapassa os .60. Portanto, podem coexistir uma estabilidade transversal (intra item) com uma instabilidade longitudinal (intra-individual) considerável (Garcia-Marques et al., 2006; para resultados semelhantes em estudos precedentes ver, Rothbart & John, 1993).

1.1.1.2 Perspectiva psicodinâmica

Mas o carácter rígido e estável dos estereótipos também foi interpretado como uma qualidade psicológica do indivíduo. Muitos dos que definiram a rigidez e estabilidade dos estereótipos desta maneira vinham da tradição da psicanálise. Tratou-se dum período em que tendências teóricas enfatizavam o nível individual de análise dos estereótipos, em

detrimento do nível do contexto social. O trabalho monumental sobre a síndrome de “personalidade autoritária” desenvolvido nos anos 50 por Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Stanford (1950) ilustra uma teoria psicodinâmica do preconceito de acordo com a qual uma componente desta síndrome é a tendência para pensar em termos de categorias rígidas. Por implicação, os estereótipos são crenças rígidas e estáveis sobre grupos sociais. Mas, aqui, a rigidez e estabilidade não é tanto um atributo dos estereótipos mas mais uma característica ou variável de personalidade da pessoa que possui o estereótipo. De facto, com as suas raízes no pensamento de Freud, a perspectiva psicodinâmica enfatiza o papel das motivações e os benefícios psicológicos que podem conduzir e perpetuar o uso dos estereótipos. Esta visão coloca a ênfase no modo como experiências precoces na infância (no caso, agentes e estilos educativos despóticos e agressivos) afectam as necessidades intrapsíquicas (necessidade dos educandos expressarem a sua agressividade em relação aos pais e professores como parte integrante do desenvolvimento normal e da autonomização). E explica os estereótipos com o uso de mecanismos de defesa, como a projecção e deslocamento de fontes de tensão, relacionadas com o próprio, dos seus alvos naturais para alvos o mais psicologicamente afastados possível, porque desprovidos de poder ou autoridade (como grupos minoritários). Ou seja, os estereótipos são constitutivos da personalidade da pessoa. Por isso, a rigidez e estabilidade implicam ambas uma visão indiferenciada dos grupos sociais e um conjunto de crenças impermeáveis a nova informação. Ou seja, reduzida variabilidade entre objectos ou intra-individual. Estas evidências surgiram em estudos (para uma revisão, ver Altemeyer, 1994) que correlacionaram valores da escala F (Adorno et al., 1950²) com o preconceito anti-semita (escala A-S) ou o preconceito anti negro, e uma rejeição geral das minorias (escala E de etnocentrismo). Estes estudos seriam posteriormente criticados, em grande medida, devido a imprecisões metodológicas na construção das escalas. Apesar disso, trabalhos recentes que utilizam novas medidas da atitude autoritária têm demonstrado que esta continua a ser uma dimensão importante das diferenças individuais nas crenças políticas e valores sociais (ver Altemeyer, 1994). Ainda, outras evidências de correlações intra-individuais foram fornecidas por Hartley (1946). Este autor avaliou as atitudes de estudantes universitários em relação a 32 grupos nacionais e

² Estes autores desenvolveram uma escala, a escala F (Fascismo), que identificaria os portadores da síndrome de “personalidade autoritária”.

étnicos, pedindo-lhes que julgassem cada grupo em relação aos itens da escala de distância social de Bogardus (1928, citado por Allport, 1954). Para além destes grupos familiares, incluiu três grupos étnicos fictícios – os “Pirenianos”, os “Danierianos” e os “Wallonianos”. Os estudantes tomaram estes grupos inexistentes por grupos reais. Os resultados revelaram que indivíduos que manifestavam uma elevada atitude negativa em relação aos grupos étnicos familiares tendiam a revelá-la também em relação aos grupos inexistentes. A correlação entre as suas pontuações de distância social para os 32 grupos reais e para estes três grupos inexistentes foi da ordem dos .80. Resultados adicionais do estudo de Hartley (1946) mostraram igualmente correlações elevadas entre várias atitudes negativas em relação a grupos específicos, por exemplo, negro e judeu (.68), negro e católico (.53), grupo inexistente e judeu (.63), grupo inexistente e comunista (.68).

1.1.1.3 Abordagem cognitiva

Nos finais dos anos 70 e nos anos 80, os investigadores geraram várias teorias que explicavam os estereótipos como um resultado inevitável de processos cognitivos básicos normais, especialmente da categorização³. Comparadas com o trabalho sobre a personalidade autoritária, que enfatizava a natureza anormal do preconceito, estas novas abordagens cognitivas eram revolucionárias.

Um dos sentidos em que estas abordagens foram revolucionárias foi no de sugerirem que os estereótipos poderiam ser formados simplesmente por causa de características dos sistemas de processamento de informação e não porque reflectissem uma sobre generalização com um “fundo de verdade”⁴. Logo, era provável que muitos

³ Note-se que não se tratavam de ideias absolutamente inovadoras uma vez que o importante papel da categorização nos estereótipos já tinha sido reconhecido há algumas décadas, particularmente nas ideias de Allport (1954) sobre a normalidade do preconceito e dos estereótipos e nas ideias de Tajfel (1982; ver também Tajfel & Wilkes, 1963) sobre o impacto fundamental do processo de categorização na formação de estereótipos.

⁴ O impacto do processo de categorização (acentuação da semelhança intra categorias e acentuação das diferenças entre categorias) em categorias de estímulos físicos, demonstrado no estudo de Tajfel e Wilkes (1963), não tinha deixado de sublinhar a exigência de variação concomitante entre a pertença ao grupo e a variação de uma dimensão psicológica para que o efeito ocorresse, o que implicava o “fundo de verdade”. Igualmente, nas experiências de Tajfel (1970; Billig & Tajfel, 1973), agora referidas como o paradigma dos “grupos mínimos”, sobre as condições necessárias para estabelecer enviesamentos em relação a exogrupos permanece alguma ambiguidade sobre se as diferenças percebidas são importantes para o paradigma. Mantém-se segura a afirmação de que é possível gerar um enviesamento substancial contra um exogrupo com base em divisões que parecem bastante arbitrárias e baseadas em dimensões aparentemente sem significado, como preferir Klee ou Kandinsky (e.g., Billig & Tajfel, 1973).

estereótipos não tivessem uma base de facto (para uma revisão, ver McArthur, 1982). A linha de investigação que melhor ilustra esta visão centra-se na formação de correlações ilusórias baseadas na distintividade, iniciada com o artigo publicado por Hamilton e Gifford (1976). Hamilton e Gifford apresentaram aos participantes um conjunto de frases, cada uma descrevendo um membro de um de dois grupos, A ou B, a desempenhar um comportamento desejável ou indesejável. Os membros do grupo A desempenhavam dezoito comportamentos desejáveis e oito indesejáveis, e os membros do grupo B desempenhavam nove comportamentos desejáveis e quatro indesejáveis. Embora a frequência das frases fosse desigual para os dois grupos, a razão de comportamentos desejáveis e indesejáveis era a mesma para os dois grupos. Consequentemente, não existia relação entre pertença a um grupo e desejabilidade dos comportamentos desempenhados. Contudo, estes autores verificaram que os participantes sobrestimaram consistentemente a frequência de co-ocorrência de comportamentos indesejáveis desempenhados por membros do grupo B. Sugeriram que, por serem ambos (membros do grupo B e comportamentos negativos) estímulos raros ou pouco frequentes, seria provável que as pessoas notassem especialmente a sua co-ocorrência e que esta ficasse diferentemente acessível na memória. E que esse processamento diferencial conduzisse os participantes a associar erroneamente o grupo B com os comportamentos negativos, apesar da razão de comportamentos negativos ser a mesma nos dois grupos. Assim, a tendência para notar e atender diferentemente à co-ocorrência de eventos raros podia conduzir à formação de percepções erróneas sobre diferenças entre grupos que na realidade não existiam. Este paradigma (Hamilton & Gifford, 1976) é de extrema relevância para caracterizar a especificidade da abordagem cognitiva dos estereótipos porque ilustra que é possível, manipulando apenas variáveis cognitivas não especificamente sociais, sintetizar um estereótipo em laboratório e obter discriminação na avaliação de dois grupos entre os quais não existem diferenças reais. Como revemos a seguir, põe em causa o valor explicativo das variáveis colocadas em relevo pelas perspectivas anteriores. De facto, ao usar grupos arbitrários como alvo foi possível mostrar discriminação intergrupar na ausência de crenças sociais formadas previamente através de processos de aprendizagem ou assimilação social (condição necessária de formação de estereótipos segundo a abordagem sociocultural). Mais, como sublinha Hamilton (1981; para uma caracterização

anterior, e em muitos aspectos convergente, ver também Garcia-Marques & Garcia-Marques, 2003), os resultados de Hamilton e Gifford demonstram ainda que:

- (a) Aos estereótipos e à discriminação intergrupar não subjaz, necessariamente, um fundo de verdade, já que os grupos artificiais criados em laboratório não diferiam objectivamente no comportamento dos seus membros;
- (b) Não é necessário invocar patologias individuais para explicar a formação de estereótipos e discriminação intergrupar, como defendia a abordagem psicodinâmica (já que não era crível que a amostra de estudantes utilizada revelasse uma incidência desmesurada nesse sentido);
- (c) Não é necessário invocar processos psicológicos *sui generis* ou *ad hoc* para explicar a formação de estereótipos e discriminação intergrupar. Esta foi induzida através de variáveis que não são apenas cruciais na aprendizagem de co-variações entre grupos humanos e características psicológicas mas também na aprendizagem de quaisquer co-variações (Chapman, 1967). Com efeito, a importância destas variáveis inerentes a processos básicos de aprendizagem (aquisição de correlações ilusórias) seria demonstrada não só na génese mas também na manutenção dos estereótipos (Hamilton & Rose, 1980). E constituiria o principal fundamento da perspectiva cognitiva.

Particularmente relevante também para ilustrar a especificidade da abordagem cognitiva dos estereótipos é o volume editado, neste período, por Hamilton (1981) que colige proeminentes representantes de várias abordagens cognitivas iniciais. Uma leitura deste volume clássico sugere que quando os investigadores (Ashmore & DelBoca, 1981; Rothbart, 1981; Snyder, 1981; Taylor, 1981) começaram a desenvolver teorias que explicavam os estereótipos como o resultado de processos cognitivos normais, os princípios básicos subjacentes que prevaleciam todos propunham que as pessoas eram avaros cognitivos. Neste cenário em que as pessoas eram ultrapassadas pela complexidade do ambiente social e forçadas a poupar recursos cognitivos escassos, alguns mecanismos psicológicos redutores dessa complexidade ganharam importância. Tajfel (1982) referir-se-ia a um fundamental: a categorização. Tal como é apresentado por este autor, o estabelecimento psicológico de fronteiras entre categorias sociais e a aglutinação psicológica dos membros das mesmas categorias é o mecanismo de simplificação cognitiva sem o qual não poderiam existir estereótipos. O restante processo consiste na

atribuição de características psicológicas às categorias sociais, como acontece com a atribuição de características físicas a objectos comuns. A categorização passou a ser encarada como um mecanismo de eficiência cognitiva que servia as necessidades de informação do processador (e.g., Allport, 1954; Tajfel, 1982). De facto, na abordagem cognitiva dos estereótipos, agrupar os objectos em classes equivalentes corresponde a um mecanismo adaptado que reduz a enorme complexidade do ambiente social (Hamilton, 1979)⁵. E essa função da categorização não é, no essencial, diferente da que já estava bem estabelecida na literatura da cognitiva (Bruner, Goodnow, & Austin, 1956) – reduzir o mundo complexo de objectos a uma estrutura simples e manejável.

Como sugere Garcia-Marques (1998), tais ideias partiam da *Hipótese de Racionalidade Limitada* (Simon, 1957), segundo a qual um objectivo permanente do sistema de processamento de informação era preservar recursos cognitivos limitados. E admitia-se que a simplificação do estímulo resultaria, em grande medida, da capacidade de abstrair, ou seja, de ir para além do que é específico. Tal tese de “empobrecimento ou simplificação dos estímulos” tem sido central na cognição social das últimas décadas (Garcia-Marques, 1998), onde emerge com uma versão particular – a visão esquemática dos processos sociocognitivos – a que daremos particular ênfase a seu tempo por implicar inevitavelmente a estabilidade dos estereótipos, tópico deste trabalho. De acordo com ela, pode-se pensar nos estereótipos, não como meras descrições de grupos sociais, mas como estruturas de conhecimento sobre atributos de uma categoria e sobre as relações entre esses atributos (Rumelhart & Ortony, 1977) em termos das quais informação sobre os outros é processada. Têm, por isso, as propriedades de um esquema onde aprendizagens passadas se vão estruturando para facilitar a aquisição de novos conhecimentos. Ou seja, os estereótipos passam a ser encarados como cumprindo funções cognitivas importantes, como instrumentos mentalmente úteis (para poupar recursos), independentemente de serem considerados válidos por algumas ou muitas pessoas.

Na sequência, surge uma onda de investigações orientada para a identificação de enviesamentos para a estabilidade dos estereótipos de natureza claramente cognitiva, como se salienta oportunamente. Esta onda não acontece por acaso. Na verdade, há uma

⁵ Largas décadas atrás, os princípios sublinhados por Lippmann (1922, citado por Ashmore & DelBoca, 1981) serviam já, claramente, também a mesma função heurística de reduzir a complexidade dos estímulos. Para alguns autores (Ashmore & DelBoca, 1981) a contribuição central da perspectiva cognitiva é, mesmo, ser uma elaboração do argumento de Lippmann de que a realidade social complexa tem de ser simplificada numa representação cuja metáfora é um mapa interno frequentemente impreciso e resistente à mudança.

grande coerência, uma grande lógica, entre propor uma visão de limite de recursos cognitivos e identificar enviesamentos consequentes. A nova visão revoluciona a forma como os estereótipos são estudados e, inversamente, as evidências de enviesamentos resultantes levam a dizer que estes se devem a limitações de racionalidade. Funcionam, portanto, retroactivamente, como um sustentáculo, uma fonte de plausibilidade para as ideias de fixidez e perpetuação das estruturas de conhecimento que inspiraram o seu estudo empírico. Mas, reconheça-se que esta onda de estudos documenta, apenas, novos enviesamentos para a estabilidade dos estereótipos, de natureza claramente cognitiva. Como se propõe a seguir, outros enviesamentos na percepção e julgamento sobre grupos tinham já sido descritos (e.g., Allport, 1954; Razran, 1950), alguns indirectamente provenientes da literatura sobre relação e conflito entre grupos, anterior à perspectiva cognitiva (e.g., Allport, 1954; Sherif, Harvey, White, Hood, & Sherif, 1961; ver também, Newcomb, 1947, citado por Allport, 1954). E, particularmente, Allport (1954) tenta explicá-los com todos os enquadramentos teóricos possíveis.

Os enviesamentos descritos na literatura anterior à perspectiva cognitiva

Como ponto prévio, saliente-se que o foco de atenção na literatura sobre relações e conflitos entre grupos era mais nos processos entre grupos do que nos processos intra-individuais. Neste sentido, aquilo que se pode retirar da sua análise sobre relações entre grupos para os enviesamentos na percepção e julgamento sobre grupos é mais por implicação ou pressuposição do que por análise directa. A literatura sobre conflitos entre grupos naturais foi capaz de identificar uma forte componente de conflito real - por exemplo, competição entre grupos por algum recurso limitado, como poder económico, político ou social. Mas permitiu, também, compilar factores de percepção entre grupos potencialmente responsáveis por intensificar a hostilidade entre esses grupos em conflito (para uma revisão ver, Allport, 1954; Rothbart & John, 1993). Bem anterior à perspectiva cognitiva, Newcomb (1947, citado por Allport, 1954), por exemplo, descreve a percepção entre grupos como um processo de "hostilidade autista", ou seja, como um ciclo de antagonismo, separação e atribuições negativas irrealistas que se auto-amplifica. A hostilidade entre grupos conduz ao evitar, que por sua vez permite ainda mais percepções negativas e irrealistas, já que estas percepções não são facilmente testáveis na realidade

(Newcomb, 1947, citado por Allport, 1954). Porque o pensamento sobre grupos se mantém a este nível "autista", é esperado que estas percepções, mesmo que errôneas, se mantenham estáveis. O que mais tarde as experiências de Sherif e colaboradores (e.g., Sherif et al., 1961) viriam a sugerir é que não é necessária uma longa história de conflito sobre valores ou crenças para estabelecer hostilidade entre dois grupos. Nem são necessárias quaisquer diferenças "reais", tais como diferenças culturais, de linguagem, ou físicas, para estabelecer conflito. No estudo de Sherif e colaboradores (1961), que ficou conhecido como "a caverna dos ladrões", 22 rapazes que participavam num campo de férias foram distribuídos aleatoriamente por dois grupos. Durante uma semana, um grupo não soube da existência do outro e cada grupo desenvolveu actividades para promover a coesão do grupo. Na sequência, verificou-se que a mera competição em áreas não vitais para a sobrevivência, como montar tendas, limpar a própria cabana ou um jogo de basebol, foi suficiente para transformar estes rapazes de classe média, e sem registo de problemas escolares, psicológicos ou de comportamento, em dois grupos rivais (inicialmente formados por distribuição aleatória e não por incompatibilidades fundamentais). A experiência mostra, igualmente, que os comportamentos desordeiros e manifestamente hostis e agressivos que caracterizam um conflito são eles próprios autoperpetuadores do conflito. Apesar das múltiplas dimensões que podem estar implicadas nas manipulações experimentais críticas nesta experiência, se aceitarmos a experiência de Sherif e colaboradores (1961) como demonstrando o poder da competição social sem importância, então este estudo pode antecipar alguns dos processos subjacentes à competição social implícita do paradigma do grupo mínimo (Tajfel, 1970). Por exemplo, a saliência da pertença a uma de duas categorias sociais dicotómicas mutuamente exclusivas pode ter sido um componente importante, cuja importância só seria estabelecida uma década depois.

Acerca da natureza do preconceito, Allport (1954) compilaria, igualmente, numa única obra, um conjunto vasto de relatos e dados empíricos que descrevem diferenças reais entre grupos e ilustram percepções simplificadas e enviesadas sobre grupos, agora sim, com ênfase nos processos intra-individuais. A obra influenciaria, com mérito, gerações de psicólogos sociais, por duas razões: (a) Allport (1954) parte das teorias existentes na época para propor a natureza ecléctica das causas e dos processos psicológicos subjacentes ao preconceito; (b) Allport (1954) é o grande precursor da ideia

dos estereótipos poderem resultar de processos cognitivos normais, como a categorização, que só é testada experimentalmente e ganha visibilidade, à posteriori, com os estudos de Henri Tajfel (1982; ver também Tajfel & Wilkes, 1963). Dada a escassez de investigação empírica disponível e a quase ausência de trabalho sobre processos cognitivos, o livro é impressionante na sua presciência. O autor anteciparia: (a) que as pessoas percebem mais diferenças entre grupos do que aquelas fornecidas pelo estudo científico das diferenças reais entre grupos; (b) que há certas diferenciações baseadas em atributos perceptivos muito distintivos e com visibilidade a que se dá mais atenção e que facilitam os processos cognitivos como a categorização; e (c) que uma vez estabelecidas, estas categorias tendem a resistir à mudança, distorcendo (através da selecção, acentuação e interpretação) informação que as infirma, ou admitindo excepções, através de mecanismos como o *re-fencing*, que servem para as preservar. Como discute, ainda, o mesmo autor, factores intrínsecos à dinâmica intrapsíquica do indivíduo podem, igualmente, concorrer para o mesmo fim dos processos cognitivos, funcionando os estereótipos como mecanismos de defesa. Por exemplo, uma motivação dos estereótipos e preconceito em relação a grupos minoritários é reforçar a estrutura da sociedade e legitimá-la em termos de hierarquia social⁶. Igualmente, o papel da aculturação pode convergir no mesmo sentido dos processos cognitivos. Ao ser mantido mais ou menos estável o quadro de referência, ou sistema social, em que o indivíduo percebe os outros indivíduos; os estereótipos assimilados tendem a persistir.

Excepcionalmente, e muito antes dos estudos experimentais inspirados pela perspectiva cognitiva, alguns autores forneceram evidência directa sobre processos que contribuem para perpetuar os estereótipos (e.g., Razran, 1950). De facto, num estudo clássico, Razran (1950) demonstra que a activação de um estereótipo pode guiar a interpretação de informação ambígua. No estudo, era pedido aos sujeitos que avaliassem caras femininas ambíguas de um ponto de vista étnico, numa variedade de traços diferentes. As avaliações revelaram pouco acordo nos julgamentos dos sujeitos. Dois meses depois, repetiram a tarefa com as mesmas fotografias, agora rotuladas com nomes

⁶ Saliente-se que esta função defensiva dos estereótipos, bem presente em teorias mais actuais, como a perspectiva psicodinâmica, já tinha sido igualmente enunciada por Lippmann (1922, citado por Ashmore & DelBoca, 1981), ao constatar que o conteúdo dos estereótipos não é social ou politicamente neutral, mas justifica psicologicamente a hierarquia social e as injustiças sociais que dela derivam.

muito característicos de um de vários grupos étnicos, como *Amato* e *Colletto* ou *O'Brien* e *Foley*. As novas avaliações dos sujeitos foram bastante consistentes: reflectiram diferentes conjuntos de traços associados ao estereótipo de cada grupo étnico. Os membros de um grupo passaram a ser vistos como bastante semelhantes e muito diferentes dos outros grupos. Assim, uma vez activado um estereótipo, as características faciais ambíguas tornaram-se boa evidência para a existência de traços consistentes com o estereótipo.

Pode-se considerar que os enviesamentos atrás descritos sugeriam a simplificação, consistência e estabilidade do mundo cognitivo individual face à diversidade do mundo social, mas não respondiam directamente a um dos dilemas mais populares da psicologia social, desde há muito: Como é que a consistência do mundo cognitivo individual prevalece sobre a diversidade social (e.g., Sherif, 1935)? A visão esquemática aplicada aos processos sociocognitivos surge como a solução mais proeminente para este dilema. Esta visão veio propor que a escassez de recursos cognitivos força os processadores de informação social a simplificar radicalmente a complexidade social. E que isso resulta da capacidade de ignorar as características menos relevantes de alvos individuais e de ir para além da informação dada: ou seja, de se tornarem *abstraccionistas* crónicos.

Os estereótipos como abstracções duradouras segundo a perspectiva cognitiva

Os estereótipos, enquanto representações baseadas em abstracções, desempenham, segundo esta visão, um importante papel na economia cognitiva (e.g., Fiske, 1980; Fiske & Taylor, 1984; Rothbart et al., 1984; Taylor, 1981). Este pressuposto geral teve algumas consequências importantes, entre as quais a estabilidade cognitiva, a que se faz referência nos parágrafos a seguir (para uma caracterização anterior, e em muitos aspectos convergente, desta visão prevalecente dos estereótipos, ver Garcia-Marques, 1998; Garcia-Marques, 2002; Smith, 1990):

- (a) A presença simultânea de múltiplos alvos sociais num contexto que possui um número potencialmente infinito de características torna a tarefa de codificar informação sobre alvos e acontecimentos sociais exigente no que respeita aos recursos. Razão pela qual são **indispensáveis estratégias de preservação de recursos** (e.g., Brewer, 1988; Fiske & Neuberg, 1990);

- (b) **Este objectivo crucial da economia cognitiva é conseguido à custa da capacidade mental de abstrair as características mais comuns ou críticas dos membros de um grupo alvo.** As representações sumárias duradouras resultantes deste processo permitem aumentar a precisão com que se categoriza os membros de grupos e simultaneamente tratá-los como exemplares equivalentes permutáveis (Taylor, 1981; Taylor & Crocker, 1981);
- (c) **Neste processo, a informação sobre os contextos específicos onde o grupo ou membros do grupo foram encontrados é frequentemente indispensável durante a codificação para interpretar o seu comportamento (e.g., Trope, 1986).** Por exemplo, o mesmo acto de chorar pode ser visto como uma expressão de tristeza quando observado num funeral, mas como uma expressão de alegria quando observado num casamento (Trope, 1986). Mas, uma vez concluída, ela é dispensável e por isso descartada (mas ver, Garcia-Marques, 1998; Garcia-Marques, 2002; Smith, 1990);
- (d) **E, de acordo com os pressupostos prévios, o papel teórico atribuído a membros individuais do grupo no processo de estereotipar é menor ou efémero e apenas transitório.** Em grande medida porque um exemplar ou um evento específico só poderiam ter um efeito notável num comportamento ou julgamento numa ocasião futura se este fosse mediado por uma memória relativamente específica do episódio prévio. Isso poria em causa a natureza abstraída da representação. De facto, de acordo com esta perspectiva, exemplares específicos podem apenas desempenhar um papel substancial no processo nos estádios iniciais do desenvolvimento do estereótipo - quando as características críticas do grupo ainda não foram abstraídas a partir de um número suficiente de episódios de aprendizagem. Mais tarde, depois do estereótipo estar completamente amadurecido, o que é específico altera muito pouco o estereótipo (porque este é baseado em centenas de exemplares) e é negligenciado (e.g., Rothbart, Fulero, Jensen, Howard & Birrell, 1978; mas, outra vez, ver Garcia-Marques, 1998; Garcia-Marques, 2002; Smith, 1990);
- (e) **O processo de recuperar informação da memória a longo prazo é concebido como uma procura ou recordação estratégica e sequencial que requer recursos**

cognitivos. E que, na maioria das circunstâncias, precisa de ser mantido a um mínimo indispensável (e.g., Srull & Wyer, 1989);

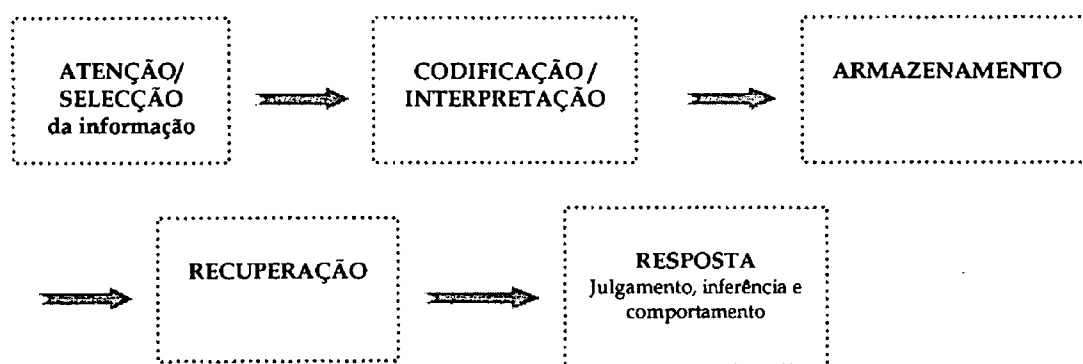
- (f) E os mesmos princípios de economia cognitiva conduzem os processadores de informação social a, **uma vez conseguida uma generalização do grupo ou categoria,** basearem-se sempre que possível em julgamentos abstractos disponíveis. Há uma prioridade de recuperar abstracções feitas no momento da codificação (*on-line*) do que ir buscar a informação em que se baseou essa abstracção (Hastie & Park, 1986). E é exactamente porque **as abstracções têm prioridade funcional sobre e permitem ignorar informação específica de exemplares** que elas são valiosas do ponto de vista cognitivo (e.g., Fiske & Pavelchack, 1986);
- (g) **Estruturas de conhecimento social consolidadas são altamente coerentes e constituem uma unidade que pode ser recuperada de forma rápida e precisa.** Esta propriedade de coerência permite, por exemplo, a activação de todos os atributos que a compõem através da activação de um subconjunto deles (e.g., Devine, 1989). O pressuposto de uma recuperação da unidade com precisão é necessário senão o contexto imediato poderia contaminar a recuperação do estereótipo e conduzir a processos de categorização incertos e instáveis, porque baseados apenas em subconjuntos de atributos que o contexto momentâneo primou;
- (h) De acordo ainda com esta perspectiva, **uma vez consolidados, os estereótipos são estruturas cognitivas profundamente estáveis e largamente imunes a influências do contexto.** Na verdade, o processador de informação social é altamente sensível ~~a informação que melhor encaixa com os seus estereótipos,~~ filtra radicalmente o estímulo e utiliza os estereótipos para acrescentar detalhes desprezados na codificação. Por isso, não abundam as oportunidades para os estereótipos exibirem sensibilidade ao contexto. Pelo contrário, as tendências abstraccionistas tornam os estereótipos naturalmente autoperpetuadores e altamente resistentes à mudança (e.g., Hamilton & Trolier, 1986; McArthur, 1982; Snyder, 1981).

Baseada nestes princípios da visão cognitiva, uma onda de investigação começou a procurar identificar estes enviesamentos para a estabilidade, de natureza claramente cognitiva, que conduziam à pressuposta perpetuação dos estereótipos. E como se ilustra a

seguir, as diversas formas como os estereótipos resistem à mudança e conduzem a processos confirmatórios incluem-se entre os dados melhor documentados da Cognição Social enquanto disciplina.

Os novos enviesamentos para a estabilidade dos estereótipos

Genericamente, os estudos desenvolvidos concebem que a activação dos estereótipos tem os mesmos efeitos gerais que a activação de qualquer esquema e que influencie o processamento de informação sobre indivíduos membros de grupos de várias maneiras possíveis, que ilustram as ideias originais sobre atalhos cognitivos. Na verdade, a noção de que os esquemas podem influenciar a aprendizagem e retenção de material disponível não é nova. O trabalho de Bartlett (1932) debruçou-se especificamente sobre esse questão. O interesse da cognição social veio apenas renovar a investigação sobre estes tópicos. Desse interesse resultou uma série de investigações (para uma revisão, ver Fiske, 1998; Hamilton, 1981; Hamilton & Sherman, 1994; McArthur, 1982; Smith & Mackie, 1995) que revela que a activação de um estereótipo pode influir em quase todos os aspectos do processamento de informação social, que se sintetizam no esquema a seguir representado. Este esquema não pretende representar as fases do processamento de informação nem sugerir que há uma relação sequencial entre elas. Ilustra apenas que um processamento enviesado de uma evidência pode ocorrer em qualquer fase pela qual esta passa quando entra no processamento de informação.



Essa influência do sistema conceptual resulta, em muitas circunstâncias, num conjunto de enviesamentos cognitivos que plausivelmente contribuem para a confirmação

de crenças estereotípicas e para a sua suposta estabilidade, a que se deu o nome de enviesamentos para a estabilidade.

Assim, nos parágrafos seguintes, um conjunto de investigações convergente descreve como os estereótipos afectam os processos acima apontados e são frequentemente perpetuados por enviesamentos confirmatórios gerados por si próprios. Será dado particular ênfase a tópicos que receberam atenção substancial nos últimos anos.

Tem vindo a ser acumulada evidência de que, uma vez activados, os **estereótipos podem influir na atenção e selecção de informação**, conduzindo os indivíduos a procurar activamente informação relevante para o estereótipo que explique uma ocorrência (Carver & de la Garza, 1984). Num estudo de Carver e de la Garza (1984), os sujeitos liam uma descrição breve acerca de um acidente rodoviário, que envolvia como protagonista ou um condutor idoso ou um condutor jovem. Como previsto pelos autores, em ambas as condições de procura estruturada e de procura autoguiada, o rótulo de "idosos" conduziu os indivíduos a procurarem mais informação sobre a capacidade física e mental do condutor e sobre a existência de prejuízo na sua visão. O rótulo de "jovem" levou os indivíduos a averiguar sobre se o condutor estava alcoolizado.

Adicionalmente, uma evidência é codificada, interpretada de acordo com as representações de categorias sociais estabelecidas. Ou seja, a **activação do estereótipo pode afectar a interpretação de informação sobre um alvo apresentado subsequentemente** (Darley & Gross, 1983; Duncan, 1976; Sagar & Schofield, 1980). Darley e Gross (1983) examinaram os efeitos de rótulos socioeconómicos em avaliações do potencial académico de uma criança. Apresentar os rótulos sem evidência factual sobre o desempenho académico da criança não produziu julgamentos discriminatórios. Contudo, quando foi apresentada essa informação factual sobre a competência escolar da criança, os rótulos influenciaram os julgamentos efectuados. Embora o vídeo fosse idêntico para todos os indivíduos, uma criança apresentada num contexto ostensivamente de um nível socioeconómico baixo foi julgada como tendo menos capacidades para o nível de escolaridade que frequentava do que a mesma criança num contexto de nível socioeconómico elevado, avaliada com capacidades claramente acima do seu nível de escolaridade. Ambos os grupos citaram evidência do teste de competência escolar que apoiava as suas conclusões: o tipo de informação que recordaram (mais respostas certas ou mais respostas erradas no teste académico) diferiu significativamente com o contexto

sócio económico apresentado (respectivamente, contexto socioeconómico elevado ou baixo). Igualmente, a interpretação da dificuldade do teste dependeu do contexto social onde foi apresentada a menina: o mesmo teste foi avaliado como mais difícil quando aplicado à criança de um contexto social elevado do que à criança de um contexto social baixo. Também um estudo de Duncan (1976) sugere que as percepções de um acto agressivo ambíguo podem ser influenciadas pela etnia do actor. Estudantes universitários brancos codificaram comportamentos observados naquilo que pensavam ser uma interacção real de duas pessoas apresentada numa televisão. Trinta e cinco dos quarenta e oito estudantes que viram um actor negro empurrar outra pessoa, codificaram o seu comportamento como violento. Dos quarenta e oito estudantes que viram um acto presumivelmente idêntico praticado por um actor branco, apenas seis usaram a palavra violento para o codificar. Uma vez que foram usados estímulos diferentes nas duas condições, os filmes estímulo podiam não ser comparáveis, nomeadamente porque o gesto de empurrar podia ter sido desempenhado diferentemente pelo actor negro e pelo actor branco. Para verificar se a diferença nas respostas podia ser atribuída apenas a pistas étnicas e não a diferenças subtis no comportamento do actor branco e negro, Sagar e Schofield (1980) fizeram uma replicação conceptual do estudo de Duncan (1976) com estímulos considerados equivalentes (descrições e interacções duais em banda desenhada comparáveis). À semelhança, mostraram que os mesmos comportamentos ambíguos eram interpretados como mais agressivos quando desempenhados por um alvo negro em vez de um alvo branco. Mas, os estereótipos podem também afectar os padrões que são percebidos na informação disponível. Hamilton e Rose (1980, Experiência 1) mostraram que os indivíduos sobrestimavam o número de vezes que traços estereotípicos eram usados para descrever membros de grupos profissionais. Os grupos eram descritos com igual número de termos estereotípicos e não estereotípicos, não havendo, por isso, qualquer relação entre a pertença aos grupos e os termos usados para os descrever. Contudo, os indivíduos perceberam correlações ilusórias entre os grupos e os seus traços estereotípicos. Noutro estudo (Hamilton & Rose, 1980, Experiência 2), no qual os traços descreviam alguns grupos mais frequentemente do que outros, foi mais provável os indivíduos detectarem a relação quando a associação traço-grupo foi estereotípica do que quando não foi. Assim, conclui-se que os estereótipos não influenciam só a interpretação

de comportamentos individuais mas também afectam as associações que são percebidas em padrões de informação adquirida.

Snyder e Uranowitz (1978⁷) testaram a **influência da activação dos estereótipos na recordação** de informação previamente aprendida e interpretada sem a contaminação de qualquer estereótipo. Neste estudo, os participantes liam narrativas idênticas sobre a história de vida de um alvo. Imediatamente depois ou uma semana depois recebiam informação que induzia a diferentes interpretação sobre o alvo (ou que tinha uma orientação homossexual, ou que tinha uma orientação heterossexual, ou não receberam informação nenhuma). Verificaram, com medidas de reconhecimento por memória e de recordação livre, que a nova informação sobre a orientação sexual do alvo exercia considerável influência nas suas respostas a factos da vida do alvo que tinham aprendido previamente. Os participantes recordaram melhor e reconheceram mais eficazmente os factos que apoiavam as suas crenças estereotípicas actuais sobre a vida sexual do alvo. Em concordância, usando estereótipos já existentes, Bodenhausen (1988) mostrou que informação que confirma o estereótipo é melhor recordada do que informação inconsistente. Esta vantagem na recordação é aparentemente devida à atenção acrescida sobre a informação consistente, e não a um enviesamento na interpretação ou a efeitos de recuperação (ver também Bodenhausen & Lichtenstein, 1987). Assim, parece existir um processamento selectivo da informação consistente, de tal modo que a atenção acrescida a esta informação pode fazer com que seja melhor incorporada na impressão sobre o alvo. Estes processos podem conduzir a uma melhor recordação de informação consistente com o estereótipo e servir para perpetuar o estereótipo.

Mas, quando a evidência disponível confirma claramente as expectativas estereotípicas, ~~os efeitos a que conduz a activação do estereótipo não são só efeitos de~~ memória. São também efeitos nos julgamentos e inferências. Bodenhausen e Wyer (1985) investigaram a influência dos estereótipos na tomada de decisão. Estes autores verificaram que, na presença de comportamentos infractores estereotípicos da nacionalidade do alvo, os indivíduos usavam os estereótipos para tomar decisões sobre penas a aplicar, independentemente da presença ou não de circunstâncias atenuantes. Ou seja, uma vez que a situação apresentada tivesse relevância para o estereótipo (caso das

⁷ O efeito dos estereótipos na recuperação mesmo quando o estereótipo não foi activado aquando do processamento da informação relevante defendido pelos autores mantém-se polémica (ver Clark & Woll, 1981).

condições em que o alvo pratica infrações estereotípicas da sua nacionalidade), este era utilizado no processo de julgamento como mecanismo para poupar recursos. Ainda, os comportamentos que confirmavam o estereótipo eram atribuídos a um factor mais estável da personalidade do alvo do que os comportamentos que o infirmavam.

Outros investigadores sugeriram também que os estereótipos podiam funcionar como mecanismos de poupança de recursos. Colocaram a hipótese destes serem particularmente úteis em condições de capacidades cognitivas limitadas e de ser mais provável enviesarem os processos de codificação sob constrangimentos cognitivos. De facto, quando os indivíduos acreditavam que iam desempenhar uma tarefa de julgamento mais complexa produziam julgamentos estereotípicos e havia uma vantagem na recordação de informação consistente com o estereótipo (Bodenhausen & Lichtenstein, 1987). Tal não acontecia quando acreditavam que iam desempenhar uma tarefa de julgamento relativamente simples. Outros estudos revelaram que os estereótipos são utilizados como mecanismos de poupança de recursos quando as pessoas são incapazes de (ou não querem) um processamento óptimo. Bodenhausen (1990) mostrou que as pessoas utilizavam mais os estereótipos quando estavam num nível de activação baixo do seu ciclo circadiano. Pessoas matinais usaram mais os estereótipos à noite e pessoas nocturnas usaram-nos mais de manhã. Mas foram Macrae, Milne e Bodenhausen (1994) que consolidaram a noção de estereótipos enquanto heurísticas e que demonstraram que estes podiam guiar o processamento de informação social mesmo sem que os indivíduos se dêem conta. Sugeriram que as pessoas usavam o pensamento categórico não porque fossem inerentemente preguiçosas, mas porque este oferecia benefícios cognitivos tangíveis como a geração rápida de inferências e a utilização eficiente de recursos limitados de processamento. De facto, comparada com a condição de controlo, a condição em que houve activação prévia do estereótipo (supra ou subliminarmente) facilitou a tarefa de formação de impressões. Conduziu a uma melhor recordação de traços de personalidade consistentes e neutros, e permitiu que mais recursos cognitivos estivessem disponíveis para reter informação não relacionada fornecida paralelamente (apesar de instruídos a ignorá-la).

Adicionalmente, Snyder (1981) descreveu processos de confirmação ao nível do comportamento. Por exemplo, num estudo de Word, Zanna e Cooper (1974), indivíduos brancos entrevistaram candidatos brancos e negros. Quando estavam em causa os

entrevistados negros, o tempo de duração das entrevistas foi sistematicamente menor e sentavam-se a maior distância, levando os entrevistados a reagirem de modo menos confiante e eficaz. De facto, ambos os candidatos diferiram significativamente em relação a medidas implícitas e medidas de desempenho. O tempo de contacto visual destes candidatos foi menor e manifestaram mais sinais de nervosismo (batiam os pés frequentemente). Também as avaliações do seu desempenho intelectual foram piores e as expressões gramaticais usadas menos complexas. Numa segunda experiência, os estilos de entrevista diferentes foram reproduzidos, por colaboradores treinados, com entrevistados brancos apenas. Um painel de juízes verificou que os entrevistados brancos sujeitos a um estilo de entrevista que reproduzia o padrão de entrevista a candidatos negros reagiram, à semelhança, com menor eficácia e confiança. De facto, a **mera activação dos estereótipos pode igualmente conduzir o comportamento de formas confirmatórias**, dando origem a profecias autoconfirmatórias (Word, Zanna & Cooper, 1974).

Os estudos anteriores ilustram a investigação que tradicionalmente tem dado ênfase a medidas explícitas, relatáveis (i.e., conscientes) dos estereótipos, e às evidências que têm fornecido sobre os enviesamentos para a estabilidade dos estereótipos. Mas as associações estereotípicas podem ser sobre aprendidas e operar fora do acesso introspectivo. De facto, a utilização dos estereótipos como instrumentos mentais torna-os habitualmente invisíveis. Os efeitos inconscientes ou implícitos dos estereótipos e a sua adequada mensuração são, aliás, uma das grandes ondas recentes da investigação em cognição social, muitas vezes com a intenção de fornecer uma medida directa não enviesada, "lá no fundo", dos estereótipos. E, de acordo com as tendências actuais, as ~~associações automáticas a categorias são as maiores responsáveis pela perpetuação dos~~ enviesamentos. Torna-se, por isso, relevante a sua revisão neste trabalho como uma especialização dentro dos novos enviesamentos para a estabilidade dos estereótipos.

Processos automáticos e medidas implícitas. Alguns investigadores argumentaram que estereotipar não é apenas mais fácil que individualizar (Brewer, 1988; Fiske & Neuberg, 1990), é também automático (Devine, 1989; Fiske & Neuberg, 1990). Uma das razões para supor que os estereótipos são activados automaticamente é o facto de muitos estereótipos serem aprendidos numa fase muito precoce e serem frequentemente utilizados (Devine,

1989). Como consequência, os estereótipos têm uma longa história de activação e é provável estarem altamente acessíveis, já que a acessibilidade⁸ aumenta com o uso frequente e recente (Higgins & King, 1981). De facto, segundo o modelo dissociativo de Devine (1989), a activação dos estereótipos corresponde a um modo de processamento associativo (ver Smith & DeCoster, 1999). O processo fundamental envolvido é o acesso automático, com base numa pista saliente no estímulo apresentado ou no contexto, a conhecimentos na memória que, com experiências repetidas, se associaram a essa pista. Smith (1990) sugere, ainda, que, devido à sua longa história de uso, é provável que os estereótipos se tenham tornado algo procedimentais. Smith (1989, 1990) refere que um dos efeitos da prática é tornar os processos cognitivos envolvidos numa tarefa (de julgamento social, de inferências, de estereotipizar, entre outras) mais eficientes e rápidos. Ou seja, o treino ou repetição de um tipo de resposta ou procedimento pode conduzir à sua optimização e aumentar a fluência dos processos cognitivos envolvidos. A isso chamou eficiência procedimental. Mas esta eficiência procedimental não conduz à reprodução de conhecimento declarativo - de respostas verbais anteriores (o que corresponderia à proposta de Devine, 1989). De facto, não é uma questão de acessibilidade dos conteúdos, pois o efeito estende-se a novos traços desde que um procedimento igual seja aplicado (Smith, 1989). Conduz sim à "reprodução de conhecimento procedimental - traduzido pela activação de heurísticas, regras ou princípios muitos simples previamente armazenados na memória." (Garcia-Marques, 2003, p. 272). Note-se que muitos autores descrevem ambos como modos de processamento não-analíticos (para uma revisão, ver Garcia-Marques, 2003; Smith & DeCoster, 1999). São definidos, essencialmente, por activação *top-down* que reproduz, sem esforço, informação previamente armazenada na memória e são regidos ou estrangidos pelos princípios gerais de activação do conhecimento: disponibilidade, acessibilidade, aplicabilidade, etc. (pelo que, essencialmente, governados por princípios associativos).

Devine (1989, Experiência 2), num estudo vastamente citado que testa o seu modelo dissociativo, demonstrou que primar de forma pré-consciente rótulos de categoria (e.g., "Pretos", "Negros") e termos relacionados com o conteúdo do estereótipo de preto ("pobre", "atlético", "preguiçoso", "Harlem") afecta as avaliações subsequentes de um alvo

⁸ Os teóricos modelaram a acessibilidade dos esquemas de várias maneiras, incluindo depósitos de armazenamento (*storage bins*), baterias e modelos de sinapse (Wyer & Srull, 1989; Higgins, Bargh & Lombardi, 1985, citados por Smith, 1998; ver também, Smith & Queller, 2001).

de etnia não especificada, produzidas quer por participantes com elevado preconceito quer com baixo preconceito. Estes resultados foram interpretados por Devine (1989) como devidos à activação automática do estereótipo de “preto” em resposta aos estímulos primados subliminarmente (sem acesso introspectivo). Este estudo revelou que há uma ligação directa entre a percepção inconsciente e não intencional e a activação automática do estereótipo. Ora, se as associações estereotípicas são activadas automaticamente sem possibilidade de monitorização consciente, mesmo que os indivíduos já tenham desenvolvido crenças pessoais divergentes, então, a tendência autopropetuada dos estereótipos é imensa e a influência do contexto nem sequer é esperada.

Mais recentemente, Bargh, Chen e Burrows (1996) demonstraram, numa série de estudos, tais efeitos inconscientes e não intencionais da percepção, mas no comportamento social. Por exemplo, a activação encoberta do estereótipo de idoso (através duma tarefa de frases desordenadas onde qualquer referência directa a lentidão foi excluída) conduziu os participantes a caminhar mais devagar até a um elevador do que os participantes que não tinham sido primados (Bargh et al., 1996, Experiência 2). À semelhança, a activação sub-reptícia do estereótipo de americano africano conduziu os participantes a emitir comportamentos não verbais hostis (Bargh et al., 1996, Experiência 3). De acordo com os autores, a lógica subjacente a estes efeitos de primação dos comportamentos é a de que a mera percepção desencadeia um mecanismo que produz a tendência para agir em correspondência com o constructo activado - a percepção pode conduzir directamente à acção (Bargh et al., 1996; Dijksterhuis & van Knippenberg, 1998). Se os participantes adoptam as características mentais e motoras das representações cognitivas primadas e a consciência e intencionalidade não necessitam de ter qualquer papel nesse processo, então, novamente, a tendência autopropetuada dos estereótipos é imensa, nomeadamente através de processos de confirmação ao nível do comportamento.

Mais recentemente, a noção de que as associações estereotípicas são activadas automaticamente sem possibilidade de monitorização consciente tem sido qualificada por um conjunto de investigação sobre o tópico (para uma revisão extensa, ver Macrae & Bodenhausen, 2000). De facto, mas não sem polémica, uma série de estudos sugere que a mera exposição a um alvo estereotípico pode ser insuficiente para desencadear a activação da categoria. Em vez, a activação automática poderá apenas ser precipitada sob certas condições. O ímpeto para este trabalho proveio de um artigo influente de Gilbert e Hixon

(1991). Note-se que quando Devine (1989) mostra que os estereótipos são automaticamente activados, contribui para a ideia de que o uso de informação abstracta requer pouca capacidade, e que é mais provável que os indivíduos se detenham sobre informação abstracta em condições de capacidade limitada (Hamilton e Sherman, 1994). Nesta perspectiva, o processo de automatização partilharia com a visão abstraccionista os ganhos em eficiência cognitiva. A invariabilidade e a frequente associação de um estímulo com uma resposta cognitiva tornaria possível que, também à custa de uma independência do contexto, esta última fosse activada com pouco consumo de recursos cognitivos e sem consciência da parte de sujeito (Bargh, 1994). O que os estudos de Gilbert e Hixon (1991) vêm mostrar é que a activação do rótulo de uma categoria não conduz invariavelmente à activação do estereótipo⁹. Sustentados por uma concepção não unitária de automatismo (Bargh, 1994), estes autores propuseram que a activação dos estereótipos pode ser condicional à disponibilidade de recursos cognitivos. Os seus dados sugerem que, embora os participantes sob condições de elevada sobrecarga cognitiva, quando expostos a uma pessoa alvo asiática, soubessem a posteriori identificar a categoria a que pertencia o alvo, estavam demasiado ocupados para activar o conteúdo estereotípico associado (mas ver Bargh, 1999). Parece que os estereótipos requerem capacidade de atenção para serem activados, apesar da sua activação poder ser não intencional. Ou seja, a pessoa pode não estar consciente da maneira como um evento ou estímulo é interpretado ou categorizado, como sugerido por Devine (1989) para os estereótipos, sendo que essa consciência é um aspecto do automatismo que é crítico para o controlo intencional do pensamento e comportamento (Bargh, 1994). Mas a activação do estereótipo pode depender da existência de recursos, o que está relacionado com outra qualidade do automatismo - a eficiência (Bargh, 1994). Estes resultados foram apoiados, mais tarde, por Spencer, Fein, Wolfe, Fong e Dunn (1998, Experiência 2), com um paradigma onde, para além da manipulação da sobrecarga cognitiva, a activação do estereótipo foi feita de forma subliminar.

Vários outros estudos qualificam a activação automática dos estereótipos, identificando outros factores que podem moderá-la (Blair & Banaji, 1996; Lepore & Brown, 1997; Locke, MacLeod, & Walker, 1994; Macrae, Bodenhausen, Milne, Thorn &

⁹ Outras evidências minam, também, a explicação abstraccionista atrás proposta. Em tarefas rápidas de classificação perceptiva, respostas cognitivas baseadas em exemplares podem também ser altamente eficientes e calculadas fora da consciência do processador de informação social (Nosofsky & Palmeri, 1997).

Castelli, 1997; Wittenbrink, Judd & Park, 1997): os objectivos de processamento temporários dos participantes (Blair & Banaji, 1996; Macrae et al., 1997); e as suas crenças crónicas (i.e. nível de preconceito) acerca dos membros da categoria (Lepore & Brown, 1997; Locke et al., 1994; Wittenbrink et al., 1997).

Por exemplo, num estudo recente, Macrae et al. (1997) demonstraram que a activação da categoria não ocorria em condições em que o significado social do alvo era irrelevante para os objectivos de processamento de informação dos participantes no momento. De igual modo, contrariando o argumento de Devine (1989) de que apenas a aplicação dos estereótipo seria potencialmente controlável pela motivação apropriada, Blair e Banaji (1996) pretenderam mostrar que também a operação de expectativas de processamento contra estereotípicas frustra a activação do estereótipo, pelo menos em certas condições¹⁰ (mas, para uma reinterpretação dos resultados ver Bargh, 1999).

No mesmo sentido, crenças crónicas dos participantes acerca dos outros parecem moderar a activação automática do estereótipo (Lepore & Brown, 1997; Locke et al., 1994; Wittenbrink et al., 1997).

De facto, embora Devine (1989) tivesse sugerido que as diferenças entre pessoas de elevado e baixo preconceito apenas emergiam ao nível do processamento cognitivo controlado, Lepore e Brown (1997) revelaram que, em algumas circunstâncias, estes dois grupos diferem nas suas respostas automáticas. A activação subliminar apenas de um identificador do grupo (rótulo) - e não de conteúdos específicos adicionais do estereótipo (como no estudo original de Devine) - não conduziu necessariamente os participantes com baixo preconceito a activarem o estereótipo. Estes resultados foram corroborados por Wittenbrink e colaboradores (1997) que encontraram evidência que a vantagem endogrupo e a desvantagem exogrupo depende do nível de preconceito. Mais apoio proveio do estudo de Locke e colaboradores (1994) onde participantes com elevado preconceito em relação a aborígenes australianos apoiaram mais rapidamente descrições negativas, e participantes com baixo preconceito apoiaram mais rapidamente descrições positivas, embora cada grupo descrevesse o estereótipo cultural de forma equivalente. Assim, aquilo que permanece consistente entre estudos é a capacidade do conteúdo

¹⁰ Mesmo em condições de escassos recursos cognitivos, onde o intervalo de tempo entre a apresentação do estímulo e do alvo (SOA) é de 350 milésimos de segundo.

estereotípico específico (não o rótulo) primar de modo pré-consciente outro conteúdo que coincida com o estereótipo, independentemente do grau de preconceito do indivíduo.

Concluindo, aquilo que continua a ser consensual é o facto da persistência dos estereótipos ser “uma consequência natural dos enviesamentos inerentes ao seu uso” (Hamilton, 1979, p.80). Conforme as experiências atrás relatadas, mesmo a activação inconsciente ou introspectivamente inacessível dos estereótipos contribuirá também para a sua persistência, na medida em que a monitorização da sua acção ou a revisão dos procedimentos que levam a profecias autoconfirmatórias se tornam praticamente impossíveis de realizar.

Resumindo, as três abordagens conceptuais dos estereótipos a que nos referimos (abordagem sociocultural, abordagem psicodinâmica e abordagem cognitiva baseada em abstracções), apesar de se centrarem em mecanismos subjacentes diferentes, todas elas partilham um elemento comum relacionado com a questão da estabilidade. Nos três casos, os mecanismos que são enfatizados para explicar porque é que os estereótipos existem constituem eles mesmos as razões porque os estereótipos são encarados como estáveis, duradouros e difíceis de mudar.

Na abordagem psicodinâmica, os estereótipos servem necessidades intrapsíquicas e são por isso importantes para o funcionamento interno dos indivíduos. Não admitir a estabilidade dos estereótipos entra em confronto com a questão de como, por meios alternativos, se pode ir de encontro a essas necessidades e essas funções dos estereótipos.

Também, na perspectiva sociocultural, não admitir que as crenças sociais são estáveis requer, em grande medida, alterar os elementos do contexto social das pessoas, se não mesmo a estrutura social em que a pessoa vive.

E para a abordagem cognitiva baseada em abstracções, a história tem sido a mesma, embora, novamente, por motivos diferentes. A importância do processo de categorização para a percepção social parece fundamental. Permite quer identificar as regularidades e as diferenças no ambiente social, quer simplificar a tarefa de processamento de informação num mundo que exhibe uma mutabilidade constante. E, uma vez que um padrão de crenças se associe com essas categorias, os estereótipos resultantes passam a guiar frequentemente o processamento de informação subsequente.

Reviram-se inúmeros exemplos de como os estereótipos existentes, concebidos como abstrações duradouras, podem influenciar a forma como nova informação acerca de grupos e membros de grupos é processada. E, em virtualmente todos os casos, o enviesamento resultante parece servir para manter o estado das coisas, ou seja, a estabilidade das crenças preexistentes. Note-se, contudo, que a longevidade e estabilidade dos estereótipos são assumidas apesar da sua medida e expressão estarem minadas por um grande número de factores sensíveis ao contexto (Dovidio & Gaertner, 1991; Dovidio, Brigham, Johnson & Gaertner, 1996). Isso acontece porque, na verdade, essa labilidade intra-individual que os estereótipos demonstram em laboratório foi desde sempre encarada como uma indicação de mudança. Afinal, a máquina abstraccionista pode apenas substituir uma representação duradoura por outra. Esta substituição envolve uma reestruturação com elevadas exigências do ponto de vista cognitivo. Por isso, as teorias dominantes colocaram desde sempre a hipótese da mudança de estruturas cognitivas corresponder, muito provavelmente, a um acontecimento cognitivo de excepção e de ter efeitos duradouros quando ocorre. Assim, a economia cognitiva não seria perturbada (Crocker, Fiske & Taylor, 1984; Rothbart, 1981). E note-se que as várias teorias clássicas de abstrações que foram desenvolvidas para dar significado teórico a esta variabilidade conseguiram fazê-lo, frequentemente, com considerável nível de sucesso empírico (e.g., Brewer, 1988; Chaiken, Liberman & Eagly, 1989; Devine, 1989; Fiske & Neuberg, 1990; Hewstone, 1994; Petty & Cacciopo, 1986; Weber & Crocker, 1983). Mas fizeram-no: (a) considerando a variabilidade como uma indicação de mudança onde uma representação estável é substituída por outra igualmente estável (e.g., Devine, 1989); ou (b) evocando processos mentais especiais particularmente lábeis que por vezes prevalecem sobre outros mais abstractos e estáveis (e.g., Petty & Cacciopo, 1986); ou (c) assumindo que são formados e armazenados estereótipos ao nível de subtipos muito específicos, mas que não colocam qualquer desafio às estruturas de crenças preexistentes¹¹ (Hewstone, 1994; Taylor, 1981; Weber & Crocker, 1983). Ou seja, a sensibilidade ao contexto é encarada ou como o resultado accidental de representações estáveis em conflito, ou como um mero rótulo, ou como o resultado de um processo que na realidade preserva o estereótipo genérico. Mas pouco significado teórico lhe é atribuído.

¹¹ Note-se que a ideia de subtipização das excepções em estereótipos de médio alcance tem muitas semelhanças com o mecanismo de "re-fencing" proposto por Allport (1954), que explica a estabilidade dos estereótipos em relação à categoria como um todo.

Neste sentido, a facilidade com que se obtêm “mudanças” em estereótipos supostamente estabelecidos (mesmo com manipulações algo subtis ou fracas) não serviu para questionar empiricamente sobre a estabilidade temporal destas estruturas mentais supostamente duradouras. Em grande medida, porque tem sido grande a vulnerabilidade à ideia de uma “mente que constrói abstrações duradouras” (e.g., Abelson, 1994).

É certo que alguns investigadores procuraram testar a persistência dos estereótipos ao longo de três gerações sucessivas de estudantes universitários de Princeton (Gilbert, 1951; Karlins et al., 1969; Katz & Braly, 1933). Na altura, o ambiente social e político americano sofria mudanças dramáticas que tornavam a discriminação racial ilegal e a manifestação do preconceito racial um tabu social. E, neste contexto, a alguns investigadores interessou saber se a mudança do estereótipo social ao nível individual acompanhava esta mudança a nível macro. Com base nos dados desta trilogia de Princeton propuseram que os estereótipos estavam a decair ao longo do tempo. Esta mesma proposição foi mais recentemente reavaliada por Devine e Elliot (1995) com base em ambiguidades metodológicas detectadas nos estudos que constituem a trilogia. Contudo, como se salientou anteriormente, fizeram-no usando metodologias transversais e usando medidas que avaliavam a estabilidade das médias entre indivíduos ou entre contextos. Ora estas são medidas que tendem a reter apenas fontes que são constantes ao longo dos conceitos observados, em vez de avaliarem as representações individuais em contextos específicos.

Só muito recentemente foram usados instrumentos de medida sensíveis o suficiente para verificar empiricamente a estabilidade intra-individual dos estereótipos sociais: E de acordo com a evidência obtida até agora, através de uma metodologia longitudinal de teste-reteste, os estereótipos são estruturas de conhecimento instáveis.

1.1.2 A instabilidade dos estereótipos: dados empíricos

Enfatizou-se anteriormente o facto de, para muitos autores, uma das principais características dos estereótipos sociais ser, desde sempre, a sua estabilidade e resistência à mudança mesmo face a informação que os contradiz (e.g., Brigham, 1971; Ehrlich, 1973; Hamilton, 1979; Hamilton & Sherman, 1996). Salientou-se que tem havido boas razões

para manter esta afirmação e que muitas dessas razões provêm da tese psicológica que tem sido central na cognição social nas últimas décadas. De facto, de acordo com essa tese dominante, apenas estruturas de conhecimento estáveis e duradouras parecem permitir ambas a adaptação ao ambiente social e a economia cognitiva. Assim, teoricamente, estruturas mentais consolidadas, em condições ideais de medida, deveriam exibir elevada estabilidade ao longo de vastos períodos de tempo. E, empiricamente, o facto da persistência temporal dos estereótipos sociais nunca ter sido testada longitudinalmente sugere, exactamente, que sempre se assumiu essa estabilidade dos estereótipos sociais como garantida. Mas a sensação de estabilidade que há em relação aos estereótipos pode não ser mais do que uma ilusão. De facto, um olhar mais atento do ponto de vista empírico revela uma realidade bem diferente.

Recentemente, um conjunto de estudos (Garcia-Marques et al., 2006; Santos, 2001) demonstrou a instabilidade dos estereótipos, usando uma metodologia longitudinal de teste-reteste. Daquilo que se sabe, estes fazem parte dos poucos estudos que exploraram directamente esta questão numa perspectiva intra-individual (para um estudo precedente, ver Rothbart & John, 1993).

Globalmente, propunha-se discutir a questão central da estabilidade versus plasticidade cognitiva no contexto do estudo dos estereótipos. De acordo com as ciências cognitivas, o mundo epistémico é muito complexo e altamente mutável. E uma questão crucial tem sido a de como é que é possível, vivendo num pesadelo cognitivo, que o mundo cognitivo individual seja altamente estável e consistente (e.g., Sherif, 1935). Como vimos a resposta dominante tem recorrido à necessidade de simplificação dos estímulos, produzindo abstracções estáveis e duradouras. Mas, uma estrutura de conhecimento imutável-difícilmente seria funcional (Crocker et al., 1984; Garcia-Marques, 1998; Garcia-Marques & Mackie, 1999; Macrae & Bodenhausen, 2000). Ambos, o caos e a paralisia cognitiva são perigos que o sistema cognitivo deve evitar (Garcia-Marques, 1998; Garcia-Marques & Mackie, 1999). Se a perpetuação da mudança torna os estereótipos ineficazes, a completa falta de permeabilidade a novos estímulos torna-os nocivos e perigosos. No essencial, pareceu pertinente particularizar este dilema da estabilidade versus plasticidade das ciências cognitivas ao âmbito dos estereótipos.

Em concreto, estes três estudos investigaram a hipótese dos estereótipos serem instáveis ao longo do tempo, numa perspectiva intra-individual.

No estudo inicial que testava a instabilidade cognitiva dos estereótipos foi pedido aos participantes que seleccionassem, a partir de uma lista de 43 traços de personalidade, os cinco traços que melhor descreviam cada um dos três grupos sociais (ciganos, homossexuais e emigrantes africanos¹²), em duas sessões separadas por três semanas (Garcia-Marques et al., 2006; Santos, 2001, Estudo 2). Os autores averiguaram o grau em que os participantes seleccionavam os mesmos atributos para caracterizar um grupo social nas duas ocasiões. Abordou-se a questão da estabilidade dos estereótipos através da selecção de atributos a partir de uma lista de adjectivos porque este foi o primeiro procedimento usado empiricamente para estudar os estereótipos (i.e., lista de verificação de adjectivos de Katz & Braly, 1933). Continuou, aliás, a ter bastante popularidade até recentemente (para uma revisão, ver Dovidio et al., 1996), nomeadamente numa série de estudos com diferentes gerações da mesma população de estudantes para inferir a persistência temporal dos estereótipos (Gilbert, 1951; Karlins et al., 1969; Katz & Braly, 1933). Além disso, como já referenciado, sempre que se usou esta metodologia de lista de adjectivos, a estabilidade dos estereótipos foi tipicamente avaliada pela correspondência dos atributos escolhidos para descrever as categorias sociais entre estudos diferentes (Devine & Elliot, 1995).

A primeira análise feita seguiu exactamente o mesmo procedimento dos estudos anteriores para comparar os atributos escolhidos entre as duas sessões. Verificou-se que a estabilidade intra-item da amostra agregada foi muito elevada (as correlações intra-item variaram entre .91 e .97). Um grau semelhante de acordo foi encontrado por Rothbart e John (1993; "estereótipo do grupo" médio entre sessões separadas por quatro anos, $r=.95$). Nesse estudo, os autores (Rothbart & John, 1993) não avaliaram a estabilidade ao longo do tempo das escolhas dos traços que melhor descreviam um grupo social, mas a estabilidade ao longo do tempo das avaliações de quão característicos de um grupo social são um conjunto de traços¹³. Pertinentemente, se ambos os estudos citados tivessem usado

¹² Em estudos anteriores (Santos, 2001) usaram-se estereótipos de grupos profissionais (médicos, programadores de computador, seguranças de discoteca, e outros) e obtiveram-se resultados semelhantes aos que aqui se apresentam. Na sequência destes estudos, e com o intuito de sujeitar as hipóteses de estabilidade dos estereótipos a um teste mais rigoroso, escolheram-se os estereótipos mais fortes e inequívocos possíveis.

¹³ Note-se que os seus métodos se aproximam de um misto dos diferentes aspectos dos estereótipos que foram estudados separadamente neste estudo inicial e no segundo estudo descrito a seguir. Por isso, apesar de se incluir a referência ao estudo destes autores (Rothbart & John, 1993) neste estudo, os seus resultados são comparáveis e convergem também com os resultados do segundo estudo a descrever.

apenas esta análise para avaliar a estabilidade dos estereótipos, como fizeram estudos anteriores, teriam encontrado resultados que vindicam a abordagem abstraccionista.

Numa segunda análise, para avaliar o acordo intraparticipante em contextos iguais, foi usada uma correlação de elemento-comum (Bellezza, 1984a; 1984b, 1984c). Para calcular este valor, por participante, o número de traços comuns gerados em ambas as sessões foi dividido pela raiz quadrada do produto entre o número total de atributos gerados na primeira sessão e o número total de atributos gerados na segunda sessão (média geométrica). Esta medida de correlação representa a proporção de sobreposição e pode variar entre valores de 0 e 1.

Foi encontrada uma sobreposição média que variou entre .49 (Emigrantes africanos) e .58 (Ciganos), indicando que, para a mesma categoria, apenas metade ou um pouco mais de metade de um protocolo de um participante numa sessão se sobrepõe ao seu protocolo na segunda sessão. Ou seja, quando é pedido para escolher os cinco traços que melhor descrevem um grupo a partir de uma lista de 43 traços, a probabilidade de incluir o mesmo traço nas duas ocasiões é aproximadamente igual à probabilidade de o incluir apenas numa das listas. Um resultado semelhante foi obtido por Rothbart e John (1993). Os autores avaliaram a estabilidade dos estereótipos pessoais, assumidos como sistemas de crenças individuais, por oposição aos estereótipos culturais (do grupo) que correspondem à parte dos estereótipos partilhada pelos indivíduos na amostra. Para cada participante, correlacionaram os dois conjuntos de avaliações dos traços efectuados nas duas sessões separadas por quatro anos. A média destas correlações intra-indivíduo revela que a estabilidade dos estereótipos pessoais é aproximadamente .50.

Por outro lado, e contrariando expectativas da literatura anterior sobre estereótipos (Devine & Elliot, 1995), o grau de instabilidade não foi afectado pelo ponto de vista assumido. A manipulação do ponto de vista correspondeu a uma importante variável identificada na literatura dos estereótipos sociais - a diferença entre estereótipos culturais e estereótipos individuais, em relação à qual não se obtiveram diferenças de instabilidade.¹⁴

¹⁴ Note-se que Devine e Elliot (1995) obtiveram dados sugerindo que o conteúdo dos estereótipos era mais estável entre diferentes grupos de participantes se fosse gerado a partir do ponto de vista das pessoas em geral (i.e., o estereótipo cultural) em vez de a partir do ponto de vista pessoal (i.e., crenças pessoais ou estereótipos individuais). De qualquer modo, Devine e Elliot (1995) não recolheram dados longitudinais na perspectiva intra-individual.

Contudo, este grau de instabilidade temporal não foi igual para todos os componentes do estereótipo. Com efeito, o grau de instabilidade foi significativamente afectado por algumas manipulações: foi menor para traços subjectivamente avaliados pelos sujeitos como mais centrais e importantes (.62) do que para traços considerados menos centrais e importantes (.43); foi menor para traços mais acessíveis (gerados em primeiro lugar) (.60) do que para traços menos acessíveis (gerados no fim) (.46). A acessibilidade e a centralidade revelaram-se moderadamente correlacionadas indicando, em todas as condições, uma tendência para traços avaliados como mais centrais serem recuperados em primeiro lugar.

No **segundo estudo**, pretendeu-se estudar a estabilidade intra-individual da estrutura gradativa dos estereótipos sociais (Garcia-Marques et al., 2006, Estudo 2). Numa categoria, a estrutura gradativa (também conhecida como tipicidade) refere-se ao gradiente de representatividade que existe entre membros de categorias. O gradiente de tipicidade é um componente fundamental de uma teoria de exemplares muito influente sobre a representação e mudança de estereótipos (Rothbart & John, 1985). De acordo com esta teoria, diferenças na tipicidade ajudam a perpetuar os estereótipos porque exemplares típicos têm muito mais probabilidade de serem recuperados e utilizados em tarefas baseadas na categorização (Rothbart & Lewis, 1988; Rothbart, Sriram & Davis-Stitt, 1996). Para além disso, mudanças na estrutura gradativa (i.e., um aumento da tipicidade percebida de exemplares atípicos) são consideradas o sinal mais preciso de mudança no estereótipo (Maurer, Park & Rothbart, 1995; ver também, Garcia-Marques & Mackie, 1999). Assim, a estrutura gradativa parecia importante para concepções recentes dos estereótipos.

Curiosamente, embora a teoria de exemplares de Rothbart e John (1985) divirja substancialmente das teorias de abstracção clássicas, à sua semelhança concebe as estruturas gradativas como estáveis porque encara a sua variabilidade como um sinal de mudança dos estereótipos (Maurer et al., 1995).

Neste estudo, foi pedido aos participantes que julgassem a tipicidade de exemplares pertencentes a um de três grupos sociais numa escala de avaliação de 9 pontos [cujos extremos eram: "extremamente incaracterístico do grupo" (1) e "extremamente característico do grupo" (9)], em duas sessões separadas por quatro semanas.

Os coeficientes de correlação de Pearson revelaram apenas um acordo moderado nas estruturas gradativas geradas pelos mesmos participantes no mesmo contexto separado por quatro semanas (a correlação média rondou os .67). Este acordo aumentou com os níveis de tipicidade dos exemplares, reproduzindo assim os efeitos moderadores da centralidade dos atributos obtidos no primeiro estudo. Contudo, isso não permite afirmar, como sugere Rothbart e John (1985), que a instabilidade da estrutura gradativa se deve apenas às percepções de exemplares atípicos porque, embora menor, instabilidade considerável foi também encontrada nas avaliações de exemplares típicos.

E no terceiro estudo averiguou-se a estabilidade da recuperação de exemplares de grupos estereotípicos, incluindo uma tarefa de recuperação de exemplares (Santos, 2001, Estudo 3). Os modelos de categorização baseados em exemplares (e.g., Rothbart & John, 1985; Smith & Zárate, 1992) argumentam que os julgamentos sobre os atributos mais característicos de uma categoria são baseados nos atributos de exemplares activos no momento (i.e., Bodenhausen, Schwarz, Bless & Wanke, 1995). Por isso, de acordo com esses modelos, esperava-se que o grau de estabilidade na recuperação de exemplares encontrasse paralelo na instabilidade evidenciada na atribuição de características (tarefa de Katz e Braly) ou na estrutura gradativa (julgamento da tipicidade de exemplares). As teorias de abstracção clássicas não teriam, obviamente, muito a dizer sobre a estabilidade da recuperação de exemplares.

Novamente, para determinar o grau de sobreposição nos exemplares recuperados por cada participante nas duas sessões, foi calculada uma correlação de elemento comum (Bellezza, 1984a, 1984b, 1984c).

Foi encontrada uma sobreposição média que variou entre .55 (Ciganos e Emigrantes africanos) e .62 (Homossexuais), indicando o grau de acordo modesto com o qual os exemplares de categorias sociais são recuperados da memória.

Os resultados suportaram ainda a variável "tipicidade dos exemplares" como boa a prever a produção de instâncias. O acordo intra-individual foi significativamente maior para exemplares avaliados como mais típicos (.77) do que para exemplares avaliados como menos típicos (.50). Ou seja, os exemplares considerados mais representativos das categorias sociais mostraram maior estabilidade ao longo do tempo. Ainda, exemplares recuperados em primeiro lugar (i.e., com maior acessibilidade) revelaram-se mais estáveis (.63) do que aqueles recuperados tardiamente (.51). À semelhança do primeiro estudo

descrito (Santos, 2001, Estudo 2), a acessibilidade e a tipicidade evidenciaram uma correlação moderada.

Concluindo, o objectivo inicial destes estudos foi avaliar a estabilidade intra-individual no conteúdo e uso de representações de categorias sociais ao longo do tempo. A estabilidade foi avaliada entre sessões separadas por três ou quatro semanas, de forma intra-individual. Assumiram-se variações naturais nos contextos de julgamento idiossincrático dos participantes, de tal modo que estados de humor específicos, pensamentos particulares, experiências recentes e outras variariam grandemente entre sessões. Tal variabilidade natural forneceu as condições apropriadas para testar a intuição de natureza abstraccionista em relação à elevada estabilidade dos estereótipos contra posições alternativas. Genericamente, os resultados dos três estudos (descritos atrás) forneceram evidência sobre a elevada instabilidade das representações mentais de categorias sociais¹⁵...

Este padrão de resultados é, sem dúvida, surpreendente e difícil de explicar dentro dos limites das abordagens até agora mais influentes no estudo dos estereótipos. Em concreto, estas abordagens têm defendido abstracções estáticas e duradouras como representações conceptuais de categorias sociais. E a flexibilidade evidenciada sugere a necessidade de emergirem novas concepções sobre a representação de grupos sociais capazes de admitir essa instabilidade e flexibilidade. Contudo, estes não são dados isolados. Saliente-se que dados empíricos recentes de outros laboratórios têm vindo a convergir com os resultados atrás descritos, a saber:

- (a) A manipulação da acessibilidade de exemplares específicos influencia a avaliação global do grupo ou categoria (Bodenhausen et al., 1995; Schwarz & Bless, 1992; Sia, Lord, Blessum, Ratcliff & Lepper, 1997). Por exemplo, Bodenhausen e colaboradores (1995) verificaram que os participantes a quem tinha sido apresentado previamente um exemplar de um afro-americano popular e avaliado favoravelmente consideraram que existia mais discriminação na sociedade americana do que os participantes a quem não foi apresentado qualquer estímulo-primário. Apesar de não terem utilizado medidas de atitudes, os autores

¹⁵ O uso de diversos paradigmas para explorar a instabilidade dos estereótipos permitiu minimizar possíveis enviesamentos inerentes a cada paradigma e criou a possibilidade de convergência num conjunto de dados fundamentais. Na medida em que o padrão de instabilidade para o paradigma de selecção de atributos fosse semelhante aos padrões para o paradigma da geração de exemplares e para outras tarefas, a validade de cada um aumentaria.

consideraram que a tomada de posição dos participantes em relação a uma frase sobre a discriminação contra negros nos Estados Unidos da América manifestaria a atitude racial dos participantes. E, de acordo com os autores, o exemplar, neste caso, parece ter influenciado os julgamentos dos participantes sobre toda a categoria social dos afro-americanos. Num estudo semelhante (Schwarz & Bless, 1992), os julgamentos dos participantes sobre os políticos em geral foram influenciados por políticos específicos em que os participantes se tinham detido a pensar previamente;¹⁶

- (b) A manipulação da acessibilidade de exemplares específicos ou membros de grupos influencia as descrições de subtipos (Coats & Smith, 1999). Coats e Smith (1999) demonstraram o mesmo tipo de sensibilidade ao contexto, ao nível de subtipos de categorias sociais. Mas aqui pediu-se aos participantes que listassem características dos subtipos depois de terem sido expostos a um de dois exemplares diferentes dos subtipos. Tal como os autores previram, as descrições dos subtipos diferiram significativamente entre as condições de exemplares, de um modo que reflectia a influência de características particulares dos exemplares;
- (c) Factores contextuais modulam a activação dos estereótipos mesmo em fases muito precoces do processamento de informação social (Castelli et al., 2004). Estes autores verificaram que a activação dos estereótipos é moderada pelo contexto em que os estímulos-primos são encontrados. Especificamente, quando foram apresentados aos participantes, no mesmo bloco de ensaios, ambos estímulos-primos, fáceis (apresentação mais demorada) e difíceis (apresentação breve) de processar, apenas os primeiros produziram a activação do estereótipo. Estímulos-primos difíceis de processar não produziram efeito de activação comparável quando apresentados misturados com estímulos fáceis de processar;
- (d) Diferenças na estabilidade de exemplares recuperados influenciam a estabilidade das atitudes sobre o grupo (Sia & colaboradores, 1997). Utilizando um paradigma de geração espontânea de exemplares, estes autores testaram se mudanças na acessibilidade dos exemplares membros de categorias sociais, entre sessões,

¹⁶ Note-se que, para Sherman (1996), estes resultados demonstram apenas que, uma vez activados, os exemplares podem influenciar os julgamentos sobre o grupo. Não demonstram, contudo, que esses exemplares foram activados espontaneamente pelos participantes, quando pensavam sobre grupos sociais. Mais, os resultados nada dizem sobre se os participantes também possuem e aplicam informação de nível de grupo, abstracta, nos julgamentos, para além de exemplares salientes.

influenciavam a estabilidade das atitudes em relação a essas categorias. Os resultados de Sia e colaboradores (1997) revelaram, em várias categorias sociais, uma maior estabilidade nas atitudes entre sessões quando os mesmos exemplares, em vez de exemplares diferentes, vinham à cabeça na altura em que a atitude era avaliada;

- (e) Os indivíduos activam diferentes exemplares de uma categoria de acordo com a sua relevância para julgamentos específicos (Sia, Lord, Blessum, Thomas & Lepper, 1999). Estes autores partiram do princípio que os participantes activam selectivamente diferentes aspectos do seu conhecimento sobre um tópico, dependendo do aspecto que é mais relevante para um julgamento específico. Usaram medidas processuais da activação de conceitos (anagramas ambíguos, completamento de fragmentos de palavras e latência de respostas) para fornecer evidência de que as pessoas utilizam exemplares de categorias para avaliar as suas atitudes em relação a categorias sociais. E verificaram que a activação de exemplares era significativamente maior quando os participantes julgavam recentemente as suas atitudes em relação à categoria social do que quando compunham uma definição para a categoria;
- (f) A manipulação da instabilidade temporal de exemplares específicos de um grupo influencia a vulnerabilidade das atitudes à mudança face a mensagens persuasivas contrárias à atitude (Lord, Paulson, Sia, Lepper & Thomas, 2004). Em duas experiências, os autores manipularam a estabilidade da activação de exemplares. Verificaram que os participantes induzidos a activar exemplares diferentes de uma categoria social ao longo de várias sessões foram mais susceptíveis a mensagens contrárias à sua atitude do que os participantes induzidos a activar sempre o mesmo exemplar ao longo do tempo ou do que os participantes nunca induzidos a activar qualquer exemplar;¹⁷
- (g) As medidas implícitas do preconceito e estereótipo são vulneráveis a motivações sociais e pessoais, a estratégias de processamento específicas, ao foco de atenção de quem percepção e à configuração dos estímulos fornecidos como pistas (para

¹⁷ De acordo com a teoria da representação de atitudes (Lord & Lepper, 1999), manipular a acessibilidade de vários exemplares aumenta a probabilidade destes serem activados juntamente com as suas associações e de influenciarem as respostas. Se essas associações forem congruentes com a posição de mensagens persuasivas contrárias à atitude expressa inicialmente, tornam o indivíduo mais susceptível de aceitar os argumentos da mensagem.

uma revisão, ver Blair, 2002). A investigação conduzida nos últimos quinze anos tem sugerido que os estereótipos e o preconceito podem operar automaticamente (para uma revisão, ver Bargh, 1999). E tem-se assumido que esse automatismo é um indicador, para ambos, da elevada resistência à mudança e estabilidade entre contextos e estratégias (uma vez que se concebem frequentemente os processos automáticos como inflexíveis e impermeáveis a manipulações da situação e de processos estratégicos) (para uma revisão dos critérios de definição de automatismo, ver Bargh, 1989, 1994). Ao contrário, a evidência parece mostrar que processos automáticos podem ser influenciados por motivações, objectivos e situações. A seguir, a tabela 1 (adaptação de Blair, 2002) fornece exemplos de estudos que manipulam algumas das classes de moderadores.

Tabela 1. Exemplos de investigação sobre a maleabilidade dos estereótipos automáticos

ESTUDO	PRINCIPAIS RESULTADOS
<u>Motivação: Beneficiar a auto-imagem</u>	
Sinclair e Kunda (1999)	<p>Menos complementos estereotípicos de negro depois de uma avaliação positiva de um supervisor negro & mais complementos estereotípicos depois de uma avaliação negativa, comparado com respostas a seguir a avaliações de um supervisor branco.</p> <p>Complementos estereotípicos de negro equivalentes depois de observação de avaliações positivas vs. negativas dadas por um supervisor negro a terceiros.</p>
	(Medidas: complemento de palavras)
<u>Estratégia: Promover contra estereótipos</u>	
Blair, Ma e Lenton (2001)	<p>Estereótipos automáticos de género mais fracos depois de criar uma imagem mental¹⁸ contra estereotípica vs. condições de controlo.</p> <p>Estereótipos automáticos de género mais fortes depois de imagem mental estereotípica vs. imagem mental neutra.</p>
	(Medidas: Tarefa de associações implícitas; Tarefa de associação "go/no go"; Teste de falsas memórias)

¹⁸ O processo de imaginar mentalmente pode ser uma estratégia para moderar estereótipos implícitos, uma vez que imaginar mentalmente pode funcionar de forma muito semelhante a outras fontes de primação aumentando a acessibilidade do evento imaginado.

Configuração dos estímulos fornecidos como pistas

Wittenbrink, Judd e Park (2001) Menor negatividade atribuída aos negros depois de verem um filme de negros americanos num contexto positivo vs. negativo. Maior negatividade atribuída a faces negras vs. faces brancas primadas embutidas numa cena de rua; inexistência de diferenças nas avaliações (positivas) de faces embutidas numa cena de igreja.

(Medidas: Tarefa de associações implícitas; Primação sequencial)

Glaser e Banaji (1999) Maior lentidão nas respostas a alvos que coincidem na valência com os estímulos-primo, quando os estímulos-primo correspondem a palavras de valência extrema (positiva ou negativa) vs. alvos que não coincidem na valência com os estímulos-primo, invertendo o efeito de avaliação automático frequentemente obtido. O efeito de avaliação automático corresponde à facilitação das respostas a alvos que coincidem na valência com os estímulos-primo¹⁹.

(Medida: Tarefa de associações implícitas)

Características de membros individuais da categoria

Livingston e Brewer (2002) Menor negatividade em relação a americanos negros com características faciais menos marcadas, comparada com os americanos negros com características mais marcadas (e.g., pele mais escura, nariz mais achatado e largo). Apesar de em pré-teste terem sido avaliados como pertencendo ao mesmo grupo.

(Medida: Primação sequencial)

Macrae, Mitchell e Pendry (2002) Estereótipos de género mais fracos com nomes não familiares do que com nomes familiares do mesmo grupo.

(Medida: Primação sequencial)

Anteriormente, as concepções da psicologia cognitiva acerca da categorização já tinham sofrido esta mudança. De facto, e como se revê na secção 1.2.1 Visões estáticas sobre categorização: uma breve história, durante anos as teorias de conceitos que prevaleceram conduziam necessariamente ao pressuposto da estabilidade cognitiva. Em grande medida, como se desenvolve oportunamente neste trabalho, porque estas teorias tinham subjacente uma noção de categorização como uma memória semântica. A visão clássica encarava as representações de categorias como definições unitárias e universais, as teorias de abstracção clássicas como abstracções estáveis e duradouras. E, portanto, teoricamente segundo estas perspectivas, estruturas mentais consolidadas, em condições ideais de medição, deveriam exibir elevada estabilidade ao longo do tempo.

¹⁹ Segundo os autores, o efeito invertido obtido parece representar uma correcção automática e inconsciente. Na presença de informação de contexto (estímulos-primo) para a qual a avaliação é particularmente saliente, devido à sua valência extrema, é mais provável que os indivíduos reconheçam, bastante inconscientemente e automaticamente, o seu potencial de enviesar as respostas ao alvo em causa.

Empiricamente, os estudos de categorização não social nos anos 70 (ver, Rosch, 1975) evidenciavam que julgamentos de tipicidade de exemplares de categorias, feitos por várias amostras, coincidiam grandemente. E concluíam daí que existia uma elevada consistência, mesmo em categorias que manifestavam desacordo quanto às suas fronteiras. Tais julgamentos eram estáveis mesmo face a alterações nas instruções ou itens (Rosch, 1975; Rosch & Mervis, 1975). Na sequência, passou-se a considerar que protótipos estáveis representavam os conceitos: Diferentes pessoas partilhavam o mesmo protótipo e o mesmo indivíduo usava o mesmo protótipo em diferentes ocasiões. Na realidade, as medidas que Rosch relatou avaliavam a estabilidade dos julgamentos de tipicidade médios. Para avaliar o acordo entre sujeitos individualmente outras medidas de estabilidade eram necessárias. E, como desenvolvemos a seguir, quando os investigadores começaram a utilizar essas medidas a história foi muito diferente – constatou-se que as representações mentais de categorias eram altamente instáveis.

Aliás, foi esta linha de investigação da literatura cognitiva sobre categorização que questiona a estabilidade dos conceitos (para uma revisão, ver Barsalou & Medin, 1986; Barsalou, 1987, 1989; ver também a secção 1.2.3 A instabilidade e sensibilidade ao contexto das representações de categorias não sociais: dados empíricos) que inspirou o teste da instabilidade dos estereótipos (Garcia-Marques et al., 2006; Santos, 2001). De facto, um dos objectivos dos três estudos atrás descritos foi avaliar se os estereótipos evidenciavam o mesmo tipo de maleabilidade que tinha sido demonstrada para as representações mentais de categorias não sociais com uma metodologia longitudinal (para uma revisão, ver Barsalou & Medin, 1986; Barsalou, 1987, 1989).

Assumi-se, nessa altura, que os estereótipos sociais deveriam partilhar com os conceitos comuns as características cognitivas cruciais, e por isso fazia sentido esperar que os estereótipos sociais exibissem o elevado grau de maleabilidade encontrado nos conceitos comuns²⁰. A noção de que haveria uma semelhança entre a categorização de objectos sociais e não sociais sustentou-se:

²⁰ Era igualmente válido argumentar que os estereótipos têm uma natureza mais abstracta do que as categorias comuns e, por isso, mais estável. De facto, o conteúdo dos estereótipos é frequentemente desenvolvido sem um contacto directo com o grupo (Linville & Fischer, 1993). Essa informação, comunicada socialmente, tem, desde o início, um formato codificado linguisticamente e abstracto, ao contrário do que acontece na aprendizagem de categorias comuns. É provável que a correcção social que ocorra no processo de aprendizagem dos estereótipos se oriente para a confirmação dos valores socialmente dominantes (Tajfel, 1982). E os estereótipos podem conduzir, a posteriori, a enviesamentos no processamento de informação que são autoperpetuadores.

- (a) Antes de mais, no argumento de que ambas as teorias, cognitiva (usualmente desenvolvida com estímulos não sociais) e da cognição social, partilham a mesma visão fundamental de processamento (ver Garcia-Marques, 1993).²¹ Por isso, os mesmos processos psicológicos básicos parecem estar envolvidos em qualquer relação de um indivíduo com o ambiente (Dovidio, Evans & Tyler, 1986). Para além disso, defende-se uma abordagem pragmática, no sentido em que o uso de pressupostos de processamento particulares num dado contexto, no caso, social, deve ser uma questão de teste empírico em vez de baseado em postulados dogmáticos²²;
- (b) Para além do mais, apesar das “características psicológicas serem inerentemente menos observáveis, e, por isso, mais ambíguas, permitindo uma maior latitude de construção cognitiva” (Garcia-Marques & Garcia-Marques, 2003, p.17), investigação recente revelou semelhanças entre categorias sociais e não sociais quando evidenciou que as categorias não sociais (e.g., as categorias *ad hoc*) podem ser tão heterogéneas quanto as categorias sociais (Barsalou, 1983; 1993).

E, de facto, através do cálculo dos intervalos de confiança (de acordo com as directrizes de Schmidt, 1996), foi possível fornecer comparações directas entre os dados obtidos nos estudos da instabilidade dos estereótipos atrás descritos e os dados da literatura sobre categorias não sociais obtidos nas mesmas condições que salientam a semelhança entre os dois domínios quanto à instabilidade (Garcia-Marques et al., 2006). Portanto, aquilo que a literatura descrita anteriormente sobre a instabilidade dos estereótipos veio sugerir foi, não mais do que, estender a nova visão sobre representação de categorias não sociais e sobre outras concepções psicológicas aos estereótipos. Acreditando que os estereótipos eram ainda mais um exemplo da subestima da instabilidade dos conceitos psicológicos.

²¹ Em ambas as abordagens, o indivíduo é visto como estando continuamente envolvido em alguma forma de processamento de informação. No sentido em que, tal como na abordagem cognitiva, qualquer que seja a profundidade ou o objecto desse processamento, a perspectiva da cognição social assume que a explicação do comportamento humano não está completa sem uma descrição de como a informação é adquirida, armazenada e usada (para mais desenvolvimentos sobre as características da cognição social enquanto abordagem e não área de conteúdo, ver Ostrom, 1984; Hamilton, Devine & Ostrom, 1994).

²² Há diferentes posições epistemológicas sobre esta questão (para uma discussão dessas posições, ver Ostrom, 1984).

1.2 Da estabilidade à plasticidade das representações mentais de categorias não sociais

Claramente, as questões sobre como as categorias estão conceptualmente representadas prendem-se com questões mais vastas acerca do sistema conceptual.

Genericamente, o sistema conceptual humano contém conhecimento acerca do mundo. E os conceitos constituem a unidade fundamental desse conhecimento (Barsalou, 1992; Rumelhart & Norman, 1988; Shanks, 1997). Os cientistas cognitivos tentaram, desde sempre, caracterizar esse conhecimento subjacente à inteligência humana. Como observaram Rumelhart e Norman (1988), para a maioria dos teóricos é impossível sequer imaginar um sistema cognitivo em que um sistema de representação não tenha um papel

central. E, por isso, muita da investigação das ciências cognitivas tem estado preocupada com a representação desse conhecimento, e, mais particularmente, com a representação do significado.

Note-se que a noção do que é um sistema de representação não tem sido consensual e talvez um dos desenvolvimentos mais importantes neste âmbito tenha sido o de Palmer (1978). Este autor sugere que o essencial para um sistema de representação não é os objectos mas as relações entre os objectos. E, neste sentido, a representação não tem que ser total, mas apenas parcial. Por outro lado, esta definição é concordante com a ideia de, do ponto de vista cognitivo, não interessa representar redundâncias porque a capacidade cognitiva é limitada. Mas a inclusão do termo objecto não deve levar a pensar que as questões de representação são sobre como o ambiente é representado na nossa experiência fenomenológica. Como sugerem Rumelhart e Norman (1988), a maioria das questões sobre representação dizem respeito a como a nossa experiência (e os nossos estados cerebrais) devem ser representados nas nossas teorias. Estas teorias de representação constituem no fundo a compreensão actual dos investigadores sobre como o cérebro processa informação.

Nesse percurso de modelar os processos humanos, propuseram-se uma variedade de formatos de representação para a estrutura dos conceitos: listas de atributos, estruturas ou esquemas (*frames*), redes semânticas, modelos mentais, memórias sobrepostas (para uma revisão, ver Barsalou, 1992; Barsalou & Hale, 1993; Rumelhart & Norman, 1988). Note-se que muitos eram instrumentos descritivos e não explicativos, no sentido em que se pode modelar os processos humanos, por exemplo, com formalismos sem se achar que os humanos compreendem ou usam esses formalismos (novamente, ver Rumelhart & Norman, 1988). A maior parte destes formalismos (e.g., fórmulas do cálculo do predicado) provinha de desenvolvimentos enormes da lógica, estatística e da ciência computacional para a representação do significado (ver Barsalou, 1999). Quando foram incorporados na revolução cognitiva, inspiraram, nas ciências cognitivas, muitas linguagens de representação novas. Algumas delas foram preponderantemente adoptadas, como as listas de atributos (ver Barsalou & Hale, 1993). Atenda-se a que a linguagem de representação amodal (que recorre a símbolos arbitrários), não inerentemente perceptiva, por ser um sistema simbólico completamente funcional com uma sintaxe e semântica combinatória que suporta as funções cognitivas superiores (ver, Barsalou, 1999; Barsalou

& Hale, 1993; Rumelhart & Norman, 1988), dominou o pensamento teórico na área. Apesar disso, alguns autores (Barsalou, 2003b; Barsalou, Yeh, Luka, Olseth, Mix & Wu, 1993) salientariam, como uma limitação essencial dos sistemas amodais, a sua incapacidade de fornecer uma explicação satisfatória do processo de transdução de estados perceptivos em símbolos amodais. Nas representações amodais o padrão neuronal que está activo e representa a entidade na percepção não está activo na sua conceptualização e a mesma forma representa as propriedades conceptuais ao longo de diferentes modalidades.

Mas as teorias de representação não se limitaram a desenvolver novas linguagens capazes de captar como é que o conhecimento sobre os objectos e eventos e o significado estavam representados em memória. Preocuparam-se, também, com os problemas organizacionais da representação, ou seja, com o modo como as coisas representadas estão organizadas na memória humana. Os conceitos não existem independentemente uns dos outros na memória: formam sistemas conceptuais (Barsalou, 1992). E, como sugerem Rumelhart e Norman (1988), uma maneira de olhar para essa organização das representações é pensar que os objectos e eventos podem ser classificados em categorias. Logo, as representações deveriam reflectir essas categorias. E, genericamente, é consensual que as categorias acompanham os conceitos e os sistemas de conceitos que eles formam. Por isso, o estudo das categorias tem um papel especialmente importante nas teorias de representação e, sem dúvida, nas teorias da cognição.

Também não tem sido controverso que uma propriedade fundamental do conhecimento é a sua natureza categórica, no sentido em que o conhecimento acerca de uma categoria específica não foi meramente gravado da experiência, como uma cópia (não exacta) que capta a informação física de forma indiferenciada. Autores como Barsalou (2003b) descrevem o sistema conceptual como uma colecção de conhecimento categórico onde cada categoria representada corresponde a uma componente da experiência. Ou seja, a informação extraída de uma nova experiência é integrada com informação passada sobre a mesma componente em memória, produzindo conhecimento categórico para essa componente. Como extrair a categoria de *GATOS* a partir dos contextos em que estes ocorreram, quando o sistema conceptual foi capaz de interpretá-los como instâncias de um tipo de entidade. Como observa Barsalou (2003b, 2005), a maioria das abordagens sobre o conhecimento concorda genericamente com esta

observação, incluindo modelos de protótipos, de exemplares, conexionistas, e teoria das simulações situadas. Certamente a aprendizagem que produz o conhecimento categórico ocorre dentro de uma arquitectura com constrangimentos biológicos, onde algumas categorias são mais facilmente aprendidas que outras. E é provável que algumas representações preliminares de categorias já existam antes mesmo de se iniciar a aprendizagem (para uma revisão das contribuições relativas da aprendizagem e biologia para o desenvolvimento do sistema conceptual, ver Barsalou, 1992, 2003b).

Também não é controverso que esse sistema de conceitos tem um papel fundamental no sistema cognitivo, fornecendo o suporte representativo a muitos processos cognitivos. Talvez a definição de conceito mais partilhada esteja relacionada com o processo de categorização. De facto, os conceitos servem uma actividade cognitiva fundamental: a categorização²³. E muitos teóricos reservam a palavra “conceito” para se referirem à informação que permite às pessoas discriminar os membros dos não membros de uma categoria²⁴. Mas muitos reconhecem que: (a) as representações no sistema conceptual constituem o suporte de todas as formas de actividade cognitiva, tendo também um papel essencial nos processos de memória, linguagem e pensamento e na construção de novos conceitos (para uma revisão, ver Barsalou, 1992, 2003b, 2005; ver também, Markman & Ross, 2003); (b) um compromisso com uma teoria particular dos conceitos afecta a teorização sobre todas as outras actividades cognitivas (Barsalou, 2003b) e; (c) a utilização das representações serve princípios de economia cognitiva, reduzindo as exigências feitas a processos de percepção, capacidade de armazenamento e a processos de raciocínio (para uma revisão, ver Barsalou, 2005). Sem dúvida, se cada entidade fosse percebida como única seríamos ultrapassados pela enorme diversidade daquilo que experimentamos e incapazes de lembrar mais do que uma fracção de um minuto daquilo que encontramos. E se cada entidade individual necessitasse de um nome distinto, a nossa

²³ Bruner (1957) identificaria ainda um estágio de categorização primitiva como um processo que resulta no isolamento perceptivo de um objecto ou evento para que depois ocorra, então, a análise das suas características, a partir da qual o sistema cognitivo infere que a entidade é ou não uma outra instância de uma categoria já existente.

²⁴ O pensamento categórico funciona pois como um instrumento de reconhecimento de padrões, já que é através da activação e implementação do pensamento categórico que os indivíduos ultrapassam com sucesso a complexidade dos ambientes e lidam com a informação esperada. Por outro lado, é através desse mesmo pensamento categórico que os indivíduos são sensíveis e são capazes de lidar com informação inesperada (afinal, pode-se apenas ser surpreendido se se tiver expectativas *a priori*). O pensamento categórico fornece assim a flexibilidade que o processo de percepção de objectos sociais e não sociais exige (Macrae & Bodenhausen, 2000).

linguagem seria muito complexa e a comunicação virtualmente impossível (Smith & Medin, 1981).

É consensual também que, comportamentalmente, as pessoas generalizam em relação a categorias, “morcegos vivem em cavernas”, e quantificam, “alguns pássaros voam” (Barsalou, 2005, p.1). Ou seja, não é controverso que as pessoas resumiam as propriedades de um ou mais membros de uma categoria, produzindo comportamentalmente generalizações. Para alguns autores (e.g., Rumelhart & Norman, 1988), esta é uma tendência do pensamento humano - agir como se existissem regras gerais com base na experiência com um número limitado de exemplos. A importância geral do fenómeno é tal que as questões sobre generalizar comportamentalmente se tornaram plataformas para testar e demonstrar as diferenças entre as teorias de representação das categorias, nomeadamente no modo diverso com lidam com a generalização.

Essas bases cognitivas da capacidade humana para, comportamentalmente, generalizar a partir de instâncias, como salienta Barsalou (2003a, 2005), têm sido muito mais controversas. De acordo com alguns modelos, as “abstracções” comportamentais têm subjacentes representações sumariadas das instâncias da categoria na memória a longo prazo. Nestas perspectivas, quando a pessoa generaliza a nível comportamental está a extrair uma representação sumária subjacente, como um protótipo, um esquema, entre outros. Contudo, noutras perspectivas, uma representação sumária desta natureza não é necessária para produzir abstracções manifestas comportamentalmente. Nos modelos de exemplares, apenas exemplares estão armazenados na memória - não representações sumárias - e as “abstracções” ao nível do comportamento resultam de analisar e resumir exemplares no momento (*on-line*). Definir a natureza da representação das “abstracções” ao nível do comportamento é crucial e, do ponto de vista conceptual, está longe de ser trivial: (a) diferentes tipos de representações têm diferentes implicações e conduzem a predições distintas sobre a forma como essas “abstracções” ao nível do comportamento são formadas, mantidas, aplicadas, alteradas, sobre a sua flexibilidade e sensibilidade ao contexto e, (b) esta discussão é um bom instrumento para abordar as questões mais vastas sobre a natureza das representações mentais de categorias, inerentes a qualquer modelo de conceitos explicativo do comportamento de categorizar.

Especificamente, nas três próximas secções deste capítulo: (a) constata-se como os modelos de conceitos clássicos ignoraram, na generalidade e durante largos anos, a possibilidade das representações mentais de categorias serem flexíveis e sensíveis ao contexto [tomou-se como referência revisões de literatura que introduzem sistematicamente a distinção entre os vários modelos de conceitos propostos, tais como Barsalou (1992), Barsalou e Medin (1986), Medin e Smith (1984), Smith e Medin (1981), e Marques (1997)]; (b) ilustra-se como a investigação empírica sobre conceitos tipicamente ignorou também esses aspectos, não os incorporando em desenhos experimentais; e (c) revê-se como, apesar disso, a plasticidade cognitiva das representações e a sua sensibilidade ao contexto têm vindo a ser documentadas.

1.2.1 Visões estáticas sobre categorização: breve história

Nesta secção, faz-se uma apresentação crítica de alguns modelos de conceitos desenvolvidos para explicar o comportamento de categorização, em especial no que se refere à natureza das representações que propõem. O objectivo é comparar estes modelos de conceitos quanto à estabilidade e sensibilidade ao contexto das representações mentais que propõem, por serem dimensões particularmente relevantes para o tópico deste trabalho. Neste sentido, será discutida a estrutura interna das representações conceptuais, salientando o seu carácter estático e quase sempre não situado, e o, conseqüente, sistema conceptual altamente estático e impermeável ao contexto. Foi, exactamente, a equivalência dos modelos no que concerne a estas dimensões que inspirou a sua designação conjunta de visões estáticas sobre categorização. E, adicionalmente, porque os pressupostos sobre a estrutura interna das representações são em grande medida melhor compreendidos se se souberem quais são os princípios organizadores do sistema conceptual que os modelos preconizam, será ainda abordada esta dimensão da organização do sistema conceptual. De facto, no que concerne a esta última dimensão, diferentes princípios podem governar a formação das categorias. Por exemplo: (a) a natureza estruturada dos objectos e acontecimentos no mundo que é processada pelo indivíduo (Rosch, 1978); (b) as teorias intuitivas acerca do mundo que criam constrangimentos sobre as propriedades relevantes para as abordagens baseadas na semelhança (Murphy & Medin, 1985); (c) a capacidade de

dividir coisas no mundo de acordo com objectivos e propriedades relevantes para objectivos (Barsalou, 1983, 1991) e; (d) os factores sociais e culturais que ajudam a dar forma e condicionam o conhecimento das pessoas (Freyd, 1983, citado por Rumelhart & Norman, 1988). É, por isso, natural questionar porque é que as pessoas têm os conceitos que têm e não outros? Qual o objectivo subjacente à organização do sistema conceptual? O que torna uma categoria coesa? Também aqui parece haver uma convergência entre os diferentes modelos. Como será desenvolvido, implícita ou explicitamente, parecem metaforicamente considerar as pessoas como “taxonomistas intuitivos” (Barsalou, 2005, p.38).

1.2.1.1 Visão clássica

Discute-se esta abordagem caracterizando de forma sucinta e incompleta os seus alicerces teóricos e empíricos em grande medida por não se encontrarem modelos específicos que a ilustrem (para uma apresentação dos estudos a partir dos quais o conjunto dos seus princípios pode ser identificado, ver Marques, 1997).

Até há algum tempo, a maioria dos filósofos, linguistas e psicólogos subscreviam aquela que foi chamada a visão clássica da representação dos conceitos (ver Smith & Medin, 1981). Um princípio essencial da visão clássica é o de que as categorias são definidas por regras. Embora as regras possam assumir uma variedade de formas, a regra ideal especifica as propriedades que, em conjunto, são suficientes e, individualmente, são necessárias para pertencer à categoria (ver Medin & Smith, 1984; Smith & Medin, 1981). Por exemplo, “as propriedades humano, homem, adulto, não casado são individualmente necessárias e no conjunto suficientes para a definição de solteiro” (Barsalou, 1992, p.29). Outro pressuposto frequentemente atribuído à visão clássica (ver Smith & Medin, 1981) é o de que essas definições existem porque, como o mundo objectivo contém vários tipos de coisas que partilham propriedades definidoras, o conhecimento humano passa a representar essas propriedades invariantes.

Assim, a representação de uma categoria na memória está bem delimitada e corresponde a uma descrição unitária e universal. Diferentes pessoas deverão ter a mesma

representação, ou representações muito semelhantes, de uma categoria específica, já que todos têm razoável acesso à informação sobre o mundo objectivo. E, como salientam alguns autores (Barsalou & Medin, 1986; Medin & Smith, 1984; Smith & Medin, 1981), de acordo com esta visão, as representações de categorias devem ser estáticas num indivíduo, porque as propriedades definidoras de uma categoria raramente ou nunca mudam, e são independentes do contexto em que é feita a categorização.

Não é claro se esta visão admite a existência de atributos não definidores (i.e., não comuns a todos os membros). Mas, na medida em que apenas propriedades definidoras ocorrem ou têm um papel fundamental nas representações de categorias e nos julgamentos de inclusão, uma instância pertence a uma categoria apenas se possuir todas as propriedades que definem a categoria em questão. Logo, as decisões de pertença a uma categoria são do tipo tudo-ou-nada; uma instância pertence ou não à categoria e não existem julgamentos intermédios (para uma revisão, ver Barsalou, 1992; Smith & Medin, 1981). Ainda, todas as inferências que possam ser feitas sobre uma entidade, a partir da sua pertença a uma categoria, são precisas. Inferências imprecisas são impossíveis porque todas as propriedades pertencem a todos os membros.

Por isso, como salienta Barsalou (1992), todos os membros de uma categoria são funcionalmente equivalentes na sua pertença à categoria (i.e., todos são igualmente bons exemplos da categoria), porque todos estrita e igualmente satisfazem a regra de pertença. E, finalmente, as fronteiras entre as categorias são claras e definidas já que uma instância não pode ao mesmo tempo fazer parte e não fazer parte da categoria.

Implicações para as dimensões: estabilidade cognitiva e sensibilidade ao contexto

Na teoria típica, a representação de uma categoria é uma definição que retém as propriedades invariantes dos membros. Aquilo que é representado é a generalização de que os atributos²⁵ definidores *A* e *B* co-ocorrem em todos os membros da categoria *C*. Perdem-se as propriedades idiossincráticas assim como informação sobre o contexto, ou é-lhes simplesmente retirado qualquer papel no processo de categorização. São representações sem sensibilidade ao contexto. E estas teorias clássicas representam até à data a visão extrema dos conceitos não situados.

²⁵ Ao longo deste trabalho, os termos propriedades, características e atributos serão usados indiscriminadamente.

O seu pressuposto é de que o mundo objectivo contém vários tipos de coisas que partilham propriedades definidoras. O conhecimento humano passa a representá-las em categorias. Porque todos têm razoável acesso a essa informação, as representações de categorias são descrições unitárias e universais. Diferentes pessoas partilham a mesma representação, e a mesma pessoa usa a mesma representação em diferentes ocasiões. São **representações estáveis**.

O princípio que estrutura e dá coerência às categorias é a natureza definidora das propriedades. As propriedades definidoras fornecem uma estrutura que mantém cada categoria coesa. O principal problema em adoptar este princípio estrutural é que muitas categorias podem não estar em conformidade com a visão clássica (para uma revisão, ver Kunda, 2003; Medin & Smith, 1984; Smith & Medin, 1981). De facto, uma das dificuldades da visão clássica é em especificar atributos definidores necessários e suficientes para a maioria dos conceitos (ver Kunda, 2003). E, conseqüentemente, os modelos clássicos não são tão vastamente aplicáveis como pretendiam inicialmente. Apesar disso, com base neste princípio estrutural, o sistema conceptual parece organizar-se em subdomínios de conhecimento. De facto, implicitamente, pode-se reconhecer uma **organização com uma estrutura taxonómica clássica**: categorias mais específicas fazem parte de outras mais gerais e as relações de inclusão subjacentes à hierarquia dependem não de critérios de semelhança mas da coincidência perfeita a uma regra definidora. Ou seja, novamente, como o princípio crucial é a natureza definidora das propriedades, isso significa que um conceito específico inclui todas as propriedades do seu sobreordenado, que por sua vez inclui todas as propriedades do seu sobreordenado (para mais desenvolvimentos, ver Smith & Medin, 1981). E, neste sentido, como nota Shanks (1997), a informação sobre atributos só precisaria de ser representada num nível de hierarquia taxonómica, em vez de para todas as classes diferentes em que é verdadeira.

1.2.1.2 Modelos clássicos de abstracção

Representam um avanço em relação à visão clássica já que rejeitam a ideia das representações conceptuais serem necessariamente definições. Assim como os modelos

clássicos de exemplares fazem parte da visão probabilística dos conceitos segundo a qual: (a) Uma categoria pode ser descrita por uma lista de atributos que são típicos mas que não a definem; (b) A semelhança tem um papel central na classificação e aumenta à medida que aumenta o número de atributos que uma instância e a categoria têm em comum e diminui com o número de atributos que são únicos a cada (Tversky, 1977). Um exemplo dos modelos clássicos de abstracção é o modelo de protótipos. O modelo de protótipos sugere que as pessoas representam as categorias com um conjunto de características que podem ter mais ou menos peso na definição do protótipo (Rosch & Mervis, 1975). Os protótipos são representações únicas e centralizadas da categoria que contêm propriedades representativas dos membros da categoria (Rosch & Mervis, 1975). A representação de uma categoria contém assim propriedades com elevada, embora não necessariamente perfeita, probabilidade de ocorrerem nos seus exemplares – visão probabilística da representação de categorias. Em termos simplistas, usando informação sobre a frequência com que cada propriedade ocorre para cada categoria, os modelos de protótipos podem usar um limiar x para identificar propriedades características. E, dependendo de quão característica dos membros da categoria é a propriedade, torna-se central no protótipo da categoria. Assim, o que está simplesmente a ser representado é a tendência estatística para uma propriedade e categoria co-ocorrerem²⁶. Outro pressuposto básico do modelo de protótipos é que as pessoas abstraem essas propriedades características de uma categoria a partir da sua experiência com instâncias da categoria.

O modelo de Rosch exemplifica claramente os modelos de protótipos, se bem que o conceito de “protótipo” como representação antecede a Rosch. Remonta às experiências de Posner e Keele (1968) sobre aprendizagem de conceitos com categorias artificiais.

Posner e Keele (1968), utilizando um paradigma de abstracção de protótipos, desenvolveram um conjunto de investigações sobre a aprendizagem de protótipos. Nesses estudos, padrões, cada um consistindo num conjunto de configurações aleatórias de pontos, formavam as classes de eventos que seriam captadas nos protótipos adquiridos pelos sujeitos. Esses padrões eram construídos escolhendo uma configuração de pontos

²⁶ Para além dos modelos de protótipos em que cada característica é definida pela sua média no grupo, outros modelos, como o modelo de densidade de categoria (Fried & Holyoak, 1984), assumem que cada característica é representada pela média e variância e que as distribuições percebidas das características são próximas da distribuição normal. Como o modelo de protótipos, o modelo de densidade assume que ocorre um verdadeiro processo de indução: o indivíduo vai para além das instâncias amostradas para inferir informação de nível da categoria, abstraindo o protótipo mais a variância para cada categoria.

prototípica e depois o conjunto de configurações membros de cada padrão era gerado aplicando uma transformação estatística aleatória ao protótipo. Consideravam que a aprendizagem consistia em memorizar os elementos comuns aos padrões apresentados e avaliavam-na através da classificação de exemplares nunca antes apresentados na fase de aprendizagem.

Outros autores como Franks e Bransford (1971) desenvolveram também investigações com um paradigma semelhante ao de Posner e Keele (1968). Contudo, a natureza dos materiais estímulo usados foi diferente. O argumento dos autores foi que com as configurações de pontos aleatórios tornava-se difícil especificar com precisão as descrições estruturais para as representações do protótipo e as transformações armazenadas em memória. Assim, para facilitar o estudo da natureza das estruturas de memória adquiridas, estes autores usaram padrões de estímulos não aleatórios. Tratavam-se de configurações espaciais de formas geométricas bem estruturadas às quais se aplicavam transformações discretas sistemáticas (Franks & Bransford, 1971).

Sumariando o conjunto de resultados sistematicamente encontrados por estudos que usaram o paradigma de abstracção de protótipos verifica-se que:

- (a) A classificação dos protótipos é mais estável ao longo do tempo do que a de exemplares apresentados anteriormente. Este facto pode constituir evidência de que uma representação de tendência central de categorias (esquemas ou protótipos) é abstraída durante a aprendizagem e que esta representação declina mais devagar do que os traços dos exemplares de treino;
- (b) Os exemplares antigos são melhor classificados do que os novos, já que é a semelhança do protótipo empírico, derivado da experiência com os exemplares antigos, que é crucial e não a semelhança ao protótipo em si (tal como a média de uma amostra está normalmente mais próxima da média das pontuações da sua própria amostra do que da média das pontuações de outra amostra da mesma população);
- (c) A transferência da classificação a partir dos exemplares antigos para novos padrões é melhor para os protótipos, intermédia para pequenas distorções dos protótipos e pior para grandes distorções dos protótipos. Este facto é interpretado como apoiando a ideia de que cada categoria é representada por um tipo de protótipo; e

(d) A transferência para novos padrões melhora com o aumento do tamanho da categoria, isto é, com o número de exemplares de treino da categoria. Porque, quanto mais variedade de exemplares houver mais eficaz se torna o processo de abstracção do protótipo hipotético.

Mais tarde, Hartley e Homa (1981), numa tarefa de classificação de pinturas, revelaram que a precisão da classificação de novos exemplares não era afectada pela duração do intervalo entre o período de aprendizagem prévia de pinturas e o de teste de novas pinturas. Contudo, um esquecimento significativo ocorria para as pinturas aprendidas previamente. A interpretação da maioria dos modelos clássicos de abstracção foi que, durante a aprendizagem, era formado um protótipo mais resistente ao declínio do que os exemplares originalmente aprendidos. E, portanto, embora as pessoas pudessem ter alguma informação sobre exemplares individuais, a evidência sugeria que os exemplares eram mais rapidamente esquecidos do que a tendência central. Aumentando o intervalo de tempo, o desempenho passava a estar cada vez mais baseado na tendência central (Posner & Keele, 1968).

Também nos seus estudos iniciais sobre a aprendizagem de categorias de formas geométricas, Rosch (1973) mostrou que estas categorias evidenciavam uma estrutura interna, com um protótipo. Este era o membro que reflectia melhor e com mais clareza a estrutura da categoria como um todo e que era melhor recordado do que membros mais periféricos, definidos pelo seu afastamento ao membro prototípico. Estes resultados foram ainda replicados com categorias semânticas, onde se verificou também que a tipicidade de um exemplar afectava o tempo despendido a julgar a sua pertença a uma dada categoria (Rosch, 1973, 1975). Quanto mais típico um exemplar, tanto mais rápida a decisão e tanto menos erros cometidos. Assim, as categorias teriam uma estrutura interna baseada na tipicidade dos exemplares - estrutura gradativa. Ou seja, metaforicamente, os membros mais típicos estariam no centro da categoria e os menos típicos estariam na periferia. Como nem todos os exemplares eram igualmente típicos ou representativos da categoria, os julgamentos de inclusão teriam uma natureza gradativa e não tudo-ou-nada. A instabilidade e dúvidas sistemáticas nos julgamentos de inclusão seriam mais salientes para exemplares moderadamente típicos (McCloskey & Glucksberg, 1978).

Rosch (1978), no contexto de uma teoria específica de conceitos, apresentaria o protótipo como uma forma abstracta de representação de onde emergiam as propriedades

de uma estrutura gradativa em função de protótipos. E encararia a categorização como uma actividade que reduzia infinitas diferenças entre estímulos a formas utilizáveis cognitivamente e comportamentalmente. Assim, em termos de princípios subjacentes à formação de conceitos, na visão inicial de Rosch e Mervis (1975), estes eram decorrentes da estrutura correlacionada do ambiente. Mas, mais tarde, Rosch (1978) admitiria a influência da categorização e, por conseguinte, de conhecimento geral e abstracto na interpretação da estrutura correlacionada do mundo, tornando visível um princípio de economia cognitiva.

Rosch e Mervis (1975) exploraram ainda os princípios que governavam a formação de protótipos. A ideia de que os objectos naturais tendiam a possuir atributos altamente correlacionados uns com os outros, dando lugar a categorias, sugeria uma elevada semelhança intracategoria, que foi designada por semelhança familiar (*family resemblance*) (Rosch & Mervis, 1975). O grau de semelhança familiar de um item com outros membros da categoria foi definido como o grau em que um item tinha atributos comuns com os outros membros da categoria (Rosch & Mervis, 1975). Como sugerem os estudos de Rosch e Mervis (1975), diferenças no grau de semelhança familiar entre os membros de uma categoria deram lugar a diferenças de tipicidade. Estes autores mostraram que os exemplares com maior número de atributos em comum com outros membros da categoria eram considerados mais típicos dessa categoria. Verificaram ainda que não existiam atributos comuns a todos os membros da categoria, invalidando a ideia de atributos definidores defendida pela visão clássica. De facto, mesmo as propriedades listadas não comuns a todos os exemplares eram determinantes na predição de julgamentos de inclusão. A distribuição dessas propriedades correlacionava-se com os tempos de classificação de exemplares (Rosch & Mervis, 1975). E um membro mais típico também vinha à cabeça mais prontamente quando se pensava na categoria [dados semelhantes foram encontrados para as categorias sociais (Cantor & Mischel, 1979)].

Implicações para as dimensões: estabilidade cognitiva e sensibilidade ao contexto

Para os modelos clássicos de abstracção, os indivíduos integram de alguma maneira as suas experiências com um conjunto de instâncias de uma categoria. Representam abstractamente os seus aspectos comuns emergentes do conjunto sob a

forma de um esquema ou protótipo da categoria. E usam essa abstracção, *a posteriori*, no reconhecimento ou classificação de novos exemplares.

Entre as funções mais importantes das categorias estão a economia cognitiva (Rosch, 1978) e a capacidade de ir para além da informação dada (Bruner et al., 1956). Uma maneira de resolver essa escassez de recursos cognitivos é negligenciar os detalhes e especificidades de membros individuais de grupos, filtrando radicalmente a informação na codificação. Ora, se um atributo para fazer parte de uma representação probabilística tem de ter uma probabilidade substancial de ocorrer nas instâncias do conceito, isso reduz a representação em memória de uma categoria às características modais das suas instâncias (Rosch, 1978). As propriedades idiossincráticas e específicas do contexto perdem-se ou cancelam-se a si próprias. Note-se que essas propriedades invariantes dos exemplares podem mesmo ser distorcidas para idealizar ou caricaturar uma categoria, aumentando assim a sua distintividade relativamente às outras categorias (Posner & Keele, 1968). Uma dificuldade destes modelos é a de frequentemente não especificarem qualquer constrangimento no processo de abstracção (ver Barsalou, 1990, 1992). Ou seja, por princípio, o sistema cognitivo poderia abstrair um número infinito de propriedades para uma dada categoria. Ainda, dada a rigidez de pressupostos na aprendizagem de categorias, têm dificuldade em explicar a aprendizagem incidental de categorias e a descrição de categorias ad hoc.

Uma vez desenvolvida uma estrutura de conhecimento genérica, ela tem prioridade funcional sobre informação relativa a exemplares específicos, sendo mesmo usada para acrescentar os detalhes desprezados na codificação (Franks & Bransford, 1971; Posner & Keele, 1968). O julgamento de pertença à categoria resulta de uma comparação contínua com um protótipo abstraído. E são usadas frequentemente regras compensadoras do género: se um exemplar contém n propriedades das m propriedades do protótipo para a categoria C , então o exemplar pertence à categoria C , onde o requisito é que o exemplar exiba uma quantidade suficiente de evidência para pertencer à categoria. Podem ser utilizadas também regras de semelhança relativa, atribuindo a categoria cujo protótipo é mais semelhante com o exemplar a ser categorizado (para uma revisão, ver Barsalou & Hale, 1993).

Assim sendo, se o protótipo é por definição uma representação mental abstraída do contexto e que tem prioridade funcional no processamento de informação sobre

qualquer outra informação, a sua **estabilidade temporal** será considerável e as oportunidades para a **sensibilidade ao contexto** serão escassas. Na verdade, dizer que as características exactas de um protótipo dependem de objectivos temporários ou contextos específicos é equivalente a abandonar a ideia de protótipo abstraído.

Tal como a visão clássica, os modelos clássicos de abstracção preconizam uma organização do sistema conceptual com base numa **estrutura taxonómica**, mas aqui é o critério de **semelhança** que tem um papel central. Rosch (1978) propõe medidas baseadas na semelhança que podem funcionar como princípios organizadores da estrutura das categorias - a validade de pista e a validade de categoria.²⁷ Mas, não se trata de semelhança indiferenciada que mantém a coerência conceptual, mas de uma estrutura de correlações mais elaborada. De facto, outro princípio organizador para as categorias é a noção de atributos correlacionados (Rosch, 1978). A estrutura dos atributos no mundo percebido é considerada determinante na categorização e, portanto, as categorias são formadas, ou temos os conceitos que temos, para tirar vantagem da organização dos atributos (Rosch, 1978). Por exemplo, sendo a economia cognitiva um dos princípios básicos da organização das categorias, a organização da informação acerca das categorias é feita, segundo Rosch (1978), de modo a que os atributos se encontrem sempre ao maior nível de generalidade possível. Se a categoria é *ave*, não é económico que o atributo "respirar" esteja directamente associado a essa categoria. Respirar é um atributo comum a todos os seres vivos, é mais económico armazená-lo na categoria supra-ordenada *seres vivos*. As implicações são que uma categoria a um nível de generalidade muito elevado terá poucos atributos prototípicos, já que estes devem adequar-se igualmente a muitas categorias sobre ordenadas; uma categoria de nível de generalidade muito baixo deverá ter muitos atributos prototípicos, já que estes devem distinguir os membros desta categoria dos membros de todas as outras categorias do mesmo nível de generalidade. Daí que certos níveis de abstracção satisfaçam melhor o princípio de economia cognitiva - aquelas que asseguram a melhor relação entre o esforço cognitivo despendido e a

²⁷ A validade de pista corresponde à probabilidade condicional de um objecto pertencer a uma categoria, dado ter um indício (um atributo) associado com a categoria - a diagnosticidade de um indício x com uma categoria Y aumenta com a frequência de associação entre x e Y e diminui na razão directa da frequência de associação de x com outras categorias alternativas (Rosch, 1978; ver Murphy & Medin, 1985). Uma categoria coerente deveria ter muitos atributos deste tipo, enquanto uma categoria pouco coesa teria apenas ou maioritariamente atributos inconsistentes. A validade de categoria pode ser representada como a probabilidade condicional de algo ter vários atributos dada a sua pertença à categoria. Categorias coerentes ou úteis são aquelas que permitem o maior número de inferências, e uma categoria vaga permite poucas ou nenhuma inferência.

informação que dela podemos inferir - aquelas a que Rosch chamaria categorias de nível básico

Também, nesta estrutura taxonómica, usualmente um conceito partilha mais propriedades com um conceito sobreordenado do que com um mais distante. Mas, dado que estão em causa propriedades características e não definidoras, nada em princípio impede que os julgamentos de semelhança gozem este princípio. Por exemplo, *GALINHA* é julgada como menos semelhante a *PÁSSARO* do que a *ANIMAL* porque as galinhas possuem várias propriedades (e.g., andam, encontram-se frequentemente em quintas) que tendem a ser características de *ANIMAL*, mas não de *PÁSSARO* (Medin & Smith, 1984).

1.2.1.3 Modelos clássicos de exemplares:

O Modelo de Contexto de Medin e Schaffer (1978)

Os modelos de exemplares provêm da crescente observação por parte dos investigadores de que as pessoas retêm informação de exemplares e a utilizam nas suas decisões de categorizar, manifestando por isso sensibilidade à variabilidade intracategorias. De facto, os resultados de investigações sobre classificação perceptiva (ver Tabela 2, a seguir) revelavam que a capacidade das pessoas para classificar estímulos era enviesada em relação a exemplares semelhantes àqueles que tinham sido recentemente encontrados (Brooks, 1987; Jacoby & Brooks, 1984).

Tabela 2 Exemplos de investigação sobre o efeito facilitador de episódios específicos em tarefas de identificação e classificação perceptiva

ESTUDO	PRINCIPAIS CONCLUSÕES
<u>Identificação perceptiva de palavras e figuras</u>	
Revisão de Brooks (1987)	O processamento prévio de episódios únicos influencia grandemente a identificação perceptiva de palavras e figuras, mesmo quando se referem a objectos altamente atípicos. A longevidade desses efeitos deve-se à aprendizagem episódica e não a efeitos temporários de primação.
<u>Classificação de objectos familiares: chávenas, garrafas, copos</u>	
Jacoby e Brooks (1984)	Itens iguais aos da fase de treino são categorizados mais rapidamente do que itens novos mais típicos da categoria. Itens novos mas apenas semelhantes, e não idênticos, a exemplares de treino previamente vistos uma vez no contexto experimental são categorizados, pelo menos, tão rapidamente quanto os itens que presumivelmente estavam a receber o benefício de muitas centenas de exposições a chávenas, garrafas e copos.
<u>Classificação em domínios artificiais bem descritos por regras desconhecidas</u>	
Whittlesea (1987)	Com pseudopalavras pronunciáveis formando duas categorias centradas nos protótipos NOBAL e FURIG e em condições de estudo que encorajavam os sujeitos a integrar o estímulo (e.g., pronunciá-las) em vez de analisá-las letra a letra, os resultados sugerem que o desempenho é baseado na memória de estímulos de treino individuais e não na abstracção e uso de protótipos da categoria.

Numa revisão sobre estas e outras evidências, Brooks (1987) concluiu que a abstracção de regras não era automática quando havia exposição a material novo e que, mesmo quando eram conhecidas regras, não eram suficientes para impedir o efeito facilitador de contextos e instâncias específicas no processo de categorização. No contexto das categorias naturais, alguns autores (Barsalou, Huttenlocher & Lamberts, 1998; Heit & Barsalou, 1996) demonstravam, também, a necessidade de supor a operação de princípios de instanciação na categorização, embora se tenham mantido agnósticos em relação à forma de os implementar. E outros (Storms, De Boeck & Ruts, 2000) evidenciavam a capacidade de indicadores baseados em exemplares (particularmente aqueles em que se assume que 7 a 10 exemplares estariam activados durante a categorização) preverem melhor, do que indicadores de protótipos, quatro medidas de estrutura interna das categorias (tipicidade percebida, rapidez da categorização nomeação da categoria e geração de exemplares).

Genericamente, como salientam Medin e Smith (1984), este conjunto de modelos assume que a representação de uma categoria corresponde simplesmente a um conjunto indefinido de descrições de alguns dos seus exemplares específicos, e não a uma descrição prototípica única. Para categorizar uma entidade, o sistema cognitivo tenta encontrar os exemplares mais semelhantes em memória. Por isso, no essencial, partilha um pressuposto fundamental da visão probabilística dos conceitos, a de que a categorização é baseada na semelhança entre a instância e a categoria. Barsalou (1992) observa que a maioria dos modelos de exemplares assume que o sistema cognitivo usa a busca em paralelo, que decorre automática e de forma não consciente. Especificamente, compara a sua descrição estrutural com todas as memórias de exemplares de todas as categorias simultaneamente. Mas tende a negligenciar os processos de construção de significados activos que afectam o processamento no momento, a codificação e a recuperação de informação (e.g., busca estratégica de exemplares).

Para o propósito desta secção é particularmente importante o modelo de exemplares de Medin e Schaffer (1978), apresentado pelos autores como uma alternativa tão eficaz quanto os modelos de protótipos que dominavam as explicações sobre o processo de categorização. O modelo adiciona vários postulados específicos ao pressuposto fundamental da categorização baseada em exemplares. Para determinar a semelhança de um par de exemplares, o modelo usa uma função ponderada (Medin & Schaffer, 1978; ver, também, Medin & Smith, 1984; Smith & Medin, 1981). Para cada atributo²⁸, a semelhança do par de estímulos é igual a 1, se os estímulos tiverem o mesmo valor, ou um valor d_i (para a dimensão i), se os estímulos diferirem. A semelhança total entre os estímulos corresponde ao produto das semelhanças em todas as dimensões. Os valores d (ponderações das dimensões) podem variar entre 0 e 1. Valores próximos de 1 significam que uma diferença nesta dimensão não reduz grandemente a semelhança percebida entre os dois objectos. Valores próximos de zero significam que a dimensão é muito relevante. Se os estímulos diferirem nessa dimensão, terão um valor total de semelhança próximo de zero, porque os valores de semelhança das várias dimensões são multiplicados (para mais pormenores, ver Medin & Schaffer, 1978). Como descreveram Medin e Schaffer (1978), a probabilidade de classificar um estímulo novo numa categoria

²⁸ E aqui é assumido que os atributos são dicotómicos.

é função da sua semelhança total com todos os membros dessa categoria, dividida pela sua semelhança total a todos os exemplares conhecidos (membros e não membros da categoria). É claro que outras regras de decisão poderiam ser adoptadas (para uma revisão, ver Barsalou, 1992; Barsalou & Hale, 1993).

Baseadas na experiência com a categoria, as pessoas podem abstrair e armazenar um protótipo da categoria (e.g., como registo de uma tentativa de definir o conceito), mas este tem o estatuto dos outros traços de memória. Pode ser fortemente usado numa nova tentativa de definir o conceito, mas, neste modelo, não tem qualquer papel para classificar um exemplar específico.

Este modelo (Medin & Schaffer, 1978) tem explicado com sucesso os desempenhos em tarefas de classificação como as descritas por Franks e Bransford (1971) e por Posner e Keele (1968). Por exemplo, os melhores desempenhos de classificação que se obtêm em relação a protótipos nunca apresentados na fase de treino, comparativamente com exemplares apresentados previamente, são bem previstos por modelos de exemplares puros (Medin & Schaffer, 1978). Como observa Hintzman (1986), a ideia geral é que, embora não apresentados durante o treino, os protótipos de categorias são com frequência altamente semelhantes a numerosas instâncias de treino da sua própria categoria e tendem a ser bastante diferentes das instâncias de treino de categorias alternativas. Em contraste, qualquer exemplar de treino pode ser altamente semelhante apenas a si próprio. A redundância em relação ao protótipo dá-lhe frequentemente vantagem em testes de classificação.

Resumindo, segundo esta visão, em vez de induzir uma definição ou abstrair um protótipo para uma categoria, as pessoas podem simplesmente armazenar memórias de exemplares específicos ou conjuntos de exemplares para representar a categoria. Em termos específicos, os exemplares a classificar servem como pista de recordação para aceder a informação armazenada. Por exemplo, quando classificam um novo estímulo, os indivíduos podem procurar na memória um exemplar ou exemplares mais semelhantes ao estímulo e classificar os novos estímulos por analogia com a categoria associada aos exemplares recuperados. Aliás, como suporte desta ideia, Medin e Schaffer (1978) controlaram a distância de itens à tendência central de duas categorias e manipularam a semelhança desses itens a exemplares conhecidos, demonstrando que a aprendizagem era

determinada pela semelhança a exemplares conhecidos e não pela distância a tendências centrais.

Implicações para as dimensões: estabilidade cognitiva e sensibilidade ao contexto

Porque os modelos de exemplares assumem que apenas traços episódicos estão, explicitamente, representados em memória e que incluem muitos detalhes da situação, em vez de abstraírem a partir deles, as suas **representações são situadas**. Por exemplo, as diferentes co-ocorrências de atributos correspondem a diferentes instâncias armazenadas e, portanto, são representadas explicitamente. Nos modelos que propõem representações abstraídas, as co-ocorrências de atributos existem apenas durante a categorização, mas depois perdem-se ou ficam representadas implicitamente, e permanecem apenas representadas as propriedades independentes. Este facto é apresentado por Smith e Medin (1981) como uma vantagem face aos modelos de protótipos, por permitir explicar a sensibilidade das pessoas às relações entre atributos e o uso de informação sobre co-variação de atributos no processo de categorização. Por exemplo, as pessoas sabem que os pássaros são tipicamente pequenos e cantam tipicamente, e essas propriedades estão correlacionadas de tal modo que é improvável que pássaros grandes cantem (Malt & Smith, 1984). Na visão prototípica, se o protótipo é o pássaro pequeno que canta, então prevê-se que pássaros grandes que não cantam difiram mais do protótipo e, por isso, sejam mais difíceis de classificar do que os pássaros que diferem apenas numa característica. A evidência é contrária a isto. Para os modelos de exemplares, que assumem que maior densidade de exemplares é encontrada nas regiões do espaço que reflectem a correlação (pequeno e canta; grande e não canta), a evidência não constitui problema.

Quanto à estabilidade, é um facto que se as representações mentais reflectem a experiência das pessoas e se estas experimentam diferentes distribuições de exemplares, as representações de uma mesma categoria variam previsivelmente entre indivíduos. Por outro lado, modelos de exemplares que pressupõem a recuperação parcial de exemplares prevêem instabilidade das representações. Por exemplo, diferentes pistas de recuperação activam exemplares diferentes, de acordo com o seu grau de semelhança à pista de recuperação (os modelos de exemplares que prevêem e dotam de significado teórico a

instabilidade cognitiva serão apresentados numa secção a seguir). Mas modelos de exemplares, como o de Medin e Schaffer (1978), onde a regra adoptada compara a semelhança média de um exemplar a todos os outros exemplares da categoria, podem ser relativamente estáveis. Estes modelos de semelhança média assumem que todas as memórias de exemplares para uma categoria são acedidas e aplicadas cada vez que a categoria é processada (Medin & Schaffer, 1978). E embora um conjunto de exemplares possa ser muito vasto, a sua aplicação constante ao longo de diferentes ocasiões é relativamente estável, com todos os exemplares a serem aplicados. Na apreciação de alguns autores (Barsalou, 1990, 2003b), estes modelos não mudam a representação da categoria de ensaio para ensaio, excepto por adição de novos exemplares, o que não é diferente de actualizar uma abstracção depois de cada novo exemplar. Ou seja, cada exemplar subsequente tem pouco impacto na categorização, dado o aumento do número de exemplares que influenciam o processo. E isso torna estas **representações de categorias tão estáveis** quanto as dos modelos de protótipos.

Ao contrário dos modelos clássicos de abstracção, os modelos de exemplares não abordam tipicamente a questão da organização do sistema conceptual. Note-se que estes modelos sugerem que as pessoas retêm representações mentais de episódios (que envolvem exemplares específicos e informação do contexto), mas que não estão ligados a um rótulo de uma categoria. Na melhor das hipóteses, a informação sobre a pertença a uma categoria está lá como se fosse mais um atributo da representação dos exemplares. E depois, cada vez que uma categoria é processada, as memórias de exemplares são acedidas com base em mecanismos de semelhança. Mas a coincidência requerida pelas regras de semelhança pode ser apenas parcial, o que coloca problemas em relação à base da semelhança (Barsalou & Hale, 1993; Murphy & Medin, 1985). A questão é quais os atributos que contribuem para a semelhança e quais não. Portanto, o problema não é tanto a métrica para medir a semelhança mas os meios de determinar a semelhança, já que os atributos relevantes podem variar muito entre contextos. Por isso, estes modelos podem revelar uma total falta de constrangimentos sobre que atributos constituem um conceito e em que termos se forma a coerência conceptual. Estes factos levaram alguns autores (e.g., Medin, 1989) a apontar como principal limitação desta visão o não responder adequadamente à necessidade de preservar recursos cognitivos limitados e,

especificamente, ao objectivo de economia cognitiva da categorização, o que não acontecia com a perspectiva teórica dos protótipos.

Não discordando, outros autores (e.g., Barsalou, 2003b) consideram que, mesmo assim, os modelos de exemplares produzem **implicitamente** uma **organização taxonómica**, através destes **mecanismos de semelhança** que controlam a recuperação de exemplares. Especificamente, quando um novo exemplar é apresentado a um modelo de exemplares, conjuntos de exemplares semelhantes tendem a tornar-se activos. Quanto mais uma memória de exemplar partilha propriedades com o novo exemplar mais activa se torna. Pode considerar-se que os conjuntos que resultam destes gradientes de activação implementam uma organização taxonómica implícita. Por exemplo, quando um novo cão é apresentado, os exemplares de *CÃO* tendem a tornar-se os mais activos, e também, mas em menor grau, os exemplares de *MAMÍFERO* e de *ANIMAL* (exemplo retirado de Barsalou, 2003b, p.8).

Estes mecanismos são igualmente consistentes com julgamentos de semelhança de conceitos em diferentes níveis hierárquicos. Recorrendo a um exemplo de Medin e Smith (1984, p.118), *GALINHA* pode ser avaliada como mais semelhante a *ANIMAL* do que a *PÁSSARO* porque os exemplares específicos associados a *GALINHA* podem partilhar mais propriedades com os melhores exemplares de *ANIMAL* do que com os melhores exemplares de *PÁSSARO*.

1.2.1.4 Modelo Neoclássico

No início dos anos 80, estudos mostraram que efeitos de tipicidade, a suposta marca distintiva de uma estrutura baseada na semelhança familiar, habitualmente atribuídos à existência de atributos característicos, também se observavam em categorias de definição estrita (Armstrong, Gleitman & Gleitman, 1983).

Note-se que estas evidências surgiram numa altura em que apareceram uma série de teorias híbridas. Por exemplo, Osherson e Smith (1981) tinham anteriormente tentado recuperar o modelo clássico incluindo alguns aspectos da concepção probabilística como enquadramento. Estes autores sugeriram que o núcleo conceptual era tudo-ou-nada e que

os protótipos e outra informação não essencial sobre o conceito eram usados fundamentalmente para identificação, mas que não faziam parte do conceito num sentido estrito (Osherson & Smith, 1981). A relevância desta distinção era que podiam coexistir uma estrutura prototípica e um núcleo que estaria em conformidade com a visão clássica. Mas, apesar destes autores terem notado esta possibilidade, não encontraram evidência que a suportasse. Foram Armstrong e colaboradores (1983) que forneceram essa evidência. Estes autores investigaram conceitos que com certeza teriam um núcleo definidor, por exemplo, *NÚMERO ÍMPAR*. A intenção dos autores era mostrar que mesmo para esses conceitos era possível demonstrar efeitos de tipicidade. E, de facto, os sujeitos avaliavam as instâncias desse conceito como variando em tipicidade e categorizavam instâncias típicas mais rapidamente do que as atípicas (Armstrong et al., 1983). Para estes autores, as diferenças de grau de tipicidade entre exemplares não reflectiam directamente uma estrutura representacional. Revelavam, contudo, que ambos os tipos de categorias podiam conter representações conceptuais de natureza dual. Como salienta Marques (1997), o que os autores propunham era que um núcleo (*core*) de atributos suficientes e necessários, capaz de explicar o raciocínio sobre conceitos e determinar em última análise os julgamentos de pertença à categoria, podia coexistir com uma função de identificação utilizada para classificações rápidas e explicar os efeitos de tipicidade verificados.

Outra abordagem conceptual é defendida por Rey (1983). No essencial, ao sugerir uma taxonomia das funções dos conceitos, Rey (1983) defendia que os conceitos tinham também funções metafísicas, para além das funções epistemológicas consideradas pelas propostas duais anteriores. Assim, “mesmo que do ponto de vista epistemológico o núcleo e a função de identificação sejam indiferenciados, é possível uma distinção ao nível das funções metafísicas em relação ao núcleo” (Marques, 1997, p.94), que pode estar inacessível às pessoas. Tais funções metafísicas (as condições de verdade sobre o que existe) eram atribuídas aos núcleos dos conceitos e correspondiam à definição objectivamente correcta de uma categoria que podia existir independentemente da observação humana (Rey, 1983). Neste sentido, como nota Marques (1997), relacionavam-se mais com uma investigação de como o mundo é (o que existe, o que é verdadeiro) do que com o modo como as pessoas concebem esse mundo externo. Mas o facto destas propriedades definidoras serem desconhecidas, ou inacessíveis, não impedia uma

utilização eficaz do conceito (Rey, 1983), nomeadamente nas questões sobre como as pessoas se envolvem no processo de categorizar, correcta ou incorrectamente. Na essência, Rey (1983) considerava que os julgamentos de inclusão com base em informação típica revelavam importantes características do acesso das pessoas ao sistema das suas crenças. “Mas questionava a relevância dessas características para uma teoria de conceitos, para as condições de identidade dos conceitos” (Rey, 1983, p.238). Na realidade está a propor contornar, de modo não verificável, a dificuldade da visão clássica em identificar os núcleos definidores da maioria dos conceitos, considerando que em muitas circunstâncias não estão acessíveis (Marques, 1997, p.97).

Implicações para as dimensões: estabilidade cognitiva e sensibilidade ao contexto

Pela sua semelhança conceptual a pressupostos cruciais da visão clássica e dos modelos de protótipos, a **estabilidade** e a **natureza não situada** caracterizam estas representações (para mais desenvolvimentos, ver referências aos modelos citados na presente secção). No que se refere aquilo que faz parte de um conceito no sentido estrito, que dá coerência conceptual, parece que o modelo neoclássico mantém **princípios organizadores do sistema conceptual semelhantes aos do modelo clássico**. Em última análise pode-se pensar neste modelo como uma tentativa da visão clássica defender a existência dos núcleos definidores, lidando com as evidências de efeitos de tipicidade em categorias de definição estrita. E, neste sentido, apenas propriedades definidoras fazem parte dos conceitos num sentido estrito.

Independentemente da teoria de conceitos subjacente, é um facto que a maioria das ~~pe~~ pe ~~so~~ so ~~as~~ as ~~acredita~~ acredita ~~que~~ que ~~existem~~ existem ~~propriedades~~ propriedades ~~necessárias~~ necessárias ~~e~~ e ~~suficientes~~ suficientes ~~que~~ que ~~definem~~ definem ~~os~~ os ~~con~~ con ~~ceitos~~ ceitos. Na verdade, os indivíduos são renitentes em admitir que não existem verdadeiras propriedades definidoras, mesmo quando não conseguem produzir uma (Rosch & Mervis, 1975). E quando questionadas sobre se certas categorias são tudo-ou-nada ou têm uma pertença gradativa, as pessoas têm aparentemente uma forte crença de que existem atributos definidores para categorias, apesar do insucesso dos psicólogos, linguistas e filósofos em descobri-los (Armstrong et al., 1983; Kunda, 2003). Os modelos de base teórica, desenvolvidos a seguir, tentam explicar donde vêm essas crenças.

Tratam-se de teorias híbridas que sugerem “uma organização dos conceitos baseada no conhecimento geral e específico dos sujeitos considerando as suas teorias intuitivas sobre o mundo” (Marques, 1997, p.98). Uma predição natural destes modelos é que teorias intuitivas sobre um domínio sugiram que certas propriedades são “definidoras”. Ou seja, teorias acerca do mundo podem influenciar fortemente a maneira como os indivíduos percebem os seus conceitos. Um Modelo de Base Teórica (Murphy & Medin, 1985) é usado a seguir para: (a) ilustrar abordagens que defendem que a semelhança pode ser um produto da coerência conceptual em vez do seu determinante, no sentido em que ter uma teoria que relaciona objectos pode fazê-los parecer semelhantes; (b) constatar que esta mudança de pressupostos, em relação aos modelos anteriores, não implica aparentemente visões menos estáticas das representações de categorias.

Assim, até agora referimo-nos a modelos que encaram as representações mentais de categorias como estáticas e para os quais a noção de semelhança perceptiva está na base quer dos julgamentos de pertença à categoria quer da coerência das mesmas. Por exemplo, tradicionalmente, os modelos clássicos de abstracção assumem que a importância de uma característica é determinada pela sua distribuição estatística (validade da pista e validade da categoria) entre os membros da categoria e das suas categorias contrastantes. Em geral, esta abordagem é uma boa heurística. Características importantes de uma categoria são muitas vezes aquelas que são associadas aos seus membros. Mas há, como veremos, visões para quem o princípio de semelhança é insuficiente para explicar a coerência conceptual. Por um lado, não apresentam quaisquer constrangimentos que definam os aspectos em que a semelhança será avaliada. Tversky (1977) propõe uma teoria de semelhança que vê a semelhança entre objectos como função do número de atributos comuns a ambos e o número de atributos únicos de cada, ponderada pela saliência ou importância de cada atributo. Mas, na verdade, dois objectos podem partilhar um número infinito de atributos e, igualmente, a lista de diferenças pode ser infinita (Murphy & Medin, 1985). Claramente algum conhecimento adicional sobre a natureza do mundo deve guiar as escolhas sobre os atributos e ajudar a determinar aqueles que constarão nos julgamentos de categorização e que pesos atribuir a cada atributo (Murphy & Medin, 1985). Por outro lado, a classificação baseada apenas na semelhança ignora relações entre atributos: O facto das categorias serem tratadas como

listas de atributos não relacionados e a categorização ser baseada no número de atributos que a instância e categoria partilham ignora que as pessoas possuem conhecimento vasto sobre relações entre atributos e de se basearem frequentemente nele para fazerem classificações (Murphy & Medin, 1985). Markman e Ross (2003) salientam, contudo, que estes modelos poderiam incorporar informação sobre o grau em que os atributos co-ocorrem, usando uma função de semelhança estruturada adequadamente (como uma função multiplicativa).

1.2.1.5 Modelos de Base Teórica

O Modelo de Base Teórica de Murphy e Medin (1985) argumenta que as abordagens anteriores podem estar incompletas por não enfatizarem o papel do conhecimento prévio na aprendizagem de categorias e no processo de categorização. Segundo estes autores, não se trata de propor um novo modelo de representação conceptual mas de defender a utilidade de pensar em conceitos como embutidos em teorias, de exaltar a relação entre conhecimento conceptual e conhecimento teórico. E, portanto, de estender a noção de semelhança para que inclua o conhecimento teórico. Estes autores propõem que as teorias intuitivas dos indivíduos sobre o mundo fornecem um enquadramento para a organização dos conceitos. E sugerem que os conceitos são coerentes na medida em que coincidem com o conhecimento geral das pessoas ou com as suas teorias intuitivas sobre o mundo (Murphy & Medin, 1985). Estas teorias ajudam a relacionar conceitos num domínio e a estruturar atributos que fazem parte de um conceito; influenciam tarefas conceptuais, fornecendo por exemplo um enquadramento para as avaliações de semelhança subjacentes aos julgamentos de pertença à categoria.

O Modelo de Base Teórica obteve suporte de diferentes linhas de investigação que exploram o papel do conhecimento teórico na representação e uso dos conceitos (para uma revisão, ver Marques, 1997; Kunda, 2003). Alguns estudos testam a influência de conhecimento prévio na aprendizagem de conceitos e na classificação de itens em categorias. Segundo Wisniewski (1995), as pessoas trazem frequentemente para uma situação de aprendizagem conhecimento prévio não relacionado com a categoria. Num dos seus estudos (Wisniewski, 1995, Experiência 4), foi dada informação sobre a função de

uma categoria e apresentaram-se itens que possuíam características muito distintas e muito comuns de membros de uma categoria e não de outra. Verificou-se que, comparativamente com a condição de controlo, era mais provável os participantes classificarem esses itens como membros da categoria cujas características tinham menos validade de pista e de categoria, mas que possuíam mais relevância para a função da categoria. Isto porque esses itens continham uma configuração de características que eram coerentes com a função da categoria. Genericamente, estes resultados sugerem que os modelos de categorização devem representar hierarquicamente o conhecimento sobre uma categoria, de modo que as características estejam explicitamente ligadas a princípios mais abstractos (i.e., funções e ideais). Um tipo diferente de evidência para a importância das teorias na organização de conceitos vem da existência de categorias derivadas a partir de objectivos (Barsalou, 1983, 1985) que se mantêm coesas apesar dos seus membros partilharem pouca semelhança familiar só por causa da sua relação causal com um princípio organizador.

Implicações para as dimensões: estabilidade cognitiva e sensibilidade ao contexto

Um dos autores que remete a discussão para esta questão é Barsalou (1993), ao observar que este modelo minimiza a influência dos aspectos perceptivos na formação e utilização dos conceitos. Ao privilegiar essencialmente o papel do conhecimento geral, que é estável e não específico da situação, na percepção, torna-se demasiado **estático e insensível ao contexto** (Barsalou, 1993). A este propósito, Murphy e Medin (1985) defendem que não tentam reduzir as questões de representação conceptual à representação teórica. Mas a verdade é que, com frequência, os autores que preconizam estes modelos admitem que as teorias intuitivas são capazes de explicar o conjunto de propriedades de uma instância, os julgamentos de pertença e a coerência conceptual com base em critérios que minimizam absolutamente o princípio da semelhança perceptiva (Murphy & Medin, 1985; Wisniewski, 1995; para um comentário com o mesmo teor, ver também Shanks, 1997). Apesar disso, a evidência não seria ainda suficientemente forte para apoiar uma visão de que todos os conceitos estão organizados inteiramente por teoria de tal modo que todos os atributos tenham uma relação explicativa com o conceito como um todo, assim como com os outros atributos. Muito provavelmente, muitos

conceitos contêm alguma informação causal assim como outra informação não relacionada com teoria; e, neste sentido, parte da sua estrutura pode sempre estar organizada de acordo com princípios independentes da teoria. Por outro lado, até à data a investigação tem-se focado na demonstração de que a teoria deve ter tido um papel no uso dos conceitos, mas tem havido muito poucas tentativas para medir o conhecimento teórico e para prever o seu impacto.

Pertinentemente, quer se assuma que as categorias são fundadas na semelhança perceptiva quer se assuma que as categorias estão embutidas em teorias gerais intuitivas, e que estes são princípios organizadores do sistema conceptual, ambas as visões tendem a ignorar o contexto. A semelhança perceptiva refere-se às correlações naturais (estáveis) do ambiente e tem um papel central a estabelecer as relações de inclusão que estão na base da hierarquia taxonómica (Rosch, 1978). As teorias gerais referem-se ao conhecimento geral e estável sobre a estrutura intrínseca dos objectos e limitam as relações de semelhança que produzem categorias individuais e conjuntos de categorias (Murphy & Medin, 1985). Dado que nem a semelhança perceptiva nem a estrutura intrínseca das categorias são específicas da situação, as categorias são geralmente concebidas como independentes da situação em que são usadas.

Resumindo, nesta secção detalhou-se um conjunto de modelos de conceitos que denominámos por “visões ou abordagens estáticas”. Genericamente, o trabalho inicial sobre aprendizagem de categorias assumia que as pessoas abstraem definições de categorias. Posner e Keele (1968) sugeriram, em alternativa, que as pessoas abstraem protótipos que continham propriedades características dos exemplares, em vez de propriedades definidoras. Franks e Bransford (1971) propuseram uma visão semelhante. Rosch e colegas exploraram mais tarde as representações abstractas em categorias naturais (Rosch & Mervis, 1975). Depois de anos a explorar modelos de abstracção, os teóricos (e.g., Brooks, 1978; Medin & Schaffer, 1978) descobriram que modelos de exemplares podiam explicar as maiores tendências na aprendizagem de categorias. Armazenando apenas exemplares e utilizando mecanismos de recuperação básicos, estes autores verificaram que estes modelos se podiam comportar como se tivesse havido abstracção de informação de tendência central, sem que tal tivesse acontecido. Mesmo

assim, os pressupostos de certos modelos de exemplares (Medin & Schaffer, 1978) conduzem a uma estabilidade cognitiva equivalente à que as visões de abstrações mais clássicas supõem. Assim, e à semelhança do que se tem verificado com as categorias sociais, também as suposições, muitas vezes implícitas, sobre a estabilidade e insensibilidade ao contexto dominaram o pensamento teórico sobre a natureza das representações mentais de categorias não sociais. Contudo, como veremos na secção seguinte, quando investigação objectivamente interessada testou explicitamente a estabilidade dessas representações, os seus resultados contrariaram profundamente as visões mais clássicas. O conhecimento que representa as categorias não sociais tem-se revelado altamente idiossincrático, dinâmico e dependente de mecanismos de recuperação, a tal ponto que: (a) a distinção entre um conhecimento geral e um episódico tem enfraquecido; e (b) os pressupostos de estabilidade defendidos pelas visões clássicas dos conceitos começam a ser encarados como formas que obscurecem mecanismos importantes subjacentes, nomeadamente, ao uso do conhecimento geral em tarefas conceptuais.

1.2.2 A instabilidade e sensibilidade ao contexto das representações de categorias não sociais: dados empíricos

Até agora enfatizou-se o facto de durante décadas as teorias dos conceitos terem concebido as representações de categorias como entidades estáticas e insensíveis ao contexto. E, no entanto, como será discutido na secção seguinte, ao longo de décadas a instabilidade conceptual tem sido demonstrada e a importância do contexto tem sido documentada. Numa revisão selectiva de literaturas relevantes (Yeh & Barsalou, 2006) encontram-se descritos os efeitos do contexto no processamento conceptual em várias tarefas (recordação, reconhecimento categorização, decisão lexical, verificação de propriedades, geração de propriedades) e em várias áreas da cognição (memória episódica, processamento conceptual, reconhecimento de objectos visuais, compreensão da linguagem). Com base nessas evidências, alguns autores (Barsalou, 2003b; Yeh & Barsalou, 2006) sugeriram que os conceitos são instáveis e, em vez de abstraídos do

contexto, situados. Nesta secção faz-se referência a investigação que avalia de forma directa essa instabilidade conceptual e esses efeitos do contexto durante o desempenho de tarefas conceptuais clássicas como os julgamentos de pertença a uma categoria, a geração de propriedades, os julgamentos de tipicidade, etc. Estas são algumas medidas da estrutura interna das categorias que assumem particular relevância no estudo da natureza das representações categóricas e do comportamento de categorização (para uma revisão de uma taxonomia de medidas das dimensões de estrutura interna das categorias, ver Marques, 1997).

1.2.2.1 Instabilidade conceptual

Na estrutura gradativa e nos julgamentos de tipicidade

Uma quantidade imensa de literatura cognitiva sobre categorização tem demonstrado que a organização de categorias assume a forma de uma estrutura gradativa (Medin & Smith, 1984; Smith & Medin, 1981). Numa categoria, a estrutura gradativa refere-se ao gradiente de representatividade de cada membro da categoria.

Todas as categorias – sejam taxonómicas, difusas, definidas pela lógica ou dirigidas para objectivos – possuem uma estrutura gradativa, no sentido em que alguns membros são melhores exemplos da categoria do que outros (para uma revisão, ver Medin & Smith, 1984; Smith & Medin, 1981). Por exemplo, o número “3” é considerado um melhor exemplo da categoria formal *NÚMEROS ÍMPARES* do que o número “501” (Armstrong, et al., 1983). À semelhança, “*blusão polar forrado*” é considerado por estudantes americanos como melhor exemplo da categoria dirigida para objectivos *ROUPA PARA VESTIR NA NEVE* do que um “*pulóver*” (Barsalou, 1985).

Como revêem Medin e Smith (1984) e Smith e Medin (1981), a estrutura gradativa parece ser a variável mais importante para prever o desempenho numa variedade de tarefas de categorização. É central para prever o tempo que leva a classificar algo como membro de uma categoria, com os exemplares típicos a serem identificados mais rapidamente do que os exemplares atípicos (McCloskey & Glucksberg, 1979). É central para prever a frequência com que as pessoas geram membros da categoria, com os

exemplares típicos a serem gerados mais frequentemente do que os atípicos (Barsalou, 1983, 1985). Contudo, esta suposta marca típica da estrutura baseada na semelhança familiar (Rosch & Mervis, 1975) revela-se ela própria instável, como demonstram os estudos a seguir descritos.

Em várias tarefas conceptuais, os participantes recebem, tipicamente, como exemplares de categorias, palavras isoladas (e.g., "cão" para *ANIMAL*). E, nessas condições, os indivíduos exibem tipicamente uma enorme instabilidade no modo como representam a nível conceptual os exemplares. Essa instabilidade tem sido, por exemplo, observada nos julgamentos de tipicidade de exemplares de categorias.

Sem dúvida, os estudos iniciais (Rosch, 1975) que avaliaram a estabilidade dos gradientes de tipicidade relataram uma estabilidade na ordem de .90. À semelhança, Armstrong e colaboradores (1983) relataram níveis de acordo entre participantes de .90 ou superiores, sugerindo que as pessoas são quase unânimes na sua percepção da estrutura gradativa. No entanto, estes autores, avaliaram o acordo com medidas de estabilidade do grupo, as quais são enviesadas pelo tamanho da amostra (Barsalou, 1989, 2003b). Ou seja, o que eles mostraram foi que a estabilidade dos julgamentos de tipicidade médios para a amostra podia ser obtida quando um número suficiente de participantes contribuía para as avaliações médias (i.e., o teorema do limite central), e apesar do acordo médio entre pares de participantes ser pequeno. Para avaliar o acordo entre participantes individuais, outras medidas de estabilidade teriam sido necessárias. Desejavelmente, o acordo deveria ser medido por estatísticas que estimassem a correlação média entre pares de sujeitos de uma amostra e cujos valores médios não fossem influenciados pelo tamanho da amostra (Barsalou et al., 1986; ver também Bellezza, 1984^a, 1984b, 1984c). E quando essas medidas foram usadas, os resultados foram, de facto, bem diferentes.

Barsalou (1987, 1989, 1993) relatou essas medidas e elas evidenciaram, ao longo dos estudos, correlações médias entre pares de participantes de apenas .40. Ou seja, diferentes indivíduos parecem ter usado protótipos muito diferentes para julgar a tipicidade de exemplares. E uma variedade de manipulações teve pouco efeito sobre este nível de acordo (ver Barsalou et al., 1986): (a) Os participantes que julgaram 16 exemplares por categoria não mostraram menos acordo (.45) do que os participantes que julgaram 8 exemplares por categoria (.42); (b) o acordo foi relativamente pouco afectado pelo tipo de categoria, com as categorias taxonómicas comuns a evidenciarem ligeiramente mais

estabilidade do que as categorias derivadas a partir de objectivos; e (c) o acordo foi ligeiramente maior quando os participantes assumiram o ponto de vista, culturalmente partilhado, do americano médio (.55) do que quando assumiram o seu próprio ponto de vista (.46).

Adicionalmente, como reviu Barsalou (1987, 1989), quando o mesmo indivíduo julgou a tipicidade dos mesmos exemplares de categorias em duas ocasiões separadas por um intervalo de semanas, a correlação dos julgamentos nas duas sessões foi de .80. Tal variabilidade no desempenho parecia implicar outra vez instabilidade no modo como as pessoas representam as categorias. Também aqui os níveis de acordo foram relativamente pouco afectados pelos diferentes pontos de vista que os participantes assumiam, pelo tipo de categoria, pela preservação, ou não, da ordem em que os exemplares eram apresentados nas duas sessões, e pelo número de exemplares apresentados (Barsalou et al., 1986). Estas duas últimas manipulações serviram para avaliar se o esquecimento explicava a instabilidade obtida, já que alterar a ordem dos exemplares e aumentar o seu número dificultaria a tarefa e conduziria a uma menor retenção dos julgamentos de tipicidade efectuados (para uma revisão, ver Barsalou et al., 1986). Estes autores (Barsalou et al., 1986) avaliaram, ainda, a estabilidade dos exemplares com vários níveis de tipicidade e mostraram que os julgamentos para exemplares em todos os níveis de tipicidade mudaram frequentemente. Mas os julgamentos para exemplares moderadamente típicos mudaram mais (o que mostrou que a instabilidade obtida não podia ser devida ao desconhecimento e incerteza no julgamento de exemplares atípicos).

Vários autores observaram uma instabilidade semelhante noutras tarefas conceptuais.

Na geração de propriedades

Nesta tarefa pede-se tipicamente aos indivíduos que descrevam as representações das categorias enquanto pensam sobre elas. Como comenta Barsalou (1987, 1989), por estarem a relatar os conteúdos da memória de trabalho, esta é provavelmente uma abordagem mais precisa e directa para avaliar as representações de categorias.

Barsalou (1987, 1989) relata que, quando os participantes geraram propriedades de uma categoria, apenas 40% das propriedades do protocolo de um indivíduo ocorreram em média no protocolo de outro indivíduo. Mais, apenas 67% das propriedades do protocolo de um indivíduo ocorreram para o mesmo indivíduo e para a mesma categoria, duas semanas mais tarde.

Como descreveram Barsalou e colaboradores (1987), o nível baixo de acordo entre participantes²⁹ foi relativamente pouco afectado por uma variedade de manipulações: (a) o acordo foi apenas marginalmente maior para categorias derivadas a partir de objectivos (.22) do que para categorias taxonómicas comuns (.18); e (b) os participantes que produziram ideais (.22) mostraram mais estabilidade do que os participantes que produziram médias (.17). Por outro lado, os participantes que produziram definições (.44) não mostraram maior acordo do que os participantes que produziram protótipos (.45)³⁰. Ainda, o acordo também não variou entre conceitos bem definidos (com condições necessárias e suficientes), como *MAMÍFERO* ou *SOLTEIRO*, e conceitos vagos sem condições necessárias e suficientes, como *JOGO* e *MOBÍLIA*.

Bellezza (1984b, 1984c) observou também a estabilidade da geração de propriedades, tal como a estabilidade da geração de exemplares (1984a). Coincidentes com os resultados de Barsalou e colaboradores (1987), os níveis de acordo entre participantes são baixos para categorias abstractas (.18), categorias sobreordenadas (.20), categorias de nível básico (.28) e descrições de pessoas famosas (.21).

No mesmo sentido, o baixo nível de acordo intra-indivíduo foi também pouco afectado por uma variedade de manipulações (Barsalou et al., 1987): (a) Não foi afectado pelo ponto de vista assumido (entre .40 e .45); (b) foi o mesmo quando os participantes produziram ideais (.45) ou médias (.41), mas foi maior para categorias derivadas a partir de objectivos (.45) do que para categorias taxonómicas comuns (.41)³¹; (c) foi o mesmo para definições (.66) e protótipos (.67).

²⁹ Calculado com base na correlação de elemento comum (ver Bellezza, 1984a, 1984b, 1984c)

³⁰ Especificamente, este padrão de resultados não suporta a visão dos modelos neoclássicos que propõe representações mentais de categorias com núcleos definidores e funções de identificação baseadas na tipicidade (Armstrong et al., 1983; Osherson & Smith, 1981). De acordo com estes modelos, os núcleos definidores, que reflectem invariantes naturais e lógicos, deveriam ser mais estáveis do que as funções de identificação, que reflectem a experiência pessoal. Contudo, os indivíduos que produziram definições nas experiências de Barsalou e colaboradores (1987) não mostraram maior estabilidade do que os que produziram protótipos.

³¹ Apenas uma destas diferenças idênticas foi significativa porque os dois testes variaram no poder estatístico.

Bellezza (1984b, 1984c) pediu igualmente aos participantes que fornecessem definições de nomes, sendo que cada pessoa definiu cada nome duas vezes, com dois dias de intervalo. Se as pessoas tivessem cernes estáveis que definissem as categorias independentemente de especificidades da situação, seria razoável que fossem capazes de aceder a eles quando lhes fosse pedido para definir as palavras. Surpreendentemente, este autor encontrou níveis de acordo comparáveis aos já observados por outros autores para categorias abstractas (.43), sobreordenadas (.46), de nível básico (.54), descrições de pessoas famosas (.55) e descrições de amigos pessoais (.38), confirmando uma substancial instabilidade.

Ainda outras tarefas, para além dos julgamentos de tipicidade e da geração de propriedades, mostraram instabilidade semelhante no modo como as pessoas concebem categorias.

Na verificação da pertença à categoria

Como sugere Barsalou (1987, 1989), poder-se-ia argumentar que a instabilidade na geração de propriedades reflecte simplesmente uma amostragem aleatória da informação contida em representações invariantes. Talvez as representações invariantes se manifestem apenas em tarefas mais lógicas, como determinar a pertença à categoria ou pensar sobre categorias (Armstrong et al., 1983; Osherson & Smith, 1981; Smith & Medin, 1981). Ou seja, talvez as pessoas não possam relatar directamente os cernes estáveis e independentes do contexto, mas esses cernes apareçam indirectamente em tarefas de pertença a categorias. Se, por exemplo, as representações invariantes são usadas nos julgamentos de pertença, então os julgamentos de pertença a categorias deveriam ser relativamente estáveis. No entanto, McCloskey e Glucksberg (1978) pediram aos participantes para atribuírem categorias de nível básico a categorias sobreordenadas, em duas sessões separadas por um mês. Cerca de 25% das categorias de nível básico mudaram a pertença em relação às categorias sobreordenadas, indicando considerável instabilidade nos critérios usados para julgar a pertença.

Juntos, os resultados dos estudos citados de teste-reteste longitudinal evidenciam uma instabilidade relevante das representações subjacentes às categorias não sociais.

Kanhehan e Miller (1986) reviram numerosos resultados na tomada de decisão social que podem ser interpretados como demonstrando também instabilidade. E L. Smith e Samuelson (1997) reviram essa instabilidade na aprendizagem de palavras por crianças.

Contudo, têm sido sugeridas algumas interpretações alternativas para estes resultados.

1.2.2.2 Interpretações alternativas para a instabilidade conceptual

Instabilidade devida ao erro de medida

Uma possibilidade é que a instabilidade demonstrada **reflecta simplesmente ruído**. A instabilidade das respostas dos participantes podia ser em parte devida ao instrumento de medida em si e em parte às condições que envolveram o teste (Barsalou, 1989, 1993, 2003b). E, neste caso, os estudos anteriores teriam servido apenas para documentar o erro de medida. De facto, o problema metodológico central no estudo da instabilidade das representações mentais é o da distinção entre parâmetros relacionados com a precisão, estabilidade e mudança. As investigações interessadas na estabilidade de atributos psicológicos utilizam normalmente a correlação teste-reteste. E esta correlação pode ser informativa mas, muitas vezes, confunde conceitos de estabilidade dos traços com a precisão do teste, comprometendo a utilidade dos resultados (para uma discussão mais aprofundada, ver McArdle & Woodcock, 1997). Alguns estudos procuraram ultrapassar esta dificuldade.

Num estudo não publicado (ver Barsalou, 1989, 2003b), os autores obtiveram um acordo de .94 entre participantes e de .98 intraparticipantes quando a tarefa se tratava de ordenar os mesmos exemplares pela sua altura física em vez de pela sua tipicidade. Os resultados mostraram que a tarefa de ordenação era altamente sensível e relativamente livre de ruído quando a altura era julgada. Tornando-se, portanto, plausível, para os autores, que nos julgamentos de tipicidade a maior instabilidade resultasse dos diferentes participantes recuperarem diferente informação para representar a categoria.

No mesmo sentido, Barsalou e colaboradores (1986) manipularam o intervalo de tempo entre a sessão 1 e a sessão 2. Como o erro de medida deveria ocorrer

independentemente do intervalo de tempo, os autores esperavam que não se observasse qualquer impacto na instabilidade intra-indivíduo, mantendo-se constante passada um hora, um dia, uma semana, duas semanas, ou um mês. Ao contrário, os resultados revelaram um declínio no acordo intra-indivíduo desde uma hora até uma semana, onde o nível de acordo atingiu a assíntota³².

Outras soluções para este problema encontram, provavelmente, paralelo em alternativas sugeridas por outras literaturas. Por exemplo, a literatura sobre desenvolvimento cognitivo (McArdle & Woodcock, 1997) revela que, com dados que diferem no intervalo de tempo entre testes repetidos, num desenho *time-lag*, é possível que modelos de equações estruturais discriminem a instabilidade do conceito do erro de medida. Como descrevem McArdle e Woodcock (1997), nestes desenhos experimentais, introduzem-se variações no intervalo de tempo entre o teste e o reteste, ou seja, a amostra é dividida em múltiplos grupos com tempos de intervalo teste-reteste diferentes. De acordo com as previsões de modelos que definem padrões de mudança, as equações lineares são traduzidas num conjunto de expectativas estatísticas para as médias e co-variâncias de todas as medidas observadas em todas as ocasiões. Estas são comparadas com as estatísticas observadas para formar parâmetros óptimos (para uma revisão sobre as abordagens para estabelecer valores de parâmetros num modelo, ver Hastie & Stasser, 2000; ver também McArdle & Woodcock, 1997). A comparação dos valores estimados dos parâmetros resultantes do modelo com os valores observados conduz ao cálculo de uma probabilidade para avaliar o ajustamento das predições do modelo aos dados observados (mas novamente, ver McArdle & Woodcock, 1997).

~~Instabilidade-devida-a-mecanismos-de-recuperação-estocásticos~~

Os resultados, atrás descritos, em condições que manipulavam o intervalo de tempo entre a sessão 1 e a sessão 2 (Barsalou et al., 1986) contrariaram também a hipótese da instabilidade reflectir uma flutuação aleatória na recuperação (para uma discussão sobre processos aleatórios, ver Hastie & Stasser, 2000). Como sugeriram Barsalou e

³² Resultados concordantes foram obtidos na literatura da cognição social que testou a instabilidade intra-individual dos estereótipos (Garcia-Marques et al., 2006), onde foi possível exibir diferentes graus de instabilidade em condições que não deveriam afectar o erro de medida. Atributos considerados mais centrais revelaram-se menos instáveis do que os considerados menos centrais, e exemplares mais típicos foram recuperados ao longo das sessões com maior precisão do que os exemplares menos típicos.

colaboradores (1986), se as propriedades fossem recuperadas aleatoriamente cada sessão seria um evento independente, e as sessões não deveriam estar relacionadas de nenhuma maneira. Consequentemente, o intervalo que separa as sessões não deveria afectar o grau em que as propriedades recuperadas diferiam. Contrariamente a esta hipótese, a estabilidade intra-individual depois do intervalo de uma semana não reflectiu uma flutuação aleatória (Barsalou et al., 1986).

Instabilidade devida a exemplares atípicos ou devida ao esquecimento

Resultados adicionais (Barsalou et al., 1986; para uma revisão, ver Barsalou, 1989), já descritos numa secção deste trabalho (1.2.2.1 Instabilidade conceptual na estrutura gradativa e nos julgamentos de tipicidade), excluíram ainda **interpretações da instabilidade baseadas em exemplares atípicos ou no esquecimento.**

Instabilidade devida a diferença no conhecimento

Alguns autores (Barsalou, 1993; Yeh & Barsalou, 2006) analisaram ainda a hipótese da **instabilidade** obtida nestas tarefas conceptuais **reflectir diferenças no conhecimento** subjacente que as pessoas armazenam **na memória a longo prazo para cada categoria.** Mas um estudo descrito por Barsalou (1993) contradiz esta hipótese. Propriedades produzidas por diferentes participantes para uma categoria foram apresentadas como uma única amostra a um novo grupo de participantes. Nestas circunstâncias, o acordo entre eles, sobre se cada propriedade era potencialmente verdadeira para a categoria, foi muito elevado (.97). O acordo intra-individual foi igualmente elevado (.98). Barsalou (1993) sugere que se os diferentes indivíduos tivessem conhecimento diferente então deveriam diferir nos seus julgamentos de validade das propriedades. À semelhança, se o conhecimento de um dado indivíduo sobre uma categoria mudasse ao longo do tempo, as suas avaliações de validade das propriedades deveriam alterar-se também (Barsalou, 1993). Contrariamente, os resultados parecem sugerir que pessoas diferentes armazenam informação semelhante para a mesma categoria na memória a longo prazo e que essa informação permanece altamente estável em cada indivíduo ao longo do tempo. Barsalou (1987, 1989, 1993) interpreta esses resultados dizendo que a tremenda flexibilidade obtida

nas experiências deve-se ao facto de um conceito ser um sistema dinâmico que produz uma variedade de representações, dependendo das condições do momento (os desenvolvimentos teóricos de Barsalou sobre a instabilidade conceptual serão apresentados no capítulo seguinte).

Ainda, para Bellezza (1984b; 1984c), os resultados da instabilidade sugerem que a recuperação de informação da memória semântica é um processo probabilístico que ocorre apenas com um nível de precisão modesto. Este autor sugere que a palavra não é uma unidade de significado válida e que também não é mais precisa a recuperação de informação que diz respeito a referentes específicos, pessoas específicas. Segundo Bellezza (1984b) é também possível que uma única palavra não seja adequada como pista para recuperar informação; talvez mais informação deva ser adicionada à pista de recuperação para haver mais precisão; o contexto é muito importante na compreensão e recuperação de informação. Smith e Samuelson (1997) chegam a conclusões semelhantes depois de reverem resultados da literatura sobre desenvolvimento conceptual.

Para além dos estudos que têm testado a estabilidade das representações de categorias através de uma metodologia de teste-reteste longitudinal, muita investigação tem demonstrado que as pessoas não produzem sempre a mesma representação para uma categoria em várias situações. De facto, investigações que manipulam o contexto em que os indivíduos desempenham as tarefas conceptuais têm evidenciado ainda mais a instabilidade das representações. Mas note-se que esta linha de investigação não fornece meramente evidência sobre a instabilidade conceptual. Num capítulo recente, Yeh e Barsalou (2006) argumentam que estes resultados fornecem evidência para a ideia de que os conceitos têm uma natureza situada. Ou seja, quando um conceito é usado numa situação específica é activada informação relevante para a situação. E porque os conceitos assumem diferentes formas em diferentes situações, o resultado é a instabilidade (Yeh & Barsalou, 2006). Mas, novamente, esta concepção será considerada em pormenor no capítulo seguinte.

A seguir descrevem-se alguns exemplos típicos dos efeitos do contexto nas representações de categorias não sociais.

1.2.2.3 Efeitos do contexto

Na primação de propriedades dos conceitos

Alguns desses estudos demonstram, através de um paradigma de verificação de propriedades, que situações específicas primam propriedades relevantes diferentes.

Num estudo de Barsalou (1982, Experiência 1), os participantes liam uma frase que descrevia uma situação e depois verificavam uma propriedade que era verdadeira ou falsa em relação a uma conceito alvo contido na frase. Nos ensaios verdadeiros, a propriedade era às vezes relevante para a situação e às vezes irrelevante. Os resultados revelaram que algumas dessas propriedades foram verificadas 145 milésimos de segundo mais rapidamente num contexto relevante do que num contexto irrelevante. De acordo com Barsalou (1982), tal diferença de latência sugere que essas propriedades estavam inactivas em contextos irrelevantes e tornaram-se activas em contextos relevantes. Barsalou (1982, Experiência 2) mostrou ainda que, em julgamentos de semelhanças de pares de instâncias geradas a partir de várias categorias (e.g., "secretária-sofá"), certas propriedades comuns às instâncias podiam aparecer e desaparecer em função do contexto.

Também Wisniewski (1995) obteve efeitos do contexto mas em estudos que investigaram como é que as pessoas prevêem as funções de conceitos fictícios. Era pedido aos participantes que avaliassem novos instrumentos usados na limpeza de poluentes. Os participantes representavam o conceito *INSTRUMENTOS USADOS NA LIMPEZA DE POLUENTES* diferentemente em função do contexto. Se o instrumento tivesse a propriedade, *usa um enorme vácuo*, os participantes julgavam-no como um melhor exemplo do conceito *INSTRUMENTOS USADOS NA LIMPEZA DE POLUENTES* na situação, *próximo de lixo à beira da estrada*, do que na situação, *próximo de um derramamento no oceano*. Inversamente, se o instrumento tivesse a propriedade, *usa esponjas gigantes*, os participantes julgavam-no como um melhor exemplo de um instrumento de limpeza, na situação, *próximo de um derramamento no oceano*, do que na situação, *próximo de lixo à beira da estrada*.

Nos estudos acima revistos, os contextos primam propriedades relevantes nos conceitos, fazendo com que o mesmo conceito assumia formas diferentes em situações diferentes. Mas um contexto pode também primar exemplares que são relevantes para ele,

e não apenas as suas propriedades, fazendo os exemplares de categorias variarem de situação para situação.

Na primazia de exemplares dos conceitos

Roth e Shoben (1983, Experiência 2) demonstram esses efeitos. Depois de lerem sobre uma situação particular, os participantes leram mais rapidamente os exemplares de uma categoria que eram relevantes para a situação do que os exemplares que eram irrelevantes. Por exemplo, os sujeitos leram *leite* mais depressa do que *chá* depois de lerem a frase: "Antes de começar o dia, o camionista tomava uma bebida e um donut numa paragem para camiões" (Roth & Shoben, 1983).

Noutro conjunto de estudos, Barsalou e Sewell (1984) pediram aos participantes para julgarem a tipicidade de exemplares a partir de pontos de vista diferentes. Por exemplo, levaram os participantes a imaginarem-se como membros de grupos étnicos ou sociais, tais como americanos, chineses, estudantes licenciados da faculdade de Emory, ou estudantes não licenciados de Emory. Quando, depois, foi pedido aos participantes que julgassem a tipicidade de instâncias de várias categorias taxonómicas (e.g., PÁSSAROS), as avaliações variaram dependendo do grupo social de que os participantes se julgaram membros. Por exemplo, quando os participantes se imaginaram chineses, *pavão* foi considerado um melhor exemplo de pássaro do que *tordo*, enquanto o inverso foi verdadeiro quando os participantes julgaram a tipicidade de vários pássaros do ponto de vista dos americanos. Evidência semelhante foi fornecida por outro estudo descrito em Barsalou (1993). Na mesma, os participantes forneciam julgamentos de tipicidade sobre categorias taxonómicas como, por exemplo, VEÍCULOS. Metade dos participantes receberam instruções para se imaginarem numa situação particular (e.g., *de férias nas montanhas escarpadas do México*), enquanto a outra metade não recebeu qualquer instrução para se imaginar numa situação específica. O acordo entre participantes, definido como a inter-correlação média das avaliações de tipicidade, aumentou substancialmente do grupo que fez julgamentos sem referência a um contexto particular (.45) para o grupo que se imaginou na mesma situação (.70). E o acordo intra-individual aumentou de (.81) para (.88).

Ainda, Brauer e colaboradores (submetido) mostraram que objectivos temporários influenciam a rapidez com que é verificada a pertença de instâncias a categorias. Quando os participantes tinham como objectivo perder peso, respondiam mais rapidamente aos frutos apropriados para dieta do que aos frutos saborosos. Contudo, quando o seu objectivo era preparar uma sobremesa deliciosa, a pertença à categoria dos frutos saborosos foi mais rapidamente verificada do que aquela dos frutos apropriados para dieta.

Genericamente, estes resultados têm sido considerados boas ilustrações de como uma categoria é representada diferentemente dependendo da situação. Numa dada situação, as propriedades e exemplares relevantes nessa situação estão mais salientes do que as propriedades e exemplares que são irrelevantes (Barsalou, 1993, 2003b; Yeh & Barsalou, 2006). Barsalou (1993) sugere ainda que, por outro lado, um contexto semelhante parece aumentar o acordo, levando os indivíduos a representar a categoria de forma mais semelhante.

Outras evidências dos efeitos do contexto provêm também de tarefas de geração de propriedades que demonstram que processar um conceito activa um contexto.

Na geração de propriedades dos conceitos

Num conjunto de experiências de Wu e Barsalou (submetido), era pedido explicitamente aos participantes que produzissem características verdadeiras de objectos-alvo (e.g., *MELANCIA*). Nada nas instruções requeria ou tinha implícito a relevância de informação de contexto (Wu & Barsalou, submetido) e era explicitamente dito que deveriam produzir propriedades dos objectos alvo *per se* (Wu & Barsalou, submetido). Apesar disso, os participantes produziram regularmente propriedades que descreviam contextos. Por exemplo, no estudo de Wu e Barsalou (submetido), a percentagem de informação do contexto variou entre 19% e 35% (e.g., *parque, mesa de piquenique, etc, para MELANCIA*).

Nos estudos sobre processamento conceptual revistos até agora, o conhecimento que é assumido produzir efeitos de contexto foi adquirido fora de uma situação laboratorial controlada. Como observam Yeh e Barsalou (1996), muitas outras potenciais variáveis estão correlacionadas com ele e é difícil saber exactamente que aspectos do

conhecimento do contexto são responsáveis pelos efeitos. Por isso, alguns autores (e.g., Yeh & Barsalou, 1996) criaram paradigmas que controlam a aprendizagem do conhecimento conceptual responsável pelos efeitos do contexto.

Na primação de propriedades (aprendizagem da categoria controlada)

Nestes estudos, os participantes aprendem tipicamente conceitos novos em situações novas sob condições de laboratório controladas. Em testes posteriores, os sujeitos processam esses conceitos no contexto outra vez, e os efeitos do contexto são avaliados. Porque a aprendizagem foi sistematicamente controlada, é possível estabelecer uma relação causal entre a aprendizagem numa situação concreta com os efeitos da situação na fase de teste (Yeh & Barsalou, 1996). É também possível manipular variáveis relevantes e observar o seu papel nos efeitos. No estudo de Yeh e Barsalou (1996, Experiência 1), os participantes aprendiam conceitos novos, por exemplo, um novo tipo de animal, um *ZOD*, ou um novo tipo de planta, um *FOUSH*. Cada conceito possuía seis propriedades, cada uma instanciada por quatro instâncias. Os resultados ilustram que os sujeitos verificaram as propriedades aprendidas e testadas nas mesmas situações significativamente mais depressa do que as testadas em situações diferentes - efeito da primação da situação no processamento conceptual. Ou seja, os indivíduos não processaram apenas o conceito, mas também a situação em que o conceito ocorreu, associando diferentes propriedades de um conceito com diferentes situações.

Mas, como demonstram Yeh e Barsalou (1996, Experiência 2), para as situações afectarem o processamento conceptual, é crucial que as propriedades do conceito interajam significativamente com as situações. Na experiência 1, os participantes podiam elaborar essas relações entre propriedades e situações, porque na fase de aprendizagem liam frases que especificavam como uma propriedade ocorria numa situação e que os instruíam a imaginar as propriedades a manifestarem-se nas situações. Na experiência 2, foi incluída também uma condição onde, na fase de aprendizagem, a propriedade ocorria apenas contingente e arbitrariamente com a situação, e onde não era apresentada qualquer frase que favorecesse uma relação conceptual entre as duas. Nesta condição de co-ocorrência, a situação não facilitou o processamento, mas apenas a recordação das propriedades (Yeh & Barsalou, 1996). Ou seja, os tempos de reacção a verificar as propriedades não foram diferentes para as propriedades testadas na mesma ou em

diferentes situações. Os efeitos do contexto na recordação de propriedades encontrados têm sido, aliás, frequentemente demonstrados pela literatura de memória episódica. De facto, como veremos adiante, muita investigação tem revelado que relações de co-ocorrências arbitrárias residem na memória episódica (e.g., literatura sobre primação episódica; McKoon & Ratcliff, 1979).

E as categorias ad hoc e categorias derivadas a partir de objectivos

Barsalou (2003b) enfatiza que a simples existência de categorias ad hoc e de categorias derivadas a partir de objectivos sugere que os contextos podem também criar representações de categorias completamente novas e coerentes com o contexto. Estas categorias seriam construídas especificamente para atingir objectivos ou guiar a acção numa situação (Barsalou, 1991). Em particular as categorias ad hoc, tais como *COISAS PARA LEVAR NUMA MALA*, teriam origem em situações em que se pretende atingir objectivos específicos (e.g., fazer uma viagem). Com o tempo, algumas dessas categorias ficariam bem estabelecidas em memória. Barsalou (1983, 1985, 1991) refere-se a essa classe geral de categorias como categorias derivadas a partir de objectivos, e àquelas novas construídas no momento (*on line*) como categoria ad hoc (para uma discussão sobre a forma como são adquiridas estas categorias, em contraste com as categorias taxonómicas comuns, ver Barsalou, 1991).

Barsalou (1983, Experiência 4) demonstrou que as categorias ad hoc se tornavam salientes apenas num contexto em que era pertinente atingir objectivos que estas serviam. Por exemplo, as pessoas têm dificuldade em ver a categoria que formam as palavras *CADEIRA, CESTO DO LIXO, CAIXA* e *PEDRA*. Contudo, quando uma personagem de uma história tem o problema de manter a porta aberta num dia de calor e ventoso, a categoria *COISAS PARA MANTER UMA PORTA ABERTA* vem imediatamente à cabeça (Barsalou, 1983).

Barsalou (1985) mostrou que as categorias derivadas a partir de objectivos estavam organizadas internamente para otimizar a realização do objectivo. Quando a tipicidade percebida destas categorias era avaliada³³, verificava-se que era determinada em grande

³³ Estudos anteriores já tinham sugerido que estas categorias, tal como as categorias taxonómicas comuns, possuíam estrutura gradativa (descrita em Barsalou, 1991), e que esta revelava níveis de estabilidade equivalentes (Barsalou, 1983, Experiência 2; Barsalou et al., 1986).

parte por dimensões ideais - o grau em que um exemplar permite a quem categoriza atingir o objectivo. Os membros da categoria derivada a partir de objectivos não se tornavam mais típicos à medida que se aproximavam das propriedades (médias) prototípicas (Barsalou, 1985), como acontece com os membros das categorias taxonómicas. Essa é essencialmente a visão prototípica, mas também de alguns modelos clássicos de exemplares³⁴. Estas visões tendem a explicar a tipicidade de um exemplar, nomeadamente nas categorias taxonómicas comuns, a partir da proximidade à tendência central (Posner & Keele, 1968) ou a partir da semelhança média de um exemplar a todos os outros exemplares da categoria (Rosch & Mervis, 1975; mas também alguns modelos de exemplares, e.g., Brooks, 1978, 1987; Hintzman, 1986; Medin & Schaffer, 1978)³⁵. Diferentemente, nas categorias derivadas a partir de objectivos, os membros tornam-se mais típicos à medida que se aproximam de valores ideais. Por exemplo, um *iogurte com 0% de gordura* é considerado um muito bom exemplo da categoria dirigida para o objectivo *COISAS PARA COMER NUMA DIETA*, não porque contém uma quantidade média de calorias mas porque é particularmente apropriado para perder peso. Ou seja, os melhores exemplos são aqueles membros que têm o valor mais extremo na dimensão relacionada com o objectivo.

Segundo Barsalou (1991), a associação de ideais com as categorias derivadas a partir de objectivos sugere ainda mais a sua relação com os objectivos. Quando se tem um objectivo, é usualmente necessário, para implementar um plano, gerar instâncias para categorias relevantes para esse objectivo (Barsalou, 1991). Quando se faz uma viagem, por exemplo, é necessário gerar instâncias para *COISAS PARA LEVAR NUMA MALA*. A associação de ideais a essas categorias ajuda a maximizar a concretização do objectivo, ~~uma vez que a comparação de instâncias possíveis com os ideais da categoria permite~~ encontrar instâncias verdadeiramente eficazes e compatíveis entre si (Barsalou, 1991). Por

³⁴ Como observa Barsalou (1990), vários teóricos explicam a tipicidade de um exemplar como uma função contínua da sua semelhança à informação prototípica da sua categoria, mas que pode existir quer em representações prototípicas de categorias quer em representações de exemplares.

³⁵ Barsalou (1985) sugere que uma das razões para a tendência central ser importante para as categorias taxonómicas é facilitar a classificação. Ao representar as categorias com a tendência central minimiza-se a distância média dos exemplares aos modelos de classificação, já que estatisticamente a distância média absoluta de todos os pontos a um ponto específico é minimizada quando esse ponto é a média (Barsalou, 1985). Mas esta afirmação não sugere que a estrutura gradativa das categorias taxonómicas é uma estrutura invariante e com um único determinante (Barsalou, 1987, 1989). Note-se que este autor demonstra que os ideais podem também explicar ou prever a estrutura gradativa destas categorias, como acontece com as categorias derivadas a partir de objectivos (Barsalou, 1985).

exemplo, comparar *COISAS PARA LEVAR NUMA MALA* com *idealmente pequenas e leves* ajuda a identificar aquelas instâncias que contribuem para a melhor viagem.

Notavelmente, alguns autores (Barsalou, 1985) mostram que as categorias taxonómicas estão também associadas com ideais. Segundo este autor, até estas categorias servem propósitos de uma acção contextualizada (Barsalou, 1985, 1991). Por exemplo, o ideal de *adocicado* está associado a *FRUTA*, enquanto o ideal de *pouco nutritivo* está associado a *VEGETAIS* (Barsalou, 1985). Seleccionando instâncias próximas desses ideais para comer, os objectivos relacionados com o sabor e a dieta são optimizados (Barsalou, 1985). O mesmo conjunto de investigações (Barsalou, 1985) demonstrou ainda que os determinantes da estrutura gradativa de uma categoria podem mudar com o contexto, contrariando as expectativas sobre a sua invariância. Como conclui este autor, as únicas pessoas que regularmente consideram categorias, como *VESTUÁRIO*, *FRUTA*, *MÓVEIS*, nos seus sentidos abstractos e isentos de contexto talvez sejam os investigadores do processo de categorização (Barsalou, 1991).

Em resumo, nos estudos citados anteriormente, os investigadores analisaram aquilo que muitos normalmente interpretam como ruído. De facto, na maioria das tarefas relacionadas com a categorização - sejam elas julgamentos de tipicidade, verificação de pertença à categoria, ou geração de exemplares - uma grande parte da variância é explicada pela tendência central. Os membros da categoria mais centrais (i.e., aqueles que são considerados mais semelhantes aos restantes membros da categoria ou a um protótipo abstraído) são geralmente considerados mais típicos, identificados mais rapidamente como pertencendo à categoria, e são nomeados mais frequentemente numa tarefa de geração de exemplares. Contudo, uma parte substancial da variância permanece sem explicação. Muitos têm interpretado essa variância como ruído. Mas vários investigadores têm questionado esta interpretação e sugerido que, em vez, pode constituir uma demonstração da capacidade de representação dinâmica que os indivíduos parecem ter (Barsalou, 1987, 1989, 1993, 2003b; Barsalou & Medin, 1986; Bellezza, 1984a, 1984b, 1984c; Brauer et al., submetido; Kahneman & Miller, 1986; Smith & Samuelson, 1997; Yeh & Barsalou, 2006). Como vimos, estes autores têm, genericamente, desenvolvido estudos que sugerem:

- (a) Uma instabilidade relevante das representações de categorias através de uma metodologia de teste-reteste longitudinal (Barsalou, 1987, 1989, 1993; Barsalou et al., 1986; Barsalou et al., 1987; Bellezza, 1984a, 1984b, 1984c; McCloskey & Gluksberg, 1978); e
- (b) Efeitos do contexto e da activação temporária de objectivos no processamento conceptual, que não se limitam a aumentar ou baixar a acessibilidade global de uma representação. De facto, de acordo com as evidências, o contexto parece poder reformular o conteúdo da representação de forma fluida para que características ou exemplares sejam enfatizados ou não numa situação particular (Barsalou, 1982; Barsalou, 1993; Barsalou & Sewell, 1984; Brauer et al., submetido; Roth & Shoben, 1983; Wisniewski, 1995; Wu & Barsalou, submetido; Yeh & Barsalou, 1996). Mas estes estudos não ilustram só que os contextos alteram as representações de categorias existentes. A existência de categorias ad hoc ilustra que os contextos podem criar representações de categorias completamente novas (Barsalou, 1983, 1985, 1991). Ou seja, parece que os sujeitos, sem se basearem em conceitos previamente existentes, formam categorias novas e coerentes com o contexto, mostrando as mesmas características de desempenho que nas categorias taxonómicas comuns (Barsalou, 1983). Deste modo, o acto de categorizar não requer um conceito já representado (Barsalou, 1983).

Concluindo, as visões clássicas mantêm-se abordagens muito plausíveis para explicar a estabilidade das representações de categorias. Mas as mesmas abordagens são insuficientes para dar conta da sua plasticidade.

Para além disso, estas visões concebem frequentemente a aprendizagem de conceitos como um processo que extrai informação a partir do contexto, e que retém apenas informação sobre os conceitos alvo por si só, ficando estabelecida em memória como uma rede hierárquica (e.g., Collins & Loftus, 1975) ou como uma lista de características (e.g., Rosch & Mervis, 1975). Este pressuposto tem, aliás, feito com que o contexto seja muitas vezes esquecido nos desenhos experimentais e não seja considerado como uma variável (para uma revisão sobre o conceito de contexto inerente aos modelos de psicologia cognitiva nas últimas décadas, ver T. Garcia-Marques, 1998). Mas o mesmo

parece estar errado, já que os efeitos do contexto permeiam o processamento conceptual. De facto, os dados atrás revistos sugerem que, como percipientes, não agimos num vácuo de contexto. Como observam Brauer e colaboradores (submetido), quando usamos categorias, na maior parte das vezes temos um objectivo em mente, estamos num contexto específico. É pois muito provável que os exemplos típicos ou as propriedades que nos vêm à cabeça variem com esses objectivos ou contexto, em parte pela sua relevância para o objectivo ou contexto em causa (Barsalou, 1991, 1999, 2003b; Brauer et al., submetido). Se, como alguns psicólogos afirmam, "pensar é para fazer" (Fiske, 1992; Coats & Smith, 1999), então será de esperar que membros ou propriedades da categoria relevantes para um contexto ou para um objectivo sejam considerados mais típicos ou venham mais rapidamente à cabeça do que aqueles que são irrelevantes para tais factores da situação.

Muitas das teorias cognitivas sobre conceitos ainda não incorporaram essas evidências. Contudo, como se apresenta a seguir, as visões mais modernas sobre categorização têm desenvolvido enquadramentos úteis para pensar sobre a flexibilidade e a sensibilidade ao contexto das representações de categorias, nomeadamente sociais.

1.3 As visões modernas sobre categorização

Na última secção reviu-se um conjunto de evidências empíricas sobre a instabilidade e sensibilidade ao contexto das representações mentais de categorias não sociais (1.2.2 A instabilidade e sensibilidade ao contexto das representações de categorias não sociais: dados empíricos), que as visões estáticas parecem incapazes de acomodar (1.2.1 Visões estáticas sobre categorização: uma breve história). Essas mesmas evidências teriam, progressivamente, grande impacto na visão geral sobre o sistema conceptual humano. De facto, as visões modernas sobre a categorização incluem modelos baseados em exemplares, ou baseados em redes conexionistas, ou baseados em simulações situadas que todos eles incorporam mecanismos explicativos da instabilidade e sensibilidade ao contexto, ou que podiam potencialmente fazê-lo. Alguns desses modelos recorrem a

representações exemplaristas, localizadas ou sobrepostas, e outros implicam uma reconsideração da noção de abstracção, como dinâmica, temporária e situada (Barsalou, 1987, 1989, 1999, 2003b). Pertinentemente, qualquer deles põe em causa as perspectivas estáticas e não situadas da categorização.

Este capítulo será organizado em três secções que visam três objectivos:

- (a) Argumentar que é impossível ignorar a importância que os desenvolvimentos no estudo da memória tiveram para perceber o conhecimento conceptual humano.

Para que se entenda a inclusão de dados da literatura sobre memória neste momento da revisão, refira-se, como preâmbulo, que a discussão da relação entre memória e categorização será uma constante até ao final. Por um lado, há longa data que a investigação em memória se sustenta em tarefas e paradigmas experimentais, largamente, para detectar processos, mas também aspectos estruturais dos conceitos. Várias técnicas emergiram que olhavam para aquilo que as pessoas se lembravam como uma forma de perceber como é que a informação está estruturada em memória. A ubiquidade destas metodologias na investigação sobre categorias é visível em inúmeros trabalhos (e.g., Anderson, 1983; Barsalou, 1987, 1989, 1993, 1999, 2003a; Collins & Quillian, 1969; Collins & Loftus, 1975; Logan, 1989; McKoon & Ratcliff, 1979, 1986; Tulving & Thompson, 1983; mas também, Jacoby, 1991; Srull & Wyer, 1989). Por outro lado, os avanços recentes na investigação em memória, que abandonam os modelos de memória de estádios sequenciais (e.g., Atkinson & Shiffrin, 1968) com pressupostos de procura e recuperação consciente e exaustiva (e.g., Srull & Wyer, 1989), e propõem operações mentais em paralelo (e.g., Hintzman, 1986; McClelland & Rumelhart, 1985), mostram que é possível haver pressupostos de operação de mecanismos comuns que expliquem quer a memória quer a categorização (e.g., Hintzman, 1986). A estratégia adoptada na discussão será a de incluir evidências e desenvolvimentos teóricos em memória que constituam momentos de viragem para as abordagens acerca do processamento conceptual, desde a teoria clássica do sistema conceptual até aos modelos de processamento conceptual dinâmico e sensível ao contexto;

- (b) Identificar os mecanismos básicos indutores da instabilidade e sensibilidade ao contexto dos conceitos propostos pelas novas abordagens. E posicionar a teoria clássica, que ainda domina muito do pensamento teórico sobre o sistema

conceptual, num espaço de abordagens possíveis que, contrariamente a si, preconizam um processamento conceptual dinâmico e sensível ao contexto;

- (c) Notar que estes mecanismos básicos da instabilidade e sensibilidade ao contexto não têm que estar necessariamente ligados a uma determinada representação. Na verdade, partilha-se com alguns autores (Anderson, 1978; Barsalou, 1990, 1992; Barsalou & Hale, 1993; Palmer, 1978) a ideia de que muitas complexidades envolvem as afirmações sobre a natureza das representações com base em dados comportamentais. E consideram-se pertinentes uma série de argumentos (Barsalou, 1990) que apoiam a questão da equivalência informativa das representações, da sua indistinção e da ausência de instrumentos que permitam distingui-las empiricamente. Neste sentido, os mecanismos são mais cruciais do que o formato da representação em si, que explica pouco, já que são os detalhes de processamento que permitem fazer previsões. Como se verá, alguns desses mecanismos são mesmo comuns a vários modelos (e.g., as pistas compósitas são compatíveis com modelos de redes conexionistas e com modelos que incluem pressupostos de confusão com a fonte de activação; a recuperação parcial faz parte de modelos de exemplares e de modelos que concebem abstracções temporárias).

1.3.1 Desenvolvimentos da literatura sobre memória: Impacto na visão geral sobre o conhecimento conceptual humano

Anteriormente, caracterizaram-se alguns modelos que partilham uma visão do processamento conceptual estática e insensível ao contexto (1.2.1 Visões estáticas sobre categorização: uma breve história). Como sugeriram Barsalou e colaboradores (1986), as suposições sobre a estabilidade são frequentemente irresistíveis e é muitas vezes difícil imaginar como seria possível comunicar ou desempenhar outro comportamento inteligente sem estruturas de conhecimento estáveis. Esses pressupostos foram mesmo valiosos para simplificar as teorias do conhecimento, particularmente na sua fase inicial de desenvolvimento (Barsalou, 2003b; Barsalou et al., 1986). Contudo, esses mesmos pressupostos simplistas provinham e reforçariam uma visão geral da arquitectura cognitiva segundo a qual **conhecimento geral e episódico diz respeito a sistemas de**

memória diferentes (e.g., Tulving, 1972). Nessa arquitectura, a memória semântica é a parte da memória que armazena conhecimento acerca do mundo e o significado das palavras em oposição à parte da memória sobre episódios e eventos particulares. Nessa arquitectura, enquanto o conhecimento episódico é largamente idiossincrático, o conhecimento geral é vastamente partilhado. Enquanto o conhecimento episódico muda constantemente com a experiência, **o conhecimento geral, uma vez adquirido, torna-se relativamente estável** (Tulving, 1972). Enquanto a recuperação é uma questão essencial no uso da informação episódica, não constitui um problema para o conhecimento geral. E, quando o conhecimento geral é necessário para classificar, compreender, ou fazer predições em relação a alguma entidade, assume-se que **a estrutura de conhecimento geral apropriada é recuperada da memória a longo prazo sem esforço como uma unidade estável**.

Em grande medida, esta distinção provinha de evidência sobre um dos efeitos do contexto com maior impacto na literatura cognitiva sobre memória: o princípio da codificação específica (i.e., como a codificação inicial influencia a recuperação posterior, a probabilidade de recordar um item depende da semelhança entre o modo como foi codificado quando inicialmente estudado e o modo como é codificado quando é testada a memória - Tulving & Thompson, 1973). De facto, numa aplicação do princípio da codificação específica à interpretação da eficácia de pistas de recuperação, Tulving e Thompson (1973) levaram sujeitos a estudar cada palavra-alvo no contexto de outra palavra (e.g., "high" no contexto de "high hope"). Em testes de recordação e reconhecimento posteriores, os sujeitos foram testados sobre as palavras-alvo (e.g., "high") ou no contexto da palavra contexto original (e.g., "hope"), ou no contexto de um forte associado (e.g., "low"). Relevantemente, os associados fortes tinham associações pré-experiência maiores em relação aos alvos do que as palavras que serviram de contexto. No entanto, as palavras que serviram de contexto foram mais eficazes a licitar memórias dos alvos. Os resultados foram coerentes com o princípio, que não atribuía a eficácia das pistas às suas relações pré-experimentais com as palavras-alvo (e, portanto, a características da palavra-alvo na memória semântica), mas a características da codificação da palavra-alvo. As últimas seriam os principais determinantes do formato de armazenamento e do potencial de recuperação da informação em memória episódica (Tulving, 1972). A distinção entre memória semântica e memória episódica pareceu

bastante útil para compreender dados como os relatados por Tulving e Thompson (1973) que suportavam o princípio da especificidade na codificação. Como sugere Tulving (1972), na ausência desta distinção, seria mais difícil explicar porque é que os sujeitos não tiraram vantagem das fortes associações pré-experimentais entre palavras que serviram como pistas de recuperação e palavras que ocorreram nas listas de estímulos prévias.

Pode-se afirmar que a maioria das visões estáticas dos conceitos revistas têm esta visão de uma memória semântica como um sistema relativamente independente, que não partilha mecanismos de representação ou processamento com outros sistemas, nomeadamente com o sistema de memória episódica ou com os sistemas sensório motores. E que, neste sentido, são legitimadas pela **teoria clássica que concebe o sistema conceptual humano como uma memória semântica** e que tem subjacente esta distinção entre memória semântica e episódica proposta por Tulving (1972).

De facto, a visão clássica descrita anteriormente, juntamente com o pressuposto de uma estrutura de armazenamento taxonómica, foi, por exemplo, usada por Collins e Quillian (1969) e por Collins e Loftus (1975) para desenvolver um modelo inicial de memória semântica - o modelo de rede semântica. Este modelo mostraria que o conhecimento pode ser representado por uma estrutura gráfica directa que substitui as proposições verbais por redes semânticas. As unidades básicas são os nós, que representam conceitos na memória. E o seu significado advém das ligações direccionais que unem esses nós e que indicam tipos de relações semânticas.

E, adicionalmente, alguns autores (ver Barsalou, 2003b) incluiriam também os modelos de protótipos e os modelos de listas de atributos numa classe mais geral de modelos que concebem o sistema conceptual como uma memória semântica.

A excepção é obviamente o modelo clássico de exemplares de Medin e Schaffer (1978) descrito, por não fazer a distinção entre memória episódica e memória semântica. Em última análise, estes modelos só assumem traços de memória meramente episódicos, que incluem informação do contexto entre outros atributos da situação como um todo, e a memória semântica emerge da memória episódica. Note-se que as abordagens que assumem o sistema conceptual como uma memória semântica recorrem tipicamente a sistemas declarativos de representação onde a informação é explicitamente apresentada e está disponível para ser examinada e manipulada directamente por processos de interpretação. Diferentemente, os modelos de exemplares sugerem uma representação

onde a informação não está disponível para ser acedida nem são visíveis os detalhes de como essa informação é armazenada (para uma revisão, ver Rumelhart & Norman, 1988). Há simplesmente um procedimento que tem que ser executado sobre a informação em memória para obter uma resposta, seja ela uma generalização de uma categoria, um julgamento ou categorização (ver, novamente, Rumelhart & Norman, 1988). Curiosamente, quando os mecanismos do procedimento que opera resultam na constante aplicação de todas as memórias de exemplares, o resultado não é muito diferente daquele em que se acede a uma generalização da categoria já existente e representada explicitamente. E do ponto de vista do observador exterior nem é possível distinguir os dois processos.

Assim, pode-se dizer que os resultados de Tulving e Thompson (1973) trouxeram evidências críticas para o estudo da memória. Os resultados mostraram que podiam ser criadas condições em que a informação sobre a ocorrência de uma palavra estava disponível em memória numa forma que era suficiente para produzir a resposta apropriada e, no entanto, uma cópia literal da palavra não era reconhecida. Esta dissociação entre recordação e reconhecimento, ou seja, o facto das pessoas serem, por vezes, capazes de recordar palavras mas não as reconhecerem como já tendo sido apresentadas, mostrava que as estratégias de memória têm muito a ver com as estratégias de aprendizagem, revelando aprendizagens diferentes possíveis. Ligava definitivamente as condições de codificação às do ambiente na recuperação como postulado pelo princípio da codificação específica, de tal modo que uma pista eficaz numa situação podia ou não ser eficaz noutra situação, apesar da codificação ter sido equivalente. Questionava, simultaneamente, a ideia da recuperação como um processo de busca invariante, em que ~~as operações de acesso à memória são sempre as mesmas~~, e em que quanto maior a quantidade de informação disponível para ajudar na evocação maior a quantidade de informação recuperada (Atkinson & Shiffrin, 1968).

É verdade que tal princípio da codificação específica (e.g., Tulving & Thompson, 1973) aplicado às tarefas que requeriam a memória explícita de episódios específicos enfatizava a especificidade e variabilidade da codificação e da recuperação e a importância das diferenças de processamento de um episódio. Mas, simultaneamente, fortalecia a distinção entre tarefas que requeriam uma memória explícita de episódios e as chamadas tarefas de generalização (i.e., recordação livre ou reconhecimento versus

identificação perceptiva ou categorização conceptual). De facto, a visão das tarefas de memória explícita episódica contrastava com o processamento tradicionalmente assumido para as tarefas de generalização que propunha a codificação de novos eventos em termos de procedimentos gerais e unidades estáveis abstraídos de experiências passadas (Jacoby & Brooks, 1984). E este contraste encorajaria o uso de diferentes materiais experimentais e procedimentos, assim como diferentes expectativas teóricas, para os dois tipos de tarefas, enfatizando desmesuradamente as possíveis diferenças no modo como tais tarefas eram normalmente levadas a cabo (Jacoby & Brooks, 1984).

Contudo, alguns autores (Brooks, 1987; Jacoby & Brooks, 1984) argumentariam que as continuidades entre estas tarefas eram muito mais impressionantes do que as suas descontinuidades. Na sua perspectiva, as tarefas de categorização podiam igualmente ser desempenhadas com referência a episódios prévios específicos e ser tão vulneráveis a mudanças no contexto quanto as tarefas que requeriam recordar episódios específicos (Jacoby & Brooks, 1984). Esta observação punha em causa a distinção entre um sistema de memória episódica e um sistema de memória genérica, semântica. Brooks (1987), defendia exactamente uma abordagem não analítica da estrutura conceptual, o que significava que frequentemente as tarefas conceptuais dependiam do uso de instâncias individuais realmente lembradas e situadas num contexto específico. E não dependiam de uma regra de classificação lógica explícita (teoria clássica) ou da comparação com uma representação genérica da categoria (teoria dos protótipos). Note-se que estas ideias provinham duma tendência mais vasta que **relegava um papel periférico à abstracção e concedia prioridade teórica aos efeitos do processamento de estímulos específicos em contextos específicos usando procedimentos específicos** (ver Brooks, 1978, 1987; Jacoby & Brooks, 1984; Whittlesea, 1987).

Mas, os teóricos que recorriam a representações de exemplares (entidades teóricas que são assumidas registar a história específica do uso de um conceito geral) não admitiam só a **existência de efeitos duradouros de episódios prévios específicos** como eram consistentes em postular que **este processo não requeria acesso consciente** (e.g., Brooks, 1987; Jacoby & Brooks, 1984; Kahneman & Miller, 1986). Podia resultar da activação do conteúdo do conhecimento por pistas de recuperação sem esforço e sem acesso introspectivo em vez de uma procura activa na memória. E, neste sentido, as formas de representações de exemplares como memórias implícitas seriam

particularmente importantes para as visões exemplaristas da categorização (e.g., Brooks, 1978; Jacoby & Brooks, 1984).

Novamente, este postulado exemplarista era legitimado por evidência empírica da literatura em memória implícita, em que a memória é estudada a um nível mais amplo, contemplando, por exemplo, os efeitos de primação. Esta evidência questionava os modelos de memória do tipo de Atkinson e Shiffrin (1968) que não contemplavam o facto da aprendizagem dum episódio específico ter muitas outras aplicações para além da sua recuperação explícita. Assim como a ideia de que lembrar reflecte potencialmente aquilo que se aprendeu deixava de fora a possibilidade dos seres humanos aprenderem sem terem de se lembrar conscientemente (Roediger, 1990). De facto, a literatura da memória implícita vem mostrar que: (a) a aprendizagem está longe de se limitar a um processamento estratégico, intencional e dirigido por objectivos (ver Barsalou, 1995). Uma variedade de processos simples não estratégicos e não deliberados, como ler ou categorizar, também produzem efeitos laterais de armazenamento (e.g., Jacoby & Brooks, 1984; Jacoby & Hayman, 1987; Schacter, 1987). E, inclusive, a prática no desempenho de uma tarefa sobreaprendida e que requer processos relativamente automáticos continua a melhorar o desempenho, sugerindo também um efeito paralelo de armazenamento (Logan, 1988, 1989; ver também, Barsalou, 1995); (b) há uma série de usos não intencionais, não analíticos da memória que facilitam outras tarefas que não as de memória explícita (para uma revisão, ver Roediger, 1990; Schacter, 1987).

Um exemplo paradigmático é o estudo de Kolers (1976) que verificou que praticar a leitura de texto em várias orientações invertidas e revertidas conduzia os participantes a tempos de leitura mais rápidos dessas páginas específicas após um ano, mesmo quando não reconheciam as palavras como previamente lidas. Com isto, evidenciou os efeitos facilitadores da primação por repetição durante períodos de tempo muito extensos. A evidência subsequente sobre o fenómeno de primação por repetição tem estabelecido um postulado ainda mais vasto: o de que as **memórias de experiências passadas específicas podem influenciar todo o tipo de desempenho em tarefas, independentemente da capacidade do indivíduo para recordar conscientemente a experiência passada** (para uma revisão, ver Roediger, 1990; Schacter, 1987). Mas, os efeitos duradouros de instâncias tão específicas são duplamente interessantes por simultaneamente colocarem um limite aos modelos de abstracções. De facto, os modelos de abstracções podem explicar alguns

efeitos da prática em termos do aumento de acessibilidade de representações estáticas relevantes. Contudo, a natureza abstracta dessas representações de conhecimento estáticas impede-os de explicar efeitos duradouros de instâncias tão específicas. Ou seja, se depois de desenvolver uma categoria ou uma competência geral, estímulos ou procedimentos específicos são codificados simplesmente como instâncias da categoria ou competência geral (têm efeitos apenas através da sua incorporação em qualquer tipo de representação abstraída), porque é que o mesmo estímulo específico estudado beneficiaria de melhor desempenho na altura do teste em relação a diferentes instâncias da mesma categoria? De facto, não é claro como meras diferenças na acessibilidade de uma representação abstracta conduziram a efeitos duradouros de instâncias tão específicas (ver Garcia-Marques, 1998; Smith, 1990).

Paralelamente, as evidências, nos anos 80, de que a memória semântica é sujeita a influências contextuais e a efeitos de primação de associações episódicas recentemente aprendidas e não relacionadas pré-experimentalmente, tal como a memória episódica, punham, também, em causa a distinção entre sistemas de memória diferentes. Especificamente, os estudos de McKoon e Ratcliff (1979, 1986) verificaram que em testes de memória implícitos, como decisão lexical, se observavam mais efeitos da primação quando uma palavra-alvo era testada no contexto da sua pista contida na lista de estudo do que quando era testada sozinha ou na presença de outra pista qualquer. Se os dois sistemas fossem estrutural ou funcionalmente diferentes então a informação nos dois sistemas deveria ser independentemente acessível. Também estas evidências de efeitos do contexto na memória semântica (e.g., McKoon & Ratcliff, 1979; 1986) teriam grande impacto no pensamento teórico sobre o sistema conceptual humano. De facto, é possível pensar nestes desenvolvimentos na literatura sobre memória como as origens das ideias impulsionadoras de Barsalou (1987, 1989; Barsalou & Medin, 1986; Barsalou et al., 1986; Barsalou et al., 1987) sobre as representações mentais de categorias, que se desenvolvem mais adiante. Na verdade, Barsalou (1987, 1989) faz, na categorização, um percurso equivalente ao que se pôde observar na literatura de memória sobre os efeitos do contexto na memória episódica e semântica. Ao aplicar o princípio da especificidade ao processamento conceptual, assume que a informação relativa a categorias é extremamente sensível ao contexto e a pistas contextuais de recuperação. Aplica os mesmos princípios de acessibilidade à informação genérica e episódica. É verdade que a este respeito, as

primeiras interpretações teóricas deste autor (Barsalou, 1982) traçavam uma distinção entre propriedades nucleares (cerne) e propriedades periféricas. Mas o próprio viria a considerá-la demasiado forte (Barsalou, 1987, 1989; Barsalou et al., 1986). De facto, Barsalou e colaboradores (1986) sugeririam que alguma informação, porque muitas vezes processada em conjugação com a categoria, tornar-se-ia mais acessível e passaria a ser automaticamente gerada sempre que a representação da categoria era acedida, independentemente do contexto. Mas esta seria muito rara e não corresponderia a informação com carácter definidor, no sentido de estar sempre activa ou ser necessária para o conceito. Em vez disso, corresponderiam a propriedades centrais estatisticamente mais prováveis do que as propriedades periféricas. Agora, a sua acessibilidade seria função da frequência e recência de episódios processados e, portanto, mudaria com a prática (Barsalou, 1987, 1989; Barsalou et al., 1993). Mais, esta distinção com base na acessibilidade era ortogonal à distinção baseada no conteúdo entre informação genérica e episódica (Barsalou, 1987). Neste sentido, informação mais acessível não seria necessariamente mais genérica, já que a acessibilidade de informação episódica, genérica, um afecto ou outra seria função dos mesmos factores. Deste modo, também este autor punha em causa a distinção entre uma memória semântica relativamente estável e uma memória episódica mais vulnerável a mecanismos centrais de recuperação - acessibilidade e especificidade de pistas contextuais (Barsalou, 1987, 1989, 2003b).

Resumindo, uma nova concepção episódica passava a ver a categorização, a memória, o pensamento e a aprendizagem de competências como processos baseados em exemplares (Hintzman, 1986; Logan, 1988; Nosofsky, 1984; Nosofsky & Palmeri, 1997), e não analíticos descentralizados (Brooks, 1978, 1987; Jacoby & Brooks, 1984).

Particularmente, a ênfase numa cognição não-analítica e descentralizada (Brooks, 1987; Jacoby & Brooks, 1984) alteraria a visão sobre a percepção, memória e categorização como estádios discretos e sequenciais, que ocorrem numa ordem fixa (e.g., Atkinson & Shiffrin, 1968), e diminuiria a sobrestima de processos conscientes como mediadores. Ambos a percepção e categorização são actos de memória que se podem basear em um ou mais episódios prévios. A memória para episódios não é algo que possa ser apenas procurada depois do registo perceptivo do item alvo, em vez disso ela pode contribuir para a identificação perceptiva do item em teste. A mesma flexibilidade é encontrada em modelos que pressupõem operações mentais simultâneas, em paralelo (e.g., Hintzman,

1986; McClelland & Rumelhart, 1985) e em que não há nenhum requisito prévio para processos conscientes mediarem efeitos perceptivos, de avaliação ou de comportamento (ver Kunda, 2003). Em vários aspectos, os modelos de categorização baseados em exemplares são bastante compatíveis com modelos de memória de traços múltiplos (e.g., Gillund & Shiffrin, 1984; Hintzman, 1986), igualmente com pressupostos exemplaristas. Para alguns desses modelos (e.g., MINERVA II de Hintzman, 1986), os traços subjacentes a exemplares específicos são melhor considerados *estados* do que *coisas* permanentes. Apenas se pode aceder e usar um sumário temporário de múltiplos exemplares activados, que depende da especificidade da pista. E, neste sentido, partilham propriedades gerais dos modelos de memória conexionistas ou que supõem um processamento distribuído em paralelo (Raaijmakers & Shiffrin, 1992), que se abordam adiante.

Mas o interessante é que esta visão de um processamento não analítico (Jacoby & Brooks, 1984) encorajaria a transferência de conhecimento entre áreas tipicamente consideradas separadas. Manipulações e materiais largamente restringidos a uma área eram igualmente aplicáveis a outras áreas. Um exemplo, a que se aludiu anteriormente, é a relevância para a aprendizagem conceptual de manipulações usuais em investigações da memória. E isso promoveria a explicação das relações entre categorização e outros processos cognitivos fundamentais, para a qual a nova vaga de modelos de memória de ajustamento global e recuperação compósita também teria um contributo fundamental.

De facto, os avanços teóricos oferecidos por estes modelos reformulam radicalmente a visão clássica da memória a longo prazo e os mecanismos de recuperação da informação em memória. A recuperação deixa de ser vista como um processo extenso, sequencial e discreto, que conduz a uma recordação esforçada e consciente de itens individuais e dos detalhes associados como a fonte da informação lembrada (e.g., Atkinson & Shiffrin, 1968; para uma revisão ver Garcia-Marques, 1998; Humphreys, Pike, Bain, & Tehan, 1989). *A componente de ajustamento global* (Gillund & Shiffrin, 1984; Hintzman, 1986; Humphreys et al., 1989; McClelland & Rumelhart, 1985; Murdock, 1982) **introduz a possibilidade das pistas de recuperação disponíveis serem comparadas com um compósito dos registos de memória armazenados.**

Como ilustram diversos modelos, é possível implementar o processo de ajustamento global de vários modos. A principal diferença estrutural tem a ver com o facto dos itens individuais ou das associações entre os itens serem armazenados separada

e localmente (e.g., Gillund & Shiffrin, 1984; Hintzman, 1986) ou como parte de uma memória compósita que sobrepõe todos os registos (Humphreys et al., 1989; McClelland & Rumelhart, 1985; Murdock, 1982). Para os primeiros modelos, tem que ocorrer um processo de múltiplos ajustamentos e a familiaridade (Gillund & Shiffrin, 1984) ou a intensidade do eco (Hintzman, 1986) dependem da activação somada de todos os registos em memória; e é na recuperação que mecanismos selectivos que combinam as experiências intervêm. Para os segundos modelos, mecanismos selectivos intervêm logo na codificação aquando da sobreposição de cada episódio e o ajustamento é feito com uma memória compósita armazenada, mas estes pressupostos de armazenamento compósito podem servir de base a um modelo de memória porque para cada versão existe uma operação de recuperação apropriada (ver Raaijmakers & Shiffrin, 1992). Neste sentido, o processamento é sempre em paralelo, porque o conteúdo da memória é sempre examinado simultaneamente quer porque houve uma codificação sobreposta quer porque a recuperação é compósita. Os modelos diferem ainda nas operações matemáticas específicas envolvidas no ajustamento (ver Hintzman, 1990) e noutros aspectos (para revisão comparativas, ver Hintzman, 1990; Humphreys et al., 1989; Raaijmakers & Shiffrin, 1992). Mas coincidem, contudo, em considerar o ajustamento como um processo que envolve sondar paralela ou globalmente os registos em memória como um todo, e que produz uma resposta contínua indexada ao grau de ajustamento com as pistas de recuperação. Mais essencial, *o ajustamento global sonda a memória sem a exigência de recursos cognitivos associados à recuperação extensiva e sequencial.*

Estes modelos têm sido usados para explicar o reconhecimento (Gillund & Shiffrin, 1984; Hintzman, 1986; Murdock, 1982), a aprendizagem de competências e a automatização de respostas (Nosofsky & Palmeri, 1997). Novamente, a aplicação destes modelos à categorização (Hintzman, 1986; Kruschke, 1992; Shanks, 1991) influenciaria de forma determinante as visões sobre o sistema de processamento conceptual.

Hintzman (1986) traz, de forma contundente, o raciocínio de modelos globalistas anteriores para a categorização, demonstrando que o ajustamento global é capaz de realizar aprendizagem de categorias e replicar efeitos de protótipo clássicos (Posner & keele, 1968; Hartley & Homa, 1981) sem desenvolver representações abstractas. No MINERVA II (Hintzman, 1986), o ajustamento global refere-se a uma resposta da memória compósita formada na recuperação, enquanto na codificação mantém muito dos

pressupostos exemplaristas porque cada episódio é armazenado individualmente sem cálculo de abstracção. Apesar disso, o modelo MINERVA II, numa tarefa de aprendizagem de categorias, exhibe uma resposta mais intensa ao item prototípico que é a média dos itens previamente apresentados, mesmo que este protótipo nunca tenha sido visto. O facto é que este modelo funciona por semelhança. Ou seja, não responde apenas aquilo que realmente conhece mas também aquilo que é semelhante. Todos os registos em memória são sondados simultaneamente e activados de acordo com a sua semelhança com o indício, contribuindo para a intensidade do eco, que é uma resposta mnésica compilada (i.e., há uma "recuperação" difusa das estruturas de conhecimento) (Hintzman, 1986). Mas, devido à introdução de uma regra de activação não linear que eleva ao cubo as pontuações de semelhança de cada item, menosprezando a contribuição de ajustamentos moderados ou baixos na intensidade do eco global, os traços mais semelhantes produzem uma resposta mais intensa e contribuem mais para o eco (Hintzman, 1986). Se vários registos forem fortemente activados, o conteúdo do eco reflectirá primordialmente as suas propriedades comuns. Isso assegura que os atributos que distinguem um episódio de outro fiquem mascarados no eco. Assim, mesmo que não haja qualquer protótipo armazenado em memória, o eco pode comportar-se como algo semelhante, porque o modelo responde melhor ao que é mais semelhante com a maioria das coisas que sabe, ou seja, ao protótipo. Comparando o eco com o indício, o eco pode ser usado, inclusive, para preencher lacunas existentes na informação fornecida pelo indício. Mas, mecanismos adicionais têm que ser postulados para extrair, se necessário, um episódio individual do compósito (Hintzman, 1986).

Uma das implicações mais importantes do trabalho de Hintzman (1986) é ligar a memória à categorização. Sem dúvida, o principal objectivo do seu trabalho era explorar a possibilidade de uma teoria de memória episódica ser capaz de explicar como são adquiridos conceitos abstractos a partir de episódios e como são representados os conceitos, sem apelar a um sistema de memória genérica separado, operando de acordo com regras especiais. O facto é que a nossa familiaridade com os conceitos provém, em muitas circunstâncias, de encontros repetidos com membros da categoria. E, por isso, a repetição, para além de afectar a memória episódica, tem também um papel na aquisição de categorias abstractas. Agora, será este efeito de repetição mediado por um mecanismo diferente daquele envolvido em tarefas de memória episódica? Como se viu

anteriormente, para certas visões a resposta é afirmativa. A exposição repetida a exemplares de uma categoria produz não apenas registos de eventos individuais e específicos num sistema de memória episódica, mas também uma representação abstracta da categoria num sistema de memória genérica funcionalmente separado (e.g., Tulving, 1972). A visão alternativa postulada por Hintzman (1986) é a de que apenas são armazenados registos de episódios individuais e que agregados desses registos actuando concertadamente na recuperação representam a categoria como um todo. Exactamente, e como se desenvolve à frente, os mecanismos de recuperação de informação da memória que esta classe geral de modelos de memória postula dotam de flexibilidade e sensibilidade ao contexto qualquer abordagem do sistema conceptual que os adopte.

1.3.2 Modelos de processamento conceptual dinâmico e sensível ao contexto: seus mecanismos básicos

O objectivo desta secção é identificar os mecanismos básicos indutores da instabilidade e sensibilidade ao contexto dos conceitos propostos pelas novas abordagens do processamento conceptual. E, com base nessa caracterização, contrastar as diferentes abordagens num espaço de abordagens possíveis de acordo com três dimensões estruturais: a sensibilidade ao contexto, a estabilidade das representações propostas e o princípio organizador do sistema conceptual que está subjacente.

1.3.2.1 Modelos de recuperação parcial de exemplares

Como se abordou anteriormente, o trabalho seminal de Medin e Schaffer (1978) assumiu grande relevância, e importantes variantes suas seriam posteriormente desenvolvidas (e.g., Nosofsky, 1984). Brevemente, estes modelos desafiavam a necessidade de representações sumárias em memória. Um episódio resultava no armazenamento de um traço de memória complexo, que incluía a representação dos atributos de toda a situação em que a informação tinha sido processada (ver Carlston & Smith, 1996), e apenas estes traços episódicos eram explícita ou implicitamente representados em memória e usados no processo de categorização. Quando uma

representados em memória e usados no processo de categorização. Quando uma abstracção era necessária, podia ser construída comportamentalmente no momento e depois descartada. A categoria como um todo era representada por um agregado de registos episódicos que actuavam de forma concertada no momento da recuperação. E as decisões de classificação de estímulos resultavam da sua comparação, no momento, em paralelo com os exemplares activados e envolviam cálculos de semelhança massivos em relação aos exemplares armazenados. A activação dos exemplares era feita por pistas de recuperação (ou autogeradas ou de origem externa), num grau que dependia da sua semelhança com as pistas. Como revisto numa secção anterior, estes modelos puros de exemplares previam com sucesso impressionante uma série de fenómenos de categorização que investigadores tinham previamente citado como evidências a favor dos modelos de abstracção (Franks & Bransford, 1971; Hartley & Homa, 1981; Posner & Keele, 1968).

Note-se, contudo, que outras teorizações recentes no campo da categorização perceptiva propõem modelos que recorrem à operação de sistemas de categorização múltiplos (e.g., Medin, Altom & Murphy, 1984; Nosofsky, Palmeri & McKinley, 1994). Estes modelos questionam a plausibilidade dos processos de armazenamento de exemplares e a quantidade enorme de recursos de memória que parecem requerer. Por exemplo, Medin e colaboradores (1984) testaram com sucesso um modelo misto de categorização que assume ambos os tipos de representação, de protótipos e de exemplares. Nosofsky e colaboradores (1994) propõem um modelo (RULEX) baseado em regras segundo o qual as pessoas aprendem a classificar objectos formando regras simples e lembrando-se de excepções ocasionais a essas regras, que podem ser armazenadas separadamente. Trata-se de uma formalização matemática onde as representações são tipicamente simples, consistindo em espaços de múltiplas dimensões e onde a semelhança entre exemplares consiste na proximidade no espaço. As dimensões podem ser ponderadas independentemente e, usando uma função de semelhança estruturada (como uma função multiplicativa), é possível incorporar informação sobre coocorrências.

Mas, os mecanismos baseados em exemplares fornecem igualmente uma explicação natural para certos fenómenos adicionais que são muito mais difíceis de explicar usando mecanismos esquemáticos que enfatizam o conhecimento generalizado e

abstraído. Esses fenómenos incluem a **instabilidade e sensibilidade das representações de categorias ao contexto**.

Os modelos de exemplares têm um grande potencial para implementar conceitos situados. Por um lado, estes modelos armazenam conhecimento dos membros da categoria que é específico da situação, em vez de abstrair informação que é típica ao longo desses membros. Logo, o conhecimento conceptual consiste numa enorme e muitas vezes contraditória base de dados. Por outro lado, vários destes modelos (Medin & Schaffer, 1978; Nosofsky, 1984; Nosofsky & Johansen, 2000) assumem que o julgamento de semelhança entre exemplares não é uma relação invariante mas uma que depende fortemente do contexto. Essa semelhança é modulada por mecanismos de atenção selectiva que dão especial relevância às dimensões dos exemplares armazenados que são mais importantes para a categorização e para uma indução de regras. Esse efeito da atenção na identificação do estímulo e nos processos de categorização tem sido formalizada no modelo do contexto (Medin & Schaffer, 1978) e em versões que generalizam o modelo original e usam uma abordagem multidimensional para modelar a semelhança (e.g., Nosofsky, 1984; ver também Nosofsky & Johansen, 2000). Basicamente, estes modelos sugerem que dar mais atenção a uma dada dimensão do estímulo influencia as ponderações dadas ao conjunto de dimensões e exagera diferenças nessa dimensão (Medin & Schaffer, 1978; Nosofsky, 1984). Alguns, assumem mesmo que os processos de atenção selectiva modificam sistematicamente a estrutura do espaço em que os exemplares estão embutidos e, por isso, as relações de semelhança psicológica entre exemplares (Nosofsky, 1984; Nosofsky & Johansen, 2000). E as versões mais recentes (Nosofsky & Johansen, 2000) acrescentam que as relações de semelhança são igualmente influenciadas por mudanças no nível de sensibilidade que relaciona o julgamento de semelhança com a distância no espaço psicológico (ritmo a que a semelhança diminui com a distância) e que os valores dos parâmetros podem variar entre indivíduos. Porque contêm estes mecanismos indutores de plasticidade, estes modelos são codificados como **situados na dimensão sensibilidade ao contexto**.

Apesar dessa natureza situada, como já abordado, vários modelos de exemplares assumem que a totalidade dos exemplares armazenados em memória para uma categoria a representa numa dada ocasião (e.g., Medin et al., 1984; Medin & Schaffer, 1978; Nosofsky, 1984). O que pode promover **representações fixas e estáveis para a categoria**

em todas as ocasiões (ver Barsalou, 1990; 2003b)³⁶. Ao contrário, os modelos de exemplares que admitem a operação de mecanismos que recuperam parcialmente uma amostra de exemplares de acordo com o contexto e com objectivos temporários do momento, de tal modo que a representação da categoria varia de um momento para o outro e o significado das características é extraído apenas dos exemplares activados, são **dinâmicos** (e.g., Barsalou et al., 1998; Kahneman & Miller, 1986; Nosofsky & Palmeri, 1997). O ajustamento feito pelo contexto é necessariamente selectivo e o impacto deste pressuposto é que os julgamentos de uma categoria ou o processamento de novos exemplares dependem da natureza idiossincrática do pequeno conjunto de exemplares recuperado. Como referido anteriormente, esta influência selectiva de episódios específicos pode corresponder a um processo de busca activa, que examina e justifica a resposta ou pode ser implícita, através de processos não analíticos (já se conhecem tais efeitos, de episódios na memória semântica, através dos trabalhos de McKoon e Ratcliff em 1979 e 1986).

1.3.2.2 Teoria das simulações situadas

Inicialmente, a investigação realizada por Barsalou começou por demonstrar que, em vez de representar uma dada categoria, em várias ocasiões, recorrendo a uma representação conceptual estática, as pessoas representam essa categoria diferentemente dependendo da situação (Barsalou, 1982; Barsalou & Medin, 1986; Barsalou & Sewell, 1984; Barsalou et al., 1986; Barsalou et al., 1987).

As interpretações teóricas iniciais destes resultados (Barsalou, 1987, 1989) enfatizavam a capacidade das pessoas desenvolverem, para cada categoria, um corpo de conhecimentos tremendo e, muitas vezes, contraditório sobre as suas instâncias, funções, situações, etc., que ficaria integrado junto na memória a longo prazo. Propunham igualmente que, numa dada ocasião, apenas um pequeno subconjunto desse conhecimento seria acedido para representar a categoria na memória de trabalho,

³⁶ Muito embora alguns autores (e.g., Hintzman, 1990; Ratcliff & McKoon, 1988) salientem também que modelos como o de Medin e Schaffer (1978) que introduzem uma regra de activação multiplicativa que assegura a não linearidade, focando o processo de procura nos exemplares que estão mais fortemente associados com a pista, obteriam como resultado uma representação desproporcional dos exemplares semelhantes com cada pista.

particularmente a informação mais acessível no momento - **hipótese de recuperação parcial da informação** já anteriormente avançada pelos modelos de exemplares. Noutras palavras, assumiam que representações temporárias e parciais construídas na memória de trabalho, e não conjuntos estáticos, unitários e bem definidos de informação na memória a longo prazo, representariam as categorias. Kahneman e Miller (1986) apresentariam uma posição teórica semelhante, ao sugerirem que as normas, em vez de estruturas pré-calculadas, seriam construídas no momento (*on line*) para interpretar a experiência actual. E também estas propriedades de **cálculo no momento e de sensibilidade ao contexto** eram comuns aos modelos de exemplares (e.g., Medin & Schaffer, 1978; Nosofsky, 1984; Nosofsky & Johansen, 2000) e aos modelos de redes conexionistas (e.g., Murdock, 1982; McClelland & Rumelhart, 1985).

A ideia básica central era que a acessibilidade seria um factor crítico para determinar que informação era recuperada do conhecimento sobre a categoria para construir um conceito numa dada ocasião (Barsalou, 1987, 1989; Barsalou et al., 1986). E três factores pareciam determinar essa acessibilidade: frequência, recência e contexto. À medida que a informação era processada frequentemente para uma categoria, ficaria melhor estabelecida em memória, e mais acessível entre contextos. Semelhantemente, informação processada recentemente para uma categoria ficaria temporariamente mais acessível, de tal modo que, mesmo que irrelevante, durante um breve intervalo de tempo, aumentaria a sua inclusão automática em conceitos para a categoria³⁷. Finalmente, a **adequação ao contexto actual seria necessariamente selectiva** e, neste sentido, afectaria a acessibilidade da informação conceptual. Porque os mesmos factores mudariam constantemente, a **instabilidade**, em vez da invariância, **caracterizaria melhor as representações de uma categoria**. Barsalou (1993) notaria, contudo, que os mesmos factores podiam também produzir elevados níveis de estabilidade, quando conduziam as pessoas a convergir para propriedades comuns.

Assim, a variedade de descrições linguísticas que se obtinham para um conceito, dependendo dos contextos (Barsalou, 1993, 2003a) colidia com as visões clássicas que assumiam que os conceitos tipicamente representados correspondiam a estruturas

³⁷ Como sugere Barsalou (1989), a informação pode ganhar este estatuto de outras formas. Pode ser primada pela activação que se dispersa a partir do processamento de categorias relacionadas (conceito de dispersão de activação) ou pode até reflectir a actividade recente do sistema cognitivo em geral, como proporiaam os modelos de processamento distribuído em paralelo.

estáveis na memória a longo prazo (i.e., o conhecimento das categorias na memória a longo prazo e os conceitos era a mesma coisa). Isso podia ser indicador de que era necessária uma metodologia mais eficaz para descobrir os verdadeiros e únicos conceitos que representam cada categoria. Alternativamente, Barsalou (1987, 1989, 1993, 2003a) sugeriu que talvez não houvesse conceitos correctos para descobrir, mas um número infinito de conceitos construídos no momento (*on line*) para representar uma categoria temporariamente (Barsalou, 2003a). Como argumentaria Barsalou (1993), adoptar esta visão tornava desnecessário integrar todo o conteúdo conceptual possível numa única representação coerente, porque elementos conceptuais não relacionados e inconsistentes podiam permanecer juntos na memória a longo prazo e raramente, ou mesmo nunca, ser processados simultaneamente. Este problema levou também Barsalou (1993, 1999, 2003^a) a questionar o compromisso exclusivo com representações linguísticas de conceitos. E, de facto, na sequência, este autor desenvolveria um enquadramento que sugere uma cognição com bases perceptivas e que a simulação perceptiva é a base dos conceitos - teoria das simulações situadas (Barsalou, 1993, 1999, 2002, 2003b; Barsalou et al., 1993). É basicamente uma abordagem funcional de como o cérebro poderia implementar um sistema conceptual usando vastamente mecanismos sensório motores. Nesta teoria, o processamento conceptual reconstitui parcialmente estados sensório motores que ocorreram durante a percepção e acção - simulações - para representar as categorias. Estas representações podem exibir enviesamentos ou erros de reconstrução, mas o mesmo tipo de representações estão subjacentes à percepção e concepção - representações modais.

Segundo a teoria, uma vez que a atenção selecciona um aspecto coerente da experiência, o respectivo padrão de activação na área perceptiva, ou introspectiva relevante, é captado por áreas associativas do cérebro (Barsalou, 1999, 2003b). Mais tarde, essas áreas associativas reactivam parcialmente essas representações perceptivas na ausência do estímulo perceptivo, simulando assim a experiência daquilo que foi um evento externo ou interno. Usando essas simulações, as pessoas concebem objectos, acontecimentos externos e internos na sua ausência. Porque, como demonstra a literatura sobre memória episódica, aonde a atenção selectiva vai, o armazenamento na memória a longo prazo segue, pelo menos num grau substancial, a probabilidade de armazenar estes aspectos na memória a longo prazo é imensa (Barsalou, 1995; Logan, 1988; ver também Logan, 1989). E estes símbolos perceptivos, muitas vezes inconscientes, funcionam como

um vocabulário de componentes que podem ser montados para representar os seus referentes. Note-se que, neste contexto, os símbolos linguísticos são simplesmente memórias perceptivas de símbolos linguísticos encontrados no ambiente. Não se desenvolvem no vácuo, mas, tipicamente, com os seus símbolos perceptivos respectivos. Ou seja, ao aprenderem estas relações, as pessoas passam a saber que certos símbolos linguísticos se referem a símbolos perceptivos para objectos, componentes ou propriedades de objectos (Barsalou, 1999).

Um constructo básico para explicar a categorização, neste enquadramento, é o de simulador.

Alguns dos pressupostos sobre o funcionamento deste simulador são notoriamente equivalentes aos propostos por abordagens abstraccionistas. Um simulador contém um corpo organizado de conhecimento que integra numa estrutura (*frame*), na memória a longo prazo, os símbolos perceptivos ao longo de instâncias de uma categoria (Barsalou, 1999). Como descreve Barsalou (1999), à medida que são encontradas múltiplas instâncias do mesmo conceito elas tendem a activar estados neuronais semelhantes. Note-se que, segundo Rosch e Mervis (1975), as categorias de nível básico tendem a ter características correlacionadas estatisticamente. O resultado disso, do ponto de vista deste enquadramento, é que populações semelhantes de neurónios em áreas associativas tendem a captar estes estados e passam a integrar as características sensório motoras ao longo das diversas instâncias da categoria (Barsalou, 2003^a). Ou seja, há uma **sobreposição das representações perceptivas de instâncias que partilham configurações de partes** (Barsalou, 1999, 2003b). Esta organização **implementa as representações das categorias**, estabelecendo o conteúdo conceptual e constrangimentos sobre o que faz sentido como categoria, **mantém as propriedades de estrutura ou coerência conceptual e corresponderia a uma estrutura do tipo do esquema (*frame*)**. O simulador desenvolve-se para qualquer aspecto da experiência que recebe **atenção selectiva precoce** e manifesta **sensibilidade a padrões a que atende repetidamente**, mecanismos que determinam o seu armazenamento em memória (Barsalou, 1995). A **informação irrelevante** é, como se reviu (Jacoby & Hayman, 1987), até certo grau, armazenada automaticamente ao longo de episódios de processamento, mas **cancela-se, tipicamente, a si própria por interferência, ficando apenas informação relevante fortalecida pela repetição** (Barsalou, 2003b).

Mas note-se que as diferenças em relação a uma visão abstraccionista duradoura são também assinaláveis. O simulador desenvolve-se, primordialmente, para perseguir unidades com significado no mundo (indivíduos e categorias importantes) (ver Barsalou et al., 1998; Barsalou et al., 1993). Ou seja, o sistema conceptual não está organizado para descobrir a estrutura categórica do mundo e desenvolver sistemas taxonómicos para representar essa estrutura, como se as pessoas fossem taxonomistas intuitivos. Noutro sentido, as pessoas são encaradas como **perseguindo objectivos que facilitam a interface entre acção e ambiente** (Barsalou, 2003b). Ou seja, o **sistema conceptual desenvolve-se e o conhecimento organiza-se para sustentar e facilitar uma acção situada e eficaz**. E a presença de categorias ad hoc são uma das provas da importância de atingir objectivos na organização do sistema conceptual (Barsalou, 1991, 2003b)³⁸. Num sistema conceptual organizado para desenvolver taxonomias, a ontologia dos conceitos sustenta-se na metáfora estatística da tendência central e de casos (ver Barsalou et al., 1993), e as entidades ontológicas relevantes seriam os protótipos e os exemplares. Mas, no presente enquadramento é central a metáfora do modelo do mundo, ou seja, as crenças das pessoas acerca do estado actual do mundo (para uma definição, ver Barsalou et al., 1993). Indivíduos não correspondem a traços de memória que existem independentes uns dos outros, como nos modelos de exemplares. O mesmo indivíduo pode ser processado como uma entidade que existe continuamente no mundo e, portanto, muitos traços de memória diferentes são produzidos para o mesmo indivíduo. Mais, um esquema (*frame*) de um indivíduo contém quer informação episódica quer informação genérica. Igualmente, a abordagem propõe **esquemas (*frames*) para categorias importantes** (conjunto de coisas no mundo percebidas, por uma ou várias razões possíveis, como do mesmo tipo). Contudo, estes **difeririam dos protótipos**: (a) em vez de revistos globalmente no que respeita a todos os exemplares prévios, a **actualização seria feita localmente**, sendo apenas revistos no que respeita ao indivíduo encontrado mais recentemente; (b) em vez de revistos pela computação de médias ou modas ao longo de listas de atributos, a **revisão seria feita através da especialização de símbolos perceptivos, da criação de conexões inibitórias entre especializações que competem pela mesma sub-região da área**

³⁸ Note-se, contudo, que de acordo com Yeh e Barsalou (2006), as categorias taxonómicas continuariam a ser úteis para fornecer instrumentos para criar instâncias de categorias conhecidas na representação de novos cenários específicos.

associativa, e do armazenamento de símbolos perceptivos adicionais na mesma área associativa (Barsalou et al., 1993).

Pertinentemente, a metáfora do modelo do mundo é útil para explicitar alguns aspectos da **relação estreita** que Barsalou estabelece **entre memória e categorização**. A ideia de que as pessoas, à medida que se movem no mundo, categorizam locais, objectos, e actividades para se orientarem em relação aquilo que já sabem acerca do mundo (Barsalou et al., 1993), sugere que o sistema cognitivo tem um objectivo implícito de se orientar constantemente em relação ao seu modelo do mundo (Barsalou, 1995). Esta ideia surgiria profundamente consolidada num artigo relevante (Barsalou, 1995), onde o autor defenderia que o armazenamento de informação em memória não é apenas um efeito lateral de um processamento intencional, consciente, esforçado e estratégico dirigido para objectivos de armazenamento. Como revisto anteriormente, a literatura sobre memória implícita (e.g., Jacoby & Brooks, 1984; Jacoby & Hayman, 1987; Schacter, 1987) contém inúmeros exemplos de que processos mais automáticos, não estratégicos como ler ou categorizar também produzem efeitos laterais de armazenamento (ver Jacoby & Brooks, 1984; Schacter, 1987). Neste sentido, não é estranho que à medida que cada local, objecto, ou actividade seja categorizado, surja um efeito lateral, armazenando um registo da entidade identificada em memória (Barsalou, 1995).

Embora todo o conhecimento experimentado para um conceito resida implicitamente no simulador, **apenas um subconjunto específico é reconstruído, numa dada ocasião, na memória de trabalho** (Barsalou, 1999), **através de um mecanismo de recuperação parcial da informação categórica** (Yeh & Barsalou, 2006). Neste sentido, um conceito não é uma representação única e duradoura abstraída para uma categoria. Em vez, ~~é a capacidade para construir~~ **representações idiossincráticas à medida das necessidades de uma acção situada** (Barsalou, 1999, 2003b). Um conceito é um simulador capaz de construir, no momento e a partir da informação contida no esquema (*frame*), um número infinito de simulações específicas e temporárias (Barsalou, 1999). O **processo de simulação é altamente dinâmico**, dependendo do estado actual do simulador, do estado actual de simuladores associados, e mesmo do estado actual do processamento cognitivo mais vasto (Barsalou, 1999, 2003^a, 2003b). Mas as diferentes conceptualizações do mesmo conceito estão relacionadas na medida em que foram produzidas pelo mesmo simulador. Ainda, **as simulações não implementam um único tipo de representação, mas uma**

variedade, como os exemplares e protótipos (Barsalou, 1999, 2003b). Se houver uma reconstrução dos estados específicos multimodais de uma experiência particular com um membro duma categoria, estará a representar um exemplar. No entanto, se a simulação se basear na média da memória de múltiplos exemplares, estará a funcionar como protótipo. Portanto, informação genérica ou episódica pode ser reconstruída numa simulação em qualquer altura. E mesmo as **representações conceptuais de protótipos são muito dinâmicas** (sendo possível mesmo simular múltiplos protótipos), **construídas no momento (*on line*) e não duradouras**. Ver os conceitos como simuladores sugere, assim, uma forma diferente e mais dinâmica de pensar sobre o processo de categorizar: se um simulador de uma categoria conseguir produzir uma simulação satisfatória de uma entidade percebida, então ela pertence à categoria (Barsalou, 1999, 2005).

Note-se que, novamente pertinente para a **relação** que Barsalou estabelece **entre categorização e memória**, recuperar informação da memória é também encarado como uma forma de simulação perceptiva. Estas simulações podem ficar activas inconscientemente na memória implícita, ou estarem conscientes na memória explícita (Barsalou, 1999). E o aspecto reconstutivo da memória reflecte exactamente a contribuição de um simulador no processo de recuperação (Barsalou, 1999). Quando a simulação é reconstituída, pode diferir algo da percepção original, talvez porque foi produzida com menos constrangimentos da informação sensorial.

Na sequência, Barsalou (2002; Barsalou et al., 1993; Yeh & Barsalou, 2006) sugere que o dinamismo conceptual pode frequentemente reflectir a construção de diferentes versões do mesmo conceito relevantes para diferentes situações. Porque **em diferentes situações é necessária informação diferente sobre uma categoria, diferentes concepções são construídas** e uma variabilidade substancial ocorre na sua representação (Barsalou, 2003b). Neste sentido, incorporar situações numa tarefa cognitiva simplifica e torna o processamento mais exequível. Este autor nota que entidades e acontecimentos específicos tendem a ocorrer em algumas situações mais do que noutras. E capitalizar essas correlações evita que o sistema cognitivo faça uma busca exaustiva em memória ao longo de todas as situações e permite que se foque no conhecimento e competências relevantes para a situação em causa (Barsalou, 2002, 2003b). Yeh e Barsalou (2006) sugerem que a informação sobre situações é também extensivamente armazenada enquanto se estabelecem conceitos em memória. E que, mais tarde, durante todas as formas de

processamento conceptual, essas situações tornam-se activas e têm impacto considerável no desempenho, tornando **o sistema conceptual altamente contextualizado**. O padrão de efeitos de situação que a literatura sobre processamento conceptual exhibe é essencialmente o mesmo da literatura sobre memória episódica (para uma revisão, ver Yeh & Barsalou, 2006). Mas, tais paralelos não são surpreendentes para estes autores que assumem que o conhecimento conceptual se desenvolve a partir de acontecimentos que produzem memórias episódicas. Neste sentido, se as situações são centrais para a memória episódica deveriam sê-lo também para o conhecimento conceptual.

Note-se que, segundo a teoria, estes efeitos das situações não dependem do simulador para uma categoria incluir informação de contextos. Outros simuladores para contextos específicos podem ligar-se aos simuladores de objectos, situado-os (Yeh & Barsalou, 2006). E o conteúdo da situação pode inclusive corresponder a uma variedade de estados mentais subjectivos (Barsalou, 1999).

Uma questão subjacente é a de saber que aspectos da situação são armazenados. Novamente, uma possibilidade é as situações armazenadas serem um efeito lateral do processamento (Barsalou, 1995). Se a atenção e as relações com significado³⁹ guiam o processamento das situações, como descrevem Yeh e Barsalou (2006), então quaisquer que sejam os aspectos da situação que recebam processamento ficam armazenados em memória com o conceito alvo.

Em vários sentidos, a teoria proposta por Barsalou (1999, 2003b), e também os modelos de recuperação parcial de exemplares, são semelhantes à recente abordagem da cognição social situada (Semin & Smith, 2002; Smith & Semin, 2004). Esta abordagem sugere que o conhecimento conceptual consiste na capacidade de se comportar de forma **adaptada em ambientes diferentes, criando compilações de conceitos ajustadas ao contexto imediato**. E que a cognição humana é situada porque o desempenho conceptual humano (e.g., categorização, resolução de problemas) depende de processos de compilação de conhecimento no mesmo instante, e não de conhecimento pré-armazenado (e.g., *scripts* ou estereótipos) que é simplesmente recuperado e aplicado. Neste sentido, partilha com as duas visões anteriormente descritas as ideias de que: (a) o conhecimento

³⁹ Porque, situações de co-ocorrência puramente arbitrarias, onde é difícil explicar porque é que um objecto ocorre numa situação ou é difícil prever que a situação contenha o objecto, parecem ser, muitas vezes, um limite aos efeitos do contexto no processamento conceptual. Por exemplo, os efeitos do contexto não ocorrem para propriedades particulares dos conceitos não significativamente dependentes da situação, que co-ocorrem arbitrariamente com as situações (Yeh & Barsalou, 1996).

conceptual consiste numa vasta base de dados que ultrapassa a visão restritiva de abstrações indispensáveis e de que; (b) o ajustamento ao contexto imediato é necessariamente selectivo. Mas, diverge das mesmas porque atribui um **papel limitado às representações de conhecimento nas compilações contextualizadas**. Relembre-se que o efeito enviesador proposto pelos modelos de recuperação parcial de exemplares resulta das pistas contextuais disponíveis coincidirem com atributos infrequentes da representação do alvo (durante a compilação do conhecimento). Logo os atributos da representação do alvo são essenciais para explicar a sensibilidade ao contexto. Igualmente, para Barsalou (1999), o contexto activa uma conceptualização temporária ajustada, mas as diferentes conceptualizações do mesmo conceito estão relacionadas na medida em que foram produzidas pelo mesmo simulador. Mais, para o contexto influenciar, a relação entre situação disponível e conhecimento representado do alvo tem que ser significativa e não fortuita e adjacente (Yeh & Barsalou, 1996).

Para a cognição social situada os efeitos enviesadores do contexto imediato na compilação do conhecimento não se restringem aos atributos da representação de um alvo. Neste sentido, está em concordância com os modelos que sugerem que as pistas disponíveis no contexto podem enviesar a compilação do conhecimento mesmo quando não coincidem com qualquer um dos atributos de uma representação do alvo (Doshier & Rosedale, 1989; McKoon & Ratcliff, 1992; Ratcliff & McKoon, 1988). Como se descrevem adiante, nos modelos de ajustamento global que incluem pistas compósitas, a memória não responde aquilo que conhece e que já viu associado à representação do alvo, mas àquilo que é semelhante com a pista.

1.3.2.3 Modelos de redes conexionistas

Com os modelos conexionistas surge uma nova perspectiva da representação mental (e.g., Kruschke, 1992; McClelland & Rumelhart, 1985; Shanks, 1991; para uma revisão, ver Carlston & Smith, 1996; Smith, 1998; Smith & Queller, 2001). Cada conceito ou objecto é representado por uma representação distribuída que corresponde a um padrão de activação dinâmico diferente ao longo de um mesmo conjunto de nós ou unidades indiferenciadas de uma rede. As unidades estão ligadas entre si e enviam activação

(positiva ou negativa) umas às outras através de conexões ponderadas. Outros tipos de representação requerem pressupostos adicionais sobre os processos que operam sobre representações estáticas. Ao contrário, a rede é simultaneamente: (a) Uma memória (que representa as experiências passadas através das configurações dos pesos das conexões). De facto, os pesos das conexões podem funcionar como um repositório da memória a longo prazo da rede porque algoritmos de aprendizagem modificam incremental e lentamente o conjunto de valores aleatórios, atribuídos inicialmente, à medida que a rede processa muitos estímulos. Ou seja, os pesos das conexões derivam da história de activação prévia dos nós vizinhos; (b) Uma estrutura de processamento [uma vez que os pesos determinam a transformação a partir das entradas (*inputs*) da rede para as saídas (*outputs*)]. De facto, a rede pode funcionar como uma estrutura de processamento porque a activação apresentada às unidades de entrada da rede flui pelas conexões e eventualmente produz um novo padrão de activação nas unidades de saída da rede (em função, também, do nível de activação prévio das unidades).

Como toda a informação é representada na mesma rede por diferentes padrões de activação, as representações conexionistas são sobrepostas. A questão das memórias serem sobrepostas é que as suas identidades individuais, sem indícios apropriados, são perdidas. De facto, apesar da aprendizagem feita pela rede ser preservada nos pesos das conexões, quando uma rede codifica vários padrões, os pesos das conexões são um compromisso. Ou seja, a representação de padrões previamente aprendidos pode mudar. Neste sentido, a reprodução de qualquer padrão a partir de indícios será imperfeita e influenciada por outros padrões codificados na rede. E, por isso, a informação aprendida por este tipo de rede não pode ser propriamente recuperada, mas reconstruída a partir dos pesos de conexão em resposta aos indícios ou pistas de activação das unidades de entrada da rede. Especificamente, o modelo reconhece, sem recuperar, informação específica através do cálculo de uma correlação entre a memória compósita e o indício.

Também, porque as regras de aprendizagem da rede alteram os pesos incrementalmente quando cada padrão é processado, padrões encontrados recentemente ou frequentemente têm efeitos maiores do que os padrões antigos e raros. Desta maneira, a rede incorpora o princípio da acessibilidade. De facto, os mecanismos de aprendizagem básicos dos modelos conexionistas são muito sensíveis às propriedades estatísticas da informação, de tal modo que conseguem dar conta dos efeitos da frequência e recência na

acessibilidade. Por exemplo, o peso da conexão que liga um atributo a um conceito geralmente aumenta à medida que a sua frequência de co-ocorrência aumenta. A recência tem um efeito semelhante. Na medida em que um atributo e um conceito co-ocorreram recentemente, a força da conexão entre eles aumenta. Esta propriedade da aprendizagem conexionista pode na verdade ser tão dominante que está subjacente ao problema da aprendizagem catastrófica (para um comentário semelhante, ver Smith & DeCoster, 1998). Ultrapassando os seus limites de aprendizagem, a novidade excessiva começa a pôr em causa a memória cumulativa e o modelo deixa de reconhecer padrões que tinha aprendido anteriormente. Esta aprendizagem catastrófica pode ser minimizada, por exemplo, se os padrões que o modelo conhece não forem ortogonais mas correlacionados⁴⁰. O que requer, eventualmente, introduzir um algoritmo de aprendizagem adaptado como a regra delta, que permite ajustar os pesos das conexões para minimizar a interferência entre padrões semelhantes (ver, por exemplo, McClelland & Rumelhart, 1985) ou incorporar uma componente não linear de semelhança/ajustamento entre a memória compósita e o indício/pista (e.g., Hintzman, 1986; McClelland & Rumelhart, 1985; Murdock, 1982).

Apesar dos potenciais padrões não estarem "armazenados" explicitamente, redes usando um tipo de arquitectura diferente (conexões recorrentes que constituem ligações bidireccionais entre unidades) são capazes de completamento de padrões, o que pode ser encarado como uma forma de memória. Estas redes aprendem padrões e podem reproduzi-los posteriormente em resposta a um indício incompleto ou aproximado do padrão, inferindo atributos que não estão presentes.

Mas de primordial interesse aqui são as propriedades que permitem posicionar as redes conexionistas enquanto abordagens do conhecimento conceptual nas dimensões, já antes abordadas, da **sensibilidade ao contexto, estabilidade e princípio organizador do sistema conceptual**.

⁴⁰ Note-se que estes modelos supõem que cada estímulo é um subconjunto de características e pode ser representado por um vector ordenado que indica a presença ou ausência das características associadas com cada posição. E que se se tiver um conjunto desses vectores ortogonais (não correlacionados) uns em relação aos outros, é possível adicioná-los um de cada vez a um vector de memória. Uma medida simples do grau em que dois vectores se ajustam é a correlação de Pearson. Mas, à medida que mais e mais vectores são adicionados ao vector memória, diminui o quão bem ele se ajusta ao primeiro vector armazenado. Já que o quadrado do coeficiente de correlação representa a proporção de variância no vector de memória relativa a cada item armazenado, este valor diminui à medida que $1/N$ (1.00, .50, .33, .25, etc), onde N é o número de vectores armazenados. Flexibilizar o requisito da ortogonalidade estrita minimiza o problema, mas a correlação do vector com a memória compósita permite apenas uma discriminação imperfeita do que é novo e antigo.

Nas redes conexionistas, uma abstracção é um atractor para uma combinação de propriedades estatisticamente provável. Quando um conjunto de exemplares aprendidos partilha propriedades correlacionadas, os pesos das conexões da rede evoluem ou são ajustados no sentido de reconhecer este padrão e as suas variantes, estabelecendo um atractor para a categoria. As unidades activas que caracterizam um atractor representam implicitamente uma abstracção. Como estas unidades são distribuídas, o conteúdo de uma abstracção pode ser difícil de especificar de forma precisa. Mas nesta abordagem não é necessário nem desejável especificar as abstracções explicitamente. Estas **abstracções** e as **representações das categorias** em geral são altamente dinâmicas. Por um lado, o atractor adapta-se rapidamente, à medida que a experiência com a categoria muda. Os algoritmos de aprendizagem conexionistas oferecem formas poderosas de rever as abstracções e representações conceptuais à medida que os estímulos mudam no sentido de aumentar a probabilidade de fazer categorizações correctas. A possibilidade dos pesos mudarem é precisamente uma das vantagens destes modelos que lhes dá uma flexibilidade (e.g., Shanks, 1991) que outros modelos, como os de protótipos ponderados⁴¹, não têm (ver Barsalou & Hale, 1993). Por outro lado, um número infinito de estados de activação à volta do atractor podem, cada um, fornecer representações possíveis da categoria. Numa dada ocasião, a representação activada é função do estado actual da rede, do estímulo, ou da história de aprendizagem. Por isso, aquilo que define um conceito é muito mais a ideia de um sistema dinâmico que produz estados de representação, dependendo das condições actuais, do que a ideia de uma representação estável.

Embora possam ser abstraídos invariantes, as redes conexionistas foram explicitamente formuladas para implémentar **conceptualizações situadas** e fazem-no elegantemente. Ou seja, não só representam a categoria diferentemente ao longo de situações (o processo reconstrutivo é fortemente afectado pelo contexto imediato porque ambos o contexto imediato e a aprendizagem prévia estão a ser representados ao mesmo

⁴¹ Os modelos de protótipos ponderados são uma importante variante entre os modelos de protótipos e os modelos conexionistas. Essencialmente, assumem que cada atributo de um protótipo é relevante na medida em que ocorre ao longo de membros da categoria. Se um atributo é mais diagnóstico da pertença à categoria do que outro, recebe mais peso nas decisões de categorização. Como resultado, aumenta a precisão da categorização, porque atributos pouco diagnósticos são menos prováveis de forçar falsas categorizações para membros que os possuem (para uma revisão, ver Barsalou & Hale, 1993). Mas, enquanto nestes modelos a mudança dos pesos reflecte apenas a frequência dos atributos, a mudança dos pesos nas redes conexionistas reflecte a magnitude e direcção do erro na categorização. Ou seja, os pesos são substancialmente ajustados na direcção que minimizará erros futuros (novamente, ver Barsalou & Hale, 1993).

tempo na mesma rede), mas também incluem informação do contexto nas suas representações. Por um lado, estas representações armazenam muita informação idiossincrática sobre exemplares, que tem um papel central no processamento. De facto, em vez de usar apenas os atributos mais prováveis de ocorrer em exemplares (como nos modelos de protótipos ponderados; para uma revisão ver Barsalou & Hale, 1993), utiliza informação adicional de atributos mais idiossincráticos e menos preditores. Apesar disso, não armazena tanta informação idiossincrática como os modelos de exemplares e, por isso, requer menor capacidade de memória (McClelland & Rumelhart, 1985). Por outro lado, armazenam informação do contexto em que os exemplares ocorrem. Em vez de extrair apenas o conhecimento focal de um objecto particular, muita informação correlacionada sobre o contexto em que ocorre é também armazenada. Redes com uma única camada de unidades têm dificuldade em armazenar este tipo de informação (e.g., Shanks, 1991), mas redes com uma camada interna de unidades escondidas podem gravar informação correlacionada (e.g., Rumelhart, Smolensky, McClelland, & Hinton, 1986). O benefício dessas unidades é que elas são capazes de construir as suas próprias representações internas; uma unidade escondida particular pode representar um certo par de atributos correlacionados, formando um atractor (ver Hintzman, 1990). Como resultado, activar um exemplar activa tipicamente propriedades de contexto relacionadas, situando o objecto. Inversamente, quando propriedades do contexto estão activas, propriedades relevantes do objecto tornam-se activas, resultando numa **representação do mesmo específica da situação**.

Na dimensão da **organização**, é possível considerar que as redes conexionistas, como os modelos de exemplares, organizam implicitamente as **categorias em termos da semelhança taxonómica**. Pode-se conceber que, na medida em que exemplares diferentes partilhem propriedades semelhantes, são representados pelas mesmas unidades escondidas⁴² e são desenvolvidos atractores que os representam implicitamente. De tal

⁴² As unidades escondidas têm sido igualmente importantes para ultrapassar limitações destas redes no que concerne à potência de representação. Como os conceitos correspondem a padrões de activação específicos e as associações são muito limitadas, estas redes têm, por exemplo, dificuldade em simular representações com relações estruturadas. Estas representações não têm qualquer distinção de sintaxe (e.g., não distinguem "o X atirou a bola a Y" de "o Y atirou a bola a X"). E a introdução das unidades escondidas pretende fazer essa diferenciação de cada argumento na relação, representando certo tipo de relação mas não outro; qualificando em termos sintácticos as representações. Apesar disso, alguns autores (Barsalou, 1993; 2005) continuariam a atribuir problemas a esta abordagem por assumirem, improvavelmente, que o conjunto de argumentos é finito, pequeno e conhecido de antemão. Na sua teoria do sistema conceptual, estes autores (Barsalou, 1993, 1999, 2003b; Barsalou et al., 1993) recorrem ao constructo de estrutura ou esquema (*frame*) para representar as relações estruturadas.

modo que a apresentação de um novo exemplar à rede activa mais provavelmente os atractores dos grupos taxonómicos mais próximos.

Mas, note-se que não são apenas os pressupostos conexionistas destas redes que permitem caracterizá-las como modelos de processamento conceptual dinâmico e sensível ao contexto. Na verdade, as redes conexionistas fazem parte de uma classe mais geral de modelos de memória que partilham aquilo que pode ser chamado de mecanismo de ajustamento global e mecanismo de recuperação compósita, e que incluem também os modelos de memória de vectores ou de matrizes (para uma revisão, ver Hintzman, 1990; Humphreys et al., 1989; Raaijmakers & Shiffrin, 1992; Ratcliff & McKoon, 1988). E, como se descreve a seguir, alguns mecanismos inerentes (ou facilmente acopláveis) a estes modelos podem, igualmente, explicar o dinamismo conceptual e a sensibilidade ao contexto.

Modelos globalistas ou de activação da memória

Com os avanços fornecidos por estes modelos, os mecanismos de busca em memória já não são exclusivamente processos sequenciais, extensos e esforçados de recuperação consciente de itens individuais. Podem corresponder igualmente a uma resposta mnésica compósita indexada ao grau de familiaridade de pistas com todos os traços de memória activados em paralelo. Como salienta Hintzman (1990), tais modelos de memória partilham componentes, como características, nós com valores de activação e ligações (com ponderações ou forças). E concebem que muitas tarefas de memória se realizam a partir de um vector de força, de uma resposta unidimensional baseada na força de um atributo em memória, que tem nomes diferentes dependendo dos modelos (activação, familiaridade, eco, etc.) Esta ideia de que se usa a activação, de que se afere as respostas com base na activação, tem sido usada como uma explicação natural, por exemplo, para os dados da literatura sobre influências inconscientes da memória nos julgamentos de fama (e.g., Jacoby, Kelley, Brown, & Jasechko, 1989), ou para os dados da literatura sobre dissociações entre medidas implícitas e explícitas de memória (e.g., Tulving, Schacter & Stark, 1982). Em termos genéricos, é possível que a recordação de informação e de detalhes seja afectada sem que se perturbe o sentimento de familiaridade

em relação à informação. Neste sentido, as pessoas podem ficar apenas com uma sensação de familiaridade que acompanha o processar a informação, sem que se lembrem distintamente da informação e, subsequentemente, atribuir até essa familiaridade a uma fonte errada.

Mas é possível advogar que as pessoas respondem com base na activação não só em testes de reconhecimento mas noutras circunstâncias da sua vida (e.g., Garcia-Marques, 1998; Hintzman, 1986). Aplicada à literatura sobre processamento conceptual, a re-conceptualização dos mecanismos de busca em memória sugere que raramente se recupera informação específica de forma exaustiva. E que frequentemente se responde com base na facilidade com que se considera certa associação, ou seja, aferindo, por exemplo, a familiaridade que faz relacionar um indivíduo com um determinado traço de personalidade, mesmo que se julgue estar a responder com base em pistas específicas recuperadas ou a monitorizar crenças.

Exactamente, esta possibilidade de averiguar a memória a longo prazo pela activação, sondado-a sem gasto significativo de recursos cognitivos questiona argumentos que têm sustentado um abstraccionismo duradouro:

- (a) Primeiro, o argumento dos recursos limitados que tem sustentado as visões baseadas na abstracção e que tem inspirado críticas aos modelos de exemplares, pelas suas exigências ilimitadas da capacidade de armazenamento e de mecanismos de procura de informação, deixa de se aplicar aos modelos de memória de ajustamento global;
- (b) Segundo, o ajustamento global permite que o sistema cognitivo se comporte como uma máquina de abstracções sem que estas sejam previamente computadas. Note-se que, a ideia de que se recupera prioritariamente um julgamento já efectuado (*on line*) do que a informação em que se baseou esse julgamento para computar um no momento (Hastie & Park, 1986) só faz sentido num modelo de memória com pressupostos de recuperação sequencial e exaustiva. Como descrito anteriormente, para modelos em que se averigua a memória pela activação ou eco (e.g., Hintzman, 1986) é tão fácil fazer julgamentos já efectuados antes como julgamentos nunca efectuados, nomeadamente sobre uma categoria como um todo;

- (c) Terceiro, as mesmas propriedades têm permitido aos modelos de ajustamento global explicar as evidências empíricas sobre a instabilidade e sensibilidade ao contexto dos conceitos, aparentemente não resolvidas dentro da visão das abstracções duradouras. Por exemplo, o modelo MINERVA II demonstra um efeito análogo ao investigado por Roth e Shoben (1983), o de que os conceitos não têm representações unitárias e que, manipulando o contexto semântico, os indivíduos reordenam as avaliações de tipicidade dos membros da categoria. O modelo de Hintzman (1986) sugere que em memória existem apenas registos dos episódios em que o nome do conceito foi usado, e não uma representação fixa do conceito. Apesar de todos os episódios relacionados com o conceito serem fortemente e simultaneamente activados, é compreensível que **o significado recuperado resultante do processo de ajustamento global difira dependendo do contexto em que a palavra aparece no indício dado**. Neste sentido, os modelos globalistas demonstram que pressupor o envolvimento de todos os episódios no processo não é um limite à explicação da sensibilidade ao contexto [como sugeriu Barsalou (1990, 2003b) em relação ao modelo de Medin & Schaffer (1978)];
- (d) Ainda, as mesmas propriedades são centrais pelo menos para dois mecanismos específicos inerentes (ou facilmente acopláveis) aos modelos de ajustamento global segundo os quais a **sensibilidade ao contexto pode ser também o resultado de crenças ilusórias** - abordagem de crenças ilusórias: As pistas de recuperação compósita (Doshier & Rosedale, 1989; McKoon & Ratcliff, 1992; Ratcliff & McKoon, 1988); a confusão com a fonte de activação (Ayers & Reder, 1998; Reder & Schunn, 1996). Os dois mecanismos, descritos a seguir, têm sido usados para explicar ilusões de memória, mas quando estas mesmas explicações são estendidas de forma a fornecer um enquadramento para a maleabilidade observada na compilação de conhecimento, o resultado são crenças ilusórias.

Pistas de recuperação compósita A natureza dependente do contexto do conhecimento categórico pode derivar da natureza compósita das pistas de recuperação que são usadas para instigar a memória a longo prazo (Ratcliff & McKoon, 1988). Por exemplo, pistas autocompiladas (e.g., rótulos da categoria) ou disponíveis no contexto são espontaneamente integradas, formando pistas compósitas de recuperação que são

ajustadas em relação às memórias armazenadas para produzir um julgamento ou resposta (Doshier & Rosedale, 1989; McKoon & Ratcliff, 1992; Ratcliff & McKoon, 1988). Por isso, mesmo que as representações de categorias sejam estáveis, o processo de as compilar ou recuperar num dado momento pode ser muito impreciso, no sentido em que é inerentemente dependente das características momentaneamente disponíveis da situação (ver Garcia-Marques et al., 2006).

Note-se que a teoria das pistas compósitas é uma teoria de recuperação de informação da memória. Tem sido aplicada aos efeitos de primação (Doshier & Rosedale, 1989; McKoon & Ratcliff, 1992; Ratcliff & McKoon, 1988) como um mecanismo de explicação alternativo deste fenómeno usualmente atribuído à acção do processo de dispersão da activação (*spreading activation*) usado como componente de recuperação em modelos de rede associativa. No processo de dispersão da activação, o estímulo-primo apresentado activa temporariamente conceitos com ligações associativas na rede (e.g., Collins & Loftus, 1975). Se o alvo após o estímulo-primo for um conceito relacionado com o estímulo-primo, o alvo já terá sido activado em algum grau quando é apresentado, de modo que é necessário menos tempo para a activação atingir o limiar de resposta. Por isso, a activação que difunde do estímulo-primo acelera as respostas ao alvo como resultado da modificação temporária no estado de activação dos conceitos na memória a longo prazo que ocorreu antes do aparecimento do estímulo teste ou alvo (ver Babey, Queller & Klein, 1998; Ratcliff & McKoon, 1988). Já a teoria das pistas compósitas não assume modificação na memória a longo prazo. O pressuposto é o de que a probabilidade do estímulo-primo facilitar a resposta a um alvo aumenta em função do tempo que o estímulo-primo e alvo foram considerados juntos na memória de trabalho (e.g., Ratcliff & McKoon, 1988). Portanto, a explicação da primação é dada em termos da estrutura da pista na memória a curto prazo usada para aceder à memória durante a recuperação. Portanto, em termos dos processos que são executados na altura da recuperação. Estímulo-primo e alvo formam um conjunto sobre o qual o processo de memória opera. Porque o fenómeno da primação tem sido uma evidência primordial para o mecanismo da dispersão de activação, tem fornecido o substrato para a confrontação empírica entre as teorias de dispersão de activação e de pistas compósitas⁴³.

⁴³ Nesse âmbito, dados mais consistentes com a teoria das pistas compósitas [pelo menos em comparação com os modelos iniciais de dispersão de activação (Collins & Loftus, 1975; Collins & Quillian, 1969)] têm surgido de investigações que mostram que os efeitos de primação dependem dos conteúdos activos na memória a curto prazo, em vez de mudanças de

Este mecanismo baseado nas pistas compósitas não está ligado a nenhum modelo particular e pode servir como uma explicação geral da primação, independente do modelo. Mas, pode ser naturalmente implementado numa série de modelos de memória que incluem uma componente de activação em paralelo e recuperação compósita (Hintzman, 1986; Murdock, 1982; para uma revisão, ver Ratcliff & McKoon, 1988). E, neste sentido, herda também todas as propriedades dos modelos globalistas capazes de explicar outro tipo de dados, tais como reconhecimento, julgamentos de frequência, categorização, entre outros. De facto, nestes modelos não é difícil conceber como é que o estímulo-primo e o alvo podem ser combinados numa pista compósita. Os dois itens podem ser associados num único vector (Hintzman, 1986) ou numa convulação⁴⁴ de dois vectores na codificação (Murdock, 1982). Por outro lado, alguns destes modelos (Murdock, 1982) assumem mesmo que a força de combinações associadas de pistas compiladas na altura da recuperação é determinante para a força da resposta que se obtém (Doshier & Rosedale, 1989). E se a familiaridade dada pelo grau de adequação que se obtém da memória for em grande medida determinada pela combinação associativa das representações do estímulo-primo e alvo compiladas no momento da recuperação, então o estímulo-primo facilita a resposta ao alvo. Esta familiaridade pode ser facilmente concebida como sendo medida pelo acesso directo a uma memória a longo prazo compósita ou por comparações paralelas aos itens na memória a longo prazo, desde que uma componente não linear de ajustamento entre a pista e os itens em memória seja considerada. Isto porque acentua (destaca) a qualidade do ajustamento. No modelo de Hintzman (1986), isso é porque o grau de ajustamento envolve uma operação elevada ao cubo, no modelo de Murdock (1982) porque um ajustamento parcial (A-B com A-C) de uma convulação não é melhor do que um ajustamento entre pares não relacionados. Isto é possível neste modelo porque se assume independência das representações de itens únicos e das representações associativas na memória distribuída. Ao contrário, o mecanismo de dispersão de activação não pode ser implementado no enquadramento dos modelos de memória distribuída, especialmente quando os itens são combinados num vector de memória comum

activação na memória a longo prazo (Ratcliff & McKoon, 1988), que a extensão dos efeitos de primação é menor do que previsto pelas teorias da dispersão de activação (Ratcliff & McKoon, 1988), e que esta não é adequadamente explicada por uma medida de produção por associação livre (usada como medida das ligações associativas entre estímulo-primo e alvo em memória pelas teorias da dispersão de activação) (McKoon & Ratcliff, 1992).

⁴⁴ Operação matemática para combinar dois vectores. Pode-se obter a convulação de dois vectores com n elementos multiplicando-os de modo a formar uma matriz $n \times n$, e depois somando diagonalmente para obter um vector com $2n-1$ células (ver Hintzman, 1990).

(TODAM, Murdock, 1982) ou numa matriz na codificação (MATRIX, Humphreys et al., 1989), porque não há entidades separadas para a activação se difundir a partir de, e em direcção a.

Realmente, modelos baseados em mecanismos de dispersão de activação têm dificuldade em lidar com alguns fenómenos de primação que dependem, nomeadamente, de conteúdos da memória a curto prazo (McKoon & Ratcliff, 1992; Ratcliff & McKoon, 1988). Isto não quer dizer que não consigam explicar a instabilidade e sensibilidade ao contexto. Ver adiante a explicação alternativa dada pelo modelo de rede associativa Confusão com a Fonte de Activação (SAC), um modelo de memória semântica baseado em mecanismos de dispersão de activação.

Aplicado ao processamento conceptual, de que modo este mecanismo de recuperação através de pistas compósitas produz crenças ilusórias?

Genericamente pode-se afirmar que o carácter ilusório provém do papel limitado que é dado às representações do conhecimento previamente associadas a um alvo na compilação de uma resposta ao alvo num determinado momento. Primeiro, a natureza compósita proposta revela uma noção de pista mais abrangente: Na medida em que está disponível no contexto, na medida em que é autocompilada, qualquer informação "B" pode ser espontaneamente integrada com outra "A" para servirem de pista. Segundo, a abordagem explica uma forma de activação que depende exclusivamente do tempo que informações "A e B" foram consideradas juntas na memória de trabalho (Ratcliff & McKoon, 1988) para que na recuperação sejam espontaneamente integradas numa pista compósita que sonda a memória. Note-se que não está em causa uma forma de activação em que um estímulo "A" prima "como A", no sentido em que activa outras representações da memória a longo prazo com conteúdos relevantes para o estímulo, porque codificados como semanticamente mais próximos ou em resultado de um processamento esquemático da informação. Este seria o caso em que a memória responde com aquilo que conhece, com aquilo que está representado como estando relacionado com uma categoria ou relacionado semanticamente, em que a recuperação consciente ou inconsciente do item crítico poderia depender nitidamente da activação acumulada, por dissipação da activação, atingir um nível sujeito a critério (Collins & Loftus, 1975). Note-se que não está sequer em causa uma forma de activação em que "A" prima "como A"

porque “como A” partilha o maior número de atributos com “A”. Está em causa uma forma de activação em que “A” prima “como não A”, por exemplo “B”, dado o grau em que “A” e “B” foram processados juntos na memória de trabalho. Mas atenda-se que, para a teoria da recuperação através de pistas compósitas [adoptando os pressupostos do TODAM, Murdock (1982)], é indiferente se esta associação espúria corresponde a uma que já existe entre a pista do contexto “B” e o estímulo teste “A”, que é, no entanto, irrelevante para a tarefa, ou a uma que se estabelece no momento da recuperação em função do tempo que “A” e “B” estiveram juntos na memória de trabalho⁴⁵.

Assim, contrariamente ao proposto pela teoria das simulações situadas (Yeh & Barsalou, 1996), **para o contexto influenciar, basta uma associação espúria entre pistas contextuais disponíveis e conhecimento relativo ao alvo (e.g., um rótulo de uma categoria) que é estabelecida fortuitamente, meramente por concomitância ou adjacência (para uma definição de critérios, ver Doshier & Rosedale, 1989; Ratcliff & McKoon, 1989), e que é irrelevante para a tarefa. De facto, porque não foi previamente codificada em relação ao alvo e não faz parte de representações anteriores compiladas sobre o alvo, tem um carácter irrelevante. Quer dizer que o efeito enviesador das pistas disponíveis no contexto não resulta só da sua coincidência com atributos infrequentes na representação do alvo, como previsto pelos modelos que incluem mecanismos de recuperação parcial (e.g., Kahneman & Miller, 1986; Nosofsky & Palmeri, 1997; mas também, Barsalou, 1999). As pistas disponíveis no contexto podem igualmente enviesar a compilação de conhecimento sobre um alvo mesmo quando não coincidem com nenhum dos atributos das representações compiladas anteriormente para esse alvo. Este seria o caso em que a memória responde com aquilo que é semelhante à pista compósita, estando ou não associado com a representação do alvo. Na medida em que, conceber as pistas de recuperação compósitas no enquadramento dos modelos globalistas, privilegia um modo de recuperação difusa do conhecimento em memória (com base na familiaridade dada pelo grau de adequação, de ajustamento com as pistas), em detrimento de processos de monitorização exaustivos de crenças ou de associações armazenadas, há espaço para a ocorrência de crenças ilusórias.**

⁴⁵ Já para os modelos de dispersão de activação, as duas situações descritas conduzem a previsões muito distintas (para mais pormenores, ver situações ilustradas por Doshier & Rosedale, 1989).

Confusão com a fonte de activação (SAC, Source of activation confusion). Tem-se vindo a afirmar que, nos modelos globalistas (e.g., Hintzman, 1986), quando uma representação de um conceito é compilada ou recuperada, a activação é uma consequência do grau de ajustamento (atributos ou membros do grupo mais frequentemente associados com as pistas de compilação são mais activados). Este processo permite pressupor o acesso a subunidades contextualizadas de conhecimento numa base de dados extensa de forma eficiente, dado que pistas diferentes podem ser utilizadas, à semelhança do que acontece com modelos com pressupostos de recuperação parcial (e.g., Barsalou et al., 1998). Nalguns modelos que incluem pressupostos de recuperação com base em pistas compósitas (Doshier & Rosedale, 1989; Ratcliff & McKoon, 1988), essa compilação é fortemente determinada pela estrutura das pistas associadas na memória a curto prazo, resultando em crenças ilusórias. Contudo, este pode não ser o único processo capaz de explicar a instabilidade e sensibilidade ao contexto das estruturas de conhecimento, segundo uma abordagem de crenças ilusórias. Para apoiar esta ideia, destaca-se, a seguir, o trabalho de dois grupos de investigadores: (1) Reder e colaboradores (Ayers & Reder, 1998; Reder & Schunn, 1996; Schunn, Reder, Nhouyvanisvong, Richards, & Stroffolino, 1997) e (2) Jacoby e colegas (Jacoby & Hollingshead, 1990; Jacoby & Whitehouse, 1989; McElree, Dolan & Jacoby, 1999).

(1) Investigações (para uma revisão, ver Park & Reder, 2004) têm ilustrado o facto de distractores muito acessíveis serem aceites como verdadeiros alvos sem a recuperação de traços de memória específicos (ou sem a monitorização da memória). Este fenómeno é previsto pelo modelo de rede associativa Confusão com a Fonte de Activação (*Source of Activation Confusion*, SAC) proposto por Reder e colaboradores (Reder & Schunn, 1996; Schunn et al., 1997). Tratando-se de uma instância específica dos modelos de memória de rede semântica baseados na activação, este modelo enfatiza um pressuposto único que o torna particularmente adequado para explicar ilusões cognitivas e erros de memória (Ayers & Reder, 1998). Especificamente, as pessoas podem responder à elevada activação de um nó na memória de trabalho mas frequentemente não sabem porque é que a activação é elevada. O SAC assume que muitos dos fenómenos discutidos na literatura, como o efeito da informação falsa (*misinformation effect*; para uma revisão, ver Ayers & Reder, 1998), o sentimento de saber (*feeling of knowing*, Reder, 1987; Reder & Ritter, 1992;

Reder & Schunn, 1996; Schunn et al., 1997), ou a ilusão de Moisés (*Moses illusion*, Park & Reder, 2004; Reder & Kusbit, 1991), podem ser explicados pela falha em identificar a fonte de activação antes de dar uma resposta ou pela falha em atingir uma adequação (*matching*) perfeita entre uma fonte de activação do contexto e a representação correcta em memória. Assim, muitas dessas ilusões e erros provêm de más interpretações da activação.

Tabela 3. Exemplos de fenómenos da literatura potencialmente explicáveis pela confusão com a fonte de informação (SAC).

FENÓMENOS	EVIDÊNCIAS E EXPLICAÇÃO BASEADA NO SAC
<u>Sentimento de saber</u>	
Reder e Ritter (1992)	Face à apresentação de um problema, os indivíduos “decidem” aceder a uma resposta previamente armazenada na memória ou computá-la com base nos dados fornecidos, mediante uma análise rápida do sentimento de <i>saber ou não saber a resposta</i> , sendo este automaticamente activado com a apresentação do problema.
Reder (1987); Reder e Ritter (1992); e colaboradores (1997)	Esse sentimento de “saber” depende de atributos da questão e não de recuperações parciais da resposta e está relacionado com o grau de familiaridade percebido. Por exemplo, as pessoas podem erroneamente acreditar que sabem a resposta a um problema de matemática se o enunciado partilhar características com outro problema que eles já conhecem, como resultado de um processo de adequação parcial dos dois enunciados.
Reder e Schunn (1996); Schunn e colaboradores (1997)	Descrevem o processo associado ao modo como este mecanismo de adequação parcial funciona dentro de um enquadramento chamado SAC.
Reder (1987; ver também Park e Reder, 2004)	A estratégia escolhida depende da história prévia de activação da estrutura de conhecimento e do grau de adequação (<i>matching</i>) às questões colocadas, mas é o nível de <i>familiaridade</i> com estas (que em termos operacionais corresponde à mudança no nível de activação básico da representação do problema) que parece definir essa adequação. Presumivelmente, este primeiro estágio consiste num estágio automático e implícito que avalia a familiaridade e relação entre termos, baseada na sua semelhança semântica ou primazia lexical (Reder, 1987); Assim, problemas com elevado grau de familiaridade promovem sentimentos de “saber” e, por isso, favorecem uma resposta que recupera informação previamente armazenada em memória. Fracos sentimentos de “saber” estão associados a contextos não familiares e promovem a computação de uma resposta com base nos dados fornecidos.

Ilusão de Moisés

Reder e Kusbit (1991)
Park e Reder (2004)

Quando um termo numa frase ou pergunta é substituído por outro termo semanticamente semelhante mas errado, as pessoas têm dificuldade em detectar a distorção. A tendência para ignorar distorções em questões tais como "Quantos animais da mesma espécie levou Moisés na arca?", é chamada a ilusão de Moisés. E resulta, frequentemente, de processos de adequação (*matching*) incompletos entre uma representação completa da questão e uma representação completa da proposição armazenada que contém a resposta.

Efeito da informação falsa

Ayers e Reder (1998)

Propõem uma aplicação do SAC ao efeito da informação incorrecta, no qual a exposição a questões enganadoras sobre uma experiência resulta frequentemente numa perda de detalhes originais em memória que são substituídos por informação falsa:

- a. Um conceito pode estar activo por uma variedade de razões - porque recebeu activação a partir de conceitos associados, porque foi primado subliminarmente, ou porque acabou de ser estudado.
- b. Em algumas circunstâncias, como em tarefas de resposta sim/não em que os sujeitos não são conduzidos a inspeccionar a questão cuidadosamente, tendem a ocorrer más atribuições da fonte de activação de um conceito baseadas na familiaridade, que resultam em erros de memória (para uma revisão, ver Kelley & Jacoby, 1996).

O modelo SAC apresentado para explicar estes fenómenos tem recorrido a uma rede semântica de dispersão de activação (Park & Reder, 2004; Schunn et al., 1997). Por exemplo, a ilusão de Moisés pode ser explicada em termos da dispersão de activação entre conceitos relacionados na memória semântica (Park & Reder, 2004). Quando uma palavra numa questão não coincide com a representação armazenada, a probabilidade de detectar o desajustamento é função do número e da força das ligações entre a palavra distorcida e o nó esquemático em questão. Quantas mais ligações, e quanto mais fortes, entre o esquema e o termo distorcido, mais provável que o termo distorcido passe despercebido. Segundo Park e Reder (2004), já que Noé e Moisés partilham muitas características, haveria um elevado número de ligações entre Noé e Moisés levando a que a substituição de Noé por Moisés não fosse notada (para uma explicação, em muitos aspectos, semelhante para o sentimento de saber, ver Schunn et al., 1997). O modelo assume, igualmente, que, associada aos conceitos codificados, estão representações de características do contexto em que estes ocorreram⁴⁶. Mas, por exemplo, para fenómenos como o efeito de informação falsa nem sequer é necessário discutir estas representações e

⁴⁶ Este pressuposto da representação de informação do contexto foi feito especificamente para modelar formalmente outros dados experimentais não revistos aqui (ver Ayers & Reder, 1998). E permite prever que os contextos conduzam a uma recuperação parcial e situada do conhecimento representado. Mas dada a semelhança desta explicação com os modelos que adoptam mecanismos de recuperação parcial referidos, ela não será considerada.

as ligações semânticas a um nível de grande detalhe (Ayers & Reder, 1998). É suficiente recorrer ao pressuposto que é relativamente único do SAC: considerar que as pessoas têm acesso aos conceitos activados em si, mas não têm acesso directo às ligações através das quais a activação flui. Podem apenas tentar inferir a fonte responsável pela activação do conceito. Logo, a fonte de familiaridade resultante da activação (concebida como um processo automático, rápido de pré-recuperação, Schunn et al., 1997) pode ser espúria, fruto meramente da primação subliminar do conceito ou porque foi visto mais recentemente. Por exemplo, quando o conceito é incluído na própria questão enganadora (e.g., efeito de falsa informação) ou quando faz, fortuitamente, parte do contexto imediato da tarefa. Note-se que muitos destes pressupostos convergem com os assumidos por modelos de pistas compósitas, que apropriadamente acomodariam estes resultados (Schunn et al., 1997).

Aplicado ao processamento conceptual, este mecanismo sugere que **atributos activos no contexto podem também afectar a compilação de uma representação porque as pessoas estão normalmente conscientes das consequências da activação de um conceito, mas não da fonte que activou esse registo em memória. Por isso, informação que não faz parte da representação da categoria em memória pode inadvertidamente ser incorporada na sua compilação por causa da sua saliência momentânea. Essas informações podem ser aceites como memórias ou crenças verdadeiras se as pessoas cometerem erros ao tentarem inferir a fonte (causa) do nível de activação do conceito no momento, tornando-se crenças ilusórias.**

(2) Os paradigmas de estudo da fluência do processamento e seus efeitos em tarefa de reconhecimento desenvolvidos por Jacoby e colegas (Jacoby & Hollingshead, 1990; Jacoby & Whitehouse, 1989; McElree et al., 1999) vêm reforçar estas ideias. Considere-se que Jacoby (1991) postula uma teoria de processos duais para explicar a memória de reconhecimento, ao contrário de teorias de processo único, que derivam de modelos globalistas (e.g., Murdock, 1982). Essa teoria assume que o reconhecimento envolve ambos processos de familiaridade, resultantes da fluência de processamento de conceitos acessíveis no momento (guia do reconhecimento numa fase inicial) e processos de recuperação da memória (e.g., informação episódica, sobre a fonte), que permitem,

nomeadamente, corrigir atribuições erradas realizadas com base na fluência do processamento⁴⁷.

Por exemplo, Jacoby e Hollingshead (1990) advogam uma abordagem deste tipo ao proporem um modelo de recordação que postula duas bases para as decisões de memória, processos de gerar e de reconhecer. Os autores utilizam o modelo para prever o desempenho numa condição de recordação indiciada pela apresentação de fragmentos de palavras. De acordo com o modelo, a leitura prévia de uma palavra conduz a que, posteriormente, surja mais prontamente como um complemento de um fragmento de palavra - uma influência automática da memória na geração de respostas candidatas à tarefa de recordação com pista (Jacoby & Hollingshead, 1990). As respostas candidatas são depois sujeitas a um processo de reconhecimento na memória antes de serem dadas como resposta. De tal modo que, num teste de recordação com pista, apenas aquelas palavras reconhecidas como tendo sido estudadas anteriormente são dadas como resposta (envolve recuperação de informação episódica, sobre a fonte). E, o papel de processos conscientes controlados é o de editar os produtos de processos inconscientes, corrigindo respostas inapropriadas de maneira a evitar dar como resposta palavras que não foram estudadas. Contudo, o modelo inclui um pressuposto interessante. Assume que itens gerados demasiado fluentemente evitam o processo de reconhecimento, ou seja, não são sujeitos a uma verificação em memória através de processos de reconhecimento. E, de facto, algumas vezes, os participantes consideraram palavras como recordadas sem se assegurarem através de processos de reconhecimento. E esta falha aumentou o número de falsas recordações de palavras novas como antigas nesta condição (Jacoby & Hollingshead, 1990). Os autores consideram que as falsas recordações observadas resultam muito provavelmente do uso da fluência como base para erradamente julgar palavras geradas como recordadas. A informação gerada fluentemente é confundida, através de um processo de atribuição, com conhecimento recuperado. Noutras experiências foi demonstrado que más atribuições da fluência podem conduzir a outras ilusões de memória, por exemplo, nos julgamentos de fama (Jacoby et al., 1989), ou na

⁴⁷ Igualmente, o SAC é um modelo de memória que considera ambos um processo de recuperação e um de familiaridade para explicar a memória de reconhecimento (ver Ayers & Reder, 1998) e que foi usado para modelar outros fenómenos de memória aqui considerados anteriormente (e.g., sentimento de saber, ilusão de Moisés).

produção de falsos reconhecimentos (Jacoby e Whitehouse, 1989; para uma revisão, ver Kelley & Jacoby, 1996).

Jacoby e Whitehouse (1989) verificam que o sentimento de familiaridade provém de um processo que atribui os efeitos da fluência de processamento a experiência passada, produzindo ilusões de memória. Esta interpretação da familiaridade em termos de fluência obteve apoio de experiências em que a percepção inconsciente combinada com um processo de atribuição induzem a um sentimento de familiaridade e produzem falsos reconhecimentos (Jacoby & Whitehouse, 1989). Este fenómeno pode ser explicado por mecanismos de ajustamento global inconsciente. À medida que a fluência do processamento aumenta em função da semelhança entre o estímulo e a informação armazenada, a fluência do processamento pode ser usada como indício para conteúdos da memória (Murdock, 1982).

Em suma, de acordo com o trabalho destes autores, a consulta directa da memória nem sempre constitui a única forma de acesso e uso do conhecimento. A fluência é também um importante constituinte dos julgamentos, mesmo que de carácter mais cognitivo tais como saber e acreditar (Kelley & Jacoby, 1996). Mas note-se que, sendo a fluência geralmente um indicador válido sobre a experiência passada, pode não permitir especificar na perfeição a sua fonte. De facto, porque esses processos baseados na fluência podem acontecer independentemente ou mais depressa do que qualquer monitorização de traços específicos em memória (McElree et al., 1999) ou da fonte de activação de distractores (Ayers & Reder, 1998; Schunn et al., 1997), o resultado pode ser atribuições erróneas. Ou seja, o processo de atribuição de ideias a uma fonte pode estar sempre aberto a erro, mesmo quando a fonte em questão é o próprio passado.

Novamente, aplicado ao processamento conceptual, isto sugere que, **atributos que parecem familiares, porque são facilmente trazidos à consciência, fluentemente processados, podem ser inadvertidamente usados durante a compilação de um estereótipo. Porque os indivíduos podem atribuir erroneamente os efeitos dessa fluência à sua experiência passada relacionada com crenças, sem que ocorra monitorização das crenças em memória e sem recuperação de informação sobre a fonte de activação dos atributos, o resultado pode ser, outra vez, as crenças ilusórias.**

Como se referiu inicialmente, um último objectivo da secção é contrastar as diferentes abordagens do sistema conceptual consideradas, posicionando, nomeadamente, a teoria clássica num espaço de abordagens possíveis que, contrariamente a si, preconizam um processamento conceptual dinâmico e sensível ao contexto. Cinco dimensões possíveis que podem estruturar esse espaço foram anteriormente sugeridas por Barsalou (2003b). Pela semelhança de propósitos e dada a sua utilidade em sistematizar a revisão de literatura anterior, propõe-se adaptar os seus parâmetros de análise. Como ilustra a Tabela 4. (adaptação de Barsalou, 2003b), essas dimensões são a sensibilidade ao contexto, a estabilidade, e o princípio organizador do sistema conceptual, a que já se aludiu com algum pormenor aquando da apresentação dos diferentes modelos de conceitos.

Tabela 4. Teorias do sistema conceptual humano e suas propriedades

DIMENSÃO	TEORIA CLÁSSICA	MODELOS DE RECUPERAÇÃO PARCIAL DE EXEMPLARES	TEORIA DA SIMULAÇÃO SITUADA	REDES CONEXIONISTAS
<u>Sensibilidade ao contexto</u>	Não situada	Situada	Situada	Situada
<u>Estabilidade</u>	Estável	Dinâmica	Dinâmica	Dinâmica
<u>Organização</u>	Taxonómica	(Taxonómica)	Interface entre acção e ambiente	(Taxonómica)

1.3.3 A questão da equivalência informativa das representações de exemplares e de abstrações e da sua indistincção

Os mecanismos básicos indutores da instabilidade e sensibilidade ao contexto dos conceitos a que se aludiu descrevem formas de processamento e não formatos de representação, sendo, por isso, ortogonais à divisão abstraccionismo/exemplarismo. A questão é pertinente porque a discussão em torno da estabilidade/plasticidade das representações tem sido frequentemente equacionada em termos da oposição clássica entre abstraccionismo/exemplarismo. Pode ser tentador afirmar que qualquer perspectiva baseada em abstrações preveria uma estabilidade cognitiva rígida ou, inversamente, que

todas as visões baseadas em exemplares conduzem a previsões de instabilidade cognitiva caótica. Mas, partilha-se com alguns autores (Anderson, 1978; Barsalou, 1990, 1992; Barsalou & Hale, 1993; Palmer, 1978) a ideia de que muitas complexidades, que se revêem na secção a seguir, envolvem as afirmações sobre representações com base em dados comportamentais.

1.3.3.1 Representação e processamento

Como argumentam alguns autores (Anderson, 1978; Barsalou, 1990; Palmer, 1978), é impossível observar directamente as estruturas de conhecimento. Em vez disso, os efeitos de uma representação podem apenas ser observados através dos processos ou mecanismos cognitivos que actuam sobre elas (Barsalou, 1990, 1992). Ou seja, mesmo que duas representações sejam equivalentes do ponto de vista da informação que contêm, a informação que controla o desempenho posterior depende sempre dos pressupostos de processamento de um modelo. Daí que a informação possa ser armazenada num formato, mas os processos que actuam sobre ela possam filtrá-la, distorcê-la ou transformá-la tanto que identificar a representação subjacente se torna impossível. E, nesse sentido, é impossível concluir a partir de evidência empírica que as pessoas representam categorias com abstracções ou exemplares na ausência de mecanismos de processamento. Barsalou e Hale (1993) reafirmariam esta ideia ao demonstrarem que modelos clássicos, de exemplares, de protótipos e conexionistas recorrem frequentemente à mesma linguagem de representação: listas de atributos. E que são as diferenças nos pressupostos de processamento que fornecem as diferenças significativas entre os modelos.

Argumentos semelhantes sobre a representação e processamento já tinham sido apontados por Anderson (1978) e Palmer (1978). Nos seus trabalhos sobre memória humana e representação do conhecimento declarativo e procedimental em arquitecturas cognitivas, Anderson aplicou uma série de pressupostos de processamento baseados no conceito de dispersão de activação (*spreading activation*), em conjugação com pressupostos de representação (para uma revisão, ver Anderson, 1983, 1996; Rumelhart & Norman, 1988; Smith, 1990). Este conhecimento procedimental é representado sob a forma de produções, pares de se-então (ou condição-acção). As produções fornecem a componente

activa do sistema cognitivo e operam nos conteúdos da memória declarativa, de acordo com algoritmos mentais. Ou seja, podem activar informação em memória, removê-la, etc., conforme especificações abstractas das acções levadas a cabo por procedimentos que ocorrem na mente (novamente para uma revisão, ver Anderson, 1983, 1996; Rumelhart & Norman, 1988; Smith, 1990). Neste sentido, a informação não está disponível para ser acedida, tem que ser executado um procedimento e examinado o resultado. Alguns autores (Collins & Quillian, 1969; Collins & Loftus, 1975) já tinham utilizado o mesmo processo de dispersão de activação associado às redes semânticas como instrumento para testar predições sobre a natureza associativa e fixa das ligações entre nós adjacentes da rede e sobre a organização hierárquica da memória semântica.

Mas a questão essencial aqui é que estas formulações de Anderson se revelaram pertinentes no debate em torno da existência de dois formatos de representação distintos (imagético ou proposicional) e da possibilidade de investigar essa natureza (para uma revisão, ver Rumelhart & Norman, 1988; Ventura, Brito-Mendes, Morais & Kolinsky, 2002). Este autor salientaria que é sempre possível partir de um conjunto de imagens e, através de determinadas operações adequadas, transformá-las em proposições e vice-versa. Mas o alcance do argumento era mais genérico: "Dado um qualquer par representação-processo, será possível conceber outros pares, com representações diferentes, cujo comportamento é equivalente. Nestes pares diferentes, as diferenças de representação podem ser compensadas ao serem assumidas diferenças nos processos que operam sobre elas." (Ventura et al., 2002, p.19).

À semelhança, Palmer (1978) revelaria que há representações que sem as operações convenientes não são sequer evidentes de existir.

1.3.3.2 Equivalência informativa e suas implicações

Poder-se-ia tentar distinguir representações abstractas e de exemplares em termos da informação que contêm. Mas, como revê Barsalou (1990), uma série de argumentos apoiam a questão da equivalência informativa das representações de exemplares e de abstracções, da sua indistinção e da ausência de instrumentos que permitam distingui-las empiricamente (ver Tabela 5).

Tabela 5. Argumentos para a equivalência informativa das representações de exemplares e de abstrações

EQUIVALÊNCIA INFORMATIVA	ARGUMENTOS
<u>De um modelo de abstrações em relação a um modelo de exemplares</u>	
Informação sobre exemplares	Informação idiossincrática pode ser abstraída a partir dos exemplares e integrada numa representação centralizada de categorias, independentemente da frequência com que ocorre (Hayes-Roth & Hayes-Roth, 1977).
Frequência de co-ocorrências de propriedades (Smith, 1990)	Há modelos de protótipos que pressupõem a computação no momento (<i>on line</i>) de todas as múltiplas correlações possíveis (e.g., Elio & Anderson, 1981; Hayes-Roth & Hayes-Roth, 1977). Segundo alguns autores (Garcia-Marques, 1998; Linville & Fischer, 1993; Medin & Schaffer, 1978), tornam a máquina abstraccionista numa supermáquina com exigências de armazenamento pouco razoáveis, quando uma das razões da tese abstraccionista é precisamente o reconhecimento da escassez de recursos cognitivos disponíveis. Mas outros autores (Barsalou, 1990; Barsalou & Hale, 1993), sugerem que estes modelos alargados de protótipos, em certas circunstâncias, requerem menos capacidade de armazenamento do que os modelos de exemplares: quando o número de características possíveis é pequeno e o número de exemplares grande. Para além disso, é possível limitar o crescimento explosivo de informação sobre características nestes modelos (Barsalou, 1990), se o armazenamento desta informação se restringir a combinações de propriedades que entrem em padrões sistemáticos de correlações ou que sejam relevantes para teorias intuitivas.
Protótipos estáticos (Smith, 1990)	Modelos de abstracção cujas regras de aprendizagem otimizem a capacidade de previsão das pistas podem produzir grandes mudanças na categorização estável, depois de um acontecimento fora do comum (Barsalou, 1990). Assim como modelos que supõem a recuperação de informação de co-ocorrências que partilhe pelo menos uma propriedade com o alvo. A teoria abstraccionista de representação de categorias de Barsalou (1987, 1989), por exemplo, funciona assim.
<u>De um modelo de exemplares em relação a um modelo de abstrações</u>	
Criar a abstracção na recuperação	É muito difícil distinguir a abstracção na codificação da abstracção na recuperação, até empiricamente (Barsalou, 1990; Garcia-Marques, 1998). Seria razoável pensar que os modelos de exemplares seriam mais lentos a produzir julgamentos do que os modelos que constroem as abstrações na codificação. Mas, considerando a enorme variedade de processos disponíveis para operar sobre uma representação particular, não seria surpreendente que os dois tipos de modelos fossem indistintos também em relação aos tempos de reacção (Barsalou, 1990; Garcia-Marques, 1998). Por exemplo, recuperar um julgamento pré-formado ou usar um modelo de exemplares com capacidade para computar abstrações em paralelo, como os modelos que fazem o ajustamento global de memórias armazenadas, não é muito diferente (Barsalou, 1990; Garcia-Marques, 1998). Mesmo assim, esta distinção talvez seja preferível àquela entre julgamentos no momento (<i>on line</i>) e julgamentos baseados em memória (<i>memory-based</i>), introduzida, por exemplo, na cognição social para explicar dissociações encontradas entre tarefas de recordação e julgamentos (Hastie & Park, 1986). ⁴⁸ Por um lado, todos os julgamentos são baseados na memória, ou de uma abstracção já realizada ou de informação armazenada para realizar a abstracção no momento. Por outro lado, como salienta Garcia-Marques (1998), a nomenclatura de julgamentos baseados em memória é inapropriada porque faz equivaler memória a recordação livre. E a recordação livre é, em muitos aspectos, uma tarefa de memória que não é representativa dos usos quotidianos da memória.

⁴⁸ Esta distinção é bastante coerente com as perspectivas abstraccionistas. De acordo com ela, se um julgamento relevante foi previamente calculado enquanto a informação estímulo relevante estava presente, então será preferencialmente recuperado numa tarefa posterior de julgamento, para preservar recursos cognitivos (Hastie & Park, 1986). E, como os factores que têm mais peso para o julgamento não são necessariamente os que determinam a retenção, julgamento e memória podem nestas condições estar pouco correlacionados (Hastie & Park, 1986).

Codificar e armazenar em memória a abstracção construída na recuperação

Barsalou (1990) critica o modelo com pressupostos exemplaristas de Hintzman (1986) por não admitir a codificação das abstracções criadas na recuperação em memória, se tiverem recebido processamento suficiente. Mas, esta dificilmente é a questão essencial que distingue modelos de abstracção e de exemplares (Garcia-Marques, 1998). Os modelos de exemplares até podem codificar as abstracções, mas isso não é suficiente se estas não tiverem prioridade face a informação episódica (Garcia-Marques, 1998). Novamente, mesmo que seja possível assegurar a equivalência de informação que os dois tipos de representações podem conter, a questão essencial continua a ser quais os processos que actuam sobre elas.

Em última análise, as possibilidades de variação e de sobreposição de características das representações nestes modelos são tantas que tornam difícil distinguir claramente entre representações de exemplares e de abstracções. Mais, dada a tremenda variedade de pressupostos de processamento possíveis, identificar que representação está subjacente ao desempenho é difícil, senão impossível. Assim, à medida que as teorias baseadas em abstracções ou em exemplares são mais profundamente desenvolvidas tendem a tornar-se indistintas umas das outras (Barsalou, 1990). Por isso, partilha-se com outros autores (Anderson, 1978; Barsalou, 1990; Palmer, 1978; Smith, 1990) o argumento de que há vantagens em abordar o comportamento humano através do enquadramento de modelos cognitivos que contenham pressupostos e modelem explicitamente ambos a representação e os mecanismos de processamento. A distinção é importante porque uma teoria pode incorporar vários mecanismos específicos com propósitos distintos. Por exemplo, a teoria de abstracção pode ser elaborada supondo combinações de pressupostos de representação e de processamento que acomodem ou não a instabilidade e sensibilidade ao contexto das representações mentais. À semelhança, os mesmos dados podem apoiar um modelo que assume representações de exemplares específicas e processos específicos que operam sobre elas. Mas outros modelos com representações de exemplares podem ser rejeitados porque a sua combinação de pressupostos de representação e de processamento fornece previsões incorrectas. Por essa razão, mesmo que seja verdade que um modelo que pressupõem mecanismos abstraccionistas não consegue acomodar certos resultados, pode ser incorrecto ou pelo menos controverso dizer que as teorias abstraccionistas não o conseguem.

Em resumo, as novas propostas da literatura cognitiva sobre o sistema conceptual, a que se aludiu neste capítulo, desafiam a visão de um sistema cognitivo simplificador de informação (abstracções) e que procura incessantemente a consistência cognitiva. Assumem que o ser humano vive no mencionado mundo complexo, mas que tem capacidade para representar a maioria dos detalhes em todas as situações. Com estes pressupostos, a questão central altera-se: Consiste em determinar o modo como se realiza o acesso e uso da extensa base de dados resultante. A reformulação das visões clássicas da memória a longo prazo fornecem evidências acerca da existência de processos que permitem responder a esta questão. Assumem que a recuperação da informação ocorre através do ajustamento entre pistas contextuais e a informação na memória a longo prazo. E manifestam-se capazes de, eficientemente, sondar a memória em paralelo e recuperar compósitos para compilar conceitos específicos e contextualizados. Esses processos estão presentes:

- (a) Em modelos de exemplares, sob a denominação de recuperação parcial (e.g., Barsalou et al., 1998; Kahneman & Miller, 1986; Nosofsky & Palmeri, 1997) ou podem corresponder a uma função de activação contínua variável (e.g., Hintzman, 1986), mas também à recuperação parcial de “abstracções temporárias” (Barsalou, 1999, 2002);
- (b) Em modelos de memória, sob a denominação de pistas compósitas (Doshier & Rosedale, 1989; McKoon & Ratcliff, 1992; Ratcliff & McKoon, 1988), facilmente implementáveis em modelos globalistas (e.g., Hintzman, 1986) de redes conexionistas (e.g., Murdock, 1982); em modelos com pressupostos de confusão com a fonte de activação (Ayers & Reder, 1998; Reder & Schunn, 1996) ou que ~~propõem julgamentos heurísticos derivados da activação mnésica~~ (Jacoby & Hollingshead, 1990; Jacoby & Whitehouse, 1989; McElree et al., 1999);
- (c) Na recente abordagem da cognição social situada, sob a denominação de compilações contextualizadas (Semin & Smith, 2002; Smith & Semin, 2004).

Recentemente, também a disciplina da cognição social tem assistido à emergência de novas concepções sobre a representação de grupos que recorrem a pressupostos globalistas, exemplaristas e/ou conexionistas. Teoricamente, admitem as propriedades da sensibilidade ao contexto e da flexibilidade dos estereótipos. E é notória a sua convergência conceptual com as perspectivas da literatura cognitiva sobre a instabilidade

no processamento conceptual, discutidas anteriormente. Na próxima secção, apresentam-se as expectativas teóricas sobre a estabilidade que provêm destas visões: de exemplares, de modelos mistos e conexionista (para uma caracterização anterior e, em muitos aspectos convergente, ver Smith, 1998; Smith & Queller, 2001).

1.4 As visões modernas sobre categorização social: Expectativas teóricas acerca da instabilidade dos estereótipos

À semelhança do que aconteceu na literatura sobre categorização não social, também na cognição social, uma visão alternativa começou por desafiar o domínio do abstraccionismo duradouro (e.g., Kahneman & Miller, 1986; Linville et al., 1989; Smith, 1988; 1990; 1992; Smith & Zarate, 1992): **A visão de exemplares.**

As representações de exemplares provêm directamente dos modelos de categorização baseados em exemplares, como o trabalho seminal de Medin e Schaffer (1978). Estes modelos retiram relevância ao papel das abstracções (como sumários das

características médias da categoria) e enfatizam, em vez, o papel de experiências específicas.⁴⁹

Ao que parece, os processadores de informação social são simplesmente capazes de recuperar informação demais sobre exemplares específicos de categorias sociais. Ora, essa informação não devia estar incluída em qualquer abstracção estereotípica completamente amadurecida. De facto: (a) os processadores de informação social sabem sobre a natureza contingente, a amplitude e a variabilidade dos atributos de membros de grupos (Linville & Fischer, 1993); (b) exemplares específicos afectam os julgamentos quando informação genérica seria suficiente (Smith, 1989; Schwartz & Bless, 1992); (c) informação de comportamentos específicos afecta o julgamento mesmo quando os indivíduos possuem julgamentos relevantes preconcebidos armazenados (Carlston & Skowronski, 1986); (d) manipular a acessibilidade de membros incongruentes do grupo influencia o julgamento do grupo como um todo, mesmo quando se tratam de grupos estereotípicos para os quais a disponibilidade de um julgamento de grupo preconcebido é mais do que provável (Bodenhausen et al., 1995).

Ainda, existem evidências de aumento da eficiência com a prática que são específicas do processo e não específicas do conteúdo (e.g., Smith, 1989). Estas evidências são naturalmente explicadas por abordagens exemplaristas. Note-se que, como uma representação baseada em exemplares regista as propriedades do estímulo tal como foi processado, os efeitos posteriores dessa representação dependem de como o estímulo foi processado inicialmente. Diferentemente, as mesmas evidências colocam limites a abordagens que explicam os efeitos da prática numa tarefa em termos da maior acessibilidade de conhecimento genérico, porque estes devem ser específicos do conteúdo ~~mas não específicos do processo~~⁵⁰.

Por isso, a informação acerca de exemplares específicos nunca é completamente descartada - mantém-se disponível para ser utilizada de acordo com as exigências da situação. Estereótipos, generalizações de grupos ou julgamentos de grupos resultam, de acordo com esta perspectiva, de uma busca exaustiva em paralelo de todos os exemplares armazenados em memória ou de uma recuperação de um subconjunto de exemplares. De

⁴⁹ Tal representação pode ser constituída com base numa percepção verídica de um alvo, resultar dum enviesamento na percepção do mesmo, duma inferência, da sua imaginação, de ouvir falar sobre, entre outros.

⁵⁰ Muitos efeitos frequentemente atribuídos à activação de conhecimento genérico em memória podem, na verdade, ser devidos ao fortalecimento pela prática de procedimentos cognitivos (e.g., Smith, 1989, 1990).

acordo com este enquadramento, não se deveria esperar muita estabilidade intra-individual, porque a recuperação parcial de exemplares é, pelo menos em parte, guiada pelo contexto imediato (Garcia-Marques & Mackie, 1999; Kahneman & Miller, 1986; Smith, 1988). Quando o contexto imediato dos julgamentos do grupo ou outros detalhes do conjunto específico de pistas fornecidas mudam, mudam com ele o impacto relativo de subconjuntos específicos de exemplares (e.g., Sai et al., 1999). E, por isso, de acordo com as visões de exemplares seria de prever uma estabilidade intra-individual dos estereótipos relativamente modesta e efeitos do contexto sobre estas representações.

Contemporaneamente, em vez de tentar descobrir a perspectiva que corresponde à verdade, muitos investigadores preferiram investigar as condições em que as abstrações de grupos e/ou informação sobre exemplares específicos dos grupos são usadas na categorização social (McGuire, 1983). Neste contexto, adoptaram **visões híbridas ou de modelos mistos**. De acordo com estas, as representações de categorias sociais incluem ambas informação de exemplares específicos da categoria e informação abstraída de nível de grupo (Babey et al., 1998; Brewer, 1988; Elio & Anderson, 1981; Fiske & Neuberg, 1990; Hamilton & Sherman, 1994; Judd & Park, 1988; Sherman, 1996; Smith & Zárate, 1990). Mas, as preferências contemporâneas na Cognição social vão para modelos que são baseados em abstrações e apenas conferem aos exemplares um papel em último recurso (e.g., Babey et al., 1998; Brewer, 1988; Fiske & Neuberg, 1990; ver também, Hastie & Park, 1986; para um argumento semelhante, ver Smith, 1998). É assumido que o indivíduo resiste a ir para estádios de processamento que requerem elaboração ou modificação de estruturas cognitivas existentes (Brewer, 1988; Fiske & Neuberg, 1990; Hastie & Park, 1986). Por isso, de acordo com esta perspectiva, continua a ser dado às abstrações um papel proeminente no processamento de categorias, por causa das suas imensas vantagens de economia cognitiva. Mas essas abstrações são complementadas com informação de exemplares. Isto porque uma abstracção completamente amadurecida demora a ser desenvolvida (e.g., Sherman, 1996) ou porque, às vezes, essas abstrações são demasiado restritas para acomodar as idiossincrasias de membros atípicos do grupo (e.g., Babey et al., 1998).

Aqui, a estabilidade intra-individual depende, claro, do peso relativo dado aos componentes de abstracção e de exemplares. Para que o componente de abstracção cumpra o seu papel de preservar recursos, deve permanecer relativamente estável no

tempo. Mas se a recuperação de exemplares for guiada por vicissitudes do contexto imediato, então deve-se esperar apenas estabilidade moderada dos produtos do processamento de categorias.

A perspectiva conexionista, relativamente recente na literatura da cognição social e dos estereótipos, fez emergir alguns modelos nos últimos anos (Kashima et al., 1998; Queller & Smith, 2002; Smith & deCoster, 1998; Van Rooy et al., 2003). Os seus pressupostos distinguem-se profundamente dos pressupostos tradicionais sobre representação e processo, que têm prevalecido na maioria da cognição social. Nas visões tradicionais, assentes na metáfora da mente como um processador de símbolos, concebe-se que as representações internas são construídas a partir de símbolos semelhantes à linguagem (conceitos). Estes símbolos são entidades com significado semântico mas, simultaneamente, são unidades sobre as quais os processos modelados operam. Na medida em que uma representação discreta encaixa adequadamente na informação disponível sobre um alvo, ela é recuperada e aplicada, por exemplo para caracterizá-lo. As representações que não são recuperadas não têm qualquer papel no processamento. Em contraste, nos modelos conexionistas a interpretação semântica está vinculada apenas a padrões que envolvem muitas unidades de processamento simples conectadas entre si por ligações que transmitem activação. A propriedade claramente inédita é a de que as mesmas unidades participam em diferentes representações assumindo diferentes padrões de activação.

Por exemplo, de acordo com esta perspectiva, os estereótipos são representados por padrões de activação dinâmicos que ocorrem em redes constituídas por nós ou unidades simples indiferenciadas. Cada nó recebe activação positiva ou negativa⁵¹ de um ~~nó da sua vizinhança, de acordo com a força das conexões respectivas.~~ Essa força das conexões deriva da história prévia de activação, a partir dos nós vizinhos, ser contingente (positiva ou negativa) ou não contingente. Como toda a informação está representada na

⁵¹ A activação poder difundir indefinidamente através da rede, muitas vezes de forma inapropriada era uma das fraquezas dos modelos de rede associativa que incluíam procedimentos de dispersão da activação para explicar a recuperação da informação da memória e efeitos de primacção. Alguns modelos contornavam o problema assumindo que cada conceito era armazenado num depósito de armazenamento ("*storage bin*") separado e independente (Wyer & Srull, 1989). A inclusão, pelos modelos de redes conexionistas, de ligações excitatórias positivas e inibitórias negativas permitiu criar constrangimentos à difusão da activação ao longo das conexões. Este pressuposto era convergente com a evidência de que as estruturas mentais podem ser inibidas e desactivadas em certas circunstâncias (Macrae, Bodenhausen, & Milne, 1995). Tais modelos, que envolvem apenas ligações positivas e negativas e constrangimentos, têm sido aplicados com sucesso para compreender como informação, frequentemente proveniente de muitas fontes em conflito (traços, comportamentos, estereótipos) pode ser integrada numa informação coerente de uma pessoa (Kunda & Thagard, 1996).

mesma rede por padrões de activação diferentes, as representações de redes conexionistas são sobre impostas e/ou distribuídas (mas ver Van Rooy et al., 2003). Note-se que a informação aprendida por esta rede não é “armazenada”. Tem de ser reconstruída a partir da força das conexões como resposta a pistas de activação. O conjunto destas pistas pode incluir objectivos activados acidentalmente, contexto, humor, objectivos perceptivamente presentes, e/ou objectivos que ocupam o pensamento no momento. E embora a aprendizagem da rede seja preservada na força das conexões, este processo de reconstrução é fortemente afectado pelo contexto imediato. Isto porque, ambos, o contexto imediato e a aprendizagem prévia, estão a ser representadas ao mesmo tempo na mesma rede (para uma revisão extensa das propriedades emergentes dos modelos conexionistas, ver Smith, 1996). É óbvio que também a natureza dinâmica das representações conexionistas colide com a intuição prévia sobre a estabilidade intra-individual dos estereótipos. Contudo, embora os padrões de activação possam mudar muito rapidamente de um momento para outro, a força das conexões muda apenas muito lentamente e protege a rede do comportamento errático. Mesmo assim, de acordo com a perspectiva conexionista, os estereótipos não são as estruturas de conhecimento rígidas que outras perspectivas anteriormente assumiram. E espera-se que a estabilidade intra-individual dos estereótipos seja, na melhor das hipóteses, apenas moderada.

Mais recentemente, e paralelamente a um forte movimento intelectual surgido na psicologia cognitiva - “cognição situada” (ver Barsalou, 1999; Yeh & Barsalou, 2006) - surgiu a **cognição social situada** (Semin & Smith, 2002; Smith & Semin, 2004). Nesta proposta, a natureza flexível e situada dos estereótipos e de outras representações mentais surgem como propriedades básicas. E o contexto está entre os mais importantes reguladores da cognição e acção. Se a cognição e a acção dependem dos detalhes específicos da situação então o conhecimento conceptual não deveria ser representado numa forma abstracta e independente do contexto - armazenado como protótipos ou esquemas. Em vez disso, deveria ser organizado em termos das situações específicas nas quais foi adquirido e usado. Uma orientação específica para a investigação inspirada na perspectiva da cognição social situada é o estudo do modo como o ambiente social e físico influenciam comportamentos sociais que têm sido tradicionalmente atribuídos a representações e processos internos (Smith & Semin, 2004).

As concepções emergentes dos estereótipos agora revistas conduzem a expectativas teóricas acerca da sua suposta estabilidade temporal absolutamente divergentes das assumidas pelas visões estáticas. Apesar disso, como se aludiu nas primeiras páginas deste trabalho, esta tem permanecido uma questão de intuição em vez de uma questão de teste empírico. De facto, ao contrário do que observa na literatura cognitiva, especificações dentro dos modelos de exemplares, dos modelos conexionistas, ou mesmo dos modelos de abstracção da cognição social que possam acomodar a instabilidade manifesta dos estereótipos nunca foram propriamente aplicadas, nem testados modelos que incluam mecanismos explicativos da sua suposta sensibilidade ao contexto.

A par dos seus desenvolvimentos serem muito recentes e de estarem pouco consolidadas as suas implicações e repercussões, a investigação que inspiraram até agora é relevantemente menor. Por contraste, a visão abstraccionista inspirou teorias e investigação que têm constituído o apanágio da cognição social nos últimos vinte anos (e.g., Abelson, 1994); e a imagem de uma “mente humana que constrói abstracções duradouras” e independentes do contexto - armazenadas como protótipos, esquemas, ou regras - é como um dado adquirido.

Estes pressupostos têm prevalecido na investigação sobre estereótipos baseada nas visões iniciais da cognição social e continuam a contaminar grandemente as teorias intuitivas e do senso comum sobre estereótipos. Mas, a inadequação destas expectativas teóricas preponderantes começou já a ser posta em evidência por dados empíricos relevantes que sugeriram um considerável grau de variabilidade nas representações de categorias sociais, mesmo intra-indivíduo (Garcia-Marques et al., 2006). O trabalho experimental a seguir descrito ilustra “como” é que as variações contextuais produzem essa instabilidade intra-individual dos estereótipos (Estudos experimentais 1 e 2) e incide em mecanismos processuais que podem potencialmente explicar essa instabilidade como função do contexto (Estudos experimentais 3 e 4). O seu impacto pode ser a reconsideração dos processos subjacentes à estabilidade e instabilidade das estruturas de conhecimento social e, previsivelmente, a consolidação de novas concepções sobre a representação de categorias sociais. A apresentação de cada estudo experimental inclui uma fundamentação e antevisão das principais hipóteses e uma descrição e discussão detalhada do trabalho experimental relacionado que se levou a cabo.

CORPO 2

2. ESTUDOS EXPERIMENTAIS

2.1 Estudo experimental I: A instabilidade como função do contexto

O primeiro objectivo deste estudo foi avaliar se a instabilidade intra-individual dos estereótipos ao longo do tempo é função da sensibilidade ao contexto.

Na introdução precedente constatou-se que a instabilidade dos conceitos como função do contexto é uma derivação óbvia dos novos modelos de processamento conceptual. Por um lado, porque assumem que o conhecimento tem uma natureza intrinsecamente situada (se as pessoas aprendem sobre categorias e conceitos numa sucessão de episódios e se o conhecimento sobre categorias fica assente ou fundado no conhecimento de situações, então faz sentido assumir que diferentes situações activam diferente conhecimento categórico; ver Yeh & Barsalou, 1996, 2006). Por outro lado,

porque características inerentes aos mecanismos processuais que propõem para a recuperação ou compilação (i.e., recuperação parcial e/ou activação variável, natureza compósita das pistas de recuperação) parecem ser sensíveis ao ajustamento que ocorre entre pistas contextuais momentâneas e o conhecimento conceptual armazenado em memória. E por fim, porque é possível estender pressupostos enfatizados por modelos de memória (i.e., natureza compósita das pistas de recuperação, confusão com a fonte de activação, julgamento heurísticos derivados da activação mnésica) ao processamento conceptual para prever respostas conduzidas pela activação mnésica de pistas salientes no contexto imediato em detrimento da monitorização de informação sobre essas pistas armazenada em memória.

A literatura recente sobre estereótipos tem sido capaz de fornecer evidências sobre factores contextuais que modulam a activação implícita (para uma revisão, ver Blair, 2002) e explícita (e.g., Coats & Smith, 1999; Garcia-Marques & Mackie, 1999) dos estereótipos, mesmo em fases muito precoces do processamento de informação social (Castelli et al., 2004).

Contudo, estes estudos são ilustrativos apenas do “que” pode moderar a activação explícita e implícita dos estereótipos, sendo que estes factores podem, potencialmente, conduzir à instabilidade temporal das ligações associativas intra-indivíduo. Não exploram, no entanto, “como” é que as variações contextuais produzem essa instabilidade intra-individual dos estereótipos.

O presente estudo testou directamente esta ideia, manipulando a consistência do contexto e avaliando o seu impacto na estabilidade com que os participantes identificam os traços associados a um dado estereótipo social, numa tarefa de compilação de estereótipos, entre sessões. Fê-lo através de uma tarefa de julgamento de tipicidade de exemplares que os participantes completavam imediatamente antes da tarefa de selecção dos traços associados ao estereótipo social, em ambas as sessões 1 e 2. Os exemplares avaliados eram ou equivalentes ou não equivalentes em tipicidade, entre sessões. Se os atributos que os participantes escolhessem entre sessões reflectissem apenas variação aleatória, então esta manipulação não teria qualquer efeito. Pelo contrário, se a fluidez dos estereótipos reflectisse sensibilidade ao contexto, a variação na escolha dos atributos associados aos estereótipos seria conduzida pela manipulação do contexto.

Este paradigma permitiu, igualmente, ultrapassar um problema metodológico central dos estudos anteriores sobre a instabilidade intra-individual dos estereótipos entre sessões (Garcia-Marques et al., 2006): O da distinção entre parâmetros relacionados com a precisão do teste e com a instabilidade dos conceitos, tipicamente encontrado quando se utiliza unicamente a correlação teste-reteste.

Apesar do quadro ser consistente ao longo dos vários estudos prévios (Garcia-Marques et al., 2006), a verdade é que o grau de instabilidade obtido podia, pelo menos em parte, ser devido ao erro de medida. Ou seja, era possível que os estereótipos fossem, na verdade, estruturas abstractas e inerentemente estáveis e que o nível de instabilidade obtido na investigação, até agora, não representasse mais do que um mero artefacto resultante de medições repetidas. Primeiro, são simplesmente inexistentes regras claras que permitam definir o que são correlações teste reteste elevadas ou baixas. Segundo, cada medida tem um limite máximo natural nas correlações teste reteste que é estabelecido pelo erro de medida praticamente inevitável na investigação psicológica.

Note-se que, teoricamente, o nível de estabilidade obtido nestes estudos (Garcia-Marques et al., 2006) era baixo de acordo com o abstraccionismo clássico porque, para esta perspectiva, uma estrutura de conhecimento representa as suas instâncias no sentido em que está em vez delas. Por isso, numa tarefa de verificação de atributos como a usada, os participantes teriam consultado exactamente o mesmo traço de memória em ambas as sessões. De tal modo que não se esperaria que surgisse variabilidade intraparticipante num espaço de algumas semanas. Mas a forma de perspectivar o problema foi, desde logo, outra. Não interessava grandemente se a estabilidade dos estereótipos obtida era elevada ou baixa. Em vez, focou-se a atenção nas condições que conduziam ao seu aumento ou diminuição. Assim, nos estudos anteriores começou-se por olhar para a centralidade e prioridade na recuperação dos conteúdos dos estereótipos e obtiveram-se variações correspondentes na estabilidade dos estereótipos (ver, Garcia-Marques et al., 2006). No presente estudo, manipula-se a estabilidade do contexto.

Este pode vir a revelar-se um procedimento metodológico interessante na medida em que permitir mostrar diferentes graus de instabilidade em condições que não devem afectar o erro de medida, mantendo os benefícios de incluir uma medida explícita do conteúdo dos estereótipos (adaptação do procedimento de Katz & Braly, 1933), a partir da qual é possível calcular uma correlação intra-individual teste-reteste.

Operacionalizar a estabilidade do contexto através da manipulação da activação temporária de exemplares

A metodologia escolhida no presente estudo inspira-se consideravelmente num paradigma experimental proposto por Sia e colaboradores (1997). Utilizando um paradigma de geração espontânea de exemplares, estes autores avaliaram o impacto de mudanças, ao longo do tempo, na acessibilidade dos exemplares de categorias sociais na estabilidade das atitudes em relação a essas categorias sociais. Os resultados de Sia e colaboradores (1997) revelaram uma maior estabilidade nas atitudes ao longo de um mês, em várias categorias sociais, quando os mesmos exemplares, em vez de exemplares diferentes, se tornaram conscientes na altura em que a atitude foi avaliada (Estudo 1 e 2), ou quando os participantes foram primados, na segunda sessão, com os mesmos ou com exemplares diferentes daqueles que nomearam na primeira sessão (Estudo 3). Estes trabalhos tinham como pressuposto que as pessoas usam exemplares para avaliar as suas atitudes em relação a categorias sociais. E evidência mais directa proveio de estudos posteriores (Sia et al., 1999) que verificaram a manipulação da activação de exemplares através de medidas de processo de activação de conceitos (anagramas ambíguos, completamento de fragmentos de palavras, e latência de resposta), em vez de através de medidas de auto-relato.

À semelhança, tem sido amplamente demonstrado que os julgamentos sobre categorias sociais, como descrições de subtipos, julgamentos de variabilidade, tendência central e de características típicas dependem frequentemente de exemplares específicos activados numa dada ocasião (Bodenhause et al., 1995; Coats & Smith, 1999; Garcia-Marques & Mackie, 1999; Kahneman & Miller, 1986; Schwartz & Bless, 1992; Smith, 1992; Smith & Zárate, 1992; ver também, Smith, 1998). E foi já sobejamente discutido que este processo pode decorrer de acordo com pressupostos básicos de certos modelos de exemplares (e.g., Hintzman, 1986; ver também Smith, 1998) ou dos modelos de pistas compósitas (Doshier & Rosedale, 1989; Murdock, 1982; Ratcliff & McKoon, 1988).

Neste sentido, pareceu adequado operacionalizar a estabilidade do contexto através da manipulação da acessibilidade temporária de exemplares como forma de testar

o seu impacto na estabilidade de julgamentos sobre características típicas de grupos sociais.

De modo diverso ao de autores anteriores (Lord et al., 2004; Sia et al., 1997), que recorreram a uma paradigma de geração espontânea de exemplares, neste estudo usou-se um paradigma de julgamento de tipicidade de exemplares. Por não terem sido gerados espontaneamente, podiam corresponder, na perspectiva dos participantes, a exemplares pouco plausíveis para a categoria e nem serem sequer considerados na tarefa seguinte de caracterização da categoria. Considera-se, contudo, que se utilizou um critério razoável de plausibilidade ao incluir exemplares que tinham sido gerados espontaneamente em pré-teste.

Compilar o estereótipo através de uma tarefa de selecção de atributos a partir de uma lista

Pareceu uma forma particularmente apropriada para avaliar a estabilidade dos estereótipos já que a selecção de atributos e propriedades foi o primeiro procedimento a ser usado para estudar os estereótipos (i.e., a lista de adjectivos de Katz e Braly, 1933) e permaneceu bastante popular (para uma revisão recente, ver Dovidio et al., 1996). Foi o procedimento usado na série de estudos que avaliaram os estereótipos em diferentes gerações da mesma população de estudantes para inferir sobre a persistência temporal dos estereótipos (Gilbert, 1951; Karlins et al., 1969; Katz & Braly, 1933). Portanto, seria interessante avaliar agora a instabilidade dos estereótipos reflectida na instabilidade da selecção de atributos estereotípicos entre sessões, quando se manipulou a estabilidade do contexto. Em contraste com a típica avaliação do conteúdo de um estereótipo através de uma lista de controlo de adjectivos (Gilbert, 1951; Karlins et al., 1969; Katz & Braly, 1933) usada neste estudo, podia ter-se recorrido a uma tarefa de resposta livre. Tal tarefa providencia um teste mais sensível ao conhecimento do estereótipo porque não são fornecidas pistas aos sujeitos (e.g., uma lista de características possíveis) relativas a possíveis conteúdos. E, estudos anteriores (Karlins et al., 1969) tinham revelado que, embora os participantes fossem encorajados a adicionar traços à lista fornecida, os constrangimentos da lista prévia são fortes e que, tipicamente, são raros os participantes que vão além da lista. Mas, os estudos anteriores (ver Garcia-Marques et al., 2006; Santos,

2001) tinham também demonstrado as dificuldades inerentes à utilização do método de resposta livre (Bellezza, 1984^a, 1984b, 1984c). Nomeadamente, a variedade de descrições usadas, muitas vezes coincidentes no significado, aumentava tremendamente o número de termos usados para caracterizar os estereótipos. Essa diversidade criava a necessidade de codificar os conteúdos espontaneamente gerados para avaliar o acordo, requeria avaliar a precisão de esquemas de codificação com alguma complexidade e introduzia um factor de subjectividade não negligenciável. Por outro lado, uma vantagem de escolher uma tarefa mais directiva era a de esta constituir um teste mais extremo das hipóteses sobre a instabilidade e sensibilidade ao contexto do conteúdo dos estereótipos. No mesmo sentido foram as escolhas de categorias sociais alvo - Ciganos e Emigrantes africanos. Por serem consensualmente identificadas como estereótipos fortes e bem definidos na sociedade portuguesa permitiram um teste mais conservador da hipótese de fluidez destas estruturas de conhecimento.

Avaliou-se, também, se todo o conteúdo do estereótipo se revelava igualmente sensível à manipulação da estabilidade do contexto entre sessões. A maioria das teorias sobre representação concebe a existência de cernes conceptuais, que compreendem características ou atributos mais centrais e mais estáveis. Algumas propõem que os cernes conceptuais são definições (Armstrong et. al., 1983; Osherson & Smith, 1981; Smith & Medin, 1981). De acordo com esta visão, as representações mentais das categorias contêm núcleos definidores e procedimentos de identificação baseados na tipicidade. Para preservar a existência de núcleos definidores, a instabilidade da categorização é explicada em termos de procedimentos de identificação - tais procedimentos focam-se em atributos que se revelaram úteis em tarefas de categorização prévias e que reflectem experiência idiossincrática, resultando em menor estabilidade. Os núcleos definidores reflectem, contudo, invariantes lógicos e naturais e devem ser perfeitamente estáveis. Outros autores propõem que os cernes conceptuais contêm teorias intuitivas (Murphy & Medin, 1985). Por outro lado, Barsalou (1982, 1987, 1989) vê os cernes conceptuais como baseados na experiência de categorização. Certas propriedades tornam-se propriedades de cerne porque são processadas em conjugação com uma categoria em tantas ocasiões que passam a estar automaticamente associadas a ela. Independentemente do ou dos mecanismos que podem produzir os cernes conceptuais, é crucial saber se a centralidade dos atributos

modera a instabilidade dos estereótipos e qual o grau de vulnerabilidade dos atributos avaliados como centrais e periféricos à manipulação da estabilidade do contexto.

Incluir uma medida subjectiva da estabilidade dos estereótipos

Finalmente, quis-se avaliar a estabilidade “subjectiva” ou “percebida” dos estereótipos para perceber se os participantes têm consciência da fluidez das suas representações mentais de categorias sociais ou se percebem uma consistência ilusória nos seus estereótipos (Ross & Conway, 1986). Inúmeras evidências sugerem que o passado é com frequência parcialmente construído e inferido, com base em expectativas no momento da recuperação, em vez de simplesmente recuperado da memória (ver Kunda, 2003). Algumas dessas expectativas provêm de comportamentos ou pertença a grupos de indivíduos observados, mas outras têm origem em teorias de personalidade gerais implícitas que as pessoas possuem sobre a consistência inerente dos seus próprios atributos (Ross, 1989; Ross & Conway, 1986). Ross e colegas (Ross, 1989; Ross & Conway, 1986) sugeriram, nomeadamente, que essas teorias implícitas influenciam a memória a longo prazo de atributos do próprio (sentimentos, comportamentos, atitudes), tornando o processo de recordação reconstrutivo e vulnerável a enviesamentos. Especificamente, em circunstâncias em que as pessoas são incapazes de recuperar memórias claras sobre as suas reacções passadas, podem tentar reconstruir as suas atitudes, crenças ou comportamentos passados com base nos actuais (Ross, 1989; Ross & Buehler, 2004). Podem começar por avaliar o seu estado actual em relação a uma dimensão, ou a sua reacção actual em relação a um objecto, e depois julgar se o passado difere de alguma maneira do presente. Para fazer esse julgamento, os indivíduos recorrem a teorias implícitas sobre a estabilidade inerente de atributos pessoais e os factores que podem produzir mudanças nessas características (McFarland, Ross & Giltrow, 1992; Ross, 1989). As pessoas tendem a acreditar que são estáveis em muitas dimensões e que mantêm as mesmas preferências em relação a certos tipos de pessoas, desportos, políticos, comidas e outros aspectos. Invocar uma teoria de estabilidade pode levá-las a concluir que as suas reacções passadas são iguais às actuais. Mas as pessoas tendem a acreditar também que alguns aspectos delas próprias provavelmente mudaram ao longo do tempo (Ross & Conway, 1986). Invocar uma teoria de mudança pode levar a concluir que a atitude ou

reação inicial é bastante diferente da actual. Quando as teorias implícitas sobre a estabilidade ou mudança a que as pessoas recorrem são precisas, usá-las para reconstruir concepções passadas de si próprios pode aumentar a precisão dessas reconstruções (Ross, 1989). Quando recorrer a essas teorias conduz a exagerar a estabilidade ou a mudança, as reconstruções resultam sistematicamente enviesadas. Evidências sobre um enviesamento no sentido de exagerar a consistência entre o presente e o passado têm sido obtidas em estudos que examinam as recordações que as pessoas têm das suas opiniões prévias (ver McFarland, Ross & DeCourville, 1989; Ross, 1989). Depois de uma mudança de atitude experimentalmente induzida, as pessoas tendem a enviesar as suas recordações, exagerando a consistência entre as suas atitudes (novas) presentes e as anteriores. O primeiro estudo nesta linha foi conduzido por Bem e McConnel (1970). Os seus resultados foram replicados várias vezes (e.g., Ross & Shulman, 1973). Noutros estudos, os investigadores revelaram o enviesamento usando mudanças que ocorreram naturalmente nos atributos dos indivíduos e as suas recordações das suas características passadas (para uma revisão, ver Ross, 1989). Ao contrário, alguns estudos demonstram que as pessoas sobrestimam a diferença entre os seus estados presentes e passados quando invocam teorias que assumem mudança num contexto em que na verdade se mantiveram estáveis (McFarland, Ross & DeCourville, 1989; McFarland, Ross & Giltrow, 1992; Ross & Conway, 1986). Notavelmente, apesar do processo de recuperar atitudes, comportamentos, traços passados ser vulnerável a tais enviesamentos, as pessoas parecem subestimar a maleabilidade das suas próprias recordações e, como resultado, têm demasiada confiança na precisão das suas memórias (Ross, 1997). Note-se que, na literatura sobre estereótipos, as intuições acerca da consistência destas representações mentais têm prevalecido. A inclusão de uma medida subjectiva da estabilidade dos estereótipos permite avaliar se, à semelhança das evidências encontradas no domínio da estabilidade percebida das atitudes e de outras componentes da concepção de si próprio, tais intuições resultam, em grande medida, duma percepção enviesada das pessoas no sentido de sobrestimar a estabilidade dos seus estereótipos.

2.1.1 Método

2.1.1.1 Participantes e Delineamento experimental

Os participantes foram 64 estudantes da Universidade de Lisboa (37 mulheres e 27 homens), que a pedido do investigador se ofereceram como voluntários mediante crédito parcial numa disciplina do curso de Psicologia.

O delineamento experimental do estudo correspondeu a um desenho factorial misto com 2 sessões (sessão 1 e 2) x 2 grupos estereotípicos (ciganos e emigrantes africanos) x 2 conjuntos de exemplares críticos (exemplares típicos ou atípicos avaliados na sessão 1) x 2 condições de equivalência da tipicidade dos conjuntos de exemplares (tipicidade dos exemplares entre sessões equivalente ou não equivalente). Os dois primeiros factores foram intraparticipante.

2.1.1.2 Procedimento

Os participantes foram testados em grupo em duas ocasiões, com um intervalo de um mês entre a primeira e a segunda sessão. Em cada sessão foram testados pequenos grupos de, no máximo, 10 participantes. As instruções gerais, com a função de introduzir o estudo experimental, foram elaboradas no sentido de minimizar as preocupações de conveniência social dos participantes, salvaguardar e desculpar indivíduos que aparentemente percebam o processo de atribuir traços típicos a grupos sociais como uma actividade inaceitável ou censurável. Para identificar as respostas de um participante entre sessões, pediu-se a cada participante que indicasse no caderno de respostas a sua data de aniversário e a da sua mãe, assegurando o anonimato. Na primeira sessão, todos os estudantes começaram por completar uma tarefa de julgamento da tipicidade de exemplares. Depois de recolhidos os protocolos, era pedido aos participantes que realizassem a tarefa de selecção de atributos que melhor definem os estereótipos e que avaliassem a centralidade de cada traço escolhido. Na segunda sessão, um mês depois, os mesmos estudantes desempenharam uma segunda tarefa de julgamento de tipicidade de exemplares e a seguir repetiram a tarefa de atribuição de traços que definem os

estereótipos. Finalmente, foi pedido aos participantes que estimassem o número de traços escolhidos na sessão 2 que coincidiam com os escolhidos na primeira sessão.

Manipulação do contexto Para manipular a estabilidade do contexto em que os participantes escolhiam os atributos que definem os estereótipos, usou-se um paradigma de julgamento da tipicidade de exemplares que permitia induzir flutuações na acessibilidade dos exemplares. Em ambas as sessões 1 e 2, os participantes avaliaram inicialmente a tipicidade de três exemplares da categoria social dos Ciganos e três exemplares da categoria social dos Emigrantes africanos. Os participantes receberam um caderno de respostas com cada descrição de um exemplar impressa numa única página, numa única ordem. Um exemplo das instruções é o seguinte:

“Vamos apresentar-lhe pequenas descrições de indivíduos diferentes que têm em comum serem **ciganos**. Sabemos que é impossível fornecer um retrato completo de um indivíduo em duas ou três frases, por isso, o que vai encontrar são breves descrições dos aspectos mais característicos de cada indivíduo específico em causa. O que lhe pedimos agora é que avalie, para cada indivíduo, **quão bom exemplo ele é dos ciganos**. Ou seja, **quão semelhante ele é com o que é característico dos ciganos**. Por favor, lembre-se que é absolutamente essencial que mantenha o ponto de vista das pessoas em geral. **Estamos interessados naquilo que as pessoas em geral pensam**. Para o efeito pedimos que preencha, para cada indivíduo, a escala bipolar de 9 pontos que encontra abaixo. **Por favor, faça um círculo à roda do número que melhor expressa quão bom exemplo o indivíduo é dos ciganos.**”

Os participantes avaliaram a tipicidade de cada exemplar de cada um dos dois grupos numa escala de avaliação de 9 pontos, em que os pólos oscilavam entre *Extremamente incaracterístico do grupo* (1) e *Extremamente característico do grupo* (9). Os conjuntos de três exemplares ou eram típicos (dois exemplares típicos e um exemplar neutro) ou eram atípicos (dois exemplares atípicos e um exemplar neutro). Os exemplares foram seleccionados a partir de um pré-teste descrito adiante. Assim, manipulou-se a estabilidade do contexto entre as duas sessões através da equivalência em tipicidade dos exemplares avaliados. Na condição de tipicidade equivalente, os três exemplares avaliados na sessão 2 eram outros mas equivalentes, em tipicidade, aqueles exemplares julgados na sessão 1 (i.e., os participantes viram ou exemplares típicos ou exemplares atípicos em ambas as sessões). Na condição de tipicidade não equivalente, os três exemplares avaliados na sessão 2 eram não só outros mas também não equivalentes em tipicidade aos exemplares julgados na sessão 1 (i.e., os participantes que avaliaram

exemplares típicos na sessão 1 recebiam na sessão 2 exemplares atípicos para julgar e vice-versa). Optou-se por usar, nas duas sessões, exemplares equivalentes em tipicidade e não os mesmos exemplares para minimizar a possibilidade dos participantes utilizarem, na segunda sessão, os exemplares específicos como pistas de recuperação daquilo que tinham feito na tarefa de selecção de atributos para o estereótipo durante a sessão 1. Tal procedimento, juntamente com as instruções orais fornecidas no início da sessão ⁵² e o intervalo de tempo considerável entre as duas sessões, serviu igualmente o intuito de minimizar o uso da memória explícita, sobre as escolhas feitas na sessão 1, durante a segunda sessão e de reduzir expectativas sobre exigências da experiência ou experimentador quando completavam a mesma tarefa pela segunda vez.

Pré-teste das descrições de exemplares Os exemplares foram seleccionados a partir de um pré-teste efectuado no âmbito de um estudo anterior realizado por Garcia-Marques e colaboradores (2006, ver estudo 2). No pré-teste, foi inicialmente pedido a sessenta indivíduos que gerassem pequenas descrições dos primeiros cinco exemplares diferentes, reais ou imaginados, que lhes viessem à cabeça para cada uma de três categorias sociais, sempre na mesma ordem: Ciganos, Homossexuais e Emigrantes africanos. A outros quarenta participantes foi pedido que avaliassem a tipicidade de cada descrição de exemplar numa escala de avaliação de 9 pontos, ancorada pelo pólo *Extremamente incaracterístico do grupo* (1) e pelo pólo *Extremamente característico do grupo* (9).⁵³ Foi dito aos participantes que usassem o estereótipo cultural – as visões que as pessoas em geral têm dos grupos – nas suas avaliações. Com base nas avaliações feitas para os dois grupos de interesse (Ciganos e Emigrantes africanos), foram seleccionados para cada grupo os quatro exemplares atípicos mais consensuais e os quatro exemplares típicos mais consensuais. Os valores de desvio padrão, ao avaliarem a dispersão dos resultados em torno da média permitiram verificar o grau de consenso dos avaliadores e, por conseguinte, se a média associada ao exemplar era mais ou menos consensual conforme o

⁵² “Esta sessão experimental tem semelhanças com a 1ª experiência. Respondam simplesmente com aquilo que vos vier à cabeça hoje, da maneira que vos apetecer hoje, que vos parecer natural hoje. E não tentem responder a esta sessão da mesma maneira que responderam na 1ª experiência, nem de maneira diferente.”

⁵³ Alguns autores (Barsalou, 1985), em vez de pedir aos participantes que julguem “quão típico” é cada exemplar, pedem aos participantes que avaliem “quão bom exemplo é da sua categoria”. A lógica subjacente é a de que “tipicidade” pode enviesar os julgamentos no sentido de usarem a frequência de instanciação (estimativas de quão frequentemente encontraram um exemplar como membro de uma categoria). Contudo, perguntar quão bom ou mau é um exemplar pode por outro lado ter conotações avaliativas.

seu valor era menor ou maior. Assim, os exemplares atípicos corresponderam aqueles cuja média se aproximava mais do pólo *Extremamente incaracterístico do grupo* (1) - sempre abaixo de 3 - e com o menor desvio padrão. Adicionalmente, o limite superior do intervalo de confiança de 95% não ultrapassou o valor 3. À semelhança, foram escolhidos os exemplares típicos cuja média se aproximava mais do pólo *Extremamente característico do grupo* (9) - sempre acima de 7 - com o menor desvio padrão, e com o limite inferior do intervalo de confiança de 95% acima do valor 7. Os dois exemplares neutros para cada grupo foram aqueles cuja média mais se aproximou do ponto médio da escala (5), com o menor desvio padrão e os limites do intervalo de confiança de 95% entre os valores 4,5 e 5,5. Procurou-se, nas condições de equivalência da tipicidade dos exemplares na sessão de teste e reteste, que os valores da média e desvio padrão fossem aproximadamente semelhantes (ver Anexos).

2.1.1.3 Medidas dependentes

Tarefa de selecção de atributos que definem o estereótipo A tarefa de escolha de atributos estereotípicos foi sempre apresentada imediatamente a seguir à tarefa de avaliação da tipicidade dos exemplares. As instruções específicas da tarefa de compilação do estereótipo foram elaboradas com o intuito de eliminar a ambiguidade entre estereótipos sociais e crenças individuais que Devine e Elliot (1995) demonstraram estar presente nas instruções do conjunto de estudos designados por trilogia de Princeton (Gilbert, 1951; Karlins et al., 1969; Katz & Braly, 1933). Para tal, explicitou-se que o objectivo era avaliar o conhecimento que os participantes tinham sobre o estereótipo de um grupo social, ou seja as ideias que as pessoas em geral têm sobre esse grupo social.

Assim, as instruções apresentadas nesta tarefa foram as seguintes:

"Estamos interessados nas características que as pessoas em geral utilizam para descrever membros de vários grupos. Vamos pensar no grupo de indivíduos que têm em comum serem ciganos. Pedimos-lhe que, a partir da lista de traços de personalidade que lhe apresentamos, escolha aqueles que ache que as pessoas em geral usariam para caracterizar os ciganos como um todo. Escolha aproximadamente cinco características da lista, para transmitir a impressão que as pessoas em geral têm dos ciganos e para os descrever de forma adequada, e escreva-as nas linhas abaixo. Não existem respostas certas ou erradas. Estamos interessados na sua opinião sobre o que as pessoas geralmente pensam acerca dos ciganos."

Nesta tarefa era apresentada aos participantes uma lista de 43 traços, a partir da qual escolhiam os cinco traços melhores descritores do grupo alvo (segundo o procedimento de Katz & Braly, 1933). Os 43 traços foram aleatoriamente ordenados e apresentados numa página em duas colunas. Esta lista incluiu características fortemente sugeridas por uma tarefa de resposta livre usada como pré-teste num estudo anterior que incluiu os mesmos grupos (ver, Garcia-Marques et al., 2006, Estudo 1), e que se descreve sumariamente, a seguir.

Pré-teste da lista de atributos À semelhança dos estudos de Bellezza (1984b, 1984c), utilizou-se um procedimento de resposta aberta, mas aqui para obter descrições dos estereótipos culturais associados aos grupos sociais. Neste tipo de tarefa, porque as pessoas estão a relatar os conteúdos da memória de trabalho, a informação obtida é mais fiável; as pessoas descrevem as representações mentais das categorias à medida que pensam nelas (Barsalou, 1989). Foi pedido a um grupo diferente de 31 estudantes que não participou de nenhuma outra forma no estudo experimental que fornecessem descrições dos grupos. Os participantes foram assim instruídos a gerar uma lista de atributos (adjectivos, traços de personalidade, frases curtas) que utilizariam para descrever membros típicos de cada categoria social, com base no seu estereótipo cultural. Um exemplo das instruções dadas é o seguinte:

“Estamos interessados nas características que as pessoas em geral utilizam para descrever membros de alguns grupos. Vamos pensar no grupo de indivíduos que têm em comum serem de etnia cigana. Pedimos-lhe que liste aqueles traços de personalidade, adjectivos ou frases curtas que ache que as pessoas em geral usariam para caracterizar os ciganos como um todo. Assinale tantas características quantas achar necessárias para transmitir a impressão que as pessoas em geral têm dos ciganos e para os descrever de forma adequada. Não existem respostas certas ou erradas. Estamos interessados na sua opinião sobre o que as pessoas geralmente pensam acerca dos ciganos.”

Embora tivesse sido dada liberdade para fornecerem qualquer tipo de característica que lhes ocorresse, os traços de personalidade foram os mais frequentemente listados. A partir dos dados do pré-teste, foi necessário simplificar os atributos gerados pelos participantes, excluindo aqueles cujo significado era redundante. Para tal, os atributos gerados para cada grupo foram codificados pela autora e por um juiz

independente. Obteve-se um índice de pelo menos 89% de concordância na codificação dos traços de personalidade para os dois grupos. Nos casos em que não houve concordância nesta codificação inicial, acordou-se o termo a figurar. A seguir, para cada grupo, foram escolhidos os 9 atributos mais frequentemente mencionados [mantendo o critério de Dovidio e colaboradores (1986) de terem sido gerados por pelo menos 20% da amostra]⁵⁴. Constituiu-se uma lista com estes traços estereotípicos e, sempre que possível, foram adicionados à lista os seus antónimos (excluindo obviamente aqueles que se sobrepunham a traços estereotípicos já incluídos por esse critério). No total, esta tarefa produziu uma lista final de 43 traços de personalidade.

Avaliação da centralidade dos traços escolhidos Depois de escolherem os traços melhores descritores de cada grupo, na primeira sessão, os participantes avaliaram a centralidade de cada traço escolhido para o estereótipo relevante. Com esta tarefa pretendia-se levar em conta a importância que o indivíduo investe nos traços ao usá-los para descrever o estereótipo de um grupo. A avaliação da centralidade de cada característica foi feita numa escala de avaliação de 9 pontos que oscilava entre *Nada central* (1) e *Muito central* (9).

Estimativa subjectiva dos traços repetidos nas duas sessões Na segunda sessão, depois de repetirem a tarefa de selecção de atributos, foi pedido aos participantes que estimassem o número de traços repetidos escolhidos nas duas sessões. Estas estimativas serviram como medida da estabilidade subjectiva que os participantes atribuem aos seus estereótipos.

2.1.2 Resultados e discussão

A variável género do participante não revelou efeitos principais ou interacções com os resultados a seguir relatados. Também não se verificou qualquer efeito principal

⁵⁴ Ciganos: *Desonesto* (38,7%), *Conflituosos* (35,5%), *Desconfiado* (32,3%), *Rude* (32,3%), *Ganancioso* (29%), *Alegre* (29%), *Inculto* (25,8%), *Supersticiosos* (25,8%), *Não respeitador* (22,6%).

Emigrantes africanos: *Inculto* (41,9%), *Pobre* (38,7%), *Conflituoso* (35,5%), *Trabalhador* (35,5%), *Não inteligente* (32,3%), *Sem iniciativa* (29%), *Sociável* (29%), *Vulgar* (25,8%), *Forte* (22,6%).

ou interacção da condição experimental que manipula a tipicidade dos exemplares críticos julgados na sessão 1 (maioritariamente típicos vs maioritariamente atípicos) nas variáveis grupo estereotípico, centralidade e fonte da estimativa de traços sobrepostos nas duas sessões. Por isso, este factor não voltará a ser mencionado na descrição seguinte dos resultados.

Acordo intraparticipante Para determinar o grau de sobreposição entre sessões dos atributos escolhidos por cada participante para descrever os grupos sociais, foi usada uma correlação de elemento comum (Bellezza, 1984^a, 1984^b, 1984^c). Para calcular este valor por participante, o número de atributos comuns gerados em ambas as sessões foi dividido pela raiz quadrada do produto entre o número total de atributos gerados na primeira sessão e o número total de atributos gerados na segunda sessão (a média geométrica). Esta medida de correlação representa a proporção de itens totais comuns e varia entre o valor 0 e 1. Depois, realizou-se uma análise de variância de medidas mistas a 3 factores: 2 sessões (sessão 1 e sessão 2) x 2 grupos estereotípicos (Ciganos e Emigrantes africanos) x 2 condições de equivalência da tipicidade dos conjuntos de exemplares (tipicidade dos exemplares entre sessões equivalente ou não equivalente) sobre as pontuações de sobreposição calculadas. Esta análise revelou um efeito principal esperado da equivalência do contexto entre sessões, $F(1,62)=7,95$, $p=.007$, $Mse=.046$. Assim, os participantes que avaliaram dois conjuntos de exemplares equivalentes em tipicidade entre sessões evidenciaram maior estabilidade nas escolhas dos atributos para compilar o estereótipo entre sessões ($M=.64$) do que os participantes que avaliaram exemplares que diferiam em tipicidade entre sessões ($M=.53$). Obteve-se ainda um efeito marginalmente significativo do grupo estereotípico, $F(1,62)=3,88$, $p=.053$, $Mse=.016$, mostrando que os participantes são tendencialmente mais consistentes entre sessões a escolher atributos para descrever o estereótipo de ciganos ($M=.61$) do que o estereótipo de emigrantes africanos ($M=.56$).

Impacto da centralidade no acordo intraparticipante A ideia era explorar o papel da centralidade na estabilidade das escolhas de atributos. Para distinguir entre traços centrais e periféricos, calculou-se, para cada participante, a mediana com base nas avaliações de centralidade dos traços escolhidos realizadas na sessão 1. Traços com

avaliações abaixo da mediana foram considerados traços periféricos e traços com valores acima da mediana forma considerados traços centrais. Traços com avaliações iguais à mediana foram excluídos. O número total de atributos seleccionados na primeira sessão foi usado para calcular as correlações de elemento comum separadas para traços centrais e traços periféricos. Os valores médios de acordo por condição são apresentados na Tabela 6, a seguir.

Tabela 6. Valores médios de acordo entre sessões por grupo estereotípico, centralidade dos traços e equivalência da tipicidade dos exemplares entre sessões

GRUPOS ESTEREOTÍPICOS	CENTRALIDADE DOS TRAÇOS	ACORDO INTRAPARTICIPANTE	
		EXEMPLARES EQUIVALENTES EM TIPICIDADE	EXEMPLARES NÃO EQUIVALENTES EM TIPICIDADE
CIGANOS	Traços centrais	.92	.78
	Traços periféricos	.45	.39
ENIGRANTES AFRICANOS	Traços centrais	.87	.59
	Traços periféricos	.23	.36

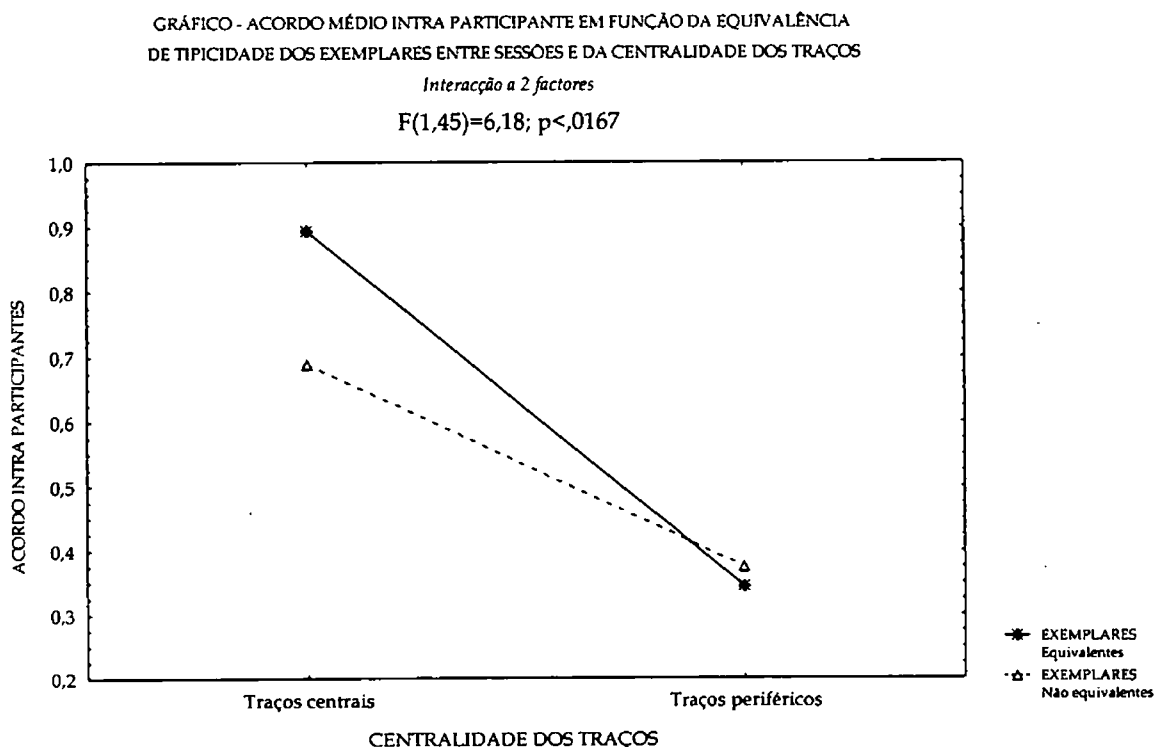
Realizou-se, depois, uma análise de variância de medidas mistas: 2 sessões (sessão 1 e sessão 2) x 2 grupos estereotípicos (Ciganos e Emigrantes africanos) x 2 condições de equivalência da tipicidade dos conjuntos de exemplares (tipicidade dos exemplares entre sessões equivalente ou não equivalente) x 2 tipos de traços (traços centrais e traços periféricos) sobre as pontuações de sobreposições calculadas. Para evitar redundância com a análise prévia, referem-se apenas os efeitos que envolvem a centralidade. Refira-se, no entanto, que quando se considera esta distinção entre traços centrais e periféricos e se retira, portanto, variância aos dados a análise passa a revelar um efeito principal do grupo estereotípico [$F(1,45)=8,28, p=.006, Mse=.085$], que, sem esta distinção, surgia apenas como

tendência. De facto, verifica-se mais estabilidade na compilação do estereótipo de ciganos ($M=.64$) do que no estereótipo de emigrante africano ($M=.51$).

Mas, mais importante, e replicando estudos realizados anteriormente (i.e, Garcia-Marques et al., 2006), emergiu um efeito principal para o factor centralidade, $F(1,45)=82,56$, $p=.000$, $Mse=.105$. Como esperado, traços centrais são significativamente mais estáveis ($M=.79$) do que traços periféricos ($M=.36$). Com mais interesse, uma interação a dois factores qualifica este efeito principal.

A interação significativa surgiu entre a condição que manipula a equivalência da tipicidade dos exemplares entre sessões e a centralidade dos traços, $F(1,45)=6,18$, $p=.017$, $Mse=.106$. Este efeito (ver gráfico 1, a seguir) foi devido ao facto da equivalência da tipicidade do conjunto de exemplares entre sessões ter mais impacto na estabilidade dos traços centrais entre sessões ($M_{\text{equivalente}}=.89$ versus $M_{\text{não equivalente}}=.69$) do que na estabilidade dos traços periféricos ($M_{\text{equivalente}}=.34$ versus $M_{\text{não equivalente}}=.38$).

Gráfico 1. Acordo médio intraparticipante em função da equivalência da tipicidade dos exemplares entre sessões e da centralidade dos traços.



Estabilidade subjectiva do acordo intraparticipante Depois de terem completado a tarefa de selecção de atributos que definem cada estereótipo pela segunda vez, foi pedido aos participantes que estimassem o número de traços escolhidos na segunda sessão que se sobrepunham aos traços escolhidos na primeira sessão. Usou-se essas estimativas para calcular uma correlação de elemento comum "subjectiva" (acordo subjectivo intraparticipante). Essas pontuações "subjectivas" de acordo puderam assim ser contrastadas com as pontuações "objectivas" de acordo intraparticipante (baseadas nos traços realmente escolhidos entre sessões). Para comparar o acordo subjectivo e objectivo intraparticipante, realizou-se uma análise de variância de medidas mistas: 2 sessões (sessão 1 e sessão 2) x 2 grupos estereotípicos (Ciganos e Emigrantes africanos) x 2 condições de equivalência da tipicidade dos conjuntos de exemplares (tipicidade dos exemplares entre sessões equivalente ou não equivalente) x 2 fontes de estimativa do acordo intraparticipante (estimativa subjectiva e objectiva). Novamente, para evitar redundância com as análises prévias, referem-se apenas os efeitos que envolvem a fonte da estimativa do acordo. Emergiu um efeito principal para o factor fonte da estimativa, $F(1,62)=7,88$, $p=.007$, $Mse=.05$, atestando que os participantes sobrestimam o grau de sobreposição dos traços escolhidos entre sessões ($M=.65$) em relação ao efectivo grau de sobreposição observado ($M=.59$). Dado o enviesamento encontrado nas estimativas efectuadas pelos participantes em relação aos traços repetidos nas duas sessões, parecia plausível esperar que esta tendência subjectiva nas estimativas atenuasse ou fizesse desaparecer mesmo a diferença verificada entre o grau de acordo objectivo quando o contexto (tipicidade do conjunto de exemplares) é mantido equivalente ou não entre sessões. Apesar de não se ter verificado uma interacção significativa entre a manipulação da equivalência da tipicidade dos exemplares entre sessões e a fonte da estimativa do acordo intraparticipante, os contrastes planeados permitiram analisar esta predição específica. O efeito significativo (já citado a propósito de uma análise prévia efectuada) de manipular a estabilidade do contexto entre sessões que se verifica sobre o grau de acordo "objectivo" deixa de se verificar ou é apenas marginalmente significativo [$F(1,62)= 3,72$, $p=.058$, $Mse=3,04$; ($M_{equivalente} = .68$ e $M_{não\ equivalente} = .61$)].

Em suma, um factor crítico neste estudo era fornecer evidência contra a ideia de que a fluidez do conteúdo dos estereótipos entre sessões observada em estudos anteriores (Garcia-Marques et al., 2006) representasse pouco mais do que um artefacto derivado de medidas repetidas, ou seja, fosse um simples subproduto do erro de medida. Os resultados obtidos argumentam contra esta interpretação. De facto, o efeito principal do factor que manipula a equivalência da tipicidade dos exemplares entre sessões mostra que a variação na tarefa de compilação do estereótipo reflecte sensibilidade ao contexto e não apenas erro de medida. Ou seja, obtiveram-se diferentes graus de instabilidade em condições que não deveriam afectar o erro de medida. Assim, a estabilidade dos estereótipos foi função da constância do contexto (particularmente no caso dos traços considerados centrais pelos participantes), sugerindo que a fluidez dos estereótipos reflecte provavelmente a sensibilidade à variação natural dos contextos em que os estereótipos são construídos e usados.

Note-se que a sensibilidade ao contexto nem sempre é um obstáculo à estabilidade das estruturas de conhecimento social. Quando a tipicidade dos exemplares é mantida equivalente entre sessões um grau substancial de estabilidade é obtido, em particular para traços centrais. O facto de se ter obtido níveis mais elevados de estabilidade do estereótipo para traços centrais quando o contexto é mantido constante entre sessões, mostra que o nível de instabilidade obtido nos estudos prévios não reflectia qualquer “limite superior” de precisão determinado pelo erro de medida. A este propósito, saliente-se que a divisão dos traços com base nos cálculos da mediana serviu apenas para identificar os traços mais centrais e não fornece uma explicação para a reduzida estabilidade obtida. Na verdade, os resultados totais (sem qualquer divisão dos traços) exibem menos estabilidade do que a estabilidade encontrada para traços muito centrais, portanto esta divisão não foi uma forma de, metodologicamente, obter menos estabilidade.

A interacção significativa verificada entre equivalência do contexto entre sessões e a centralidade dos traços sugere ainda que a fluidez nos traços centrais comparada com a fluidez nos traços periféricos pode reflectir processos diferentes. Enquanto a fluidez nas escolhas dos traços centrais pode reflectir sensibilidade ao contexto em vez de erro de medida, a variação nas escolhas de traços periféricos talvez reflecta o oposto. Mais investigação é necessária para averiguar esta possibilidade.

Ainda a propósito do grau de vulnerabilidade dos atributos avaliados como centrais e periféricos à manipulação da estabilidade do contexto, na introdução desta experiência fez-se, de algum modo, equivaler traços centrais à noção de cerne conceptual. Na verdade, diferentes teorias propõem acepções diferentes do termo e a forma como se operacionalizou os traços centrais não coincide exactamente com nenhuma delas. Por exemplo, Barsalou (1982, 1987, 1989) considera que certas propriedades são de cerne porque foram processadas em conjugação com uma categoria em tantas ocasiões que passam a estar automaticamente associadas a ela e tornam-se informação independente do contexto. Este autor averigua a distinção entre informação independente do contexto e informação dependente do contexto ou do contexto recente usando uma medida da acessibilidade⁵⁵ da informação, sensível à força associativa entre o rótulo de um grupo e um atributo, e que reflecte o potencial de activação do atributo face à exposição a um rótulo do grupo. No presente estudo, a informação central não é definida em absoluto pelo seu grau de acessibilidade entre sessões. Resulta de um julgamento subjectivo dos participantes na primeira sessão e a sua estabilidade é avaliada através de uma medida de disponibilidade que indica se um traço é verdadeiro, faz parte da representação mental de um grupo. Portanto, não corresponde necessariamente a informação independente do contexto. Os traços centrais podem mesmo corresponder a informação dependente do contexto, vulnerável à constância do contexto. Por outro lado, a forma como se manipulou a equivalência do contexto entre sessões implicou sempre mudar o contexto de uma forma mais ou menos radical, porque, mesmo na condição em que o contexto é mantido equivalente em tipicidade entre sessões, os exemplares específicos apresentados na sessão de teste e reteste foram sempre diferentes. Visto desta perspectiva, os valores médios de acordo intraparticipante extremamente elevados obtidos para os traços centrais na condição de contexto equivalente podem mesmo indiciar que se trata de informação com carácter independente do contexto saliente.

Finalmente, pretendia-se avaliar a estabilidade "subjectiva" ou "percebida" dos estereótipos para averiguar se os participantes tinham consciência da fluidez das suas representações de categorias sociais ou se, pelo contrário, tinham uma percepção ilusória

⁵⁵ Para abordagens que concebem os estereótipos em termos de associações mentais (e.g., Devine, 1989) é a acessibilidade de um atributo que é crítica. Se um atributo é estereotípico na medida em que está fortemente associado com um grupo em memória, então qualquer medida da força associativa entre o rótulo da categoria e o atributo é uma medida directa da estereotipicidade do atributo.

da consistência dos seus estereótipos (Ross & Conway, 1986). Os participantes sobrestimaram a estabilidade das suas escolhas entre sessões. Este efeito talvez ajude a explicar porque é que por vezes as intuições em relação à consistência dos estereótipos são muito mais fortes do que os dados. Estes resultados ecoam aqueles encontrados no domínio da estabilidade percebida das atitudes, onde a mudança de atitude é invisível para os participantes. Participantes que são experimentalmente induzidos a mudar significativamente as suas atitudes em questões críticas relatam poucas ou nenhuma mudança de atitude (Bem & McConnel, 1970; Ross & Shulman, 1973). Presumivelmente, para compilar a atitude passada usam a atitude actual como heurística, resultando uma ilusão de consistência. Pode mesmo ser o caso da ilusão de estabilidade não ser incompatível com estruturas de conhecimento altamente sensíveis ao contexto - pode mesmo ser um requisito dessas estruturas. Quando as pessoas percebem o seu conhecimento como instável ou variável, atribuem-lhe pouca validade e deixam de encará-lo como um guia valioso do comportamento (Bem, 1972).

2.2 Estudo experimental 2: Memória explícita como explicação alternativa para a instabilidade

Uma explicação alternativa para os resultados do estudo anterior era a de que os participantes podiam estar a usar a memória explícita do seu desempenho na sessão 1 para, de um modo deliberado, alterar a resposta à tarefa de compilação dos estereótipos na segunda sessão de reteste. Por exemplo, se os participantes pensaram que os experimentadores estavam interessados na mudança dos estereótipos, esta expectativa sobre as exigências da tarefa pode tê-los tornado relutantes a responder da mesma maneira na sessão de reteste, de tal modo que a instabilidade obtida pudesse ter resultado dos participantes tentarem variar as suas escolhas estrategicamente. Note-se, contudo,

que os participantes, na experiência anterior, a quem tinha sido pedido que desempenhassem a tarefa de compilação dos estereótipos duas vezes, de um modo geral, sobrestimaram a sua consistência entre sessões. E isso é algo que já vai contra a ideia de que os participantes queriam mostrar variação nas escolhas entre sessões. Por outro lado, as estimativas subjectivas da consistência não são tão elevadas como se poderia supor, o que pode indiciar que os participantes não estavam a tentar ser consistentes mas apenas a fazer a tarefa de compilação dos estereótipos pela segunda vez, e, portanto, de acordo com o propósito do estudo anterior.

Apesar disso, partiu-se do princípio que qualquer que fosse a expectativa sobre a exigência mais plausível envolvida na tarefa e que potencialmente explicasse os resultados obtidos, ela teria de começar por atribuir uma muito boa memória para as escolhas feitas na sessão 1. Por isso, neste estudo incluiu-se uma condição de memória onde se pede aos participantes que reproduzam exactamente as escolhas que fizeram na primeira sessão. E comparou-se as suas respostas espontâneas na primeira sessão com as suas tentativas de recordar com precisão as escolhas feitas durante a primeira sessão.

2.2.1 Método

2.2.1.1 Participantes e Delineamento experimental

Os participantes foram 60 estudantes da Universidade de Lisboa (39 mulheres e 21 homens), que a pedido do investigador se ofereceram como voluntários mediante crédito parcial numa disciplina do curso de Psicologia.

O delineamento experimental do estudo foi em tudo semelhante ao do estudo anterior. Correspondeu a um desenho factorial misto com 2 sessões (sessão 1 e 2) x 2 grupos estereotípicos (Ciganos e Emigrantes africanos) x 2 conjuntos de exemplares críticos (exemplares típicos ou atípicos avaliados na sessão 1) x 2 condições de equivalência da tipicidade dos conjuntos de exemplares (tipicidade dos exemplares entre sessões equivalente ou não equivalente). Os dois primeiros factores foram intraparticipante.

2.2.1.2 Procedimento

Novamente, os participantes foram testados em grupo em dois momentos, também com um intervalo de sensivelmente um mês entre a primeira e a segunda sessão. Os grupos testados em cada sessão não ultrapassaram os 10 participantes. Repetiram-se as instruções gerais de apresentação do estudo experimental. Assim como os procedimentos para a identificação das respostas de cada participante entre sessões. Ou seja, pediu-se a cada participante que indicasse no caderno de respostas a sua data de aniversário e a da sua mãe, assegurando o anonimato. Todos os estudantes iniciaram a primeira sessão completando uma tarefa de julgamento da tipicidade de exemplares. A seguir a recolher os protocolos, pediu-se aos participantes que realizassem a tarefa de selecção dos atributos que melhor definem os estereótipos de cada grupo e que avaliassem a centralidade de cada traço escolhido. Na segunda sessão, mais ou menos um mês depois, os mesmos estudantes desempenharam uma segunda tarefa de julgamento de tipicidade de exemplares e a seguir foi-lhes pedido que reproduzissem o melhor que conseguissem as escolhas que tinham feito na primeira sessão.

Manipulação do contexto Para manipular a estabilidade do contexto em que os participantes escolhiam os atributos que definem os estereótipos, usou-se, outra vez, um paradigma de julgamento da tipicidade de exemplares que permitia induzir flutuações na acessibilidade dos exemplares. Os exemplares da categoria social dos Ciganos e da categoria social dos Emigrantes africanos utilizados, as instruções e o procedimento nesta tarefa foram exactamente os mesmos efectuados no estudo anterior (ver procedimento do Estudo experimental 1).

Novamente, os conjuntos de três exemplares ou eram "típicos" (dois exemplares típicos e um exemplar neutro) ou eram "atípicos" (dois exemplares atípicos e um exemplar neutro)⁵⁶. E manipulou-se a estabilidade do contexto entre as duas sessões através da equivalência em tipicidade dos exemplares avaliados. Na condição de tipicidade equivalente, os três exemplares avaliados na sessão 2 eram outros, mas equivalentes em tipicidade àqueles exemplares julgados na sessão 1 (i.e., os participantes viram ou exemplares típicos ou exemplares atípicos em ambas as sessões). Na condição de

⁵⁶ Ver o pré-teste das descrições dos exemplares seleccionados no método do estudo experimental 1, descrito atrás.

tipicidade não equivalente, os três exemplares avaliados na sessão 2 eram não só outros mas também não equivalentes em tipicidade aos exemplares julgados na sessão 1 (i.e., os participantes que avaliaram exemplares típicos na sessão 1 recebiam na sessão 2 exemplares atípicos para julgar e vice-versa).

2.2.1.3 Medidas dependentes

Tarefa de selecção de atributos que definem o estereótipo A tarefa de escolha de atributos estereotípicos foi apresentada apenas na sessão 1 e, à semelhança do que ocorreu no estudo 1, imediatamente a seguir à tarefa de avaliação da tipicidade dos exemplares.

Tal como no estudo 1, nesta tarefa foi apresentada aos participantes a mesma lista de 43 traços, a partir da qual escolhiam os cinco traços melhores descritores do grupo alvo (segundo o procedimento de Katz & Braly, 1933)⁵⁷.

Avaliação da centralidade dos traços escolhido Seguindo o procedimento do estudo 1, depois de escolherem os traços melhores descritores de cada grupo, na primeira sessão, os participantes avaliaram a centralidade de cada traço escolhido para o estereótipo relevante, numa escala de avaliação de 9 pontos que oscilava entre *Nada central* (1) e *Muito central* (9).

Tarefa de memória Na segunda sessão, depois de julgarem a tipicidade dos exemplares de cada grupo estereotípico, pediu-se aos participantes que reproduzissem o melhor possível as suas escolhas feitas na primeira sessão. Um exemplo das instruções usadas é o seguinte:

“Na primeira vez que participou nesta experiência, há algumas semanas, escolheu, a partir de uma lista de traços de personalidade que lhe apresentámos, uma série de características para descrever a impressão que as pessoas em geral têm dos ciganos. Gostaríamos agora que recordasse quais as características que escolheu nessa altura para descrever os ciganos. Procure lembrar-se de tantas características escolhidas quantas possível e escreva-as nas linhas abaixo.”

⁵⁷ Ver o pré-teste da lista de atributos no método do estudo experimental 1., descrito atrás.

Estas respostas serviram para calcular o grau de acordo entre os atributos escolhidos espontaneamente na sessão 1 para descrever os estereótipos e os atributos intencionalmente lembrados na sessão 2 que reproduziam as escolhas feitas na primeira sessão.

2.2.2 Resultados e discussão

A variável género do participante não revelou efeitos principais ou interações com os resultados a seguir relatados.

Acordo intraparticipante Para determinar o grau de sobreposição entre os atributos escolhidos por cada participante para descrever os grupos sociais na sessão 1 e os atributos reproduzidos na tarefa de memória na sessão 2, foi usada uma correlação de elemento comum (Bellezza, 1984^a, 1984b, 1984c). Com um procedimento equivalente ao do estudo 1, calculou-se este valor por participante, dividindo o número de atributos comuns gerados em ambas as sessões pela raiz quadrada do produto entre o número total de atributos gerados na tarefa de compilação do estereótipo na primeira sessão e o número total de atributos gerados a partir da tarefa de recordação explícita na segunda sessão (a média geométrica). Como salientado no estudo 1, esta medida de correlação representa a proporção de itens totais comuns e varia entre o valor 0 e 1. A seguir, realizou-se uma análise de variância de medidas mistas: 2 sessões (sessão 1 e sessão 2) x 2 grupos estereotípicos (Ciganos e Emigrantes africanos) x 2 conjuntos de exemplares críticos (exemplares típicos ou atípicos avaliados na sessão 1) x 2 condições de equivalência da tipicidade dos conjuntos de exemplares (tipicidade dos exemplares entre sessões equivalente ou não equivalente) sobre as pontuações de sobreposição calculadas. Esta análise revelou apenas um efeito marginalmente significativo da condição de tipicidade do conjunto de exemplares, $F(1,53)=2,99$, $p=.089$, $Mse=.051$. Ou seja, os participantes revelam uma tendência para recordar melhor os exemplares maioritariamente atípicos ($M=.41$) do que os exemplares maioritariamente típicos ($M=.34$).

Este resultado está conceptualmente de acordo com o efeito de incongruência obtido e amplamente replicado na literatura de formação de impressões (e.g., Garcia-Marques, 1993; Garcia-Marques & Hamilton, 1996; Garcia-Marques, Hamilton & Maddox, 2002), que postula que informação incongruente com as expectativas prévias é melhor lembrada em tarefas de recordação livre do que a informação congruente. Não se obteve qualquer efeito principal nem interacção que envolva a condição que manipula a equivalência do conjunto de exemplares entre sessões [$F(1,53)=.32, p=.576, Mse=.051; M_{\text{equivalente}}=.39$ e $M_{\text{não equivalente}}=.36$].

Impacto da centralidade no acordo intraparticipante Tal como no estudo 1, para explorar o papel da centralidade na consistência obtida entre as escolhas feitas na primeira sessão e os atributos recordados explicitamente como respostas originais da primeira sessão, distinguiu-se entre traços centrais e periféricos. Assim, calculou-se, para cada participante, a mediana com base nas avaliações de centralidade dos traços escolhidos realizadas na sessão 1. Traços com avaliações abaixo da mediana foram considerados traços periféricos e traços com valores acima da mediana foram considerados traços centrais. Traços com avaliações iguais à mediana foram excluídos. Novamente, o número total de atributos seleccionados na primeira sessão foi usado para calcular as correlações de elemento comum separadas para traços centrais e traços periféricos. Os valores médios de acordo em função da centralidade dos traços e da equivalência da tipicidade do conjunto de exemplares entre sessões são apresentados na Tabela 7, a seguir.

Tabela 7. Valores médios de acordo entre sessões por centralidade dos traços e equivalência da tipicidade dos exemplares entre sessões

ACORDO INTRAPARTICIPANTE		
CENTRALIDADE DOS TRAÇOS	EXEMPLARES EQUIVALENTES EM TIPICIDADE	EXEMPLARES NÃO EQUIVALENTES EM TIPICIDADE
Traços centrais	.43	.32
Traços periféricos	.24	.18

Procedeu-se a uma análise de variância de medidas mistas: 2 sessões (sessão 1 e sessão 2) x 2 grupos estereotípicos (Ciganos e Emigrantes africanos) x 2 conjuntos de exemplares críticos (exemplares típicos ou atípicos avaliados na sessão 1) x 2 condições de equivalência da tipicidade dos conjuntos de exemplares (tipicidade dos exemplares entre sessões equivalente ou não equivalente) x 2 tipos de traços (traços centrais e traços periféricos) sobre as pontuações de sobreposições calculadas. Emergiu um efeito principal para o factor centralidade, $F(1,40)=8,67$, $p=.005$, $Mse=.133$, mostrando que os traços considerados centrais na sessão 1 são significativamente melhor recordados e, portanto, revelam maior acordo ($M=.38$) do que traços periféricos ($M=.21$). Não se verificou, contudo, qualquer interacção significativa que qualifique este efeito principal. Particularmente interessante no estudo anterior (Estudo 1) tinha sido o facto da equivalência da tipicidade do conjunto de exemplares entre sessões ter tido mais impacto na estabilidade dos traços centrais entre sessões do que estabilidade dos traços periféricos. No presente estudo, a interacção entre a condição que manipula a equivalência da tipicidade dos exemplares entre sessões e a centralidade dos traços não é significativa, $F(1,40)=.30$, $p=.588$, $Mse=.297$. E, apesar das médias dos traços centrais irem no mesmo sentido do Estudo 1 (ver tabela 7, atrás), a diferença entre elas não atinge a significância estatística.

O uso dos mesmos procedimentos e material no Estudo 1 e neste estudo, à excepção da tarefa completada na segunda sessão, permite agora comparar os resultados

das duas experiências. Genericamente, os participantes que completaram a tarefa de selecção de atributos para descrever o estereótipo na segunda sessão (Estudo 1) pareceram muito mais consistentes ($M=.59$) do que os participantes que tentaram intencionalmente reproduzir as suas escolhas da primeira sessão (Estudo 2, $M=.38$). E a diferença da estabilidade dos traços centrais ($M=.79$) em relação aos traços periféricos ($M=.36$), sendo significativa nos dois estudos, parece muito maior para os participantes que repetiram a tarefa de compilação dos estereótipos na sessão 2 (Estudo 1) do que para os participantes que tentaram reproduzir as escolhas feitas na sessão 1 (Estudo 2; $M_{\text{centrais}}=.37$ versus $M_{\text{periféricos}}=.21$).

Estes resultados argumentam contra a ideia de que a instabilidade obtida na tarefa de identificação do conteúdo estereotípico entre sessões é função de uma estratégia de mudança deliberada das respostas dadas influenciada por uma memória explícita para reacções anteriores. O facto dos participantes que tentaram lembrar-se das suas escolhas na primeira sessão terem sido muito menos consistentes do que aqueles que repetiram a tarefa de compilação do estereótipo levanta sérias dúvidas à plausibilidade de explicações alternativas que dependam da memória explícita dos participantes para as suas respostas originais. Com efeito, para diversificar as respostas na sessão 2, os participantes teriam de se lembrar das respostas originais, logo esperar-se-ia obter maior consistência na tarefa de memória. Ao contrário, os participantes do estudo que avalia esta tarefa têm desempenhos ainda piores dos do primeiro estudo com a tarefa de compilação do estereótipo.

Estes resultados atestam ainda sobre as diferenças críticas que parecem existir entre desempenhar “naturalmente” uma tarefa de compilação do estereótipo e desempenhá-la tentando intencionalmente lembrar as respostas prévias de forma explícita. É, por exemplo, particularmente interessante notar que as duas tarefas não são moderadas pelas mesmas variáveis, o que sugere que os processos responsáveis pelas tarefas são muito diferentes (remetem-se para a discussão final os desenvolvimentos sobre esta questão). E os resultados mostram ainda que quando o contexto se mantém constante entre sessões, a tarefa de compilação do estereótipo (uma tarefa de memória implícita) pode produzir níveis de estabilidade substancialmente mais elevados do que uma tarefa de memória explícita, em que se recupera só aquilo que é lembrado conscientemente. Note-se que este resultado não é surpreendente. No domínio da memória implícita, uma

forma de minimizar a monitorização da memória ou a memória explícita é aumentar o intervalo de tempo entre o teste e o reteste (e.g., Nosofsky & Zaki, 1998; para uma revisão, ver Zaki, 2004).

Mas será a memória implícita que usamos normalmente em tempo real mais precisa do que a memória explícita, intencional?

Na literatura recente da neurociência cognitiva têm surgido evidências de superioridade da memória implícita sobre a explícita. Com efeito, num conjunto de estudos, os amnésicos revelaram desempenhos muito pobres em tarefas de memória explícita, enquanto o seu desempenho em tarefas de categorização foi estatisticamente comparável ao do grupo de controlo (e.g., Knowlton & Squire, 1993; para uma revisão, ver Zaki, 2004). Esta dissociação entre categorização e reconhecimento tem sido encarada como evidência que suporta a existência de dois sistemas de memória separados, um sistema implícito para a categorização e um sistema explícito para o reconhecimento que depende da integridade de regiões do cérebro do hipocampo frequentemente danificadas nos amnésicos (Knowlton & Squire, 1993). Mas, Nosofsky e Zaki (1998) verificaram que, aumentando o intervalo de tempo até à fase de teste de uma tarefa de categorização semelhante à de Knowlton & Squire, 1993), eram capazes de introduzir um “défice de memória” em sujeitos normais. Ou seja, tal como nos participantes amnésicos, o atraso causou um ligeiro declínio no desempenho da categorização e uma deterioração substancial na tarefa de reconhecimento em participantes normais. Estes autores assumiram simplesmente que ao amnésicos têm uma memória discriminativa mais pobre do que indivíduos normais e que, manipulando o intervalo de tempo até à fase de teste, estariam a induzir mudanças no parâmetro de sensibilidade da memória, usado como um índice de discriminabilidade entre exemplares distintos em memória (Nosofsky, 1986). Os mesmos autores demonstraram ainda que um modelo de exemplares formal de um único sistema, o modelo de contexto generalizado (Nosofsky, 1986), consegue prever os dados de Knowlton e Squire (1993), desde que se defina o parâmetro de sensibilidade da memória a um nível mais baixo para os amnésicos do que para o grupo de controlo.

Evidência da superioridade da memória implícita sobre a memória explícita provém também de outra esfera da investigação. No domínio que investiga a relação entre a exposição a um estímulo e o afecto, um conjunto de estudos demonstrou que os efeitos típicos de mera exposição podem ser obtidos por estímulos que não são nem

recordados nem reconhecidos pelos participantes (Bornstein & D'Agostino, 1992; Bornstein, Leone & Galley, 1987; para uma revisão, ver Bornstein, 1989). Este efeito de mera exposição (i.e., a observação de que a exposição repetida e sem reforço é suficiente para melhorar a atitude em relação a um objecto), desde o trabalho seminal de Zajonc (1968, citado por Bornstein, 1989), tem provado ser um fenómeno com extraordinária robustez (Bornstein, 1989). E, particularmente, os resultados citados atrás sugerem que a sua produção não requer a consciência do conteúdo do estímulo. Assim, apesar de ser claro que algum tipo de processo de aprendizagem está subjacente ao efeito de exposição (ver Bornstein, 1989), aparentemente este processo de aprendizagem pode ocorrer inteiramente fora da consciência, envolvendo conhecimento implícito sobre um estímulo, em vez de explícito. Os paradigmas iniciais examinavam o papel do reconhecimento dos estímulos no efeito de mera exposição adoptando procedimentos estatísticos que avaliavam o grau em que os efeitos de mera exposição eram obtíveis independentemente do reconhecimento do estímulo (para uma revisão, ver Bornstein, 1989). Paradigmas mais recentes investigam esse papel usando estímulos apresentados subliminarmente para atenuar a precisão do reconhecimento (Bornstein & D'Agostino, 1992; Bornstein et al., 1987). Os resultados dos estudos que introduzem a apresentação subliminar de estímulos indicam claramente que o reconhecimento dos estímulos não é um pré-requisito para produzir efeitos de exposição. De facto, não só os estímulos percebidos sem consciência produzem efeitos de exposição robustos (Bornstein et al., 1987), mas os estímulos que são percebidos sem consciência, que não são reconhecidos com uma precisão superior ao acaso, produzem efeitos de mera exposição substancialmente maiores do que os estímulos percebidos conscientemente (Bornstein, 1989; Bornstein & D'Agostino, 1992). Os autores explicam estas diferenças de magnitude no efeito de mera exposição produzidas por estímulos supra e subliminares recorrendo ao conceito de fluência perceptiva e a uma hipótese atribucional (Jacoby & Whitehouse, 1989). Na condição de exposição subliminar, a fluência perceptiva aumentada pela repetição repetida a um estímulo sem que os indivíduos tenham consciência, é mal interpretada ou atribuída a um afecto positivo em relação ao estímulo (Bornstein & D'Agostino, 1992). Este mesmo mecanismo foi, na revisão de literatura desta tese, abordado e descrito como um mecanismo plausível para explicar a sensibilidade ao contexto dos estereótipos (ver Estudos experimentais 3 e 4 descritos a seguir).

E por fim, evidências que provêm da investigação sobre a consistência dos julgamentos e avaliações e sobre os factores que moderam essa consistência convergem igualmente na ideia de que um pensamento deliberado e intencional diminui a consistência ao longo do tempo, no caso, dos julgamentos, quando comparada com a consistência obtida entre sessões para julgamentos não deliberados. De facto, um conjunto de investigações demonstrou que os participantes a quem foi pedido que efectuassem julgamentos mais deliberados de objectos (ideogramas chineses, pinturas ou apartamentos) revelaram julgamentos menos consistentes entre duas ocasiões do que aqueles que fizeram julgamentos não deliberados, espontâneos, nas duas ocasiões (e.g., Nordgren & Dijksterhuis, 2006). Estes estudos avaliaram a consistência dos julgamentos ao longo do tempo através da precisão teste reteste e verificaram que quando foi pedido aos participantes que tomassem decisões deliberadas, ou seja, que pensassem arduamente sobre o objecto e que gerassem razões claras para gostar ou não dele antes de fazerem uma avaliação final, a consistência dos julgamentos ao longo do tempo diminuiu consideravelmente. Este efeito tem sido explicado como uma consequência do pensamento deliberado. Quando as pessoas analisam intencionalmente as razões, esse processo perturba a consistência com que ponderam a informação. Podem-se focar naqueles atributos do objecto de atitude que pareçam causas plausíveis das avaliações, mas que não foram fortemente ponderadas anteriormente.

2.3 Antevisão dos estudos experimentais 3 e 4: Mecanismos explicativos da instabilidade como função do contexto

Consolidada que está a ideia que as representações estereotípicas sofrem influências do contexto e que este é um determinante da instabilidade temporal que manifestam, pretendeu-se, nos experimentos 3 e 4, caracterizar os mecanismos que podem potencialmente explicar essa instabilidade como função do contexto.

Não sendo esse o seu propósito, o primeiro estudo experimental apresentado permite indirectamente tecer algumas considerações sobre esses mecanismos. Este estudo demonstrou a instabilidade temporal dos estereótipos como função do contexto, usando

um contexto significativo que incluiu informação relevante acerca de exemplares da categoria.

À semelhança, os estudos anteriores que manipularam o contexto em que o estereótipo é compilado têm frequentemente olhado para este processo como um que resulta da consideração ou influência de informação relevante (exemplares do grupo) para o estereótipo apresentada num contexto pertinente (e.g., Coats & Smith, 1999; Garcia-Marques & Mackie, 1999; Rothbart & John, 1985).

Na introdução precedente, afirmou-se que estes efeitos de instabilidade temporal dos estereótipos como função do contexto podem ser interpretados através de processos de recuperação que usam a informação de um contexto altamente diagnóstico de parte da associação estereotípica como pista para aceder ao conhecimento em memória. Esta hipótese de recuperação parcial do conhecimento em memória guiada por pistas do contexto é igualmente compatível com certos modelos baseados em exemplares (Kahneman & Miller, 1986; Nosofsky & Palmeri, 1997; Smith & Zárate, 1992) e com as propostas de um abstraccionismo não duradouro descritas anteriormente (Barsalou, 1999, 2003b).

De acordo com o primeiro tipo de modelos, no estudo 1, a condição experimental em que o contexto torna acessível exemplares membros da categoria diferentes na situação de teste e reteste, aumenta a probabilidade de, nas duas situações de compilar o estereótipo, exemplares diferentes virem à cabeça. Quando o contexto é mantido constante entre sessões (exemplares membros do grupo semelhantes são tornados acessíveis na situação de teste e reteste), conduz as pessoas a convergir para propriedades comuns nas duas situações de compilação do estereótipo.

Segundo a teoria das simulações situadas, no estudo 1, ocorrem efeitos do contexto porque os conteúdos tornados acessíveis, numa tarefa explicitamente relevante para o julgamento subsequente, conduzem a reconstituir estados sensório motores inerentes a uma simulação já antes produzida pelo simulador que é percebida como semelhante. Como diferentes contextos reconstituem previsivelmente diferentes simulações adaptadas, a instabilidade dos contextos resulta naturalmente na instabilidade das conceptualizações sobre o mesmo conceito.

Note-se, contudo, que em ambas as explicações se está a assumir que o efeito enviesador resulta das pistas contextuais disponíveis coincidirem com atributos, mesmo

que infrequentes, que fazem parte da representação do alvo. Logo, está-se a assumir que a informação anteriormente associada ao alvo é essencial para explicar a sensibilidade ao contexto.

Mas, as mesmas evidências podem ter resultado de um efeito de primação do contexto transitório que não supõe recorrer às associações estereotípicas em memória. Como se aludiu na introdução, este mecanismo corresponde a prever que a informação tornada activa pelo contexto seja, através de um processo de atribuição, aceite como uma crença verdadeira sem monitorização da memória (sem evocação de informação sobre si armazenada em memória). De acordo com este argumento, é possível que, no estudo 1, exemplares semelhantes ou diferentes activados pelo contexto imediato durante o teste e o reteste, pela sua fluência de processamento, tenham sido aceites, durante a compilação do estereótipo, como conhecimento recuperado a partir do rótulo e tenham conduzido, respectivamente, a menor ou maior instabilidade temporal dos estereótipos.

A proposta é, essencialmente, a de que a sensibilidade ao contexto dos estereótipos pode ser também explicada por uma abordagem de crenças ilusórias. Ou seja, assume que nas respostas a desempenhos conceptuais há um factor de imprecisão associado que resulta de, frequentemente, se responder sem aceder ao conhecimento conceptual mas com base apenas na activação mnésica. Quando a informação tornada acessível pelo contexto faz parte de representações anteriores da categoria, o resultado é aceitar como verdadeira uma crença real. Mas, nos casos em que a informação primada pelo contexto nunca foi associada ao estereótipo e é irrelevante para ele, o resultado pode ser aceitar uma crença ilusória como verdadeira. Ora, o tipo de informação primado e o paradigma experimental usado no primeiro estudo não permite colocar a teste a ideia de que a sensibilidade ao contexto pode resultar também de julgamentos heurísticos de natureza atribucional baseados na activação mnésica. Porque, não é possível excluir uma explicação que recorra a processos de base associativa.

Os estudos experimentais 3 e 4 põem esta linha de raciocínio a teste, primando um conceito não estereotípico, através duma tarefa linguística não relacionada, imediatamente antes dos participantes compilarem o estereótipo através da tarefa de selecção de atributos a partir de uma lista (adaptação da tarefa de Katz & Braly, 1933).

O paradigma fundamenta-se conceptualmente num conjunto de modelos recentes provenientes de literaturas diversas já revistas anteriormente. Genericamente, estes

modelos incorporam mecanismos em que julgamentos heurísticos derivados da activação mnésica confundem informação gerada com demasiada fluência com conhecimento que foi recuperado em função de pistas fornecidas, sem que estes sejam complementados por processos deliberados de monitorização. E quando aplicados ao processamento conceptual, estes mecanismos convergem, no essencial, nas mesmas predições. Permitem prever que atributos contextualmente salientes, num contexto arbitrário (não relevante para a tarefa subsequente), podem ser incorporados no estereótipo compilado, mesmo que irrelevantes para ele. Ou seja, mesmo quando se trata de informação que não foi previamente codificada em relação ao alvo e não faz parte de representações anteriores compiladas sobre o alvo.

O mecanismo que assume a natureza compósita das pistas de recuperação (Doshier & Rosedale, 1989; McKoon & Ratcliff, 1992; Ratcliff & McKoon, 1988), já sobejamente descrito, tem sido aplicado aos efeitos de primação, mas quando aplicado ao processamento conceptual prevê naturalmente estes resultados. Informação activa no contexto imediato, nunca antes associada ao estereótipo e que co-ocorre arbitrariamente com uma tarefa de compilação do estereótipo, pode criar uma associação espúria com o rótulo da categoria em função do tempo que foram considerados juntos na memória de trabalho. Concebido no enquadramento dos modelos globalistas (ver Doshier & Rosedale, 1989), este mecanismo prevê um modo de recuperação difuso baseado no ajustamento a conteúdos activos em memória. De tal modo que a combinação associativa espúria entre informação do contexto e rótulo criada no momento da recuperação é determinante para a resposta da memória. Neste sentido, o rótulo da categoria, que é a pista fornecida para a compilação do estereótipo, passa a facilitar a resposta à informação que o contexto primou. Se a fluência de processamento dessa informação for interpretada como resultado de informação que está activa em função da pista, essa informação pode ser incorporada como uma crença verdadeira no estereótipo compilado.

O modelo de rede associativa Confusão com a Fonte de Activação (*Source of Activation Confusion, SAC*), proposto por Reder e colaboradores (Reder & Schunn, 1996; Schunn et al., 1997) prevê igualmente estes efeitos. Como salientado na introdução, tem sido usado para explicar ilusões cognitivas e erros de memória de base associativa (sentimento de saber ou a ilusão de Moisés). Mas, ao assumir que as pessoas têm acesso aos conceitos que estão activos mas que não podem aceder à fonte responsável pela

activação dessa informação torna-se particularmente adequado para explicar ilusões cognitivas e erros de memória que não são especificamente semânticos, como o efeito de informação falsa (Ayers & Reder, 1998). Por isso, à semelhança do mecanismo anterior, uma resposta baseada na activação de conceitos pode desencadear um processo de atribuição dessa activação a uma fonte errada. Apesar de nunca o ter feito, este pressuposto torna o SAC apropriado para explicar efeitos de primação do contexto, que têm sido explicados pelos modelos de pistas compósitas. No caso do processamento conceptual, é possível prever que informação que o contexto imediato primou possa ser interpretada como informação que está activa em função da pista (rótulo) de compilação do estereótipo, mesmo quando é não estereotípica. Curiosamente, a aplicação deste modelo de memória semântica ao âmbito da primação do contexto sugere que estes fenómenos são semelhantes a fenómenos de base associativa a que estes modelos têm sido aplicados. Note-se que, se os indivíduos não têm acesso à rede, ao percurso da activação, fenomenologicamente não é distinguível a informação que está activa por dispersão de activação, porque foi codificada previamente associada ao alvo ou a itens associados ao alvo (por exemplo, na ilusão de Moisés), da informação que está activa porque foi primada no contexto adjacente ao alvo (efeito de informação falsa ou outras ilusões de memória sem base associativa). Mas, em ambos os fenómenos, a fluência de processamento inerente pode levar a confundir distractores activos com memórias ou crenças verdadeiras. A experiência fenomenológica associada a um processo de adequação (*matching*) incompleto de informação semanticamente semelhante, como acontece no primeiro caso, ou associada a um processo de atribuição a uma fonte errada sem monitorização, como acontece no segundo caso, é, na mesma, aumentar a plausibilidade de aceitar a informação activa como uma memória válida.

O modelo SAC é semelhante em lógica ao modelo de geração/reconhecimento de Jacoby e Hollingshead (1990), que postula duas bases para explicar os desempenhos e decisões de memória. Como se abordou anteriormente, o modelo ilustra o facto de respostas geradas demasiado fluentemente evitarem que ocorra o processo de verificação da memória. No processamento conceptual, pode significar que a fluência de processamento de distractores devida à primação do contexto adjacente à tarefa de compilação do estereótipo pode conduzir a que estes distractores sejam aceites como conhecimento conceptual recuperado (como crenças verdadeiras), se a fluência for

atribuída a experiência passada com o estereótipo sem que ocorra monitorização da informação associada em memória a estes distractores.

Assim, sugere-se que os mecanismos que explicam a mudança, a reconsideração do conhecimento conceptual prévio continuam a ser fundamentais. Os mecanismos que prevêm uma adequação entre a informação do contexto e a informação conceptual acedida e recuperada contribuem de forma determinante para explicar a instabilidade dos estereótipos. Mas a maleabilidade pode ser igualmente um subproduto natural da simples interferência de outra informação acessível irrelevante, que não supõe uma reconsideração do conhecimento conceptual e que, muitas vezes, até nem supõe recorrer a esse conhecimento armazenado. Tal informação pode, contudo, influenciar respostas, se for aceite como uma crença verdadeira sem monitorização da memória.

Primar um conceito não estereotípico através de um contexto imediato não relacionado com a tarefa de compilação do estereótipo.

Para produzir uma crença ilusória criou-se uma situação de tal modo que pensar na definição de um conceito imediatamente antes dele ser apresentado numa lista de atributos a partir da qual se compila um estereótipo pudesse produzir a ilusão de que o conceito faz parte do estereótipo. Deste modo, a ocorrência de julgamentos heurísticos baseados na activação mnésica foi estudada através de um procedimento de primação que consistiu na apresentação de uma tarefa com a aparência de não estar relacionada com o resto da experiência (Dijksterhuis & van Knippenberg, 1996; Dijksterhuis & van Knippenberg, 1998; Gilbert & Hixon, 1991; Spencer et al., 1998). Esta manipulação da primação difere da usada por outros autores (Bargh et al., 1996; Devine, 1989; Lepore & Brown, 1997; Macrae et al., 1994; Macrae et al., 1995; Wittenbrink et al., 1997; ver também, Jacoby & Whitehouse, 1989) porque os participantes têm acesso ao conteúdo do estímulo-primário. Mas note-se que, para testar esta abordagem das crenças ilusórias com base num mecanismo atribucional podia ter-se, igualmente, apresentado o conceito subliminarmente para prevenir que fosse conscientemente considerado um evento separado ligado à apresentação do conceito na lista para compilar o estereótipo. De facto, os efeitos da primação subliminar podem estar para além do controlo do indivíduo por razões peculiares aos estímulos-primário subliminares: "Não se pode vencer o que não se

vê" (Bargh, 1989). Contudo, o pressuposto não é que as crenças ilusórias resultam de respostas não controláveis mas que se referem à ocorrência de eventos de activação interna não controláveis. Neste sentido, a influência do estímulo-primado ser sub ou supraliminar não é o factor crítico para os propósitos destes estudos. O factor crítico para ser influenciado sem intenção e para ser incapaz de tentar controlar essa influência é a consciência do participante do efeito potencial do estímulo que foi percebido conscientemente (para um argumento semelhante, ver Bargh, 1989, 1994; Bargh & Chartrand, 2000; Dijksterhuis & van Knippenberg, 1996; Dijksterhuis & van Knippenberg, 1998; Macrae et al., 1994). Por isso, obscureceu-se⁵⁸ a ligação entre a manipulação do estímulo-primado e a tarefa de compilação do estereótipo na qual o efeito resultante é medido, de tal modo que os efeitos temporários que resultam da activação residual de um processamento consciente do estímulo-primado não fossem relatáveis. E os participantes mantiveram o acesso ao conteúdo específico do estímulo-primado em si, em circunstâncias em que estratégias de controlo que envolvem respostas deliberadas ao estímulo-primado podiam ocorrer.

Para produzir uma crença ilusória baseada numa visão atribucional era igualmente importante que o conceito activado pelo contexto adjacente tivesse uma natureza não estereotípica. Um atributo não estereotípico não está associado ou é irrelevante ou neutro para a categoria social de pertença. Segundo as abordagens que recorrem a processos de base associativa, não é previsível que seja incluído na representação compilada para descrever a categoria, mesmo que primado contextualmente. Mas, de acordo com a abordagem das crenças ilusórias prevê-se que atributos não estereotípicos sejam mais frequentemente escolhidos para compilar o estereótipo quando coincidem com o estímulo primado anteriormente.

O modelo de Barsalou (1999, 2003b) tem, igualmente, dificuldade em prever este tipo de efeito que depende de informação irrelevante que co-ocorre arbitrariamente com a tarefa de compilação do estereótipo. Note-se que, neste modelo, o efeito de primado contextualmente uma informação ocorre se em alguma medida o conceito primado levar a reconstituir os estados sensorio motores inerentes a uma simulação prévia já contida no simulador para produzir uma resposta. Mas o modelo propõe igualmente uma maior

⁵⁸ Definir um conceito numa tarefa linguística que co-ocorre arbitrariamente com a tarefa de compilação do estereótipo, de tal modo que é difícil prever que o contexto contenha o objecto (conduza a pensar no estereótipo).

sensibilidade a padrões que se repetem, de tal modo que simulações relevantes e frequentes durante o processamento de uma categoria são fortalecidas pela repetição. Ao contrário, informação irrelevante previsivelmente cancela-se a ela própria por interferência. Corresponderia a informação que deixa de ser diagnóstica para a categoria, deixa de ser útil para categorizar um membro, deixa de ser fortalecida pela repetição. Por exemplo, num grupo em que alguns membros têm olhos azuis, outros olhos verdes e outros olhos castanhos, o atributo “cor dos olhos” deixa de ser diagnóstico. À semelhança, em modelos que recorrem a vectores (para uma revisão, ver Hintzman, 1990; Humphreys et al., 1989; Raaijmakers & Shiffrin, 1992) e em que um vector corresponde a um atributo e (+1) e (-1) a valores desse atributo, se algumas codificações correspondem ao valor (+1) e outras ao valor (-1), o vector anula-se⁵⁹. Por outro lado, segundo Barsalou (2002; ver também, Yeh & Barsalou, 2006), os participantes exibem tipicamente efeitos do contexto em tarefas de verificação de propriedades (são mais rápidos e mais precisos a verificar propriedades na situação original em que foram aprendidas do que noutras situações) apenas quando a informação saliente foi aprendida num contexto com o qual tem uma relação previsível, significativa (e não uma relação de co-ocorrência arbitrária), contrariamente ao que acontece na literatura de memória episódica. Note-se que o modelo do autor contempla apenas os desempenhos que recorrem a conhecimento conceptual e o uso da familiaridade como base da resposta não implica a utilização de uma simulação. Isto não quer dizer que o autor defenda que todas as tarefas cognitivas utilizem a simulação. Por exemplo, quando a familiaridade do estímulo é diagnóstica, porque só as propriedades verdadeiras da categoria são familiares, a familiaridade pode ser usada como critério de resposta, sem que os participantes recorram a conhecimento conceptual. Agora, os paradigmas em que a familiaridade do estímulo não é diagnóstica, porque ambas propriedades falsas e verdadeiras são palavras familiares, e a resposta correcta depende dos indivíduos recuperarem conhecimento conceptual, são normalmente sugeridos, por estes autores (Barsalou, 2002; Yeh & Barsalou, 2006), como forma de bloquear através do desenho experimental respostas baseadas na familiaridade. E os efeitos do contexto que são analisados nestes paradigmas (os participantes são mais rápidos e mais precisos a verificar propriedades na situação original em que foram

⁵⁹ Como descrito anteriormente, outras especificidades destes modelos inerentes ao uso de pistas compósitas são, no entanto, adequadas para explicar estes efeitos de informação irrelevante em desempenhos conceptuais (Doshier & Rosedale, 1989; McKoon & Ratcliff, 1992; Ratcliff & McKoon, 1988).

aprendidas do que noutras situações), são efeitos que pretendem demonstrar que os participantes recorrem ao conhecimento conceptual e que este é sensível ao contexto.

2.4 Estudo experimental 3: Primar um atributo não estereotípico versus um atributo estereotípico

Como se salientou antes, o presente estudo testa a hipótese de atributos não estereotípicos contextualmente salientes serem incorporados no estereótipo compilado, uma vez que a sua fluência de processamento momentânea pode ser atribuída a conhecimento recuperado através do rótulo da categoria. Assim, a compilação do estereótipo pode não ser apenas influenciada pelos atributos ou membros do grupo que são mais frequentemente associados com as pistas de recuperação desse estereótipo, mas também por conceitos não relacionados contextualmente activos. De tal modo que, depois

de um jogo da NBA, o estereótipo de italiano pode passar a incorporar inadvertidamente traços não associados, como "atleta".

Neste estudo, os participantes completaram uma tarefa linguística onde foram levados a pensar em abstracto e a definir um de dois conceitos, inteligência ou simpatia. Depois, compilaram, em duas tarefas, o estereótipo de um dos dois grupos-alvo incluídos no estudo, programadores de computador ou educadores de infância. Ao usar como grupos-alvo os programadores de computador e os educadores de infância como grupos-alvo, os conceitos primados (inteligência e simpatia) tornaram-se estereotípicos ou não estereotípicos, dependendo do grupo-alvo.

De acordo com os mecanismos que postulam julgamentos heurísticos com base na activação mnésica, previa-se que os traços não estereotípicos fossem mais frequentemente escolhidos como atributos relevantes para descrever um grupo quando coincidissem com o estímulo-primado. De acordo com o mesmo enquadramento, não se previa qualquer efeito de primar ou não primar os traços estereotípicos nas escolhas subsequentes para compilar o estereótipo. Este é um caso em que o resultado de julgamentos heurísticos baseados na activação mnésica não difere do resultado de um processo em que o rótulo é usado como pista para recuperar informação conceptual associada. De facto, quando um traço estereotípico é fortuitamente primado pelo contexto, a sua saliência momentânea pode desencadear julgamentos heurísticos baseados na activação mnésica, de tal modo que a activação do traço estereotípico seja atribuída ao rótulo e não ao contexto e o traço seja escolhido como descritor do estereótipo por essa via. Mas o resultado deste processo atribucional, que aceita como verdadeira uma crença real, não difere do resultado de um processo em que o rótulo, usado como pista para recuperar informação da memória, conduz à activação do traço estereotípico (que não foi anteriormente primado pelo contexto).

2.4.1 Método

2.4.1.1 Participantes e Delineamento experimental

Os participantes foram 104 estudantes da Universidade de Lisboa (61 mulheres e 43 homens), que a pedido do investigador se ofereceram como voluntários mediante crédito parcial numa disciplina do curso de psicologia.

De acordo com o delineamento experimental do estudo, os participantes foram aleatoriamente atribuídos às células de um desenho factorial misto com 2 estímulos-primos (inteligência ou simpatia) x 2 grupos estereotípicos (programadores de computador ou educadores de infância) x 2 tipos de traços (estereotípicos e não estereotípicos). O último factor foi intraparticipante.

2.4.1.2 Procedimento

Os participantes foram testados em grupo numa única ocasião, em pequenos grupos de, no máximo, 10 participantes. Primeiro, os participantes completaram uma tarefa linguística, apresentada como um pré-teste de material para estudos futuros na área da linguagem a desenvolver por outra equipa de investigação, mas cujo intuito era primar conceitos específicos (estereotípicos ou não estereotípicos de um determinado grupo profissional). Assim, nesta tarefa pensavam em abstracto e definiam com as suas próprias palavras um de dois conceitos, inteligência ou simpatia. Depois de todos terem terminado, recolheram-se os protocolos e agradeceu-se a colaboração no pré-teste. A seguir introduziram-se as instruções daquela que os participantes acreditavam ser a experiência propriamente dita. As instruções gerais, com a função de introduzir o estudo experimental, foram elaboradas no sentido de minimizar as preocupações de conveniência social dos participantes, salvaguardar e desculpar indivíduos que aparentemente percebam o processo de atribuir traços típicos a grupos sociais como uma actividade inaceitável ou censurável. De acordo com os procedimentos de Katz e Braly (1933), seleccionaram, a partir de uma lista de 45 traços de personalidade, os cinco traços melhores descritores de um de dois grupos profissionais incluídos no estudo, programadores de computador ou educadores de infância. E, finalmente, avaliaram o

mesmo grupo profissional em relação a 14 dimensões de personalidade em escalas bipolares de 9 pontos. Depois de agradecer a sua colaboração os participantes foram dispensados da sessão.

Tarefa de primação A primação dos atributos estereotípicos ou não estereotípicos foi supraliminar, através de uma tarefa linguística aparentemente não relacionada com a situação experimental. Para que os participantes não se apercebessem da relação entre a manipulação de primação e a tarefa experimental subsequente de compilação do estereótipo, recorreu-se a uma série de procedimentos, a seguir descritos. No início da sessão, o experimentador pediu a colaboração dos participantes para a realização de um pré-teste de material antes da experiência propriamente dita, do seguinte modo:

“Antes de iniciarmos a nossa experiência propriamente dita, vou pedir-vos que colaborem num pré-teste de material que está a ser desenvolvido por outro grupo de investigação da Universidade de Lisboa, o Grupo de Estudos de Linguagem. Este é um procedimento usual, dada a dificuldade que as equipas de investigação têm em encontrar participantes para estudos. É costume aproveitar a participação numa experiência para pré-testar material de outros estudos independentes. Aqui, vamos aproveitar a vossa participação na nossa experiência para fazer o pré-teste de material que será útil para desenvolver estudos na área da linguagem.”

Deste modo, a tarefa de primação foi apresentada como uma investigação não relacionada do Grupo de Estudos de Linguagem da Universidade de Lisboa. As instruções e questões foram formatadas (tipo de letra, tamanho, margens da página, tipo de papel) de maneira diferente daquelas usadas na suposta experiência a seguir para convencer os participantes que os dois estudos eram efectivamente independentes e não relacionados. Durante a primeira parte, os participantes realizaram julgamentos de familiaridade para uma série de palavras. Esta tarefa foi usada para dar mais credibilidade à tarefa linguística usada como tarefa de primação. Na segunda parte desta tarefa, foi-lhes pedido que definissem, com as suas próprias palavras, dois conceitos: um conceito neutro do ponto de vista das dimensões de personalidade a primar (“*Conservador*”) e um conceito que correspondia ao traço de personalidade que se pretendia primar (“*Inteligência*” ou “*Simpatia*”). À medida que os participantes completavam os questionários, estes foram recolhidos e agradeceu-se a sua colaboração

no pré-teste. A tarefa de compilação do estereótipo foi apresentada na segunda parte da sessão (ver descrição a seguir).

Procurou-se ainda averiguar, de uma forma mais sistemática, se os participantes tinham alguma suspeita ou conhecimento real sobre o efeito pretendido do estímulo primado no seu desempenho subsequente durante a experiência. Adaptou-se procedimentos da técnica sugerida por Bargh e Chartrand (2000) "questionário afunilado" (*funneled debriefing procedure*) para tarefas de primação supraliminar, colocando, posteriormente, as seguintes perguntas aos participantes:

"Pensou que algumas das tarefas que realizou estavam relacionadas de alguma maneira?"

e

"Alguma coisa que fez numa tarefa afectou o que fez na outra tarefa?"

Do total de participantes, cerca de 93% responderam que não à primeira pergunta e cerca de 95% responderam que não à segunda pergunta. Aqueles que responderam "sim", não foram claros a explicitar de que maneira acharam que as tarefas estavam relacionadas ou como é que o desempenho numa tarefa tinha afectado a realização da outra tarefa. Ou usaram critérios periféricos em relação ao objectivo do estudo, como por exemplo: "Ambas as equipas de investigação necessitavam de sujeitos duma faixa etária semelhante" ou "O pré-teste pode ter diminuído a minha concentração na tarefa seguinte".

Pré-teste dos estímulos-primos Pretendia-se que os estímulos-primos pertencessem a duas dimensões relativamente independentes da personalidade. De acordo com os resultados dos estudos de Rosenberg, Nelson e Vivekananthan (1968) para determinar a estrutura multidimensional das impressões de personalidade, duas propriedades psicológicas, a desejabilidade social e a desejabilidade intelectual, proporcionaram uma interpretação da configuração obtida a partir da co-ocorrência de cada par dos traços de personalidade (usados na descrição de pessoas diferentes). Com base neste estudo, considerou-se primar os conceitos "inteligência" e "simpatia". A dificuldade de primar atributos para além dos destas dimensões é que quando se prima um atributo, não se sabe se não se está a primar outros atributos relacionados. E ao primar um atributo pode-se sempre estar a primar os antónimos. Adicionalmente, outros estudos (e.g., Garcia-

Marques & Mackie, 1999; Santos, 2001) tinham já identificado grupos-alvo com estereótipos consensuais fortes que coincidiam com os conceitos de inteligência e simpatia: programadores de computador (inteligentes) e educadores de infância (simpáticos). Para averiguar se o conceito de simpatia era simultaneamente não estereotípico de programadores de computador e o conceito de inteligência era simultaneamente não estereotípico de educadores de infância, usou-se como indicador o resultado do pré-teste da lista de atributos para a tarefa de compilação do estereótipo (descrito numa secção a seguir). Baseado nas frequências de traços gerados para descrever cada grupo profissional, seleccionou-se o traço menos frequentemente mencionado para um grupo (não estereotípico) que fosse simultaneamente um dos mais frequentemente gerados para o outro grupo (estereotípico). Ainda, o antónimo do traço estereotípico e o antónimo do traço não estereotípico para um determinado grupo não deveriam estar incluídos entre os traços mais frequentemente gerados para esse grupo. De acordo com os critérios, o traço "*simpático*", nunca mencionado para descrever o grupo dos programadores de computador, foi simultaneamente um dos traços mais frequentemente gerados (cerca de 45% em 20 participantes) para descrever os educadores de infância. E o traço "*inteligente*", mencionado uma vez para descrever os educadores de infância, foi simultaneamente o traço mais gerado para os programadores de computador (cerca de 50% em 20 participantes).

Deste modo, os estímulos-primos foram escolhidos apenas com base na dimensão de estereotipicidade relativamente a cada categoria profissional. Esta era uma dimensão essencial dada a hipótese a testar incidir especificamente nos atributos não estereotípicos, isto é, em palavras-adjetivo que não estão associadas ou são irrelevantes para a categoria em causa. Procurou-se, igualmente, que os atributos estereotípicos e não estereotípicos que servissem como estímulos-primos não diferissem na valência. Note-se que os atributos que se dizem definir um estereótipo têm sido igualmente caracterizados em outras dimensões para além da sua estereotipicidade, como a valência (positividade/negatividade). Essa avaliação tem vindo a ser realizada muito para se controlar o efeito da valência dos atributos, por forma a que não constitua uma explicação alternativa para os resultados dos estudos (e.g., Blair & Banaji, 1996; Macrae, Bodenhausen, Milne, & Jetten, 1994). No presente estudo, não se fez um estudo exaustivo da valência dos atributos usados como estímulos-primos (simpatia e inteligência) mas,

novamente, o estudo de Rosenberg e colaboradores (1968) pode fornecer informação válida acerca desta dimensão.

Manipulação dos estímulos-primos Como se descreveu, ao eleger os programadores de computador e os educadores de infância como grupos-alvo, os conceitos primados (inteligência e simpatia) tornaram-se estereotípicos ou não estereotípicos dependendo do grupo-alvo. Assim, manipulou-se os estímulos primados em função da estereotipicidade para o grupo profissional. Aos participantes a quem foi pedido para compilar o estereótipo de programadores de computador, na condição estímulo-primos estereotípicos era primado o conceito "*inteligência*" e na condição estímulo-primos não estereotípicos era primado o conceito "*simpatia*". Inversamente, para os participantes que compilavam o estereótipo de educadores de infância, na condição estímulo-primos estereotípicos era primado o conceito "*simpatia*" e na condição estímulo-primos não estereotípicos era primado o conceito "*inteligência*".

2.4.1.3 Medidas dependentes

Tarefa de selecção de atributos que definem o estereótipo A tarefa de escolha de atributos estereotípicos foi sempre apresentada depois da tarefa de primação do estímulo-primos ter terminado para todos os participantes. As instruções gerais e específicas da tarefa de compilação do estereótipo mantiveram-se as mesmas das utilizadas no Estudo 1 para tarefa semelhante (ver descrição do Estudo experimental 1). E do mesmo modo do descrito no Estudo 1, os participantes tinham de escolher a partir de uma lista de 45 traços, os cinco traços melhores descritores do grupo-alvo (segundo o procedimento de Katz & Braly, 1933).

Pré-teste da lista de atributos Um procedimento muito semelhante ao descrito no Estudo 1 foi seguido para pré-testar esta lista de traços de personalidade. Foi pedido a um grupo diferente de 20 estudantes que não participou de nenhuma outra forma no estudo experimental que gerassem uma lista de atributos (adjectivos, traços de personalidade) para cada grupo profissional, baseado no seu estereótipo cultural. Este procedimento

serviu para pré-testar os dois grupos-alvo do presente estudo (programadores de computador e educadores de infância), mas também outros dois grupos (trabalhadores das obras e "skinheads"). Um dos objectivos ao incluir estes dois últimos grupos era, se os conceitos de simpatia e de inteligência se revelassem, respectivamente, não estereotípicos de trabalhadores das obras e de "skinheads", preparar uma replicação conceptual dos efeitos que se esperavam obter neste estudo em relação à primação contextual de traços não estereotípicos. O outro objectivo era testar a sensibilidade dos estereótipos a traços contra estereotípicos primados contextualmente, com os mesmos estímulos-primo, material e paradigma (para mais desenvolvimentos sobre esta questão, ver Estudo experimental 4, descrito adiante). Note-se que, com base em estudos anteriores (e.g., Brazão & Garcia-Marques, 2004; Garcia-Marques & Mackie, 1999), havia indicadores para supor que o grupo dos trabalhadores das obras tem um estereótipo oposto ao de programadores de computador na dimensão "*Não inteligente vs Inteligente*", e que o grupo dos "skinheads" tem um estereótipo oposto ao dos educadores de infância na dimensão "*Antipático vs Simpático*".

A partir dos dados do pré-teste, foi necessário simplificar os atributos gerados pelos participantes, excluindo aqueles cujo significado era redundante. Para tal, os atributos gerados para cada grupo foram codificados pela autora e por um juiz independente. Obteve-se um índice de pelo menos 87% de concordância na codificação dos traços de personalidade para os quatro grupos. Nos casos em que não houve concordância nesta codificação inicial, acordou-se o termo a figurar. A seguir, para cada grupo profissional, foram escolhidos os atributos mencionados por, pelo menos 20% da amostra (de acordo com os critérios de Dovidio et al., 1986). Assim, os traços estereotípicos de programadores de computador foram: "*Inteligente*" (50%), "*trabalhador*" (45%), "*reservado*" (40%), "*empreendedor*" (40%), "*discreto*" (30%), "*culto*" (30%) e "*frio*" (20%). Para os educadores de infância, os traços estereotípicos foram: "*Simpático*" (45%), "*sensível*" (40%), "*sociável*" (40%), "*alegre*" (35%), "*pacífico*" (35%), "*delicado*" (25%), "*generoso*" (20%) e "*emotivo*" (20%). Os traços estereotípicos de trabalhadores das obras foram: "*Não inteligente*" (55%), "*Forte*" (50%), "*trabalhador*" (45%), "*vulgar*" (30%), "*inculto*" (30%), "*pobre*" (30%) e "*rude*" (20%). E os traços estereotípicos de "skinheads": "*antipático*" (55%), "*conflituoso*" (55%), "*não respeitador*" (40%), "*exibicionista*" (40%), "*insensível*" (30%), "*rude*" (25%) e "*vaidoso*" (20%). Constitui-se uma lista com estes traços estereotípicos e,

sempre que possível, foram adicionados à lista os seus antónimos (excluindo obviamente aqueles que se sobrepunham a traços estereotípicos já incluídos por esse critério). Incluíram-se ainda alguns traços de personalidade não estereotípicos e respectivos antónimos (nunca gerados para descrever o estereótipo) para qualquer um dos quatro grupos-alvo pré-testados, seguindo o critério do experimentador ("*Feio*", "*Atraente*", "*Fiel*", "*Infiel*", "*supersticioso*", "*desonesto*" e "*honesto*"). No total, esta tarefa produziu uma lista final de 45 traços de personalidade.

Escalas de avaliação bipolares de dimensões da personalidade Foram avaliadas 14 dimensões de personalidade em escalas de avaliação de 9 pontos ancoradas pelos dois traços da dimensão ("*Não inteligente* 1 2 3 4 5 6 7 8 9 *Inteligente*"). As escalas de avaliação bipolares foram apresentadas sempre a seguir à tarefa de compilação do estereótipo para o mesmo grupo-alvo descrito. As escalas de avaliação correspondem a outra estratégia de medida dos estereótipos e da sua mudança tradicionalmente usada na literatura (e.g., Devine, 1989). No presente estudo foi usada como medida da vulnerabilidade dos estereótipos a estímulos primados contextualmente. Era pedido aos participantes que traduzissem as impressões genéricas que as pessoas em geral têm acerca de um dos grupos-alvo, usando as seguintes instruções (exemplo das instruções fornecidas para o grupo-alvo dos Educadores de infância):

"Vamos agora pedir-lhe que traduza as impressões genéricas que as pessoas em geral têm acerca dos Educadores de infância. Para o efeito, pedimos-lhe que preencha as escalas bipolares que se encontram abaixo, de acordo com as impressões que as pessoas em geral têm dos Educadores de infância como um todo.

Por favor, faça um círculo à roda do número que melhor corresponde à impressão das pessoas em geral sobre este grupo. Assim, se por exemplo tem a opinião que as pessoas em geral acham os Educadores de infância no seu conjunto mais Inteligentes do que Não inteligentes deve usar um número entre o 6 e 9, e se a sua opinião for o contrário deve usar um número de 1 a 4. O ponto 5 é o ponto que indica a indiferença."

As 14 dimensões de personalidade seleccionadas pretendiam, novamente, constituir um instrumento único para usar neste estudo e no Estudo experimental 4 descrito a seguir. Por isso, incluíram-se algumas das dimensões mais frequentemente usadas no pré-teste anterior para descrever os estereótipos de cada um dos quatro grupos-alvo. Estas dimensões foram escolhidas porque, dependendo do grupo-alvo, poderiam facilmente corresponder a expectativas dos participantes sobre o grupo-alvo no

que respeita a traços desejáveis e indesejáveis (i.e., “reservado vs sociável”; “empreendedor vs sem iniciativa”; “insensível vs sensível”; “preguiçoso vs trabalhador”; “exibicionista vs discreto”; “conflituoso vs pacífico”; “inculto vs culto”; “rude vs delicado”; “frio vs emotivo”; “frágil vs forte” e “vulgar vs sofisticado”). Incluíram-se também as dimensões que dizem respeito aos traços estereotípicos e não estereotípicos primados (i.e., “não inteligente vs inteligente”; “antipático vs simpático”) e ainda dimensões que incluíam traços não estereotípicos para qualquer um dos dois grupos-alvo, que não foram primados (i.e., “desonesto vs honesto”).

2.4.2 Resultados e discussão

Dado que não se encontraram efeitos significativos dos estímulos-primos quer nas escolhas de traços não coincidentes quer nas avaliações de dimensões não coincidentes, estes resultados não serão mencionados na análise seguinte.

Tarefa de selecção de atributos que definem o estereótipo Para testar a hipótese de que traços não estereotípicos seriam mais frequentemente escolhidos como bons descritores do grupo-alvo quando coincidiam com o estímulo-primado, usou-se o Teste de Probabilidades Exactas de Fisher, porque permite identificar relações entre variáveis dicotómicas cruzadas numa tabela de contingência 2 por 2, para amostras independentes, e avaliar a sua significância estatística⁶⁰.

Os resultados (ver abaixo, Tabela 8) revelam que não houve qualquer efeito dos estímulos-primos estereotípicos sobre as escolhas dos traços estereotípicos que coincidem com os estímulos-primos ($p=.496$, hipótese unilateral). Mas, os estímulos-primos não estereotípicos aumentaram substancialmente o número de traços não estereotípicos escolhidos que coincidem com os estímulos-primos ($p=.0043$, hipótese unilateral).

⁶⁰ Para amostras pequenas, dadas as frequências marginais na tabela e assumindo que, na população, as duas variáveis não estão relacionadas, é possível calcular a probabilidade exacta, sob a hipótese nula, de obter a distribuição de frequências entre células observada, ou uma ainda mais desigual. Esta probabilidade é calculada contando todas as tabelas possíveis que podem ser construídas baseadas nas frequências marginais.

Tabela 8. Percentagem de traços estereotípicos e não estereotípicos escolhidos em função da condição de primação

ESTÍMULO PRIMO	TRAÇO ESTEREOTÍPICO		TRAÇO NÃO ESTEREOTÍPICO	
	INTELIGENTE	SIMPÁTICO	SIMPÁTICO	INTELIGENTE
	(programadores de computador)	(Educadores de infância)	(programadores de computador)	(Educadores de infância)
INTELIGÊNCIA	24 (92%)	22 (85%)	3 (11%)	9 (35%)
SIMPATIA	25 (96%)	25 (96%)	13 (50%)	3 (11%)
Teste de Probabilidades Exactas de Fisher	$p = .496$		$p = .0043$	

Assim, não se verificam diferenças significativas nas percentagens de participantes que escolheram o traço "inteligente" para descrever os programadores de computador (i.e., um traço estereotípico) entre a condição que prima o conceito de Inteligência e a condição que prima o conceito de Simpatia. E, igualmente, não se encontraram diferenças na percentagem de participantes que escolheram o traço "simpatia" para descrever os educadores de infância (i.e., um traço estereotípico) entre a condição que prima o conceito de Inteligência e a condição que prima o conceito de Simpatia. Em contraste, os resultados revelam que a percentagem de participantes que escolheram o traço "simpático" para descrever os programadores de computador (i.e., um traço não estereotípico) foi substancialmente maior quando o conceito primado foi Simpatia do que quando foi Inteligência. À semelhança, a percentagem de participantes que escolheram o traço "inteligente" como um dos melhores descritores dos educadores de infância (i.e., um traço não estereotípico) foi significativamente maior quando o conceito primado foi Inteligência do que quando foi Simpatia.

Escalas de avaliação bipolares de dimensões da personalidade Para as avaliações de dimensões da personalidade em escalas bipolares, realizou-se uma análise de variância de medidas mistas a 3 factores: 2 estímulos-primos (Inteligência ou Simpatia) x 2 grupos

estereotípicos (Programadores de computador ou Educadores de infância) x 2 tipos de dimensões (Estereotípica e Não estereotípica). O último factor foi intraparticipante. Emergiu uma interacção significativa a três factores [F(1,100)=13,01, $p=.0005$, Mse=1, 159], revelando que o estímulo-primo coincidir ou não com o traço da dimensão a avaliar tem um efeito que é modificado (qualificado) pela estereotipicidade da dimensão para o grupo-alvo (ver abaixo, Tabela 9). Os contrastes planeados permitiram confirmar uma predição específica no que respeita à natureza da interacção: Não há qualquer efeito dos estímulos-primo nas avaliações de traços estereotípicos que coincidem com os estímulos-primo [F(1,100)= 2,55, $p=.113$, Mse=.635; ($M_{\text{est. primo coincidente}} = 7,94$ e $M_{\text{est. primo não coincidente}} = 7,69$)]. Mas os estímulos-primo influenciam as avaliações de traços não estereotípicos, aumentando significativamente as avaliações dos traços não estereotípicos que coincidem com os estímulos-primo [F(1,100)= 10,56, $p=.0016$, Mse=1,683; ($M_{\text{est. primo coincidente}} = 6,43$ e $M_{\text{est. primo não coincidente}} = 5,60$)].

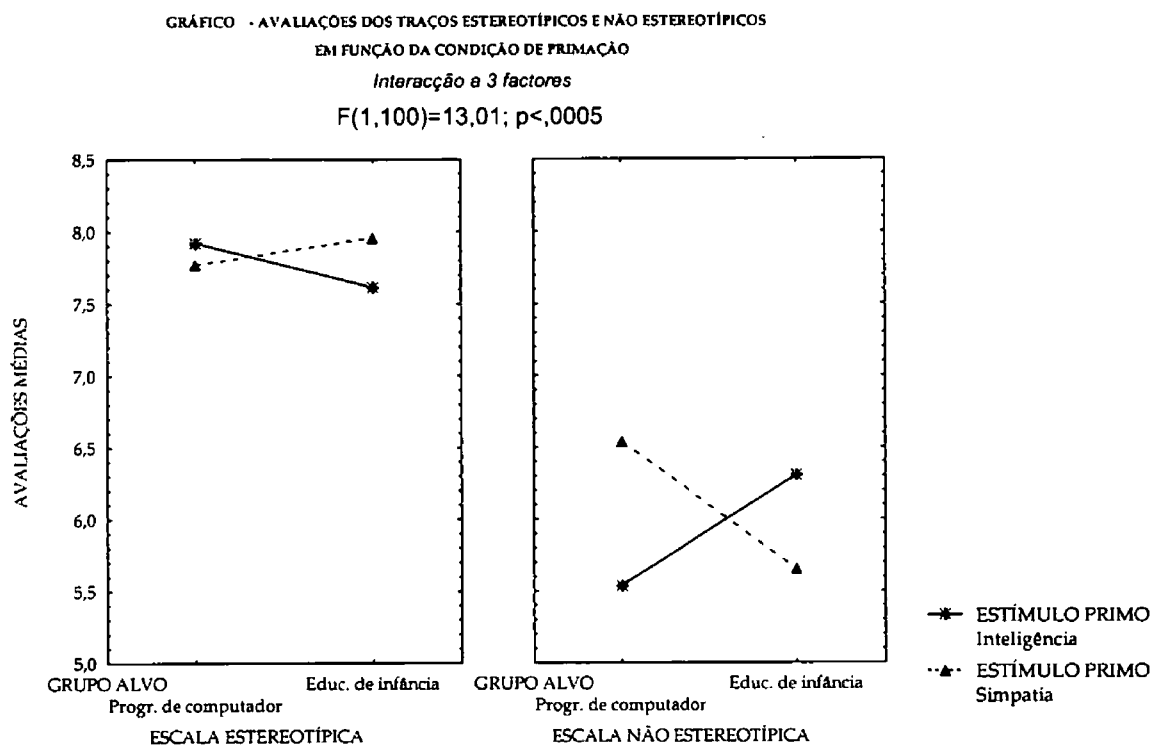
Tabela 9. Avaliações em escalas bipolares dos traços estereotípicos e não estereotípicos em função da condição de primação

ESTÍMULO PRIMO	DIMENSÃO CONTRA ESTEREOTÍPICA vs ESTEREOTÍPICA		DIMENSÃO NÃO ESTEREOTÍPICA	
	NÃO INTELIGENTE - INTELIGENTE	ANTIPÁTICO - SIMPÁTICO	ANTIPÁTICO - SIMPÁTICO	NÃO INTELIGENTE - INTELIGENTE
	(programadores de computador)	(Educadores de infância)	(programadores de computador)	(Educadores de infância)
INTELIGÊNCIA	7,92	7,61	5,54	6,31
SIMPATIA	7,77	7,96	6,54	5,65
ANOVA	[F(1,100)=13,01, $p=.0005$, Mse=1, 159]			

Especificamente, os dados (ver abaixo apresentação sob a forma de gráfico - Gráfico 2) indicam que não há diferenças entre as duas condições de primação nas avaliações da dimensão "não inteligente vs inteligente" para o grupo dos programadores de computador (i.e., dimensão estereotípica). E, também, não há diferenças entre as duas condições de primação nas avaliações da dimensão "antipático vs simpático" para o grupo

dos Educadores de infância (i.e., dimensão estereotípica). Mas os resultados revelam que os Programadores de computador foram avaliados como mais simpáticos na condição em que se primou o conceito de Simpatia do que na condição em que se primou o conceito de Inteligência. À semelhança, os Educadores de infância foram avaliados como mais inteligentes quando o conceito primado foi Inteligência do que quando foi Simpatia.

Gráfico 2. Avaliações dos traços estereotípicos e não estereotípicos em função da condição de primação.



Os dados da análise de variância evidenciaram ainda um efeito principal do tipo de dimensão avaliada, $F(1,100)= 146,58, p=.0000, Mse=1,159$, tal que os participantes quando avaliaram as dimensões estereotípicas usaram valores mais extremos da escala ($M= 7,82$) do que quando avaliaram as dimensões não estereotípicas ($M= 6,00$).

Em suma, de acordo com os mecanismos que postulam julgamentos heurísticos com base na activação mnésica, colocou-se a hipótese de que atributos não estereotípicos

tornados salientes pelo contexto imediato fossem mais frequentemente incorporados no processo de compilação do estereótipo, sem monitorização das crenças. Os resultados do presente estudo suportam esta predição, mostrando que um traço usualmente irrelevante para descrever um grupo específico se torna relevante quando é primado fortuitamente pelo contexto adjacente. Por exemplo, embora simpatia seja um traço irrelevante para descrever os Programadores de computador, quando tornado saliente pelo contexto imediato, este grupo profissional é descrito e avaliado como mais simpático. Isto sugere que os estereótipos são, pelo menos em parte, compilados com o recurso a informação dependente do contexto, mesmo que de natureza não estereotípica.

E, como previsto pelo mesmo enquadramento, os resultados não revelaram qualquer efeito de primar ou não primar os traços estereotípicos nas escolhas subsequentes para compilar o estereótipo. Porque o resultado de um processo atribucional baseado na activação momentânea de um traço estereotípico não difere do resultado de um processo associativo em que o rótulo, usado como pista para recuperar informação da memória, conduz à activação desse traço estereotípico. Considere-se, no entanto, que, se a tarefa de compilação do estereótipo fosse, em formato, mais semelhante a um teste de reconhecimento com apresentação traço a traço poderia ser sensível a outros critérios da resposta como o registo dos tempos de resposta a cada traço. Pode-se hipotetizar que, neste caso, se tornariam salientes diferenças significativas nos tempos de resposta a um traço estereotípico do grupo-alvo quando este foi ou não previamente primado.

Note-se que as predições das abordagens que recorrem a processos de base associativa não diferem das que derivam desta visão atribucional, quando estão em causa os traços estereotípicos. E, por isso, os dados são igualmente consistentes com esta interpretação. De facto, quer o traço estereotípico tenha sido primado ou não pelo contexto imediato, na tarefa de compilação do estereótipo a partir do rótulo, ele é activado pela sua pertença a um esquema ou a uma rede de traços relacionados entre si, que é o estereótipo (Brewer, 1988; Devine, 1989; Fiske & Neuberg, 1990). Ou seja, tratando-se de um traço estereotípico fortemente associado na memória a longo prazo ao rótulo, é previsível que a dispersão automática da activação entre o rótulo e o nó relacionado com o traço ocorra de forma intensa e rápida, e que a primação ou não do traço estereotípico não altere o número de vezes que é incluído como um dos melhores descritores do grupo-

alvo. Novamente, uma medida sensível aos tempos de resposta a cada traço da lista poderia evidenciar tempos de resposta diferentes quando o traço estereotípico foi primado ou não previamente. A primação prévia do traço estereotípico é natural que eleve o nível de activação do nó de tal modo que é necessário menos tempo para a activação atingir o limiar de resposta, reduzindo os tempos de reacção.

Contrariamente, os resultados obtidos com os traços não estereotípicos não apoiam as previsões que derivam de abordagens que recorrem a processos de base associativa. Para estas abordagens a memória consiste em nós interligados. Há dispersão da activação apenas se existirem ligações associativas já formadas em memória. Um atributo não estereotípico, não associado ao rótulo de uma categoria social de pertença, não é previsível que seja incluído na representação compilada para descrever a categoria, mesmo que primado contextualmente. O traço não estereotípico primado pelo contexto activa algum do percurso que o mesmo traço não estereotípico alvo, contido na lista, segue através do sistema de processamento de informação (ver Logan, 1989). Mas do ponto de vista do rótulo, este estímulo-primado não estereotípico, no máximo, afasta a atenção dos nós relevantes associados ao rótulo em memória, e pode ser necessário tempo para redireccionar a atenção apropriadamente. Por isso, é incapaz de explicar os resultados obtidos através desta tarefa de compilação do estereótipo.

Finalmente, o padrão de resultados obtido também não parece encaixar naquele que seria previsível ocorrer se os participantes tivessem tido consciência da potencial influência e relevância da tarefa de primação no momento crítico em que a compilação do estereótipo é efectuada. Especificamente, esta é uma questão importante porque se usou um procedimento menos restritivo de primação supraliminar. Apesar de quase nenhum participante (cerca de 3%) ter relatado qualquer suspeita de que a manipulação de primação tivesse afectado o seu comportamento na tarefa posterior, é comumente assumido que não se deve assumir a eficácia das manipulações com base no que os participantes dizem. É controverso que um procedimento de primação supraliminar prove que os participantes estão completamente inconscientes dos determinantes das suas acções (ver Kunda, 2003). É possível os participantes terem consciência desses determinantes na altura do comportamento mas subsequentemente esquecerem-se. Ou é possível que as pessoas continuem conscientes dessa influência, mas decidam não relatar por questões de desejabilidade social. Mas, tendo a pessoa consciência da relevância da

primação para os julgamentos posteriores é natural que ocorresse um ajustamento que contrariasse o presumível efeito da primação, que corrigisse o sentido em que a pessoa acha que foi influenciada (ver Bargh & Chartrand, 2000). Neste sentido, seria previsível que a influência de primar os traços estereotípicos ou não estereotípicos fosse corrigida com total êxito ou a mais na tarefa de compilação. Ao contrário, a única forma de explicar o padrão de resultados obtido com os traços não estereotípicos é supor que os participantes corrigiram a menos, o que não parece uma explicação plausível em termos de parcimónia. Ou seja, seria necessário arranjar uma série de pressupostos para explicar porque é que os participantes, tendo consciência da potencial influência do traço não estereotípico primado na compilação do estereótipo, mesmo assim o incluem mais vezes no estereótipo compilado do que quando ele não é primado.

2.5 Estudo experimental 4: Primar um atributo não estereotípico versus um atributo contra estereotípico

Tem-se vindo a explorar quão plausível é considerar a sensibilidade ao contexto dos estereótipos um subproduto natural da simples interferência de informação irrelevante acessível no contexto imediato. Há enquadramentos (e.g., Jacoby & Hollingshead, 1990) que, aplicados ao processamento conceptual, sugerem que uma informação gerada fluentemente pode evitar recorrer ao conhecimento conceptual armazenado e ser atribuída à pista (rótulo) fornecida para compilar o estereótipo. Tal informação pode, assim, influenciar respostas em tarefas conceptuais, ao ser aceite ilusoriamente como uma crença verdadeira sem monitorização da memória. Em algumas

ocasiões afirmou-se que estes mecanismos de julgamento heurísticos derivados da activação mnésica previnem processos deliberados de monitorização complementares, de acordo com a proposta de Jacoby e Hollingshead (1990). Mas, é concebível também que a monitorização ocorra mas que não seja sempre eficaz. Atenda-se a que a proposta destes autores se enquadra numa abordagem dualista, que postula as duas bases para as decisões de memória. De facto, o modelo de geração/reconhecimento de Jacoby e Hollingshead (1990) propõe que num processo de reconhecimento, o indivíduo pode basear-se quer num sentimento de familiaridade activado pelo estímulo quer na evocação de informação sobre o estímulo armazenada na memória quer em ambos. Recorrendo ao SAC, a monitorização pode não ser eficaz porque não temos acesso consciente à fonte da activação (Ayers & Reder, 1998; Schunn et al., 1997). Mas pode igualmente ser devido a constrangimentos cognitivos (Jacoby & Whitehouse, 1989; McElree et al., 1999). Ou ainda que certas circunstâncias aumentem a precisão do processo de monitorização, como o conteúdo dos traços primados relativamente ao estereótipo do grupo-alvo (e.g., contra estereotípicos em comparação com não estereotípicos).

Pense-se na natureza da tarefa de compilação do estereótipo usada no Estudo experimental 3. Para além da constatação genérica de que nenhuma tarefa é “pura no processo” (ver Conrey, Sherman, Gawronski, Hugenberg, & Groom, 2005; Jacoby, 1991), é muito simplificador considerar que a presente tarefa que requer respostas observáveis não envolva em nada processos controlados. É provável que as respostas à tarefa de compilação do estereótipo usada tenham de ser compreendidas considerando a influência simultânea de processos automáticos e mais deliberados.

Note-se primeiro que, o uso da lista de traços para a partir do rótulo compilar o estereótipo cria semelhanças a um teste de reconhecimento. Os testes de reconhecimento têm revelado ser sensíveis a julgamentos heurísticos baseados na activação. Têm sido em várias ocasiões usados para demonstrar que as más atribuições da fluência de processamento podem conduzir a ilusões de memória, por exemplo, nos julgamentos de fama (Jacoby et al., 1989) ou na produção de falsos reconhecimentos (Jacoby & Whitehouse, 1989; para uma revisão, ver Kelley & Jacoby, 1996). Na experiência anterior, este processo parece estar igualmente envolvido e ter conduzido a resposta, no sentido em que oferece uma explicação plausível do padrão de resultados. De acordo com este enquadramento, no paradigma usado, a palavra teste (no caso, o traço não estereotípico

presente na lista de traços) é processada no contexto ou integrada com a memória para o processamento prévio da palavra contexto (no caso, o mesmo traço não estereotípico primado) sem que os participantes tenham consciência dessa influência. A facilidade com que é processado no âmbito de uma tarefa de compilação do estereótipo pode ter, através de um julgamento heurístico, levado a atribuir esse traço a conhecimento conceptual recuperado através do rótulo, sem que uma procura controlada da memória conduza à identificação correcta do traço como não associado ao rótulo do grupo-alvo. Mas processos não menos automáticos estão envolvidos também se a apresentação do rótulo tiver activado automaticamente conhecimento conceptual estereotípico associado a esta pista de recuperação.

Note-se igualmente que, mesmo os testes de reconhecimento têm implicados processos de monitorização, embora menos do que uma tarefa de recordação onde está mais em causa o controlo consciente da recuperação. A natureza da tarefa de compilação do estereótipo usada torna igualmente provável que tenham ocorrido processos de monitorização das crenças durante a recuperação de conhecimento conceptual associado ao rótulo. Assim como o desfasamento entre a primação da informação pelo contexto e o momento de averiguar a memória. Aparentemente, no caso em que é primado um traço não estereotípico, esse processo de monitorização não é desencadeado ou resulta em menos eficaz.

O presente estudo pretende averiguar que circunstâncias podem desencadear ou otimizar esse processo de monitorização, testando se a primação fortuita de traços contra estereotípicos pelo contexto adjacente conduz igualmente à sua aceitação como uma crença ilusória durante a compilação do estereótipo acerca do grupo-alvo.

Considere-se a natureza de informação contra estereotípica. É informação que contraria directamente uma tendência central, corresponde sempre a uma especialização que pela sua saliência desencadearia selectivamente a atenção e mais processamento. É possível postular que a aplicação de esforço a determinar a resposta correcta, ou seja, a monitorização através de processos deliberados, difere dependendo do estímulo primado pelo contexto contrariar directamente associações automaticamente activadas pelo rótulo (a pista de compilação). Por exemplo, um traço contra estereotípico primado pode contrariar nitidamente as associações automáticas (traços estereotípicos) activadas pela presença do rótulo. Ou tornar automaticamente acessíveis alvos ou fontes episódicas

alternativas que contrariem directamente o rótulo do grupo-alvo. E a incompatibilidade da informação fornecida pelos dois processos aumentar o valor diagnóstico da informação, desencadeando ou aumentando a eficácia da monitorização das crenças, de tal modo que a discriminabilidade da resposta seja maior.

Diferentemente, um traço não estereotípico, sendo informação irrelevante para a tendência central do estereótipo, provavelmente não contraria a informação automaticamente associada à pista de compilação do estereótipo. Se não tem valor diagnóstico, essa informação diminui a probabilidade de processos controlados que discriminam a resposta correcta se iniciarem ou desenvolverem com eficácia. Nesse caso, aumentaria a probabilidade de um julgamento enviesado (atribuir a activação do traço não estereotípico ao rótulo) conduzir a resposta (aceitar como verdadeira uma crença ilusória).

Ou seja, traços não estereotípicos e contra estereotípicos podem diferir no grau em que desencadeiam processos controlados que monitorizam as crenças e que envolvam a discriminabilidade da resposta.

Com o intuito de testar esta ideia, no Estudo experimental 4 usou-se o paradigma experimental do Estudo 3, mas alteraram-se os grupos-alvo. Ao usar os trabalhadores das obras e os "Skinheads" como grupos-alvo, os conceitos primados (Inteligência ou Simpatia) tornaram-se contra estereotípicos ou não estereotípicos em relação ao estereótipo dos grupos-alvo. Previa-se replicar conceptualmente os resultados do Estudo experimental 3 em relação aos traços não estereotípicos, no sentido em que se esperava que, novamente, esses traços fossem mais frequentemente escolhidos como atributos relevantes para descrever um grupo quando coincidissem com o estímulo-primado. Previa-se, por outro lado, que as escolhas dos traços contra estereotípicos para descrever um grupo não diferissem com a condição experimental, ou seja, com o facto de coincidirem ou não com o estímulo-primado. Contudo, o efeito de primar contextualmente traços contra estereotípicos podia não se revelar através de medidas que avaliam as tendências centrais ou as características típicas dos grupos-alvo, mas em medidas de outros aspectos da representação do grupo. Por isso, avaliaram-se possíveis consequências de tornar activos traços contra estereotípicos, através do contexto imediato não relacionado, numa medida da percepção da variabilidade atribuída ao grupo-alvo.

Incluir uma medida da percepção da variabilidade atribuída ao grupo-alvo

O argumento subjacente à inclusão de uma medida de dispersão percebida foi o de que a exposição a informação incongruente com o estereótipo tivesse consequências para os parâmetros de dispersão das representações cognitivas de grupos para além de qualquer impacto que pudesse ter ou não na tendência central percebida. Só recentemente foi dada atenção ao tópico da variabilidade percebida dos grupos. A variabilidade percebida e a tendência central correspondem a dois parâmetros diferentes da representação mental de grupos sociais. No primeiro parâmetro avalia-se quão variável é julgado o grupo-alvo em relação a uma dada dimensão. Por exemplo, Linville e Fischer (1993) propõem que as pessoas julgam a variabilidade de um grupo criando um conjunto de pistas correspondentes a diferentes níveis do traço dimensional e usam depois os diferentes graus de disponibilidade de exemplares que resultam dessas pistas para formar uma distribuição de exemplares. No segundo parâmetro avalia-se a tendência central do grupo que coincidiria simplesmente com a representação modal ou prototípica do grupo-alvo. A revisão das tendências centrais e a revisão dos parâmetros de variabilidade percebida não tem que ser mutuamente exclusiva. Como salientam alguns autores (Garcia-Marques & Mackie, 1999), eles coexistem, sem dúvida, em algum grau mas não têm que estar necessariamente relacionados. A prática de usar apenas medidas de tendência central pode ter, aliás, mascarado diferenças de sensibilidade entre as duas medidas.

De facto, Garcia-Marques e Mackie (1999), notando a negligência a que têm sido votadas este tipo de medidas, demonstraram o efeito da exposição a informação incongruente com o estereótipo na revisão das estimativas de dispersão percebida, sem que a mudança na tendência central tivesse atingido ou níveis de significância convencionais.

Estes autores usaram um paradigma em que a informação contra estereotípica era incluída através de descrições de membros que pertenciam ao grupo-alvo, constituindo, portanto, descrições de membros atípicos ou incongruentes e demonstraram que a exposição a este tipo de informação gerava distribuições mais achatadas. No presente estudo, é usado um procedimento de primação supraliminar que pretende activar um traço contra estereotípico fortuitamente sem que o seu potencial efeito enviesador na

realização da tarefa subsequente seja conscientemente notado. E, de acordo com os argumentos expostos no início desta secção, tornar acessível um traço contra estereotípico que contraria directamente os traços típicos do estereótipo associados ao rótulo é previsível que accione processos de monitorização que resistam a assimilar no estereótipo compilado essa informação contra estereotípica. Uma vez que isso corresponderia a rever o estereótipo no sentido oposto da tendência central do grupo. Porém, dado que as mudanças na variabilidade percebida permitem uma revisão menos radical do estereótipo (na medida em que permitem um argumento sobre a variedade em vez da total negação de um estereótipo), o que se pretende averiguar é se o efeito de pistas disponíveis no contexto quando estas são traços contra estereotípicos pode, mesmo assim, revelar-se indirectamente através de medidas da variabilidade percebida. É possível que, embora estejam a funcionar processos de monitorização que previnem a inclusão de traços contra estereotípicos em medidas de assimilação, porque a activação continua presente, as pessoas continuem a ter que fazer alguma coisa aos traços acessíveis. Uma das formas possíveis é aumentar a dispersão admitida para o grupo-alvo.

2.5.1 Método

2.5.1.1 Participantes e Delineamento experimental

Os participantes foram 84 estudantes da Universidade de Lisboa (50 mulheres e 34 homens), que a pedido do investigador se ofereceram como voluntários mediante crédito parcial numa disciplina do curso de Psicologia.

De acordo com o delineamento experimental do estudo, os participantes foram aleatoriamente atribuídos às células de um desenho factorial misto com 2 estímulos-primos (inteligência ou simpatia) x 2 grupos estereotípicos (trabalhadores das obras ou "skinheads") x 2 tipos de traços (contra estereotípicos e não estereotípicos). O último factor foi intraparticipante.

2.5.1.2 Procedimento

Os participantes foram testados em grupo numa única ocasião, em pequenos grupos de, no máximo, 10 participantes. À semelhança do procedimento seguido no Estudo experimental 3, os participantes começavam por completar uma tarefa linguística, apresentada como um pré-teste de material para estudos futuros na área da linguagem a desenvolver por outra equipa de investigação, cujo objectivo era primar conceitos específicos (contra estereotípicos ou não estereotípicos de um determinado grupo-alvo). Nesta tarefa pensavam em abstracto e definiam um de dois conceitos, inteligência ou simpatia. Depois de agradecer a colaboração no pré-teste, foram apresentadas as instruções daquela que os participantes acreditavam ser a experiência propriamente dita. De acordo com os procedimentos de Katz e Braly (1933), seleccionaram, a partir de uma lista de 45 traços de personalidade, os cinco traços melhores descritores de um de dois grupos-alvo incluídos no estudo, trabalhadores das obras ou "skinheads". A seguir, avaliaram o mesmo grupo-alvo em relação a 14 dimensões de personalidade em escalas bipolares de 9 pontos. E, finalmente, completaram a "tarefa da matriz de distribuições". Foram fornecidas aos participantes duas matrizes de 15 distribuições que combinavam sistematicamente cinco níveis de tendência central com três níveis de dispersão. Uma das matrizes de distribuições dizia respeito a uma dimensão de traços relevante para o estereótipo e a outra a uma dimensão de traços irrelevante para o estereótipo. Para cada matriz, foi pedido aos participantes que escolhessem a distribuição que julgavam representar melhor o grupo-alvo como um todo.

Tarefa de primação A primação dos atributos contra estereotípicos ou não estereotípicos foi supraliminar, através de uma tarefa linguística aparentemente não relacionada com a situação experimental. Para que os participantes não se apercebessem da relação entre a manipulação de primação e a tarefa experimental subsequente de compilação do estereótipo, recorreu-se a uma série de procedimentos, que foram previamente descritos na experiência anterior (ver o procedimento do Estudo experimental 3). Durante a primeira parte, os participantes realizaram julgamentos de familiaridade para uma série de palavras. Na segunda parte desta tarefa, foi-lhes pedido que definissem dois conceitos: um conceito neutro do ponto de vista das dimensões de

personalidade a primar ("*conservador*") e um conceito que correspondia ao traço de personalidade que se pretendia primar ("*inteligência*" ou "*simpatia*"). À medida que os participantes completavam os questionários, estes foram recolhidos e agradeceu-se a sua colaboração no pré-teste.

Depois de decorrida toda a experiência, adoptou-se o mesmo procedimento do Estudo 3 para averiguar se os participantes suspeitavam do efeito pretendido do estímulo primado no seu desempenho subsequente durante a experiência. Verificaram-se percentagens muito semelhantes às obtidas no Estudo experimental 3 para as mesmas perguntas (entre os 94% e os 96%).

Pré-teste dos estímulos-primos Os estímulos-primos usados nestas experiências foram os mesmos do Estudo experimental 3. Como explicado anteriormente, alguns estudos (e.g., Brazão & Garcia-Marques, 2004; Garcia-Marques & Mackie, 1999), sugeriam que o grupo dos trabalhadores das obras tem um estereótipo oposto ao de programadores de computador na dimensão "*Não inteligente vs Inteligente*", e que o grupo dos "skinheads" tem um estereótipo oposto ao dos educadores de infância na dimensão "*Antipático vs Simpático*".

Adicionalmente, os dados do pré-teste da lista de atributos para a tarefa de compilação do estereótipo realizado no âmbito do Estudo 3, revelaram que os conceitos de simpatia e de inteligência eram, respectivamente, não estereotípicos de trabalhadores das obras e de "skinheads". De facto, com base nas frequências de traços geradas para descrever cada um dos dois grupos, verificou-se que "*simpático*" nunca foi mencionado para descrever o grupo dos trabalhadores das obras nem o grupo dos "skinheads". Mas que o seu antónimo "*antipático*" foi um dos traços mais frequentemente gerados (cerca de 40% em 20 participantes) para descrever os "skinheads", apesar de nunca aparecer nas descrições dos trabalhadores das obras. Por sua vez, o traço "*inteligente*" nunca foi mencionado para descrever os "skinheads" ou os trabalhadores das obras. Já o seu antónimo "*Não inteligente*" foi um dos traços mais gerados para os trabalhadores das obras (35% em 20), sendo uma única vez atribuído aos "skinheads".

Assim, com os mesmos estímulos-primos, material e paradigma do Estudo 3, foi possível preparar simultaneamente uma replicação conceptual dos efeitos da primação

contextual de traços não estereotípicos e testar a sensibilidade da compilação dos estereótipos a traços contra estereotípicos primados contextualmente.

Manipulação dos estímulos-primos Como se descreveu, ao eleger os trabalhadores das obras e os "skinheads" como grupos-alvo, os conceitos primados (inteligência e simpatia) tornaram-se contra estereotípicos ou não estereotípicos dependendo do grupo-alvo. Deste modo, manipulou-se os estímulos primados em função da contra estereotipicidade para o grupo profissional. Aos participantes a quem foi pedido para compilar o estereótipo de trabalhadores das obras, na condição estímulo-primos contra estereotípico era primado o conceito "*inteligência*" e na condição estímulo-primos não estereotípico era primado o conceito "*simpatia*". Inversamente, para os participantes que compilavam o estereótipo de "skinheads", na condição estímulo-primos contra estereotípico era primado o conceito "*simpatia*" e na condição estímulo-primos não estereotípico era primado o conceito "*inteligência*".

2.5.1.3 Medidas dependentes

Tarefa de selecção de atributos que definem o estereótipo A tarefa de escolha de atributos estereotípicos foi sempre apresentada depois da tarefa de primação do estímulo-primos ter terminado para todos os participantes. As instruções gerais e específicas da tarefa de compilação do estereótipo mantiveram-se as mesmas das utilizadas no Estudo 1 e 3 para tarefa semelhante (ver descrição do Estudo experimental 1 e 3). E do mesmo modo do descrito no Estudo 3, os participantes tinham de escolher a partir da mesma lista de 45 traços, os cinco traços melhores descritores do grupo-alvo (segundo o procedimento de Katz & Braly, 1933).

Pré-teste da lista de atributos A lista de 45 traços de personalidade usada no presente estudo tinha sido pré-testada no âmbito do Estudo 3. Conforme descrito no Estudo 3 (ver descrição detalhada atrás), a geração de uma lista de atributos (adjectivos, traços de personalidade) para cada um dos quatro grupos, baseado no seu estereótipo cultural, serviu para pré-testar uma lista para os dois grupos-alvo usados nesse estudo

(programadores de computador e educadores de infância), mas também para os dois grupos-alvo do presente estudo (trabalhadores das obras e “skinheads”).

Escalas de avaliação bipolares de dimensões da personalidade Foram avaliadas 14 dimensões de personalidade em escalas de avaliação de 9 pontos ancoradas pelos dois traços da dimensão (“*Não inteligente* 1 2 3 4 5 6 7 8 9 *Inteligente*”). As escalas de avaliação bipolares foram apresentadas sempre a seguir à tarefa de compilação do estereótipo para o mesmo grupo-alvo descrito. Era pedido aos participantes que traduzissem as impressões genéricas que as pessoas em geral têm acerca de um dos grupos-alvo.

Usaram-se as mesmas 14 dimensões de personalidade do Estudo experimental 3. Novamente, estas 14 dimensões incluíam algumas das dimensões mais frequentemente usadas no pré-teste anterior para descrever os estereótipos de cada um dos quatro grupos-alvo, já que se tinha pretendido que constituíssem um instrumento único para usar nos Estudos experimentais 3 e 4 (ver descrição detalhada no Estudo experimental 3).

Tarefa da matriz de distribuições Para avaliar os parâmetros de variabilidade percebida e de tendência central das representações cognitivas dos dois grupos-alvo, usou-se a matriz de distribuições como medida de dispersão que se esperava ser sensível ao achatamento relativo da distribuição, e que, ao mesmo tempo, media o desvio da tendência central. Foram apresentadas aos participantes duas matrizes de 15 distribuições que combinavam sistematicamente cinco níveis de tendência central com três níveis de dispersão. Outros estudos (e.g., Garcia-Marques & Mackie, 1999) já tinham demonstrado que esta tarefa era facilmente compreendida pelos participantes e não era difícil de completar. Conforme documentado pelo pré-teste, uma das matrizes de distribuições dizia respeito a uma dimensão de traços relevante para o estereótipo do grupo-alvo (por exemplo, a dimensão “*não inteligente vs inteligente*” para os trabalhadores das obras). A segunda matriz apresentada a cada participante correspondia a uma dimensão de traços não estereotípica ou irrelevante para o estereótipo do grupo (por exemplo, a dimensão “*antipático vs simpático*” para os trabalhadores das obras). Para cada matriz, foi pedido aos participantes que escolhessem a distribuição que julgavam representar melhor o grupo-alvo como um todo.

2.5.2 Resultados e discussão

Dado que não se encontraram efeitos significativos dos estímulos-primos nas escolhas de traços não coincidentes, estes resultados não serão mencionados na análise seguinte. No que concerne aos efeitos dos estímulos-primos nas avaliações de dimensões não coincidentes, uma análise de variância a 2 factores: 2 estímulos-primos (inteligência ou simpatia) x 2 grupos estereotípicos (Trabalhadores das obras ou "skinheads") sobre a dimensão "rude vs delicado" revelou uma interacção significativa [$F(1,80) = 8,79, p = .004, Mse = 1,57$]. De acordo com esta interacção, as avaliações dos trabalhadores das obras e dos "Skinheads" na dimensão "rude vs delicado" são mais ou menos coincidentes dependendo do estímulo primado previamente (estímulo-primado "inteligência": M trabalhadores das obras = 2,48 e M "skinheads" = 2,24; estímulo-primado "simpatia": M trabalhadores das obras = 3,38 e M "skinheads" = 1,52). Assim, primados com o traço Inteligência, os participantes que avaliaram os trabalhadores das obras na dimensão "rude vs delicado" não diferem daqueles que avaliaram os "Skinheads" na mesma dimensão. Primados com o traço Simpatia, os participantes que avaliaram os "Skinheads" na dimensão "rude vs delicado" fazem uma avaliação mais extrema do grupo, considerando-os muito mais rudes, do que os participantes que avaliaram os trabalhadores das obras na mesma dimensão, que são mais benevolentes.

Tarefa de selecção de atributos que definem o estereótipo Para testar a hipótese de que traços contra estereotípicos não seriam mais frequentemente escolhidos como atributos relevantes para descrever um grupo quando coincidissem com o estímulo-primado, usou-se o Teste de Probabilidades Exactas de Fisher. O mesmo teste foi ainda usado para testar se os resultados em relação aos traços não estereotípicos replicavam conceptualmente os obtidos no Estudo experimental 3, no sentido desses traços serem mais frequentemente escolhidos como melhores descritores de um grupo quando coincidissem com o estímulo-primado.

Os resultados (ver abaixo Tabela 10) revelam que não houve qualquer efeito dos estímulos-primos sobre as escolhas dos traços contra estereotípicos que coincidem com os

estímulo-primo ($p=.667$, hipótese unilateral). Mas, os resultados replicam conceptualmente os do Estudo 3 quanto aos traços não estereotípicos. Ou seja, os estímulos-primo aumentaram substancialmente o número de traços não estereotípicos escolhidos que coincidem com os estímulos-primo ($p=.029$, hipótese unilateral).

Tabela 10. Percentagem de traços contra estereotípicos e não estereotípicos escolhidos em função da condição de primação

	TRAÇO CONTRA ESTEREOTÍPICO		TRAÇO NÃO ESTEREOTÍPICO	
	INTELIGENTE (trabalhadores das obras)	SIMPÁTICO ("skinheads")	SIMPÁTICO (trabalhadores das obras)	INTELIGENTE ("skinheads")
ESTÍMULO PRIMO				
INTELIGÊNCIA	1 (5%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (14%)
SIMPATIA	1 (5%)	1 (5%)	4 (19%)	0 (0%)
	$p = .667$		$p = .029$	
	Teste de Probabilidades Exactas de Fisher			

Assim, não se verificam diferenças significativas nas percentagens de participantes que escolheram o traço "inteligente" para descrever os trabalhadores das obras (i.e., um traço contra estereotípico) entre a condição que prima o conceito de "inteligência" e a condição que prima o conceito de "simpatia". E, igualmente, não se encontraram diferenças na percentagem de participantes que escolheram o traço "simpatia" para descrever os "Skinheads" (i.e., um traço contra estereotípico) entre a condição que prima o conceito de "inteligência" e a condição que prima o conceito de "simpatia". Em contraste, os resultados revelam que a percentagem de participantes que escolheram o traço "simpático" para descrever os trabalhadores das obras (i.e., um traço não estereotípico) foi substancialmente maior quando o conceito primado foi "simpatia" do que quando foi "inteligência". À semelhança, a percentagem de participantes que escolheram o traço "inteligente" como um dos melhores descritores dos "Skinheads" (i.e., um traço não estereotípico) foi significativamente maior quando o conceito primado foi "inteligência" do

que quando foi "simpatia".

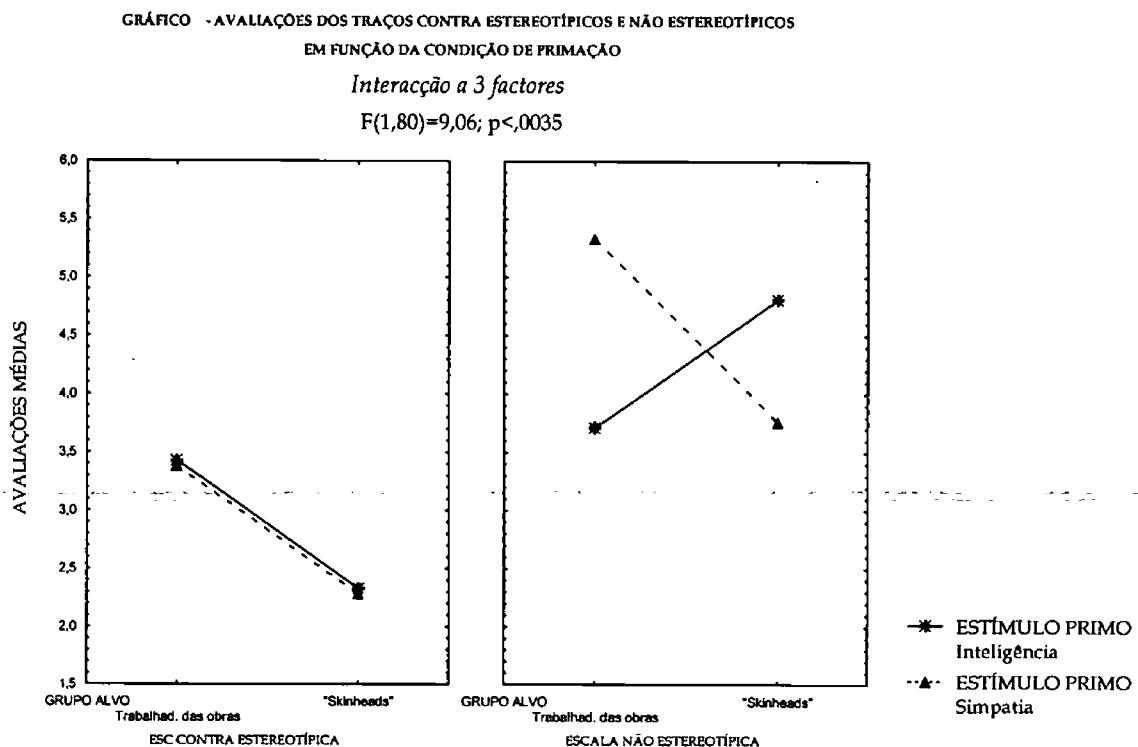
Escalas de avaliação bipolares de dimensões da personalidade Para as avaliações de dimensões da personalidade em escalas bipolares, realizou-se uma análise de variância de medidas mistas a 3 factores: 2 estímulos-primos (Inteligência ou Simpatia) x 2 grupos estereotípicos (Trabalhadores das obras ou "Skinheads") x 2 tipos de dimensões (Contra estereotípica e Não estereotípica). O último factor foi intraparticipante. Emergiu uma interacção significativa a três factores [$F(1,80)=9,06$, $p=.004$, $Mse=2,06$], revelando que o estímulo-primo coincidir ou não com o traço da dimensão a avaliar tem um efeito que é modificado (qualificado) pela estereotipicidade da dimensão para o grupo-alvo (ver abaixo, Tabela 11). Os contrastes planeados permitiram confirmar uma predição específica no que respeita à natureza da interacção: Não há qualquer efeito dos estímulos-primos nas avaliações de traços contra estereotípicos que coincidem com os estímulos-primos [$F(1,80)=0,00$, $p=1,00$, $Mse=1,74$; ($M_{est. \text{ primo coincidente}} = 2,86$ e $M_{est. \text{ primo não coincidente}} = 2,86$)]. Mas os estímulos-primos influenciam as avaliações de traços não estereotípicos, aumentando significativamente as avaliações dos traços não estereotípicos que coincidem com os estímulos-primos [$F(1,80)=14,22$, $p=.0003$, $Mse=2,63$; ($M_{est. \text{ primo coincidente}} = 5,07$ e $M_{est. \text{ primo não coincidente}} = 3,74$)].

Tabela 11. Avaliações em escalas bipolares dos traços estereotípicos e não estereotípicos em função da condição de primação

ESTÍMULO PRIMO	DIMENSÃO ESTEREOTÍPICA - CONTRA ESTEREOTÍPICA		DIMENSÃO NÃO ESTEREOTÍPICA	
	NÃO INTELIGENTES - INTELIGENTE (trabalhadores das obras)	ANTIPÁTICO - SIMPÁTICO ("Skinheads")	ANTIPÁTICO - SIMPÁTICO (trabalhadores das obras)	NÃO INTELIGENTE - INTELIGENTE ("Skinheads")
INTELIGÊNCIA	3,43	2,33	3,71	4,81
SIMPATIA	3,38	2,29	5,33	3,76
ANOVA	[$F(1,80)=9,06$, $p=.004$, $Mse=2,06$]			

Especificamente, os dados (ver abaixo apresentação sob a forma de gráfico - Gráfico 3) indicam que não há diferenças entre as duas condições de primação nas avaliações da dimensão “*não inteligente vs inteligente*” para o grupo dos trabalhadores das obras (i.e., dimensão contra estereotípica). E, também, não há diferenças entre as duas condições de primação nas avaliações da dimensão “*antipático vs simpático*” para o grupo dos “Skinheads” (i.e., dimensão contra estereotípica). Mas os resultados revelam que os trabalhadores das obras foram avaliados como mais simpáticos na condição em que se primou o conceito de simpatia do que na condição em que se primou o conceito de inteligência. À semelhança, os “Skinheads” foram avaliados como mais inteligentes quando o conceito primado foi inteligência do que quando foi simpatia.

Gráfico 3. Avaliações dos traços estereotípicos e não estereotípicos em função da condição de primação.



Os dados da análise de variância evidenciaram ainda dois efeitos principais. Um efeito principal do tipo de dimensão avaliada, $F(1,80)= 48,82, p=.000, Mse=2,06$. Os participantes quando avaliam as dimensões estereotípicas - contra estereotípicas usam

valores mais extremos da escala ($M= 2,86$) do que quando avaliam as dimensões não estereotípicas ($M= 4,40$), mais próximas do ponto médio da escala (5). É um efeito principal do grupo-alvo, $F(1,80)= 8,11$, $p= .006$, $Mse=2,30$, tal que o grupo dos trabalhadores das obras foi avaliado com valores menos extremos da escala ($M= 3,96$) do que o grupo dos "Skinheads" ($M=3,30$).

Tarefa da matriz de distribuições O arranjo em matriz de distribuições, a partir do qual os participantes fazem a escolha da distribuição que melhor coincide com a sua impressão sobre o grupo-alvo como um todo, permite manipular independentemente a tendência central e a dispersão. A análise a que se procedeu incide exactamente sobre cada um destes parâmetros em separado.

a) Tendência central percebida

As avaliações de tendência central através da escolha de uma distribuição numa matriz foram analisadas através de uma análise de variância de medidas mistas a 3 factores: 2 estímulos-primos (inteligência ou simpatia) \times 2 grupos estereotípicos (Trabalhadores das obras ou "Skinheads") \times 2 tipos de dimensões (Contra estereotípica e Não estereotípica). O último factor foi intraparticipante. Valores mais baixos nesta medida (1 a 5) indicam maior estereotipicidade, e, neste sentido, escolhas cuja tendência central está mais distante dos traços primados, quando está em análise a primação de traços contra estereotípicos para os grupos-alvo (i.e., o traço "*inteligente*" para os trabalhadores das obras). Quando está em análise a primação de traços não estereotípicos, valores mais baixos significam escolhas cuja tendência central está mais afastada do traço não estereotípico ("*simpático*" e "*inteligente*" são sempre apresentados no extremo direito da escala). Emergiu uma interacção significativa a três factores [$F(1,80)=8,88$, $p=.004$, $Mse=.564$], revelando que o estímulo-primo coincidir ou não com o traço da dimensão a avaliar, através da escolha de uma distribuição na matriz, tem um efeito que é modificado (qualificado) pela estereotipicidade da dimensão para o grupo-alvo (ver abaixo Tabela 12).

Tabela 12. Tendência central percebida em distribuições de dimensões contra estereotípicas e não estereotípicas, em função da condição de primação

ESTÍMULO PRIMO	DIMENSÃO ESTEREOTÍPICA - CONTRA ESTEREOTÍPICA		DIMENSÃO NÃO ESTEREOTÍPICA	
	NÃO INTELIGENTES - INTELIGENTE (trabalhadores das obras)	ANTIPÁTICO - SIMPÁTICO ("Skinheads")	ANTIPÁTICO - SIMPÁTICO (trabalhadores das obras)	NÃO INTELIGENTE - INTELIGENTE ("Skinheads")
INTELIGÊNCIA	1,48	1,05	1,71	2,05
SIMPATIA	1,19	1,29	2,38	1,86
ANOVA	[F(1,80)=8,88, p=.004, Mse=.564]			

Esta é uma medida que, à semelhança das duas medidas anteriores, é sensível ao desvio em relação à tendência central do grupo.

No que respeita aos traços não estereotípicos, as medidas anteriores revelaram que os estímulos-primos conduzem a incorporar no estereótipo compilado traços não estereotípicos que coincidem com os estímulos-primos, quer pela escolha significativamente mais frequente desses traços, quer pelo aumento significativo das avaliações desses traços em escalas bipolares. Do mesmo modo, esperava-se verificar esta influência através da escolha de uma distribuição cuja tendência central se aproximasse mais do pólo não estereotípico quando este coincide com o estímulo-primos do que quando não coincide. Os contrastes planeados permitiram confirmar esta predição específica: Os estímulos-primos influenciam substancialmente a escolha da distribuição que se refere à dimensão não estereotípica, conduzindo a escolhas cuja tendência central está mais próxima dos traços não estereotípicos que coincidem com os estímulos-primos [F(1,80) = 4,01, p=.048, Mse=.960; ($M_{\text{est. primo coincidente}} = 2,22$ e $M_{\text{est. primo não coincidente}} = 1,79$)].

Em relação aos traços contra estereotípicos, as medidas anteriores não evidenciaram qualquer efeito dos estímulos-primos quer na escolha quer nas avaliações de traços contra estereotípicos que coincidem com os estímulos-primos. Em contraste com este padrão de resultados, os contrastes planeados realizados com base nesta medida de tendência central sustentam que quando o traço primado coincide com um traço contra

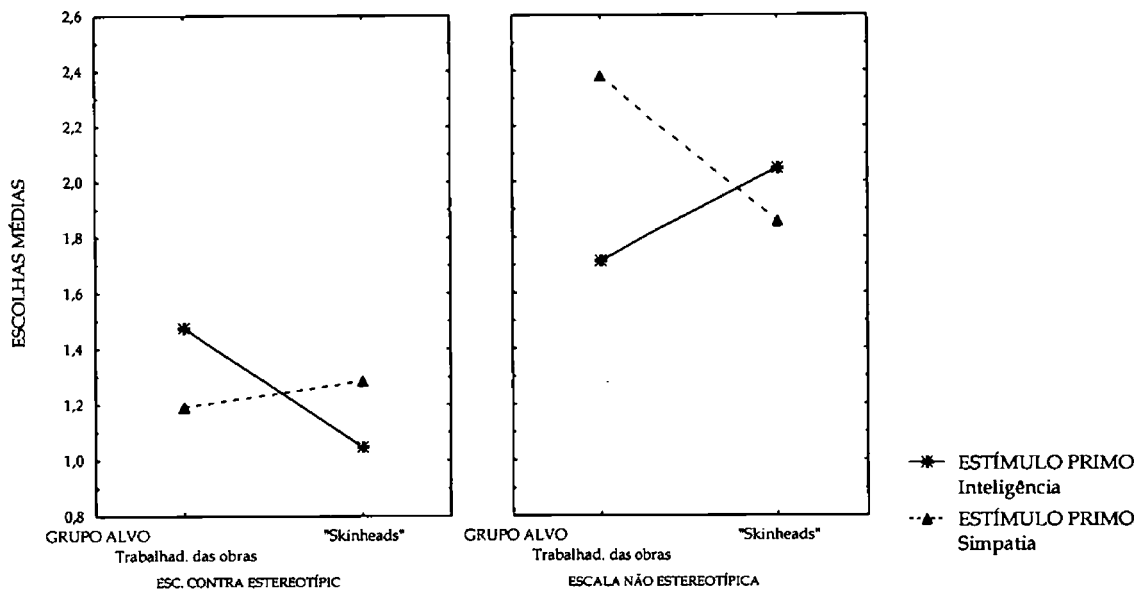
estereotípico, os participantes tendem a escolher uma distribuição da matriz cuja tendência central se aproxima significativamente mais do traço contra estereotípico [$F(1,80)= 4,16, p=.045, Mse=.346; (M_{est. \text{ primo coincidente}} = 1,39 \text{ e } M_{est. \text{ primo não coincidente}} = 1,12)$]. Note-se que este resultado expressa uma influência do contexto sobre o estereótipo compilado, mas a sua extensão não corresponde a dizer que a tendência central do grupo se inverteu quanto a esta dimensão. Isso corresponderia a escolhas de distribuições que em média rondassem o valor 3 numa escala de 5 (ver Gráfico 4, a seguir).

Gráfico 4. Tendência central percebida em distribuições de dimensões contra estereotípicas e não estereotípicas em função da condição de primação.

GRÁFICO - TENDÊNCIA CENTRAL PERCEBIDA EM DISTRIBUIÇÕES DE DIMENSÕES CONTRA ESTEREOTÍPICAS E NÃO ESTEREOTÍPICAS EM FUNÇÃO DA CONDIÇÃO DE PRIMAÇÃO

Interação a 3 factores

$F(1,80)=8,88; p<.0038$



b) Dispersão percebida

Para analisar as avaliações de dispersão obtidas através da matriz de distribuições, procedeu-se a uma análise de variância de medidas mistas a 3 factores: 2 estímulos-primo (Inteligência ou Simpatia) x 2 grupos estereotípicos (Trabalhadores das obras ou "Skinheads") x 2 tipos de dimensões (Contra estereotípica e Não estereotípica). O último

factor foi intraparticipante. Valores mais elevados nesta medida (1 a 3) indicam maior dispersão admitida na representação do grupo como um todo. Não se obteve qualquer evidência de uma interação significativa a três factores [$F(1,80)=1,85, p=.177, Mse=.388$]. Tinha-se elaborado a predição específica de que o efeito de pistas disponíveis no contexto, quando estas são traços contra estereotípicos, podia-se revelar indirectamente através de medidas da variabilidade percebida, aumentando a variabilidade percebida no grupo. Para confirmar esta predição, recorreu-se aos contrastes planeados. E com efeito (ver a seguir Tabela 13), os estímulos-primos influenciam as escolhas de distribuições que se referem a dimensões contra estereotípicas [$F(1,89)= 4,88, p=.03, Mse=.479$]. As distribuições escolhidas são em média significativamente mais dispersas quando os traços contra estereotípicos coincidem com os estímulos-primos ($M_{\text{est. primo coincidente}} = 1,95$ e $M_{\text{est. primo não coincidente}} = 1,62$).

Ao contrário, o traço primado coincidir ou não com um traço não estereotípico não tem qualquer efeito na escolha de uma distribuição da matriz [$F(1,80)= .20, p=.653, Mse=.527$; ($M_{\text{est. primo coincidente}} = 2,00$ e $M_{\text{est. primo não coincidente}} = 2,07$)].

Tabela 13. Dispersão percebida em distribuições de dimensões contra estereotípicas e não estereotípicas, em função da condição de primação

	DIMENSÃO ESTEREOTÍPICA - CONTRA ESTEREOTÍPICA		DIMENSÃO NÃO ESTEREOTÍPICA	
	NÃO INTELIGENTES - INTELIGENTE (trabalhadores das obras)	ANTIPÁTICO - SIMPÁTICO ("Skinheads")	ANTIPÁTICO - SIMPÁTICO (trabalhadores das obras)	NÃO INTELIGENTE - INTELIGENTE ("Skinheads")
ESTÍMULO PRIMO				
INTELIGÊNCIA	1,95	1,81	2,00	2,23
SIMPATIA	1,43	1,95	1,76	2,14
ANOVA (contrastes planeados)	[$F(1,80)=4,88, p=.03, Mse=.479$]		[$F(1,80)=.20, p=.653, Mse=.527$]	

Os dados da análise de variância evidenciaram ainda dois efeitos principais. Um efeito principal do tipo de dimensão avaliada, $F(1,80)= 6,77, p=.011, Mse=.388$, tal que os

participantes quando avaliam as dimensões estereotípicas - contra estereotípicas escolhem distribuições menos dispersas ($M= 1,79$) do que quando avaliam as dimensões não estereotípicas ($M= 2,04$). E um efeito principal do grupo-alvo, $F(1,80)= 4,24$, $p= .043$, $Mse=.619$, tal que as distribuições escolhidas para descrever o grupo dos trabalhadores das obras são significativamente menos dispersas ($M= 1,79$) do que as do grupo dos "skinheads" ($M=2,03$).

Nos últimos dois Estudos (3 e 4), de acordo com os mecanismos que postulam que julgamentos heurísticos com base na activação mnésica são complementados por processos deliberados de monitorização, colocou-se a hipótese de traços não estereotípicos e contra estereotípicos poderem diferir no grau em que desencadeiam processos controlados que monitorizam as crenças e que envolvam a discriminabilidade da resposta.

1. Um traço não estereotípico primado pelo contexto imediato pode não activar uma associação automática que contrarie a informação automaticamente associada ao rótulo, e, por isso, ser informação com menos valor diagnóstico. O que torna menos provável que processos deliberados se iniciem ou discriminem a resposta correcta com eficácia. Assim, a resposta pode ser fundamentalmente determinada por julgamentos heurísticos baseados na activação do traço não estereotípico no momento da apresentação do rótulo para a compilação do estereótipo. E, isso, conduzir a aceitar ilusoriamente o traço não estereotípico como conhecimento conceptual recuperado.

De acordo com a predição, um traço usualmente irrelevante para descrever um grupo específico é incorporado no estereótipo quando primado pelo contexto imediato fortuitamente. De facto, nestas circunstâncias um traço não estereotípico é:

- Mais frequentemente escolhido como melhor descritor do grupo-alvo (Estudos 3 e 4),
- Obtém pontuações mais elevadas numa escala de avaliação bipolar da dimensão que o contém (Estudos 3 e 4), e

- Conduz a escolhas de distribuições cuja tendência central está mais próxima do pólo que representa esse traço estereotípico (Estudo 4).
- Por fim, o traço não estereotípico ser ou não primado não conduz as pessoas a admitir maior ou menor variabilidade na representação do grupo em relação à dimensão que contém o traço não estereotípico (Estudo 4). Na verdade, quando se prima algo, está-se a reduzir a variabilidade da resposta, a centrar a atenção das pessoas em algo, esse facto poderia ter conduzido a diminuir a percepção de variabilidade. Por outro lado, o facto de um traço não estereotípico primado ter sido incorporado no estereótipo através de medidas de assimilação não tem que se reflectir em maior ou menor variabilidade admitida na representação do grupo relativamente à dimensão que contém o traço não estereotípico. Ao contrário do que acontece com um traço contra estereotípico, quando um traço não estereotípico primado é incorporado no estereótipo, corresponde a informação irrelevante que não faz parte do estereótipo prévio acerca do grupo, mas que também não o contraria na sua tendência central, não obriga a revê-lo em nenhum sentido oposto ao da tendência central, nem a admitir maior variabilidade na representação do grupo em dimensões essenciais para o estereótipo.

O padrão de resultados obtidos com as medidas de assimilação nos Estudos 3 e 4, em relação aos traços não estereotípicos, sugerem ainda outras interpretações. Nomeadamente, talvez haja aqui que considerar um efeito complementar de assimilação baseado na valência da informação primada. Remete-se mais desenvolvimentos sobre esta questão para a discussão final.

2. Quando um traço contra estereotípico primado contraria directamente a pista de compilação do estereótipo (o rótulo), então a informação tem valor diagnóstico resultando numa monitorização da memória mais eficaz.

De acordo com a predição:

- As escolhas e as avaliações dos traços contra estereotípicos para descrever um grupo não diferiram pelo facto destes coincidirem ou não com o estímulo-primo (Estudo 4);

Contudo, mesmo quando a informação disponível no contexto contraria o conhecimento recuperado, parece haver uma margem para a ocorrência de respostas conduzidas por julgamentos heurísticos baseados na activação mnésica:

- Numa tarefa que avalia o parâmetro da tendência central através da escolha de uma das distribuições apresentadas em matriz, os participantes tendem a escolher uma distribuição cuja tendência central se aproxima significativamente mais do traço contra estereotípico quando o traço primado coincide com um traço contra estereotípico (Estudo 4). Apesar deste resultado expressar uma influência do contexto sobre o estereótipo compilado, a sua extensão não corresponde a dizer que a tendência central do grupo se inverteu quanto a esta dimensão.

Este efeito é mais expressivo na medida de variabilidade percebida:

- O contexto primado parece continuar a ser indirectamente incorporado através de medidas de variabilidade, porque a dispersão admitida na representação do grupo-alvo aumenta quanto à dimensão que contém o traço contra estereotípico quando este foi previamente primado (Estudo 4). Apesar do traço contra estereotípico primado ser claramente contraditório com os traços típicos do grupo, e isso presumivelmente desencadear processos de monitorização que conduzem o processo de compilação do estereótipo a resistir ao contexto primado, porque a activação continua presente, as pessoas parecem continuar a ter que fazer alguma coisa aos traços acessíveis.

Assim, considera-se que os resultados dos traços contra estereotípicos necessitam, naturalmente, de ser replicados futuramente, uma vez que se obtiveram dados divergentes em duas medidas de tendência central percebida. Por agora, o facto de se ter obtido algum efeito nas medidas extraídas da matriz de distribuições e não nas duas

primeiras medidas (tarefa de compilação do estereótipo e escalas de avaliação bipolares), sugere que, a existir um efeito da primação de traços contra estereotípicos no processo de compilação dos estereótipos, ele é de menor magnitude, tendo sido captado apenas pela tarefa de matriz de distribuições. Note-se, contudo, que se trata de um efeito que vai no mesmo sentido dos já obtidos com os traços não estereotípicos neste e no Estudo 3.

3. No caso de um traço estereotípico primado, porque o resultado de um processo atribucional baseado na activação momentânea de um traço estereotípico não difere do resultado de um processo em que o rótulo, usado como pista para recuperar informação da memória, conduz à activação desse traço estereotípico, não se previu qualquer efeito de primar ou não primar os traços estereotípicos nas escolhas subsequentes para compilar o estereótipo.

De acordo com a predição:

- As escolhas e as avaliações dos traços estereotípicos para descrever um grupo não diferiram pelo facto destes coincidirem ou não com o estímulo-primo (Estudo 3).

Por fim, saliente-se que estes resultados fornecem apenas evidência preliminar sobre uma explicação da sensibilidade ao contexto dos estereótipos baseada numa abordagem de crenças ilusórias. De facto, uma interpretação alternativa dos efeitos observados com os traços não estereotípicos primados é a baseada em mecanismos de recuperação parcial de conhecimento conceptual em memória que coincida com informação do contexto usada como uma pista de recuperação. Esta questão será considerada em maior detalhe na discussão final.

CORPO 3

3. DISCUSSÃO GERAL

A questão da estabilidade dos estereótipos foi recentemente abordada numa perspectiva intra-individual (Garcia-Marques et al., 2006; Santos, 2001; ver também, Rothbart & John, 1993). Esta linha de investigação segue a tendência da psicologia cognitiva com categorias não sociais (para uma revisão, ver Barsalou, 1987, 1989, 1993, 2003b) e à sua semelhança tem demonstrado a instabilidade intra-individual em categorias sociais. O trabalho teórico e experimental aqui apresentado pode ser incluído nesta linha de contribuições que evidencia a instabilidade intra-individual do conteúdo dos estereótipos e que identifica potenciais mecanismos processuais explicativos dessa instabilidade como função do contexto.

Apesar das novas concepções sobre a representação de grupos que recorrem a pressupostos globalistas, exemplaristas e/ou conexionistas (ver Smith, 1998; Smith & Queller, 2001) admitirem, teoricamente, estas propriedades da sensibilidade ao contexto e da flexibilidade dos estereótipos, os mecanismos processuais potencialmente responsáveis tem-se mantido inexplorados. E, neste sentido, têm sido tão invisíveis quanto aqueles que as concepções tradicionalmente dominantes têm assumido conduzirem à estabilidade dos estereótipos.

Assim, a tese central deste trabalho é a de que a instabilidade temporal manifestada pelos estereótipos nos estudos anteriores pode ser explicada por um processo de compilação altamente sensível ao contexto saliente. Especificamente, colocou-se esta hipótese geral com base nos pressupostos das novas propostas da literatura cognitiva sobre o sistema conceptual (revistas anteriormente). De acordo com estas novas abordagens, o conhecimento conceptual consiste numa base de dados imensa e muitas vezes contraditória, mas apenas constructos temporários são compilados de forma flexível e sensível ao contexto (e.g., Barsalou, 1999, 2002; Barsalou et al., 1998; Kahneman & Miller, 1986; Nosofsky & Palmeri, 1997). Com base na reformulação das visões clássicas da memória a longo prazo é possível conceber que os processos envolvidos nessa compilação sondam, eficientemente, a memória em paralelo e recuperam compósitos para compilar conceitos específicos e contextualizados, através do ajustamento entre pistas contextuais salientes e a informação na memória a longo prazo (e.g., Hintzman, 1986). Em adição, explorou-se até que ponto é o processo de compilação dos estereótipos dependente de

qualquer contexto saliente. Anteriormente reviu-se um conjunto de modelos recentes provenientes de literaturas diversas que incorporam mecanismos em que julgamentos heurísticos derivados da activação mnésica confundem informação gerada com demasiada fluência com conhecimento que foi recuperado em função de pistas fornecidas, sem que estes sejam complementados por processos deliberados de monitorização (e.g., Ayers & Reder, 1998; Reder & Schunn, 1996; ver também Jacoby & Hollingshead, 1990; Jacoby & Whitehouse, 1989; e, noutra literatura, Doshier & Rosedale, 1989; McKoon & Ratcliff, 1992; Ratcliff & McKoon, 1988). Aplicando estes mecanismos ao processamento conceptual, previu-se que a sensibilidade ao contexto dos estereótipos resultasse igualmente de aceitar, como verdadeiras, crenças ilusórias - explicação baseada numa abordagem de crenças ilusórias.

Quatro estudos experimentais examinaram um conjunto de predições derivadas da hipótese geral.

Os parágrafos seguintes sintetizam os principais resultados obtidos e apontam limitações do trabalho desenvolvido. Por fim, será apresentada uma secção que sistematiza características de uma nova concepção sobre os estereótipos e discute perspectivas de futuras investigações.

3.1 Síntese dos resultados e principais limitações dos estudos desenvolvidos

(a) A instabilidade dos estereótipos é função da sensibilidade ao contexto

O primeiro objectivo deste trabalho foi avaliar se a instabilidade intra-individual dos estereótipos ao longo do tempo é função da sensibilidade ao contexto. No estudo 1, manipulou-se a consistência do contexto entre sessões para avaliar o seu impacto na estabilidade do estereótipo compilado na sessão de teste e na sessão de reteste. Para manipular a estabilidade do contexto usou-se uma tarefa de julgamento de tipicidade de exemplares que os participantes completavam imediatamente antes da tarefa de selecção

dos traços associados ao estereótipo social, em ambas as sessões de teste e de reteste. Esta tarefa permitiu manipular a acessibilidade temporária de exemplares antes da compilação do estereótipo. Assim, os exemplares avaliados eram ou equivalentes ou não equivalentes em tipicidade, entre sessões.

Os resultados obtidos no Estudo 1 indicaram que é plausível que a fluidez exibida pelos estereótipos em estudos anteriores através de um paradigma de teste reteste longitudinal seja um reflexo da sensibilidade ao contexto e não uma variação aleatória. De facto, neste estudo, a variação na escolha dos atributos associados aos estereótipos é conduzida pela manipulação da estabilidade do contexto. Ou seja, os participantes que avaliaram dois conjuntos de exemplares equivalentes em tipicidade entre sessões evidenciaram maior estabilidade nas escolhas dos atributos para compilar o estereótipo entre sessões do que os participantes que avaliaram exemplares que diferiam em tipicidade entre sessões. Estes resultados argumentam ainda contra a ideia de que a instabilidade do conteúdo dos estereótipos é meramente um subproduto do erro de medida.

No Estudo 2 usou-se um paradigma em tudo semelhante ao do Estudo 1, mas em vez da tarefa de compilação dos estereótipos, na segunda sessão, usou-se uma condição de memória onde se pediu aos participantes que reproduzissem exactamente as escolhas feitas na primeira sessão. E comparou-se as suas respostas espontâneas na primeira sessão com as suas tentativas de recordar com precisão as escolhas feitas durante a primeira sessão. O propósito foi garantir que os resultados do estudo anterior não se ficavam a dever ao uso da memória explícita sobre o seu desempenho na primeira sessão para, intencionalmente, variar a resposta na tarefa de compilação do estereótipo na sessão de reteste.

Os resultados desta experiência mostraram que os participantes que tentaram intencionalmente reproduzir as suas escolhas da primeira sessão são menos consistentes do que os participantes da primeira experiência que completaram a tarefa de selecção de atributos para descrever o estereótipo na segunda sessão. O que levanta sérias dúvidas à plausibilidade de explicações alternativas que dependam dos participantes usarem estrategicamente aquilo que memorizaram explicitamente acerca das suas respostas originais.

Os resultados das duas experiências atestam ainda sobre as diferenças críticas que parecem existir entre compilar espontaneamente um estereótipo e tentar intencionalmente lembrar as respostas prévias a uma tarefa de compilação de estereótipo de forma explícita.

Na secção em que se discute os resultados dos estudos 1 e 2 notou-se a nítida superioridade dos níveis de estabilidade obtidos na tarefa de compilação do estereótipo (uma tarefa de memória implícita) em relação a uma tarefa de memória explícita, em que se recupera só aquilo que é lembrado conscientemente. E salientou-se como este resultado é convergente com evidências de superioridade da memória implícita sobre a explícita que têm surgido na literatura recente da neurociência cognitiva (e.g., Knowlton & Squire, 1993; Nosofsky & Zaki, 1998; para uma revisão, ver Zaki, 2004), no domínio que investiga a relação entre a exposição a um estímulo e o afecto (Bornstein & D'Agostino, 1992; Bornstein et al., 1987; Zajonc, 1968, citado por Bornstein, 1989; para uma revisão, ver Bornstein, 1989), e na literatura sobre a consistência dos julgamentos (e.g., Nordgren & Dijksterhuis, 2006).

Os resultados expressam igualmente que as duas tarefas são moderadas por variáveis diferentes. Enquanto na tarefa de compilação dos estereótipos os níveis de acordo intraparticipante foram função da constância do contexto (Estudo 1), sugerindo que a fluidez dos estereótipos reflecte provavelmente a sensibilidade à variação natural dos contextos em que os estereótipos são construídos e usados. Na tarefa de memória, os níveis de acordo intraparticipante variam substancialmente com a condição de tipicidade do conjunto de exemplares na primeira sessão, revelando uma tendência para recordar melhor os exemplares maioritariamente atípicos do que os exemplares maioritariamente típicos. Este padrão de resultados pode sugerir que processos distintos estão envolvidos em cada tarefa.

De facto, um modo de olhar para as diferenças entre as duas tarefas é explicá-las em termos dos seus diferentes requisitos e argumentar que o intervalo de tempo entre sessões tenha sido mais prejudicial para a tarefa de memória do que para a de categorização. A intuição geral para este argumento é que na tarefa de compilação dos estereótipos, os participantes precisam apenas de usar o contexto saliente no momento como pista para sondar a memória a longo prazo e compilar o estereótipo. E mesmo que tenham uma vaga ideia do seu desempenho anterior este nem sequer é necessariamente usado para fazer a tarefa no segundo momento. Já a tarefa de memória requer que os

participantes se lembrem da informação gerada anteriormente com maior detalhe e que discriminem a informação em memória. E o efeito de tipicidade obtido nesta tarefa sugere não só que a informação específica sobre a tipicidade dos exemplares serve como pista de recuperação, mas também que os exemplares atípicos são uma pista mais eficaz para a recuperação da informação compilada anteriormente acerca do grupo.

Este resultado não é estranho. Por um lado, converge conceptualmente com o efeito de incongruência (e.g., Garcia-Marques, 1993; Garcia-Marques & Hamilton, 1996; Garcia-Marques et al., 2002), que postula que informação incongruente com expectativas prévias é melhor lembrada em tarefas de recordação livre do que a informação congruente. Daí que possa constituir uma pista mais eficaz dos conteúdos gerados na primeira sessão.

Por outro lado, apesar deste aspecto não ter sido explorado no presente trabalho, estudos anteriores (Garcia-Marques & Mackie, 1999) sugerem que a presença de informação inconsistente ou de exemplares atípicos conduz a um mecanismo de desviesamento (do efeito enviesador da presença de um rótulo do grupo) com impacto na representação do grupo. Segundo estes estudos, tal mecanismo resulta de tentativas deliberadas de alargar ou estender o número e tipo de pistas usadas para compilar a representação do grupo em resposta à incongruência com o estereótipo. Sendo um processo mais sistemático e que requer mais recursos é concebível que contribua para tornar a informação compilada acerca do grupo com base na informação incongruente melhor inscrita em memória e facilite a sua recuperação posterior. Saliente-se, contudo, que um limite a este segundo argumento é o facto da natureza das tarefas usadas ser absolutamente diferente. Na sessão 1 do Estudo experimental 2, usou-se uma tarefa cognitiva de natureza mais genérica que pode ser desempenhada de maneiras muito diferentes (compilação do estereótipo através da escolha dos melhores descritores). Garcia-Marques e Mackie (1999) usaram tarefas cognitivas que requerem mais a recuperação de exemplares e a construção deliberada de pistas de recuperação (e.g., na tarefa de matriz de distribuições os participantes têm de escolher entre distribuições que atribuem diferentemente 100 membros do grupo a um número de níveis de um dado traço dimensional).

Quando estão presentes no contexto exemplares típicos, sem querer avançar sobre a natureza do mecanismo envolvido, pode-se especular que o facto do efeito desta pista

ser redundante com o efeito enviesador do rótulo do grupo diminua o impacto desta informação sobre o processo de compilação do estereótipo, contribuindo também para reduzir a sua eficácia como pista de recuperação.

Por fim, note-se que apesar de parcialmente fundamentada, esta discussão dos resultados em termos dos processos envolvidos é meramente especulativa. Nos estudos 1 e 2, não foram directamente testados os processos que podem estar subjacentes à influência do contexto na compilação do estereótipo, nem era esse o objectivo da experiência. Contudo, se para variar a tipicidade dos exemplares apresentados se tivesse imposto uma restrição sobre o número de dimensões a incluir (se os exemplares tivessem variado apenas num único traço dimensional), com o mesmo paradigma, uma análise da compilação dos estereótipos poderia ter fornecido indícios sobre os processos subjacentes à influência dos exemplares sobre a compilação dos estereótipos. Tornaria, por exemplo, possível perceber se a informação compilada quando os exemplares são maioritariamente atípicos reflecte simplesmente a influência de um enquadramento mental no sentido de membros incongruentes do grupo ou um processo mais sistemático de compilar concepções do grupo com base num conjunto vasto de pistas autogeradas a partir das descrições específicas dos exemplares atípicos apresentados.

Mas outras limitações metodológicas podem ser consideradas.

Antes de mais, não foi avaliada previamente a representatividade dos exemplares como membros dos grupos estereotípicos estudados. Um maior efeito pode ser obtido para os exemplares que os participantes considerem mais representativos do grupo. Isto se se assumir que um exemplar afecta as percepções de um grupo social apenas na medida em que é considerado um membro da categoria (Coats & Smith, 1999). Esta variável pode ser particularmente importante, nomeadamente, por se estar a usar exemplares atípicos e por os exemplares, não gerados espontaneamente pelos participantes, poderem corresponder, na sua perspectiva, a exemplares pouco plausíveis para a categoria. Os resultados sugerem que a operacionalização do contexto teve efeito, contudo, sem representatividade as descrições dos exemplares apresentados poderiam nem sequer ter sido consideradas na tarefa seguinte de caracterização da categoria. Estudos anteriores avaliaram previamente as percepções sobre a representatividade dos exemplares (Coats & Smith, 1999) ou usaram paradigmas de geração espontânea de exemplares (Lord et al., 2004; Sia et al., 1997), normalmente recorrendo a categorias sociais

às quais pertencem exemplares vastamente partilhados pelos participantes, como pessoas famosas (Coats & Smith, 1999; Sia et al., 1997).

Com igual relevância, não foi pré-testada a eficácia das instruções da tarefa de memória. É certo que a diferença substancial entre os níveis de acordo intraparticipante obtidos na tarefa de compilação do estereótipo (Estudo 1) e na tarefa de memória (Estudo 2) sugere que, aparentemente, as instruções de cada tarefa cumpriram objectivos diferentes. Mas uma estratégia para os participantes melhorarem o desempenho na tarefa de memória poderia ter sido recorrerem ao conhecimento implícito que têm de uma categoria como guia auxiliar da memória, com uma heurística subjacente do tipo: "Os atributos que eu acho verdadeiros hoje são plausivelmente os atributos descritores que usei na sessão 1". Há evidências na literatura da influência do conhecimento genérico supostamente estabelecido sobre memórias explícitas através de processos de reconstrução (e.g., Ross & Conway, 1986; ver também Smith & Queller, 2001). Aparentemente tal não aconteceu porque teria conduzido obviamente a desempenhos muito semelhantes aos obtidos na tarefa de compilação do estereótipo (Estudo 1).

Há ainda a considerar sobre os resultados na tarefa de memória que esta é obviamente penalizada pelo contexto apresentado na segunda sessão ser apenas equivalente, em alguns casos, mas nunca exactamente o mesmo da sessão 1.

(b) Traços centrais são mais estáveis do que traços periféricos, mas essa estabilidade é função da constância do contexto

Um segundo objectivo deste trabalho foi avaliar se todo o conteúdo do estereótipo se revelava igualmente sensível à manipulação da estabilidade do contexto entre sessões. Um efeito principal para o factor centralidade revelou que os traços centrais são significativamente mais estáveis do que traços periféricos (Estudo 1). Ou seja, a centralidade dos atributos modera efectivamente a instabilidade dos estereótipos.

Em adição, a manipulação da estabilidade do contexto teve mais impacto na estabilidade dos traços centrais entre sessões do que na estabilidade dos traços periféricos.

A interação encontrada entre equivalência do contexto entre sessões e a centralidade dos traços (Estudo 1) sugere que a fluidez nas escolhas dos traços centrais reflecte sensibilidade ao contexto em vez de erro de medida. Mas a variação nas escolhas de traços periféricos talvez reflecta o oposto. Mais investigação é necessária para averiguar esta possibilidade.

Essencial é que os resultados deste estudo convergem com os obtidos em estudos anteriores (Garcia-Marques et al., 2006) na medida em que voltam a demonstrar que a instabilidade intra-individual das representações mentais de categorias sociais não é atribuível apenas a atributos mais periféricos que variavelmente os indivíduos incluem nas suas descrições de categorias. Os atributos considerados como centrais para a descrição da categoria são vulneráveis à variação do contexto recente.

E quando o contexto é mantido constante entre sessões, a compilação do estereótipo torna-se bastante estável (em particular para os traços centrais compilados em contextos semelhantes). Portanto, a sensibilidade ao contexto não é necessariamente um obstáculo à estabilidade das estruturas de conhecimento social. Na verdade, a estabilidade dos estereótipos pode ser função, não da estabilidade cognitiva, mas da constância do contexto. Remete-se esta discussão para a secção adiante em que se caracteriza uma nova concepção sobre os estereótipos. Mas note-se, a propósito, que em alguns grupos como os ciganos os níveis de acordo são muito elevados (.78) mesmo quando o contexto entre sessões não é semelhante. É possível que pelo menos certos estereótipos sejam efectivamente constituídos por um pequeno cerne de atributos que permanece altamente acessível e mais estável independentemente do contexto. Como se referiu anteriormente, a forma como se operacionalizou os traços centrais no Estudo 1 não permite concluir se coincidem com a noção de cerne conceptual baseado na experiência proposta por Barsalou (1982, 1989). A natureza deste cerne conceptual é definida por Barsalou (1982, 1989) e corresponde a informação que é automaticamente activada sempre que um conceito é compilado para a categoria, que não é recuperada por pistas contextuais específicas e ganhou esse estatuto pela experiência individual e/ou partilhada socialmente com a categoria.

(c) Os participantes sobrestimam a estabilidade das suas escolhas entre sessões

Um terceiro objectivo deste trabalho era perceber se os participantes tinham consciência da fluidez das suas representações mentais de categorias sociais ou se, pelo contrário, percebiam uma consistência ilusória nos seus estereótipos. No Estudo 1, incluiu-se uma medida subjectiva da estabilidade dos estereótipos. O objectivo foi avaliar se, à semelhança das evidências encontradas no domínio da estabilidade percebida das atitudes e de outras componentes da concepção de si próprio (e.g., Ross & Conway, 1986), as pessoas revelam uma percepção enviesada no sentido de sobrestimar a estabilidade dos seus estereótipos. Assim, usou-se as estimativas subjectivas de cada participante sobre o número de traços gerados na segunda sessão que se sobrepunham aos traços escolhidos na primeira sessão para calcular uma medida de acordo subjectivo intraparticipante. Os resultados do Estudo 1 indicaram que os participantes sobrestimam o grau de sobreposição dos traços escolhidos entre sessões em relação ao efectivo grau de sobreposição observado. Presumivelmente, para avaliar o grau de sobreposição dos traços gerados na segunda sessão com os gerados na sessão passada usam a compilação actual como heurística, resultando uma ilusão de consistência.

Até ao momento a síntese dos resultados obtidos remete para as duas primeiras experiências. Estas são notoriamente consistentes a evidenciar que a instabilidade dos estereótipos é função da sensibilidade ao contexto. Nas duas restantes experiências quis-se avaliar a extensão deste efeito, ou seja, quão dependentes são os estereótipos de qualquer contexto saliente e simultaneamente conduzir uma investigação inicial sobre os processos subjacentes a estes efeitos. Note-se que o paradigma anterior praticamente obrigava os participantes a considerar o potencial impacto da primeira tarefa de julgamento de tipicidade de exemplares na tarefa subsequente de compilação dos estereótipos. De facto, julgar primeiro a tipicidade de membros de uma categoria fornece obviamente informação relevante para compilar depois o estereótipo da mesma categoria, dada a natureza semelhante das duas tarefas. E portanto, o contexto era altamente relevante e significativo. Alguns estudos da literatura das atitudes em relação a grupos sociais (e.g., Bodenhausen et al., 1995; Sia et al., 1997) manipularam a acessibilidade

temporária de exemplares membros de grupos tentando obscurecer a relevância do contexto. Para isso levaram, por exemplo, os participantes a estimar a altura de exemplares positivos famosos, por ser uma dimensão não avaliativa presumivelmente não relacionada com prestígio e respeito, e que tornava meramente os exemplares mais acessíveis. Este paradigma reflecte melhor as situações em que o contexto está fortuitamente saliente e não é tão directamente relevante para a acção do indivíduo. No mesmo sentido, o paradigma usado nos Estudos 3 e 4 deste trabalho foi delineado no sentido de avaliar em que medida é que o processo de compilação dos estereótipos é sensível a qualquer contexto fortuitamente saliente. Nos parágrafos seguintes sintetizam-se os principais efeitos obtidos.

(d) Os traços não estereotípicos ou irrelevantes primados fortuitamente pelo contexto imediato são incorporados no estereótipo compilado

Um quarto objectivo dos estudos aqui apresentados era conduzir uma investigação inicial sobre os potenciais mecanismos explicativos dos efeitos de sensibilidade ao contexto no processo de compilação dos estereótipos. Com base em enquadramentos teóricos que concebem julgamentos heurísticos baseados na activação mnésica sem processos deliberados de monitorização eficazes, concebeu-se dois estudos experimentais que testam a aplicação desses mecanismos ao processamento conceptual. Os resultados dos Estudos 3 e 4 foram consistentes com a hipótese da sensibilidade ao contexto dos estereótipos poder resultar também de uma abordagem de crenças ilusórias, na sua forma mais geral.

Os Estudos 3 e 4 foram desenhados para testar se a saliência de um traço não estereotípico primado fortuitamente pelo contexto podia ser, ilusoriamente, atribuída a um processo de recuperação com base numa pista de compilação do estereótipo presente, de tal modo que esta informação irrelevante fosse aceite como uma crença estereotípica verdadeira. O procedimento de primação consistiu na apresentação de uma tarefa com a aparência de não estar relacionada com o resto da experiência - os participantes

completaram uma tarefa linguística onde foram levados a pensar em abstracto e a definir o conceito que se pretendia primar. A seguir foi compilado o estereótipo de um grupo-alvo. Um conjunto de medidas de tendência central e dos atributos melhores descritores do estereótipo revelaram que os atributos não estereotípicos em relação a um grupo foram mais frequentemente incorporados na compilação do estereótipo do grupo quando coincidiram com o estímulo primado anteriormente. Não se verificou qualquer efeito da primação do contexto na medida de variabilidade percebida introduzida no Estudo 4.

Assim, atributos primados pelo contexto podem ser incorporados no estereótipo compilado sem recorrer às associações estereotípicas em memória, mesmo quando se trata de informação irrelevante que não faz parte de representações anteriores compiladas sobre o alvo.

Os resultados mostram igualmente a generalidade desta evidência, já que o efeito não se circunscreve aos dois grupos testados inicialmente no Estudo 3, mas surge também em dois novos grupos introduzidos no Estudo 4.

Estes resultados não são facilmente acomodados pelas abordagens que recorrem a processos de base associativa, segundo as quais um atributo não associado a um grupo não é previsível que seja incluído na representação compilada para descrever esse grupo, mesmo quando primado contextualmente. Mas são compatíveis com uma explicação da sensibilidade ao contexto dos estereótipos baseada numa abordagem de crenças ilusórias.

Considere-se ainda uma interpretação complementar do padrão de resultados obtido, nos Estudos 3 e 4, com as medidas de avaliação dos melhores descritores estereotípicos e de tendência central em relação aos traços não estereotípicos. É certo que os efeitos e a análise de contrastes atingiram os níveis de significância e foram no sentido esperado. Mas, o facto é que a magnitude do efeito parece ser maior para os programadores de computador do que para os trabalhadores das obras quando é primado o conceito *simpatia* e parece ser maior para os educadores de infância do que para os "Skinheads" quando é primado o conceito "*inteligência*". Como se aludiu antes, talvez haja aqui que considerar um efeito complementar de assimilação baseado na valência da informação primada, que acontece nos programadores de computador e educadores de infância que têm um estereótipo positivo e não nos trabalhadores das obras e nos "skinheads" que têm globalmente um estereótipo de valência negativa.

Na literatura sobre a acessibilidade de constructos mentais tem sido relatada a influência de estímulos primados nos julgamentos de alvos, no sentido da assimilação (Lombardi, Higgins, & Bargh, 1987; ver também, Glaser & Banaji, 1999). Lombardi e colaboradores (1987) demonstraram, por exemplo, que os participantes tendiam a julgar pessoas-alvo ambíguas de maneira consistente com um constructo que foi tornado acessível (um efeito de assimilação), se o evento que primou o constructo não fosse explicitamente lembrado. Portanto, uma forma em que a interpretação de um alvo é determinada por constructos acessíveis é quando o alvo é considerado em relação a, é assimilado a uma interpretação saliente disponível. Curiosamente, muitos destes efeitos de assimilação podem ser considerados, na verdade, más atribuições, ou seja, correspondem a julgamentos heurísticos baseados na activação mnésica resultante de processos cognitivos implícitos que acontecem a toda a hora.

Nos presentes estudos, na condição de primação de atributos não estereotípicos, primou-se conceitos que pertencem a uma dimensão de personalidade relativamente independente (e.g., "*simpatia*") da dimensão de personalidade a que pertence o estereótipo dominante do grupo (por exemplo, "*inteligência*" para os programadores de computador), de acordo com os estudos de Rosenberg e colaboradores (1968). Mas no caso dos programadores de computador e dos educadores de infância estes constructos primados são consistentes em valência com o estereótipo dominante dos grupos, o que pode, por mecanismos semelhantes aos descritos no parágrafo anterior, ter sido determinante para a magnitude do efeito obtido. Se assim for, a assimilação de informação poder-se fazer segundo critérios de valência é mais um aspecto relevante a determinar a instabilidade e sensibilidade ao contexto dos estereótipos.

(e) Os traços contra estereotípicos primados fortuitamente pelo contexto imediato são incorporados no estereótipo compilado apenas em algumas medidas (tarefa da matriz de distribuições)

O Estudo 4 foi desenhado com o objectivo de analisar a extensão do efeito da sensibilidade ao contexto dos estereótipos com base numa abordagem de crenças

ilusórias. Pretendia, especificamente, testar a hipótese de traços não estereotípicos e contra estereotípicos poderem diferir no grau em que desencadeiam processos controlados que monitorizam as crenças e que envolvam a discriminabilidade da resposta. Sustentou-se esta ideia no argumento de que um traço não estereotípico por definição não activa qualquer associação automática que contrarie a informação automaticamente associada ao rótulo, e, por isso, tem menor valor diagnóstico. Ao contrário, um traço contra estereotípico tem maior valor diagnóstico porque contraria directamente a pista de compilação do estereótipo. O que torna mais provável que processos deliberados de monitorização das crenças sejam desencadeados e limitem as respostas conduzidas por julgamentos heurísticos baseados na activação mnésica previstas pela abordagem das crençasilusórias, quando estão em causa estes tipo de traços. Os resultados das duas primeiras medidas de compilação dos estereótipos, uma que avalia os melhores descritores do estereótipo (tarefa de geração de atributos a partir de uma lista) e outra de tendência central (escalas de avaliação bipolares), são consistentes com esta predição. Mas, como salientado anteriormente, parece haver uma margem para a ocorrência de respostas conduzidas por julgamentos heurísticos baseados na activação mnésica, mesmo quando a informação disponível no contexto contraria o conhecimento recuperado. Tal efeito é evidente na medida de tendência central e na medida de variabilidade percebida, ambas extraídas da tarefa da matriz de distribuições. Nestas medidas, quando um traço contra estereotípico é primado pelo contexto imediato, a tendência central atribuída ao grupo aproxima-se significativamente mais do traço contra estereotípico e a dispersão admitida na representação do grupo-alvo aumenta quanto à dimensão que contém o traço contra estereotípico. Interpretações do padrão de resultados em relação aos traços contra estereotípicos devem ser formuladas com cautela uma vez que são, obviamente, necessários dados mais conclusivos. Mas tais dados parecem sugestivos de que, a existir um efeito da primação de traços contra estereotípicos no processo de compilação dos estereótipos, ele seja de menor magnitude do que o obtido com os traços não estereotípicos.

Assim, genericamente, os Estudos 3 e 4 permitem dizer que quando a concepção *a priori* sobre o grupo não inclui uma determinada dimensão de personalidade e um traço dessa dimensão irrelevante (tornado fortuitamente saliente pelo contexto) fica

subitamente ligado à representação mental do grupo há uma mudança consistente na tendência central do grupo em relação a essa dimensão. Já a ideia de aumentar a variabilidade admitida em relação ao grupo faz sentido apenas, e os resultados da experiência 4 assim o corroboram, quando a informação primada é contraditória com uma expectativa prévia acerca do grupo.

3.1.1 Principais limitações dos estudos desenvolvidos

Reconhecem-se agora, importantes limitações dos estudos desenvolvidos neste trabalho.

Uma crítica assinalável é o facto das medidas de variabilidade percebida terem sido apenas introduzidas no último estudo experimental (Estudo 4). Note-se que a inclusão desta medida teria sido interessante logo no Estudo 1. Tornava o estudo em alguns aspectos mais comparável metodologicamente a estudos anteriores (e.g., Garcia-Marques & Mackie, 1999). Fornecia um modo de comparar especificamente o impacto de primar exemplares típicos versus atípicos em medidas de variabilidade, o que de algum modo vai de encontro à crítica anterior. Atenda-se a que esta medida, comparada com a medida de escolha dos melhores descritores estereotípicos, permite uma análise mais simples e imediata (em termos da maior ou menor dispersão admitida na representação do grupo como um todo), se aquilo que está em análise é, por exemplo, o impacto de primar exemplares típicos ou atípicos no estereótipo compilado. Por fim, averiguava se, à semelhança das outras medidas usadas, medidas desta natureza expressam a mesma instabilidade em função do contexto. Por outro lado, usar uma medida de variabilidade percebida no Estudo 3 poderia inclusive revelar efeitos interessantes de primar traços estereotípicos dos grupos que deste modo não foram explorados. Anteriormente, na discussão dos dados do Estudo 3, salientou-se a redundância do resultado de um processo atribucional baseado na activação momentânea de um traço estereotípico e do resultado de um processo em que o rótulo, usado como pista para recuperar informação da memória, conduz à activação desse traço estereotípico. E considerou-se que esta era uma explicação plausível para a ausência de efeito de primar ou não primar os traços

estereotípicos nas escolhas subseqüentes para compilar o estereótipo. Mas igualmente relevante é o facto de, quando se prima algo, se estar a reduzir a variabilidade da resposta, a focar a atenção das pessoas em algo. Ora, uma medida de variabilidade percebida é tipicamente uma medida sensível a este, digamos, estreitamento de perspectiva que pode resultar da primação. É, portanto, possível conceber que a primação de um traço estereotípico conduzisse a diminuir a percepção de variabilidade admitida no grupo.

Igualmente, não foram contempladas nestes estudos outras medidas para além das de compilação dos estereótipos. Os efeitos da primação do contexto podem revelar-se também em medidas dos efeitos dos estereótipos, como, por exemplo, em tarefas de classificação de exemplares quanto à sua pertença ao grupo ou avaliação da sua tipicidade. Na verdade, as medidas de compilação dos estereótipos do tipo da tarefa de Katz e Braly (1933) são aquelas que, previsivelmente, menos correspondem à actividade quotidiana em geral, e neste sentido são medidas mais artificiais que não permitem uma compreensão de como os estereótipos são efectivamente usados. Note-se que os estereótipos têm importância e são relevantes exactamente pelos seus efeitos e estes são aqueles que ocorrem fundamentalmente na interacção efectiva ou hipotética com membros dos grupos sociais. Portanto, se a tarefa de primação fortuita pelo contexto pode assemelhar-se mais a situações prováveis do quotidiano, a medida usada dos estereótipos pode ser pouco representativa das situações reais em que este frequentemente intervém. Se estas medidas dos efeitos dos estereótipos são igualmente vulneráveis aos efeitos de primação do contexto é, assim, uma questão de investigação futura relevante.

Finalmente, nos Estudos 3 e 4 não é possível ter a certeza de que os atributos irrelevantes e contra estereotípicos correspondem a informação que não está na chamada base de dados dos indivíduos em relação ao grupo alvo, ou seja, que não foi codificada anteriormente em associação com o estereótipo do grupo em memória. Daí que estes resultados devem ser entendidos apenas como evidência preliminar sobre uma explicação da sensibilidade ao contexto dos estereótipos baseada numa abordagem de crenças ilusórias. Como se salientou antes, uma interpretação alternativa dos efeitos observados com os traços não estereotípicos primados é a baseada em mecanismos de recuperação parcial de conhecimento conceptual em memória que coincida com informação do contexto usada como uma pista de recuperação. Se a informação primada pelo contexto

for altamente diagnóstica de parte do conhecimento associado ao grupo-alvo, então pode acontecer que a informação acessível usada como pista tenha enviesado a recuperação. A questão é relevante porque, apesar dos pré-testes efectuados para determinar os traços não estereotípicos de cada grupo-alvo, usar estereótipos de grupos reais não permite controlar a informação que os participantes têm em memória. Portanto, os efeitos de primação obtidos com os traços não estereotípicos podem ter resultado de uma recuperação enviesada, desencadeada pelo estímulo primado pelo contexto imediato, de atributos quase nunca associados com o estereótipo em memória. Ou podem ter resultado do facto de distractores activados no contexto, nunca associados ao estereótipo em memória, serem aceites como crenças verdadeiras sem monitorização eficaz da memória.

3.2 Características de uma nova visão sobre os estereótipos

O conceito de estereótipo foi, historicamente, alvo de diversas formulações teóricas. As três abordagens conceptuais dos estereótipos identificadas anteriormente centram-se em mecanismos explicativos da existência dos estereótipos diferentes mas todas elas convergem para a sua estabilidade. A abordagem sociocultural centra-se na estabilidade entre indivíduos (consenso) e temporal dos estereótipos. A abordagem psicodinâmica remete a discussão para a estabilidade intrapsíquica e interalvo (generalização) do conceito. E a abordagem cognitiva baseada em abstracções sustenta-se no processo cognitivo básico da categorização para argumentar sobre a estabilidade percebida inter-instâncias (homogeneização). Esta última abordagem respondia

directamente a um dos dilemas mais populares das ciências cognitivas, o de como um mundo cognitivo individual altamente estável podia coexistir com um mundo social muito complexo e mutável. Propunha um mecanismo cognitivo de simplificação dos estímulos assente na capacidade de abstrair, de ir para além do que é específico, inédito. As expectativas teóricas derivadas desta nova visão previam naturalmente a fixidez e perpetuação dos estereótipos. Mas a onda de investigação que inspiraram manteve, na verdade, invisíveis os mecanismos cognitivos que conduziam à suposta estabilidade dessa estruturas de conhecimento social.

Só muito recentemente foram usados instrumentos de medida sensíveis o suficiente para verificar empiricamente a estabilidade intra-individual dos estereótipos sociais (Garcia-Marques et al., 2006). E de acordo com a evidência obtida através de uma metodologia longitudinal de teste-reteste, os estereótipos são estruturas de conhecimento instáveis. O conjunto de estudos experimentais apresentados neste trabalho integra-se nesta linha de investigação e contribui, no essencial, com 4 novos aspectos: (a) A instabilidade dos estereótipos é função da sensibilidade ao contexto; (b) Os traços centrais são mais estáveis do que os periféricos, mas tal estabilidade é função da sensibilidade à constância do contexto; (c) A estabilidade objectiva dos estereótipos é subjectivamente sobrestimada; e (d) Uma explicação plausível para a sensibilidade ao contexto dos estereótipos é a baseada numa abordagem de crenças ilusórias.

Concebendo que estes dados sobre a plasticidade e sensibilidade ao contexto dos estereótipos representam um passo na direcção de uma nova perspectiva sobre estas estruturas de conhecimento social, quais seriam as características desta nova perspectiva? [Note-se que muitos aspectos desta caracterização foram já anteriormente sistematizados por autores como Garcia-Marques (2005)]. Apontam-se aqui os aspectos mais cruciais desta mudança e dá-se visibilidade a mecanismos, alguns dos quais propostos por posições recentes na literatura cognitiva, que aplicados ao processamento conceptual permitem acomodar o conjunto de evidências obtido.

- (a) **A codificação de informação sobre alvos sociais é frequentemente feita automática e acidentalmente no decurso da persecução de objectivos sociais. Se as pessoas no dia-a-dia tivessem como principal objectivo procurar e criar**

categorias, as teorias tradicionais sobre o processamento conceptual constituiriam, com certeza, explicações mais plausíveis. Mas, aparentemente, as pessoas não são taxonomistas, não têm o objectivo explícito de aprender informação sobre categorias. Em vez disso, aferem as taxonomias à medida que usam as categorias, que interagem com os membros das categorias, ou seja, à medida que perseguem objectivos sociais. É provável, portanto, que cada actividade relacionada com uma categoria deixe a sua marca na representação dessa categoria e a modifique não intencionalmente. Esta ideia de que as pessoas raramente estão numa situação em que o seu principal objectivo é aprender uma categoria tem, por exemplo, influenciado a literatura recente sobre aprendizagem de categorias (Markman & Ross, 2003). Esta literatura tem-se limitado a assumir que uma tarefa de aprendizagem como a classificação conduz a representações de categorias que são suficientes para levar a cabo outras tarefas para as quais as categorias das pessoas são usadas. Tem considerado que a classificação é um uso suficientemente central das categorias de tal modo que está no coração de todas as outras funções das categorias. Mas pôr em questão este pressuposto motivou a estudar como é que as representações conceptuais mudam com experiência adicional. Ross (2000) conduziu uma série de experimentos que investigam o efeito de desempenhar uma tarefa de inferência posterior numa classificação aprendida inicialmente. E a evidência sugere que a relevância das características para a inferência influencia quão importantes as características são consideradas para classificações posteriores. O mesmo autor (Ross, 1996) já tinha demonstrado que a interacção com instâncias de uma categoria, para além da mera classificação, pode afectar as representações de categorias, especificamente a formação de categorias e a sua estrutura gradativa. Mas o alcance desta propriedade pretende ser ainda maior do que aquele implicado nos estudos deste autor. Corresponde à ideia de que enquanto se perseguem objectivos sociais não se consegue evitar que informação fique involuntária e acidentalmente codificada em memória (Barsalou, 1995; Logan, 1988, 1989; ver também Jacoby & Brooks, 1984; Jacoby & Hayman, 1987; Schacter, 1987). Esta informação retida pode ser útil, pertinente no momento, mas pode

corresponder também a detalhes irrelevantes que se mantêm na memória de trabalho.

- (b) **Não são criadas abstracções. E o processo de abstrair pode ser concebido por analogia a um processo de interferência.** Não é necessário supor a existência de abstracções armazenadas e a sua recuperação explícita. As redes conexionistas falam de abstracção como as unidades activas que caracterizam um atractor (para uma revisão, ver Carlston & Smith, 1996; Smith, 1998; Smith & Queller, 2001). Quando um conjunto de exemplares aprendidos partilha propriedades correlacionadas, os pesos das conexões da rede evoluem ou são ajustados no sentido de reconhecer este padrão e as suas variantes, estabelecendo um atractor para uma combinação de propriedades estatisticamente provável. Os modelos globalistas propõem, por exemplo, algo semelhante à abstracção que é a recuperação compósita de vectores (e.g., Hintzman, 1986). E a analogia a um processo de interferência é porque, quando vários vectores convergem numa única resposta, a informação não comum, os atributos com enorme variabilidade anulam-se, mantendo-se apenas as características que todos os padrões contêm.
- (c) **A informação sobre os contextos específicos onde o grupo ou membros do grupo foram encontrados mantém-se essencial para as tarefas de abstracção e também para as tarefas de inferência.** Por exemplo, registos de episódios em vectores em memória podem ser paralelamente activados e contribuir diferentemente para um processo de ajustamento global em resposta a um indício incompleto ou aproximado de um padrão (e.g., Hintzman, 1986). O padrão é completado inferindo os atributos que não estão presentes e escolhendo o completamento que, através de um processo semelhante à computação de uma correlação, conduz a uma maior proximidade à activação acumulada de todos os traços mnésicos. Ou, uma rede conexionista auto-associativa (McClelland & Rumelhart, 1986) pode aprender um padrão

específico a partir de múltiplas apresentações, de tal modo que as conexões entre unidades retenham a informação sobre um exemplar específico repetidamente encontrado. Quando um novo padrão é semelhante ao aprendido, a rede usa o seu conhecimento armazenado para preencher as partes incompletas do padrão (para uma simulação aplicada à cognição social, ver Smith & DeCoster, 1998).

- (d) Assim, o **papel teórico atribuído a membros individuais de uma categoria ou a episódios relativos à categoria no processo de estereotipar depende da semelhança entre a informação relativa a esse membro ou episódio e o presente contexto de recuperação**. Essa influência da experiência passada (episódio ou membro específico) no desempenho presente pode ocorrer sem instruções explícitas para lembrar a experiência (Smith, 1990), e isso é por definição uma memória implícita (Schacter, 1987). De facto, estudos (e.g., Smith & Branscombe, 1988) têm demonstrado efeitos da acessibilidade de uma categoria baseados na especificidade dos conteúdos primados da pista fornecida e que podem ser dissociados de medidas de memória explícita (e.g., reconhecimento) para o material primado. Estes estudos ilustram o princípio de que a memória explícita é apenas um tipo de desempenho posterior que pode ser afectado pela experiência prévia.
- (e) O processo de **recuperar informação da memória a longo prazo é concebido como uma busca altamente eficiente, quando se realiza de forma heurística** (o conteúdo da memória é sondado em paralelo e a recuperação é compósita), e largamente imune à sobrecarga cognitiva.
- (f) Quando se forma **uma generalização acerca de uma categoria social**, esta representação **não possui qualquer prioridade funcional sobre informação específica** que diz respeito a membros individuais ou a situações em que estes membros foram encontrados. Estas generalizações não são distinguíveis das representações de indivíduos. Se forem muito praticadas, repetidas, podem ter

tanto peso quanto outras representações. Aliás, muitos efeitos atribuídos à maior acessibilidade de conhecimento declarativo genérico em memória podem, na verdade, ser devidos ao fortalecimento pela prática de procedimentos cognitivos (e.g., Smith, 1989, 1990). Quer a utilização intensiva de um exemplar quer a repetição inúmeras vezes de uma tarefa de compilação dos estereótipos como a de Katz e Braly (1933) pode conduzir a uma constância da resposta em relação a uma categoria que é obtida pela prática, reflecte uma eficiência que é procedimental que não deve ser confundida com a operação de mecanismos de natureza abstraccionista (e.g., Smith, 1988, 1989, 1990). Estes aumentos na eficiência específicos do processo e não específicos do conteúdo têm sido demonstrados na cognição social (e.g., Smith & Branscombe, 1988), nomeadamente, usando procedimentos semelhantes aos utilizados na literatura sobre dissociações entre medidas de memória implícita e explícita e entre medidas de memória implícitas (e.g., Jacoby, 1983; Kolers & Roediger, 1984). E sublinham o facto de ser aquilo que as pessoas fazem durante um episódio particular - os procedimentos que usaram anteriormente - que faz a diferença no desempenho.

- (g) Os estereótipos são estruturas de conhecimento social altamente flexíveis que são recuperados parcialmente e/ou difusamente da memória a longo prazo, em função do contexto para que um julgamento sobre uma categoria seja feito ou o processamento de novos exemplares facilitado. A recuperação parcial de informação pode corresponder a um processo de procura e recuperação activa de exemplares em que a memória a longo prazo é examinada (e.g., Kahneman & Miller, 1986; Nosofsky & Palmeri, 1997; Smith & Zárate, 1992). Mas, como já largamente discutido, a reconceptualização dos mecanismos de busca em memória e as suas propriedades de activação em paralelo e recuperação compósita sugerem um modo de recuperação difuso e rápido com base na facilidade com que se relaciona um indivíduo com um determinado traço de personalidade (ver Hintzman, 1986). Como esta função de activação contínua é variável há uma margem enorme para a influência de episódios específicos e

das pistas disponíveis no contexto. São, portanto, duas vias diferentes, mas ambas podem levar a efeitos de sensibilidade ao contexto em que diferentes contextos fornecem diferentes pistas para a compilação do estereótipo.

- (h) **Os estereótipos são flexíveis e difusos e muito sensíveis à influência do contexto devido igualmente à fraca capacidade das pessoas para discriminar as fontes de activação da informação em memória.** A ocorrência de julgamentos heurísticos de natureza atribucional baseados na activação mnésica sem monitorização (e.g., Ayers & Reder, 1998; Reder & Schunn, 1996; ver também Jacoby & Hollingshead, 1990; Jacoby & Whitehouse, 1989) consubstancia a **explicação da sensibilidade ao contexto dos estereótipos dada pela, que se designou neste trabalho, abordagem de crenças ilusórias.** Esta visão não corresponde ao modo como tem sido concebido o papel dos mecanismos heurísticos a determinar as respostas. As teorias tradicionais que concebiam a memória como uma rede associativa descreviam este papel em termos da activação espontânea de associações existentes que captam a atenção e afastam-na de processos deliberados em relação à sequência activada (ver Bargh & Chartrand, 2000). Deste modo, os conteúdos mais fortemente associados seriam automaticamente activados por dispersão da activação. Essa concepção transportada para os estereótipos (e.g., Devine, 1989) encarou-os como uma rede que permitia uma recuperação dos itens associados de forma rápida, porque a primacção contextual de um deles permitia a activação de todos os outros atributos fortemente associados. Previsões muito semelhantes decorriam de uma visão dos estereótipos como abstracções. Um subconjunto da unidade de conhecimento generalizado permitia recuperar com precisão todo o conhecimento estruturado que a compunha. Mas o papel de processos automáticos na determinação de respostas tem sido concebido também de um modo diferente. E este coincide com o que é enfatizado nesta alínea. Corresponde ao papel do enviesamento a facilitar respostas quando a monitorização falha, no qual a investigação em memória se tem focado. Jacoby (1991) salientou que, para além de uma procura da memória controlada, um

sentimento automático de familiaridade podia conduzir a uma identificação correcta de itens antigos num teste de memória. Este enviesamento da resposta é qualitativamente diferente da activação automática de associações. Em vez de interferir com a resposta controlada, este tipo de enviesamento influencia a resposta apenas quando o controlo falha (para uma apreciação semelhante em muitos aspectos, ver Conrey et al., 2005). Este sentimento de familiaridade é uma forma de memória e as pessoas consideram as suas memórias como factos, o que por vezes conduz a erros de julgamento. É este tipo de enviesamento da resposta, já sobejamente descrito, que permite explicar que informação primada pelo contexto nunca antes associada ao estereótipo seja incorporada na compilação do mesmo e ilusoriamente aceite como uma crença estereotípica verdadeira.

3.2.1 Estabilidade versus plasticidade: Um novo equilíbrio

Uma das questões essenciais que esta linha de investigação levanta é sobre como tornar compatíveis a visão que caracteriza os estereótipos pela sua inércia e tendência para a autopetuação e a visão que aponta para a sua plasticidade e mutabilidade intrínseca e atribui significado teórico à sua sensibilidade ao contexto.

Genericamente, a primeira literatura tem enfatizado uma análise dos processos e a segunda detém-se sobre os conteúdos estereotípicos.

A literatura sobre a tendência autopetuardora dos estereótipos tem identificado os mecanismos processuais que podem actuar durante o processamento de informação e conduzir a julgamentos mais enviesados no sentido estereotípico quando os estereótipos estão acessíveis do que quando não estão. Por exemplo, é mais provável que os indivíduos atendam e notem informação consistente com o estereótipo, que interpretem a informação consistentemente com o estereótipo, que façam inferências consistentes com o estereótipo, que recordem melhor a informação consistente com o estereótipo.

Apesar de evidências deste tipo terem sido encaradas como uma fonte de plausibilidade para as ideias de fixidez e perpetuação das estruturas de conhecimento que

inspiraram o seu estudo empírico, a verdade é que os paradigmas usados não são adequados para testar a estabilidade intra-individual dos conteúdos dos estereótipos sociais ao longo do tempo. As metodologias usadas são transversais, e as medidas que avaliam a estabilidade das médias entre indivíduos ou entre contextos tendem a reter apenas fontes que são constantes ao longo dos conceitos observados. Portanto, a evidência de que estes mecanismos operam não permite extrapolar, não constitui prova da existência de estruturas de conhecimento social com conteúdos estáveis intra-individualmente.

Por outro lado, os estudos desenvolvidos neste trabalho e em trabalhos anteriores na mesma linha estiveram interessados em avaliar a estabilidade dos conteúdos das representações individuais e, para isso, usaram instrumentos de medida sensíveis o suficiente para testar directamente essa estabilidade intra-individual dos conteúdos estereotípicos. A evidência obtida até agora mostrou que o conteúdo dos estereótipos é substancialmente instável e que, pelo menos, a metáfora de uma estrutura de conhecimento social estável que é recuperada transferindo uma sua cópia da memória a longo prazo para a memória a curto prazo *ipsis verbis* não é adequada.

Note-se que de acordo com estas evidências seria até de supor igual instabilidade nos tais mecanismos perpetuadores dos estereótipos. Um desses efeitos enviesadores dos estereótipos é, por exemplo, o efeito das correlações ilusórias baseado nas expectativas. Este efeito - a tendência para sobrestimar a frequência de ocorrências congruentes com uma expectativa prévia - tem sido encarado como um mecanismo associado à manutenção dos estereótipos. E pressupõe a existência de uma estrutura de conhecimento (i.e., um estereótipo). Por um lado, é natural que este enviesamento resultante da existência de uma representação sobre um alvo manifeste também instabilidade uma vez que está a actuar sobre conteúdos estereotípicos que não são estáveis. Por outro lado, de acordo com os modelos explorados anteriormente que propõem julgamentos heurísticos baseados na activação mnésica, o fenómeno das correlações ilusórias pode resultar de atribuir erradamente a informação acessível no contexto ao alvo. Ou seja, se esta informação tornada saliente for aceite, ilusoriamente, como uma expectativa que se associa ao alvo esta pode conduzir conseqüentemente à sobrestima dos comportamentos congruentes com essa expectativa. Uma investigação inicial que questiona a função

preservadora das correlações ilusórias está já a ser desenvolvida por Garcia-Marques e colaboradores (Garcia-Marques, Ferreira, Garrido, Moreira & Ramos, em preparação).

Parece pois que uma visão mais adequada do processamento conceptual, ou que permite acomodar melhor os dados disponíveis, pode ser a que recorre não à noção de recuperação mas à de compilação de representações mentais de categorias sociais e considera que há um grau de imprecisão envolvido nesse processo de compilação em que operam também mecanismos altamente heurísticos.

Sem dúvida, nem todo o conteúdo dos estereótipos intra-individuais revela os mesmos níveis de instabilidade temporal. Os atributos considerados centrais contribuem significativamente mais para a estabilidade do que os atributos considerados periféricos, de tal modo que, quando o contexto se mantém constante entre sessões, a compilação do estereótipo manifesta-se bastante estável (em particular para os traços centrais compilados em contextos semelhantes). Mas a questão de interesse aqui é que até este processo de compilação dos traços centrais é vulnerável à estabilidade do contexto, ou seja, a estabilidade dos traços centrais depende ou é função da estabilidade do contexto. Logo, a sua maior estabilidade não parece advir de qualquer carácter definidor que se lhes pudesse ter atribuído *a priori*. Paralelamente, um outro factor de instabilidade ligado aos atributos periféricos parece reflectir apenas erro de medida.

Assim, tem-se tradicionalmente assumido que a aparente estabilidade dos estereótipos resulta de processos cognitivos simplificadores da informação e de processos que produzem enviesamentos que concorrem para manter a sua estabilidade. Na verdade, a estabilidade parece ser mais assegurada pela constância do contexto imediato do que o resultado da inflexibilidade das estruturas de conhecimento social. E, neste sentido, talvez se tenha de reconhecer que um factor determinante para explicar a estabilidade dos estereótipos, assim como a sua instabilidade, seja a sua sensibilidade a contextos que se mantêm constantes ou mudam no tempo.

A este propósito, o uso extensivo do rótulo verbal de um grupo social como pista de recuperação de informação estereotípica tem sido sujeito a várias críticas (Garcia-Marques & Mackie, 1999; Macrae & Bodenhausen, 2000; Smith, 1992). Exactamente porque o seu carácter enviesador tem contribuído para obscurecer a possibilidade de mudança e sensibilidade ao contexto dos estereótipos (Garcia-Marques & Mackie, 1999) e não tem permitido avaliar os estereótipos que são acedidos pelos indivíduos no dia-a-dia

de encontros com membros da categoria (Smith, 1992)⁶¹. Mas, na verdade, o enquadramento que aqui se apresenta sobre os estereótipos sugere que apenas o rótulo (apesar da sua natureza enviesada) talvez não seja a pista mais adequada, ou suficientemente eficaz, para obter maiores níveis de estabilidade intra-individual na compilação dos conteúdos estereotípicos. À semelhança do que sugere Bellezza (1984b), talvez mais informação deva ser adicionada a esta pista de recuperação para haver mais precisão; o contexto parece ser muito importante na compreensão e recuperação de informação.

Mas será que se pode esperar níveis semelhantes de instabilidade em qualquer tipo de categoria?

Em muitas circunstâncias as pessoas lidam com categorias sociais estabelecidas, para as quais factores como motivações sociais, funções sociais na estrutura da sociedade, mecanismos de natureza cognitiva, concorreram para a formação dos estereótipos. E as pessoas podem adquirir estereótipos de várias formas. Há certas distinções que foram indicadas por atributos perceptivos distintivos e visualmente salientes que facilitaram em primeira instância os processos cognitivos de categorização (e.g., sexo, etnia, idade). Noutras, a aculturação teve um papel preponderante na assimilação dos estereótipos, de tal modo que as pessoas podem possuir estereótipos acerca de grupos em relação aos quais não conhecem directamente um único exemplar. Mas é igualmente possível imaginar que as pessoas conseguem derivar, no momento, estereótipos ad hoc, nunca antes relevantes, para atingir um novo objectivo. Nestes casos, o conhecimento acerca da categoria não é induzido a partir da experiência com exemplares, mas provavelmente manipulando de forma deliberada o conhecimento em memória através do raciocínio, integrando teorias intuitivas e recorrendo a processos de associação semântica. Por exemplo, os "amigos da linha da várzea" podem ser, por associação semântica, descritos como cultos, com formação diferenciada, bem-intencionados, cidadãos responsáveis. Note-se que através destes processos é possível que os estereótipos ad hoc possam ser acedidos pelo seu significado semântico fortemente associado ao rótulo. Neste sentido, é

⁶¹ Smith (1992) salientou que um rótulo verbal de um grupo recupera mais provavelmente informação de nível de grupo e o uso de um exemplar específico como pista de recuperação é mais provável que recupere outros exemplares. Isto porque um rótulo verbal de um grupo está semanticamente ligado a atributos de nível de grupo (pode ser visto como mais semelhante a informação de nível de grupo), enquanto um indivíduo específico terá sempre também atributos não específicos do grupo.

possível formular a predição de que, sendo a maleabilidade das representações mentais um subproduto natural da variedade de encontros que as pessoas têm com diferentes membros da categoria em contextos diversos, nestes estereótipos, a variação no acesso continue a existir mas que a probabilidade de mudança seja menor conduzindo a maior estabilidade. Na literatura sobre categorização, os dados existentes revelam níveis de estabilidade apenas ligeiramente superiores em categorias derivadas a partir de objectivos (categorias ad hoc que passam a estar bem estabelecidas em memória por terem sido processadas inúmeras vezes) quando comparadas com categorias taxonómicas, fundamentalmente na produção de ideais (Barsalou et al., 1987). Argumentos semelhantes aos já apontados foram usados para explicar os dados obtidos.

Será que os dados aqui apresentados invalidam as medidas dos estereótipos tradicionalmente usadas?

De modo nenhum se pretendeu defender neste trabalho que a questão da estabilidade dos estereótipos deve ser apenas contemplada numa perspectiva intra-individual. Atenda-se a que em estudos anteriores (Garcia-Marques et al., 1999, Estudo 1) se obteve evidência considerável para a instabilidade intra-individual dos estereótipos mas se encontrou também evidência considerável para a estabilidade dos estereótipos entre sessões. Considera-se que ambas as perspectivas intra individuais e entre amostras são importantes e complementares. Argumenta-se simplesmente que a investigação sobre estereótipos abordou a questão da estabilidade dos estereótipos de uma forma que dá muito pouca atenção ao lado intra-individual. Portanto, um objectivo desta linha de investigação é também contribuir para uma abordagem mais balanceada. Mas, note-se inclusive que usar o consenso entre indivíduos pode ainda ser a melhor forma de chegar aos atributos do estereótipo que são mais independentes do contexto, uma vez que a interferência entre indivíduos se anula.

Nem sequer se está a pôr de parte a noção de abstracção. As visões de recuperação parcial, crenças ilusórias, ou mesmo da cognição social situada e os seus mecanismos potencialmente explicativos da sensibilidade ao contexto aqui explorados não são incompatíveis com a existência de abstracções. Efectivamente, os mecanismos que propõem descrevem mecanismos de processamento em vez de formatos de representação (Garcia-Marques et al., 2006). Nesse sentido são compatíveis até com representações

baseadas em abstrações. E é até possível argumentar pela necessidade de manter um papel para as abstrações nas concepções sobre estereótipos mas, ao mesmo tempo, de reconhecer a natureza situada e sensível ao contexto das representações estereotípicas. Aliás, o trabalho de Barsalou (1999, 2003b, 2005) é um exemplo de uma abordagem recente na literatura cognitiva que partilha ambos estes pressupostos.

Agora, os dados aqui apresentados, tal como os mecanismos apontados, são incompatíveis com pressupostos de recuperação invariante de conhecimento estereotípico não situado que dominou a investigação anterior sobre estereótipos (Garcia-Marques et al., 2006). E contribuem para manter o ceticismo em relação ao papel excessivo que se tem atribuído às abstrações duradouras na compilação de conhecimento.

De facto, os dados sugerem que o ser humano é capaz de elevada flexibilidade e sensibilidade cognitiva. E se isto deverá significar que, do ponto de vista social, estereótipos prejudiciais não são imunes à mudança, quer dizer também que a mudança dos estereótipos é menos duradoura do que se possa assumir (Garcia-Marques, 2002). Ser capaz de compilar uma visão contra estereotípica de um grupo social não impede de compilar uma representação muito mais estereotípica na situação seguinte. Isto porque segundo o enquadramento que aqui se apresentou, os estereótipos são estruturas cognitivas situadas que dependem grandemente do contexto social. Logo, uma forma mais eficaz de promover uma mudança duradoura dos estereótipos talvez seja mesmo, paralelamente, mudar os ambientes sociais que originaram em primeira instância esses estereótipos (Garcia-Marques, 2002). Saliente-se que não se está a advogar uma visão simplista baseada num determinismo da situação. Partilha-se com Barsalou (1992) a ideia de que "...as leis fundamentais do mundo físico determinam completamente o comportamento humano. Mas enquanto os behavioristas vêem o controlo como apenas existindo no ambiente, os psicólogos cognitivos vêem-no como estando também nos mecanismos cognitivos." (Barsalou, 1992, p.91). E abordam a situação como a situação psicológica, portanto, representada mentalmente. Agora, o facto dos processos cognitivos poderem mediar os efeitos do contexto nas respostas não torna essas respostas menos determinadas por esses estímulos do contexto.

Se as pessoas escolhem viver, e frequentemente fazem-no, num ambiente social previsível, repetitivo, com rituais, que evita a dissonância e a inconstância, esta talvez seja a forma como lidam com as suas vicissitudes cognitivas. Essa simplificação do mundo

social pode ocorrer não porque reflecta a estrutura cognitiva do ser humano mas porque permite a estabilidade cognitiva (Garcia-Marques et al., 2006). Mas, como reflectem Garcia-Marques e colaboradores, tais contextos sociais simplificados permitiram, possivelmente, tomar a consistência social por consistência cognitiva. Assim como, previsivelmente, permitiram que as pessoas se mantivessem crédulas numa consistência cognitiva ilusória (sobrestimando a estabilidade das suas crenças estereotípicas). Tal ilusão não tem que ser incompatível com estruturas de conhecimento altamente sensíveis ao contexto - pode mesmo ser um requisito dessas estruturas. Quando as pessoas percebem o seu conhecimento como instável ou variável, consideram-no pouco válido e deixam de recorrer a ele (Bem, 1972).

Finalmente, os dados obtidos enfatizam a importância de continuar a compreender os processos cognitivos subjacentes à sensibilidade ao contexto dos estereótipos. A componente de monitorização, que não parece estar suficientemente reconhecida nos modelos de memória, é uma via a explorar, nomeadamente para determinar as condições que desencadeiam os processos de monitorização das crenças. Neste sentido, continua-se a privilegiar o uso de um paradigma de primação supraliminar, exactamente por permitir manter o acesso ao conteúdo específico do estímulo-primário em si, em circunstâncias em que processos de monitorização podem ocorrer. Prevê-se igualmente pertinente usar medidas explícitas e implícitas de compilação dos estereótipos dada a sua diferente vulnerabilidade aos processos de monitorização. Note-se que a tarefa de matriz de distribuições usada num dos estudos experimentais anteriores pode ser um exemplo de uma medida mais implícita de compilação dos estereótipos, quando comparada com a tarefa de escolha de atributos estereotípicos a partir de uma lista. Na tarefa de matriz de distribuições há menos necessidade de considerar o item individualmente porque não se está a decidir se ele é ou não um atributo estereotípico, já que o que está em causa é a escolha de uma distribuição provável de membros do grupo por uma dimensão que inclui um pólo estereotípico e outro contra estereotípico. E como se verificou foi exactamente nesta tarefa, previsivelmente com menos intervenção de processos de monitorização, que a primação de um traço contra estereotípico pelo contexto revelou mais efeito.

Aliás, é interessante analisar esta questão não só do ponto de vista da natureza da tarefa mas também atendendo à natureza do estímulo. É possível pensar que quanto maior é a especificidade do estímulo com que se está a lidar mais provável é que a mera

acessibilidade de uma resposta que é coincidente nos dois momentos (de primação pelo contexto e de averiguar a memória) sirva de motor para desencadear o processo de monitorização. Um obstáculo é que, dada a maior ambiguidade dos traços de personalidade e a sua ligação a outros traços, é mais fácil pensar em estímulos muito específicos em informação de natureza, por exemplo, numérica do que em informação de natureza social.

Por fim, importa salientar que mesmo quando a informação primada pelo contexto não foi incorporada no estereótipo compilado, o processo de monitorização da fonte pode ter continuado a falhar, no sentido em que os indivíduos continuam a não perceber, ou a conseguir detectar a fonte da saliência. Aparentemente, o que acontece é que recuperam informação fortemente associada em memória ao estímulo primado que contraria directamente o estereótipo. Que condições optimizam especificamente o processo de monitorização da fonte, pode ser outra questão a averiguar.

4. REFERÊNCIAS

- Abelson, R.P. (1994). A personal perspective on social cognition. In P.G. Devine, D.L. Hamilton, & T.M. Ostrom, *Social cognition: Impact on social psychology* (pp.15-39). Academic Press.
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D.J., Sanford, R.N. (1950). *The authoritarian personality*. New York: Harper & Row.
- Allport, G.W. (1954). *The nature of prejudice*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Altemeyer, B. (1994). Reducing prejudice in right-wing authoritarians. In Mark P. Zanna & James M. Olson (Eds.), *The psychology of prejudice: The Ontario symposium on personality and social psychology* (vol.7, pp.131-148). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Anderson, J.R. (1978). Arguments concerning representations for mental imagery. *Psychological Review*, 85(4), 249-277.
- Anderson, J.R. (1983). A spreading activation theory of memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 22, 0-00.
- Anderson, J.R. (1996). ACT: A simple theory of complex cognition. *American Psychologist*, 51(4), 355-365.
- Armstrong, S.L., Gleitman, L.R. e Gleitman, H. (1983). On what some concepts might not be. *Cognition*, 13, 263-308.
- Ashmore, R.D., & DelBoca, F.K. (1981). Conceptual approaches to stereotypes and stereotyping. In D.L. Hamilton (Ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior* (pp.1-35). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Atkinson, R.C., & Shiffrin, R.M. (1968). Human memory : A proposed system and its control processes. In K.W. Spence & J.T. Spence (Eds.), *The psychology of learning and motivation* (vol.2). New York: Academic Press.
- Ayers, M.S. & Reder, L.M. (1998). A theoretical review of the misinformation effect: Predictions from an activation-based memory model. *Psychonomic Bulletin & Review*, 5, 1-21.
- Babey, S.H., Queller, S., & Klein, S.B. (1998). The role of expectancy violating behavior in the representation of trait knowledge: A summary-plus-exception model of social memory. *Social Cognition*, 16, 287-339.

- Bargh, J.A. (1989). Conditional automaticity: Varieties of automatic influence in social perception and cognition. In J.S. Uleman & J.A. Bargh (Eds.), *Unintended thought* (pp.3-51). New York: Guilford.
- Bargh, J.A. (1994). The four horseman of automaticity: Awareness, intention, efficiency, and control in social cognition. In R.S. Wyer, Jr., & T.K. Srull (Eds.), *Handbook of social cognition* (2nd ed., Vol. 1: Basic processes, pp.1-40). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Bargh, J.A. (1999). The cognitive monster: the case against the controllability of automatic stereotype effects. In S. Chaiken, & Y. Trope (Eds.), *Dual process theories in social psychology* (pp. 361-382). New York: Guilford.
- Bargh, J.A. ; Chartrand, T.L. (2000). The mind in the middle: A practical guide to priming and automaticity research. In Reis, H.T., & Judd, C.M. (Eds.), *Handbook of research methods in social and personality psychology* (pp. 253-285). Cambridge University Press.
- Bargh, J.A., Chen, M., & Burrows, L. (1996). Automaticity of social behavior: Direct effects of trait construct and stereotype activation on action. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 230-244.
- Barsalou, L.W. (1982). Context-independent and context-dependent information in concepts. *Memory and Cognition*, 10, 82-93.
- Barsalou, L.W.(1983). Ad hoc categories. *Memory and Cognition*, 11(3), 211-227.
- Barsalou, L.W. (1985). Ideals, central tendency, and frequency of instantiation. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 11, 629-654.
- Barsalou, L.W. (1987). The instability of graded structure: implications for the nature of concepts. In U. Neisser (Ed.), *Concepts reconsidered: The ecological and intellectual bases of categories* (pp. 101-140). New York: Cambridge University Press.
- Barsalou, L.W. (1989). Intra-concept similarity and its implications for inter-concept similarity. In S. Vosniadou e A. Ortony (Eds.), *Similarity and analogical reasoning* (pp.76-116). New York: Cambridge University Press.
- Barsalou, L.W. (1990). On the indistinguishability of exemplar memory and abstraction in category representation. In T.K. Srull e R.S. Wyer, Jr. (Eds.), *Advances in social cognition* (Vol.3, pp.61-88). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Barsalou, L.W. (1991). Deriving categories to achieve goals. *Psychology of Learning and Motivation*, 27, 1-64.

- Barsalou, L.W. (1992). *Cognitive psychology: An overview for cognitive scientists*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Barsalou, L.W. (1993). Structure, flexibility, and linguistic vagary in concepts: Manifestations of a compositional system of perceptual symbols. In A.C. Collins, S.E. Gathercole, & M.A. Conway (Eds.), *Theories of memory* (pp.29-101). London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Barsalou, L.W. (1995). Storage side effects: Studying processing to understand learning. In A. Ram, & D. Leake (Eds.), *Goal-driven learning* (pp.407-419). Cambridge, MA: MIT Press/Bradford Books.
- Barsalou, L.W. (1999). Perceptual symbol systems. *Behavioral and Brain Sciences*, 22, 577-660.
- Barsalou, L.W. (2002). Being there conceptually: Simulating categories in preparation for situated action. In N.L. Stein, P.J. Bauer, & M. Rabinowitz (Eds.), *Representation, memory, and development: Essays in honor of Jean Mandler* (pp.1-15). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Barsalou, L.W. (2003a). Abstraction in perceptual symbol systems. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London: Biological Sciences*, 358, 1177-1187.
- Barsalou, L.W. (2003b). Situated simulation in the human conceptual system. *Language and Cognitive Processes*, 18, 513-562.
- Barsalou, L.W. (2005). Abstraction as dynamic interpretation in perceptual symbol systems. In L. Gershkoff-Stowe, & D. Rakison (Eds.), *Building object categories in developmental time* (pp. 389-431). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Barsalou, L.W., & Hale, C.R. (1993). Components of conceptual representation: From feature lists to recursive frames. In I. Van Mechelen, J. Hampton, R. Michalski, & P. Theuns (Eds.), *Categories and concepts: Theoretical views and inductive data analysis* (pp. 97-144). San Diego, CA: Academic Press.
- Barsalou, L.W., Huttenlocher, J., & Lamberts, K. (1998). Basing categorization on individuals and events. *Cognitive Psychology*, 36, 203-272.
- Barsalou, L.W., & Medin, D.L. (1986). Concepts: Static definitions or context-dependent representations? *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 6 (2), 187-202.
- Barsalou, L.W., & Sewell, D.R. (1984). *Constructing representations of categories from different points of view*. Emory Cognition Project Report #2, Emory University, Atlanta, GA.

- Barsalou, L.W., Sewell, D.R., & Ballato, S.M. (1986). Assessing the stability of category representations with graded structure. Manuscrito não publicado.
- Barsalou, L.W., Spindler, J.L., Sewell, D.R., Ballato, S.M., & Gendel, E.M. (1987). Assessing the instability of category representations with property generation. Manuscrito não publicado.
- Barsalou, L.W., Yeh, W., Luka, B.J., Olseth, K.L., Mix, K.S. e Wu, L.L. (1993). Concepts and meaning. In K. Beals, G. Cooke, D. Kathman, K.E. McCullough, S. Kita, & D. Testen (Eds.), *Chicago Linguistics Society 29: Papers from the parasession on conceptual representations* (pp.23-61). University of Chicago: Chicago Linguistic Society.
- Bellezza, F.S. (1984a). Reliability of retrieval from semantic memory: Common categories. *Bulletin of the Psychonomic Society*, 22 (4), 324-326.
- Bellezza, F.S. (1984b). Reliability of retrieval from semantic memory: Information about people. *Bulletin of the Psychonomic Society*, 22, 511-513.
- Bellezza, F.S. (1984c). Reliability of retrieval from semantic memory: Noun meanings. *Bulletin of the Psychonomic Society*, 22 (5), 377-380.
- Bem, D. J. (1972). Self-perception theory. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (vol. 6, pp. 1-62). New York: Academic Press.
- Bem, D. J. & McConnell, H. K. (1970). Testing the self-perception explanation of dissonance phenomena: On the salience of premanipulated attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 14, 23-31.
- Billig, M., e Tajfel, H. (1973). Social categorization and similarity in intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 55, 27-52.
- Blair, I.V. (2002). The malleability of automatic stereotypes and prejudice. *Personality and Social Psychology Review*, 6, 242-261.
- Blair, I.V., & Banaji, M. (1996). Automatic and controlled processes in stereotype priming. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 1142-1163.
- Blair, I.V., Ma, J.E., & Lenton, A.P. (2001). Imagining stereotypes away: the moderation of implicit stereotypes through mental imagery. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81, 828-841.
- Bodenhausen, G.V. (1988). Stereotypic biases in social decision making and

- memory: Testing process models for stereotype use. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 726-737.
- Bodenhausen, G.V. (1990). Stereotypes as judgmental heuristics: Evidence of circadian variations in discrimination. *Psychological Science*, 1, 319-322.
- Bodenhausen, G.V., & Lichtenstein, M. (1987). Social stereotypes and information-processing strategies: The impact of task complexity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 871-880.
- Bodenhausen, G.V., Schwarz, N., Bless, H., & Wanke, M. (1995). Effects of atypical exemplars in racial beliefs: Enlightened racism or generalized appraisals? *Journal of Experimental Social Psychology*, 31, 48-63.
- Bodenhausen, G.V., & Wyer, R.S., Jr. (1985). Effects of stereotypes on the decision making and information-processing strategies. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 267-282.
- Bornstein, R.F. (1989). Exposure and affect: Overview and meta-analysis of research, 1968-1987. *Psychological Bulletin*, 106, 265-289.
- Bornstein, R.F., & D'Agostino, P.R. (1992). Stimulus recognition and the mere exposure effect. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63, 545-552.
- Bornstein, R.F., Leone, D.R., & Galley, D.J. (1987). The generalizability of subliminal mere exposure effects: Influence of stimuli perceived without awareness on social behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 1070-1079.
- Brauer, M., Chatard-Pannetier, A., Niedenthal, P., & Chambres, P. (submetido). The malleability of categories : Influence of current goals on graded category structure and perceived typicality.
- Brazão, P., & Gracia-Marques, T. (2004). Valência de atributos pessoais e estereotipicalidade relativamente aos Skinheads. *Laboratório de Psicologia*, 2(1), 21-32.
- Brewer, M.B. (1988). A dual process model of impression formation. In R. Wyer, & T. Srull (Eds.), *Advances in social cognition* (Vol.1, pp.1-36). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Brigham, J.C. (1971). Ethnic stereotypes. *Psychological Bulletin*, 76, 15-33.
- Brooks, L. (1978). Nonanalytic concept formation and memory for instances. In E. Rosch, & B.B. Lloyd (Eds.), *Cognition and categorization* (pp. 169-211). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

- Brooks, L. (1987). Decentralized control of categorization: The role of prior processing episodes. In U. Neisser (Ed.), *Concepts and conceptual development: Ecological and intellectual factors in categorization* (pp.141-174). New York: Cambridge University Press.
- Bruner, J.S. (1957). Going behind the information given. In J.S. Bruner, H. Gruber, G. Terrell, & M. Wertheimer (Eds.), *Contemporary approaches to cognition* (pp.151-156). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Bruner, J.S., Goodnow, J.J., & Austin, G.A. (1956). *A study of thinking*. New York: Wiley.
- Cantor, N., & Mischel, W. (1979). Prototypes in person perception. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (pp.3-53). New York: Academic Press.
- Carlston, D.E., & Skowronski, J.J. (1986). Trait memory and behavior memory: The effects of alternative pathways on impression judgment response times. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 5-13.
- Carlston, D.E., & Smith, E.R. (1996). Principles of mental representation. In E.T. Higgins, & A. Kruglanski (Eds.), *Social psychology: Handbook of basic principles* (pp.184-210). New York: Guilford Press.
- Carver, C.S., & de la Garza, N.H. (1984). Schema-guided information search in stereotyping of the elderly. *Journal of Applied Social Psychology*, 14, 69-81.
- Castelli, L., Macrae, C.N., Zogmaister, C., & Arcuri, L. (2004). A tale of two primes: Contextual limits on stereotype activation. *Social Cognition*, 22(2), 233-247.
- Chaiken, S., Liberman, A., & Eagly, A.H. (1989). Heuristic and systematic information processing within and beyond the persuasion context. In J.S. Uleman, & J.A. Bargh (Eds.), *Unintended thought* (pp.212-252). New York: Guilford.
- Chapman, L.J. (1967). Illusory correlation in observational report. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 6, 151-155.
- Clark, L.F., & Woll, S.B. (1981). Stereotype biases: A reconstructive analysis of their role in reconstructive memory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 4, 1064-1072.
- Coats, S., & Smith, E.R. (1999). Perceptions of gender subtypes: sensitivity to recent exemplar activation and in-group/out-group differences. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25 (4), 515-526.

- Collins, A.M., & Loftus, E.F. (1975). A spreading activation theory of semantic processing. *Psychological Review*, 82, 407-428.
- Collins, A.M., & Quillian, M.R. (1969). Retrieval time from semantic memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 8, 240-247.
- Conrey, F.R., Sherman, J.W., Gawronski, B., Hugenberg, K., & Groom, C.J. (2005). Separating multiple processes in implicit social cognition: The Quad model of implicit task performance. *Journal of Personality and Social Psychology*, 89, 469-487.
- Crocker, J., Fiske, S.T., & Taylor, S.E. (1984). Schematic bases of belief change. In R.Eiser (Ed.), *Attitudinal judgment* (pp.197-226). NY: Springer.
- Darley, J.M., & Gross, P.H. (1983). A hypothesis-confirming bias in labeling effects. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 20-33.
- Devine, P.G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 5-18.
- Devine, P.G., & Elliot, A.J. (1995). Are racial stereotypes really fading? The Princeton trilogy revisited. *Personality and Social Psychological Bulletin*, 21, 1139-1150.
- Dijksterhuis, A., & van Knippenberg, A. (1996). The knife that cuts both ways: Facilitated and inhibited access to traits as a result of stereotype-activation. *Journal of Experimental Social Psychology*, 32, 271-288.
- Dijksterhuis, A., & van Knippenberg, A. (1998). The relation between perception and behavior, or how to win a game of trivial pursuit. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 865-877.
- Dosher, B. A., & Rosedale, G. (1989). Integrated retrieval cues as a mechanism for priming in retrieval from memory. *Journal of Experimental Psychology: General*, 118, 191-211.
- Dovidio, J.F., Evans, N., & Tyler, R.B. (1986). Racial stereotypes: The contents of their cognitive representations. *Journal of Experimental Social Psychology*, 22, 22-37.
- Dovidio, J.F., Brigham, J.C., Johnson, B.T., & Gaertner, S.L. (1996). Stereotyping, prejudice and discrimination: Another look. In C. N. Macrae, C. Stangor, & M. Hewstone (Eds.), *Stereotypes and stereotyping* (pp.276-319). New York: Guilford Press.

- Dovidio, J.F., & Gaertner, S.L. (1991). Changes in the nature and expression of racial prejudice. In H. Knopke, J. Norrell, & R. Rogers (Eds.), *Opening doors: An appraisal of racial relations in contemporary America* (pp. 201-224). Tuscaloosa: University of Alabama Press.
- Duncan, B.L. (1976). Differential social perception and attribution of intergroup violence: Testing the lower limits of stereotyping of blacks. *Journal of Personality and Social Psychology*, 34, 590-598.
- Ehrlich, H. J. (1973). *The social psychology of prejudice*. New York: John Wiley & Sons.
- Elio, R., & Anderson, J.R. (1981). Effects of category generalizations and instance similarity on schema abstraction. *Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Memory*, 7, 397-417.
- Fiske, S.T. (1980). Attention and weight in person perception: The impact of negative and extreme behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 889-906.
- Fiske, S.T. (1992). Thinking is for doing: Portraits of social cognition from daguerreotype to laserphoto. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63, 877-889.
- Fiske, S.T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. In D.T. Gilbert, S.T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of social psychology* (4th ed., pp. 357-411). New York: McGraw-Hill.
- Fiske, S.T., & Neuberg, S.L. (1990). A continuum of impression formation from category-based to individuating processes: Influences of information and motivation on attention and interpretation. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 23, pp. 1-74). San Diego, CA: Academic Press.
- Fiske, S.T., & Pavelchak, M.A. (1986). Category-based versus piecemeal-based affective responses: Developments in schema-triggered affect. In R. M. Sorrentino, & E.T. Higgins (Eds.), *Handbook of motivation and cognition: Foundations of social behavior* (pp. 167-203). New York: Guilford.
- Fiske, S.T., & Taylor, S.E. (1984). *Social cognition*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Franks, J.J., & Bransford, J.D. (1971). Abstraction of visual patterns. *Journal of Experimental Psychology*, 1, 65-74.
- Fried, L.S., & Holyoak, K.J. (1984). Induction of category distributions: A framework for classification learning. *Journal of Experimental Psychology: Learning, memory, and cognition*, 2, 234-257.

- Garcia-Marques, L. (1993). The importance of being incongruent: How memorable would an uncultured librarian be? Towards a resolution of the apparent discrepancy between expectancy-based illusory correlations and incongruency effects. *Dissertação não publicada*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Garcia-Marques, L. (1998). Bounded rationality does not require abstractionism. Towards episodic social cognition. In A.C. Quelhas, & F. Pereira (Eds.), *Cognition and context* (pp.147-168). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Garcia-Marques, L. (2002). Stereotypes: Flexible concepts or static definitions. Comunicação com convite apresentada no Social Psychology Research Workshop, Graduate School of Arts and Science, Harvard University.
- Garcia-Marques, L. (2005). Estabilidade e plasticidade dos estereótipos. Comunicação com convite apresentada no Seminário de investigação de um Programa de doutoramento do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE, Lisboa.
- Garcia-Marques, L., Ferreira, M. B., Garrido, M., Moreira, S. & Ramos, T. (em preparação). As novas correlações ilusórias.
- Garcia-Marques, L., & Hamilton, D.L. (1996). Resolving the apparent discrepancy between the incongruency effect and the expectancy-based illusory correlation effect: The TRAP model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 845-860.
- Garcia-Marques, L., Hamilton, D.L., & Maddox, K.B. (2002). Exhaustive and heuristic retrieval processes in person cognition: Further tests of the TRAP model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, 193-207.
- Garcia-Marques, L., & Mackie, D. M. (1999). The impact of stereotype-incongruent information on perceived group variability and stereotype change. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 979-990.
- Garcia-Marques, L., Santos, A.S., & Mackie, D.M. (2006). Stereotypes: Static definitions or dynamic knowledge structures? *Journal of Personality and Social Psychology*, 91(5), 814-831.
- Garcia-Marques, T. (1998). Contextualizing the concept of context. In A.C. Quelhas, & F. Pereira (Eds.), *Cognition and context* (pp. 45-66). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Garcia-Marques, T. (2003). A regulação da activação de diferentes modos de processamento da informação: O papel do "sentimento de familiaridade". *Análise Psicológica*, 3, 267-285.

- Garcia-Marques, T., & Garcia-Marques, L. (2003). Mal pensa quem não repensa. In T. Garcia-Marques, & L. Garcia-Marques (Eds.), *Estereótipos e cognição social* (pp.11-25). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Gilbert, G.M. (1951). Stereotype persistence and change among college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology, 46*, 245-254.
- Gilbert, D.T., & Hixon, J.G. (1991). The trouble of thinking: Activation and application of stereotypic beliefs. *Journal of Personality and Social Psychology, 60*, 509-517.
- Gillund, G., & Shiffrin, R.M. (1984). A retrieval model for both recognition and recall. *Psychological Review, 91*, 1-67.
- Glaser, J., & Banaji, M.R. (1999). When fair is foul and foul is fair: Reverse priming in automatic evaluation. *Journal of Personality and Social Psychology, 77*, 669-687.
- Hamilton, D.L. (1979). A cognitive -attributional analysis of stereotyping. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 12, pp.53-84). New York: Academic Press.
- Hamilton, D.L. (Ed.). (1981). *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Hamilton, D.L., Devine, P.G., & Ostrom, T.M. (1994). Social cognition and classic issues in social psychology. In P.G. Devine, D.L. Hamilton, & T.M. Ostrom (Eds.), *Social cognition: Impact in social psychology* (pp.1-13). San Diego: Academic Press.
- Hamilton, D.L., & Gifford, R.K. (1976). Illusory correlation in the interpersonal perception: A cognitive basis of stereotypic judgments. *Journal of Experimental Social Psychology, 12*, 392-407.
- Hamilton, D.L., & Rose, T. (1980). Illusory correlation and the maintenance of stereotypic beliefs. *Journal of Personality and Social Psychology, 39*, 823-845.
- Hamilton, D.L., & Sherman, J.W. (1994). Stereotypes. In R.S. Wyer, Jr., & T.K. Srull (Eds.), *Handbook of social cognition* (2^aed., Vol.2, pp. 1-68). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Hamilton, D.L., & Sherman, J.W. (1996). Perceiving persons and groups. *Psychological Review, 103*, 336-355.

- Hamilton, D.L., & Trolie, T.K. (1986). Stereotypes and stereotyping : An overview of the cognitive approach. In J. Dovidio, & S.L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 127-163). New York : Academic Press.
- Hartley, E.L. (1946). *Problems in prejudice*. New York: Octagon Books.
- Hartley, J., & Homa, D. (1981). Abstraction of stylistic concepts. *Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Memory*, 7, 33-46.
- Hastie, R., & Park, B. (1986). The relationship between memory and judgment depends on whether the judgment task is memory-based or on-line. *Psychological Review*, 93, 258-268.
- Hastie, R., & Stasser, G. (2000). Computer simulation methods for social psychology. In Reis, H.T., & Judd, C.M. (Eds.), *Handbook of research methods in social and personality psychology* (pp. 85-116). Cambridge University Press.
- Hayes-Roth, B., & Hayes-Roth, F. (1977). Concept learning and the recognition and classification of exemplars. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 16, 321-338.
- Heit, E., & Barsalou, L.W. (1996). The instantiation principle in natural categories. *Memory*, 4 (4), 413-451.
- Hewstone, M. (1994). Revision and change of stereotypic belief: In search of the elusive subtyping model. In W. Stroebe, & M. Hewstone (Eds.), *European review of social psychology* (Vol.5, pp.69-109). Chichester, England: Wiley.
- Higgins, E.T., & King, G. (1981). Accessibility of social constructs: Information processing consequences of individual and contextual variability. In N.Cantor, & J.F. Kihlstrom (Eds.), *Personality, cognition, and social interaction* (pp.69-121). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Hintzman, D.L. (1986). "Schema abstraction" in a multiple-trace memory model. *Psychological Review*, 93 (4), 411-428.
- Hintzman, D.L. (1990). Human learning and memory: Connections and dissociations. *Annual Review of Psychology*, 41, 109-140.
- Humphreys, M.S., Bain, J.D., & Pike, R. (1989). Different ways to cue a coherent memory system: A theory for episodic, semantic, and procedural tasks. *Psychological Review*, 96 (2), 208-233.

- Humphreys, M.S., Pike, R., Bain, J.D., & Tehan, G. (1989). Global matching: A comparison of the SAM, MINERVA II; MATRIX and TODAM models. *Journal of Mathematical Psychology, 33*, 36-67.
- Jacoby, L.L. (1983). Remembering the data: Analysing interactive processes in reading. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior, 22*, 485-508.
- Jacoby, L.L. (1991). A process dissociation framework: Separating automatic from intentional uses of memory. *Journal of Memory and Language, 30*, 513-541.
- Jacoby, L.L., & Brooks, L.R. (1984). Nonanalytic cognition: Memory, perception, and concept learning. In G.H. Bower (Ed.), *The psychology of learning and motivation: Advances in research and theory* (Vol.18). New York: Academic Press.
- Jacoby, L.L., & Hayman, C.A. (1987). Specific visual transfer in word identification. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition, 13*, 456-463.
- Jacoby, L.L., & Hollingshead, A. (1990). Toward a generate/recognize model of performance on direct and indirect tests of memory. *Journal of Memory and Language, 29*, 433-440.
- Jacoby, L.L., Kelley, C.M., Brown, J., & Jasechko, J. (1989). Becoming famous overnight: Limits on the ability to avoid unconscious influences of the past. *Journal of Personality and Social Psychology, 56*, 326-338.
- Jacoby, L.L., & Whitehouse, K. (1989). An illusion of memory: False recognition influenced by unconscious perception. *Journal of Experimental Psychology: General, 118*, 126-135.
- Judd, C.M., & Park, B. (1988). Out-group homogeneity: Judgments of variability at the individual and group levels. *Journal of Personality and Social Psychology, 54*, 778-788.
- Kahneman, D., & Miller, D.T. (1986). Norm theory : Comparing reality to its alternatives. *Psychological Review, 93*, 136-153.
- Karlins, M., Coffman, T.L., & Walter, G. (1969). On the fading of social stereotypes: Studies in three generations of college students. *Journal of Personality and Social Psychology, 13*, 1-16.
- Kashima, Y., Woolcock, J., & King, D. (1998). The dynamics of group impression formation: The tensor product model of exemplar-based social category learning. In S.Y. Read, & L.C. Miller, *Connectionist models of social reasoning and social behavior* (pp.71-110). NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

- Katz, D., & Braly, K.W. (1933). Racial stereotypes of 100 college students. *Journal of Abnormal Social Psychology, 28*, 280-290.
- Katz, D., & Braly, K.W. (1935). Racial prejudice and racial stereotypes. *Journal of Abnormal Social Psychology, 30*, 175-193.
- Kelley, C.M., & Jacoby, L.L. (1996). Memory attributions: remembering, knowing and feeling of knowing. In L.M. Reder (Ed.), *Implicit memory and metacognition* (pp.287-308). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Knowlton, B.J., & Squire, L.R. (1993). The learning of categories: Parallel brain systems for item memory and category knowledge. *Science, 262*, 1747-1749.
- Kolers, P.A. (1976). Reading a year later. *Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Memory, 2*, 554-565.
- Kolers, P.A., & Roediger, H.L. (1984). Procedures of mind. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior, 23*, 425-449.
- Kruschke, J.K. (1992). ALCOVE: An exemplar-based connectionist model of category learning. *Psychological Review, 99*, 22-44.
- Kunda, Z. (2003). *Social cognition: Making sense of people*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Kunda, Z., & Thagard, P. (1996). Forming impressions from stereotypes, traits, and behaviours: A parallel constraint satisfaction theory. *Psychological Review, 103*, 284-308.
- Lepore, L., & Brown, R. (1997). Category and stereotype activation: Is prejudice inevitable? *Journal of Personality and Social Psychology, 72*, 275-287.
- Linville, P.W., & Fischer, G.W. (1993). Exemplar and abstraction models of perceived group variability and stereotypicality. *Social Cognition, 11*, 92-125.
- Linville, P.W., Fisher, G.W., & Salovey, P. (1989). Perceived distributions of characteristics of in-group and out-group members: Empirical evidence and a computer simulation. *Journal of Personality and Social Psychology, 57*, 165-188.
- Livingston, R.W., & Brewer, M.B. (2002). What are we really priming? Cue-based versus category-based processing of facial stimuli. *Journal of Personality and Social Psychology, 82*, 5-18.
- Locke, V., MacLeod, C., & Walker, L. (1994). Automatic and controlled activation of stereotypes: Individual differences associated with prejudice. *British Journal of Social Psychology, 33*, 29-46.

- Logan, G.D. (1988). Toward an instance theory of automatization. *Psychological Review*, 95, 492-527.
- Logan, G.D. (1989). Automaticity and cognitive control. In J.S. Uleman, & J.A. Bargh (Eds.), *Unintended thought* (pp.52-74). New York: Guilford.
- Lombardi, W.J., Higgins, E.T., & Bargh, J.A. (1987). The role of consciousness in priming effects on categorization. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 13, 411-429.
- Lord, C.G., & Lepper, M.R. (1999). Attitude representation theory. In M. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 31, pp.265-343). New York: Academic Press.
- Lord, C.G., Paulson, R.N., Sia, T.L., Lepper, M.R., & Thomas, J.C. (2004). Houses built on sand: Effects of exemplar stability on susceptibility to attitude change. *Journal of Personality and Social Psychology*, 87, 733-749.
- Macrae, C.N., & Bodenhausen, G.V. (2000). Social cognition: Thinking categorically about others. *Annual Review of Psychology*, 51, 93-120.
- Macrae, C.N., Bodenhausen, G.V., & Milne, A.B. (1995). The dissection of selection in person perception: Inhibitory processes in social stereotyping. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 397-407.
- Macrae, C.N., Bodenhausen, G.V., & Milne, A.B., & Jetten, J. (1994). Out of mind but back in sight: Stereotypes on the rebound. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 808-817.
- Macrae, C.N., Bodenhausen, G.V., & Milne, A.B., Thorn, T.M., & Castelli, L. (1997). On the activation of social stereotypes: The moderating role of processing objectives. *Journal of Experimental Social Psychology*, 67, 808-817.
- Macrae, C.N., Milne, A.B., & Bodenhausen, G.V. (1994). Stereotypes as energy-saving devices: A peek inside the cognitive toolbox. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 37-47.
- Macrae, C.N., Mitchell, J.P., & Pendry, L.F. (2002). What's in a forename? Cue familiarity and stereotypical thinking. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 186-193.
- Malt, B.C., & Smith, E.E. (1984). Correlated properties in natural categories. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 23(2), 250-269.
- Markman, A.B., & Ross, B.H. (2003). Category use and category learning. *Psychological Bulletin*, 129, 592-613.

- Marques, J.F (1997). Estudos sobre categorização: Tipicidade, familiaridade e inclusão como determinantes de categorias semânticas. *Dissertação não publicada*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Maurer, K.L., Park, B., & Rothbart, M. (1995). Subtyping versus subgrouping processes in stereotype representation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 812-824.
- McArdle, J.J., & Woodcock, R.W. (1997). Expanding test-retest designs to include developmental time-lag components. *Psychological Methods*, 4, 403-435.
- McArthur, L.Z. (1982). Judging a book by its cover: a cognitive analysis of the relationship between physical appearance and stereotyping. In A.H. Hastorf, & A.M. Isen, *Cognitive social psychology* (pp.149-212). NJ: Elsevier Science Publishers.
- McClelland, J.L., & Rumelhart, D.E. (1985). Distributed memory and the representation of general and specific information. *Journal of Experimental Psychology: General*, 114, 159-188.
- McClelland, J.L., & Rumelhart, D.E. (1986). A distributed model of human learning and memory. In J.L. McClelland, & D.E. Rumelhart (Eds.), *Parallel distributed processing: Explorations in the microstructure of cognition* (vol.2, pp.170-215). Cambridge, MA: MIT Press.
- McCloskey, M.E., & Glucksberg, S. (1978). Natural categories: Well defined or fuzzy sets? *Memory and Cognition*, 6 (4), 462-472.
- McCloskey, M.E., & Glucksberg, S. (1979). Decision processes in verifying category membership statements: Implications for models of semantic memory. *Cognitive Psychology*, 11, 1-37.
- McElree, B., Dolan, P.O., & Jacoby, L.L. (1999). Isolating the contributions of familiarity and source information to item recognition: A time course analysis. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 25, 563-582.
- McFarland, C.; Ross, M., & DeCourville, N. (1989). Women's theories of menstruation and biases in recall of menstrual symptoms. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 522-531.
- McFarland, C.; Ross, M., & Giltrow, M. (1992). Biased recollections in older adults: The role of implicit theories of aging. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62, 837-850.

- McGuire, W.L. (1983). A contextualist theory of knowledge: Its implications for innovation and reform in psychological research. *Advances in Experimental Social Psychology*, 16, 1-47.
- McKoon, G., & Ratcliff, R. (1979). Priming in episodic and semantic memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 18, 463-480.
- McKoon, G., & Ratcliff, R. (1986). Automatic activation of episodic information in a semantic memory task. *Journal of Experimental Psychology: Learning, memory, and cognition*, 12, 108-115.
- McKoon, G., & Ratcliff, R. (1992). Spreading activation versus compound accounts of priming mediated priming revisited. *Journal of Experimental Psychology: Learning, memory, and cognition*, 18, 1155-1172.
- Medin, D.L. (1989). Concepts and conceptual structure. *American Psychologist*, 44(12), 1469-1481.
- Medin, D.L., Altom, M.W., & Murphy, T.D. (1984). Given versus induced category representations: Use of prototype and exemplar information in classification. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition*, 10, 333-352.
- Medin, D.L., & Schaffer, M.M. (1978). A context theory of classification learning. *Psychological Review*, 85, 207-238.
- Medin, D.L., & Smith, E.E. (1984). Concepts and concept formation. *Annual Review of Psychology*, 35, 113-138.
- Murdock, B.B. (1982). A theory for the storage and retrieval of item and associative information. *Psychological Review*, 89, 609-626.
- Murphy, G.L., & Medin, D.L. (1985). The role of theories in conceptual coherence. *Psychological Review*, 92, 289-316.
- Nordgren, L.F., & Dijksterhuis, A. (2006). The devil is in the deliberation: Thinking too much reduces judgmental consistency. Comunicação apresentada no ESCON Transfer of Knowledge Conference 2006, Poland.
- Nosofsky, R.M. (1984). Choice, similarity, and the context theory of classification. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 10, 104-114.
- Nosofsky, R.M. (1986). Attention, similarity, and the identification-categorization relationship. *Journal of Experimental Psychology: General*, 115, 39-57.

- Nosofsky, R.M., & Johansen, M.K. (2000). Exemplar-based accounts of "multiple-system" phenomena in perceptual categorization. *Psychonomic Bulletin & Review*, 7, 375-402.
- Nosofsky, R.M., Palmeri, T.J., & McKinley, S.C. (1994). Rule-plus-exception model of classification learning. *Psychological Review*, 101, 53-79.
- Nosofsky, R.M., & Palmeri, T.J. (1997). An exemplar-based random walk model of speeded classification. *Psychological Review*, 104, 266-300.
- Nosofsky, R.M., & Zaki, S.R. (1998). Dissociations between categorization and recognition in amnesic and normal individuals: An exemplar-based interpretation. *Science*, 9, 247-255.
- Osherson, D.N., & Smith, E.E. (1981). On the adequacy of prototype theory as a theory of concepts. *Cognition*, 9, 35-58.
- Ostrom, T.M. (1984). The sovereignty of social cognition. In R.S. Wyer, Jr. & T.K. Srull (Eds.) *Handbook of Social Cognition* (Vol.1, pp.1-38). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Palmer, S.E. (1978). Fundamental aspects of cognitive representation. In E. Rosch, & B.B. Lloyd (Eds.), *Cognition and Categorization* (pp. 259-303). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Park, H., & Reder, L.M. (2004). Moses illusion: Implication for human cognition. In R.F. Pohl (Ed.), *Cognitive illusions* (pp.275-291). Hove: Psychology Press.
- Petty, R.E., & Cacioppo, J.T. (1986). *Communication and persuasion. Central and peripheral routes to attitude change*. New-York: Spring-Verlag.
- Posner, M.I., & Keele, S.W. (1968). On the genesis of abstract ideas. *Journal of Experimental Psychology*, 77, 353-363.
- Queller, S., & Smith, E. (2002). Subtyping versus bookkeeping in stereotype learning and change: Connectionist simulations and empirical findings. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, 300-313.
- Raaijmakers, J.G.W., & Shiffrin, R. M. (1992). Models for recall and recognition. *Annual Review of Psychology*, 43, 205-230.
- Ratcliff, R., & McKoon, G. (1988). A retrieval theory of priming in memory. *Psychological Review*, 95, 385-408.
- Razran, G. (1950). Ethnic dislikes and stereotypes: A laboratory study. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 45, 7-27.

- Reder, L.M. (1987). Strategy selection in question answering. *Cognitive Psychology*, 19, 90-138.
- Reder, L.M., & Kusbit, G.W. (1991). Locus of the Moses illusion: Imperfect encoding, retrieval, or match? *Journal of memory and Language*, 30, 385-406.
- Reder, L.M., & Ritter, F.E. (1992). What determines initial feelings of knowing? Familiarity with question terms not with the answers. *Journal of Experimental Psychology: Learning, memory, and cognition*, 18, 435-451.
- Reder, L.M., & Schunn, C.D. (1996). Metacognition does not imply awareness: Strategy choice is governed by implicit learning and memory. In L.M. Reder (Ed.), *Implicit memory and metacognition* (pp.45-77). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Rey, G. (1983). Concepts and stereotypes. *Cognition*, 15, 237-262.
- Roediger, H.L. (1990). Implicit memory: Retention without remembering. *American Psychologist*, 45, 1043-1056.
- Rosch, E. (1973). On the internal structure of perceptual and semantic categories. In T.E. Moore (Ed.), *Cognitive development and the acquisition of language*. New York: Academic Press.
- Rosch, E. (1975). Cognitive representations of semantic categories. *Journal of Experimental Psychology: General*, 104, 192-233.
- Rosch, E. (1978). Principles of categorization. In E. Rosch, & B.B. Lloyd (Eds.), *Cognition and categorization* (pp. 27-48). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Rosch, E., & Mervis, C.B. (1975). Family resemblances: Studies in the internal structure of categories. *Cognitive Psychology*, 7, 573-605.
- Rosenberg, S., Nelson, C., & Vivekananthan, P.S. (1968). A multidimensional approach to the structure of personality impressions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 9, 283-294.
- Ross, B.H. (1996). Category representation and the effects of interacting with instances. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 22(5), 1249-1265.
- Ross, B.H. (2000). The effects of category use on learned categories. *Memory and Cognition*, 28, 51-63.
- Ross, M. (1989). The relation of implicit theories to the construction of personal histories. *Psychological Review*, 96, 341-357.

- Ross, M.(1997). Validating memories. In N.L. Stein, P.A. Ornstein, B. Tversky, & C. Brainerd (Eds.), *Memory for everyday and emotional events* (pp.49-82). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Ross, M., & Buehler, R. (2004). Identity through time: Construting personal pasts and futures. In M. B. Brewer, M. Hewstone (Eds.), *Self and social identity* (pp.25-51). Malden, MA, US: Blackwell Publishing.
- Ross, M., & Conway, M. (1986). Remembering one's own past: The construction of personal histories. In R. M. Sorrentino & E. T. Higgins (Eds.), *The handbook of motivation and cognition: Foundations of social behavior* (pp.122-144). New York: Guilford Press.
- Ross, M. & Shulman, R. F. (1973). Increasing the salience of initial attitudes: Dissonance versus self-perception theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 28, 138-144.
- Roth, E.M., & Shoben, E.J. (1983). The effects of context on the structure of categories. *Cognitive Psychology*, 15, 346-378.
- Rothbart, M. (1981). Memory processes and social beliefs. In D.L. Hamilton (Ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior* (pp.145-181). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Rothbart, M., Dawes, R., & Park, B.(1984). Stereotyping and sampling biases in intergroup perception. In J.R. Eiser (Ed.), *Attitudinal judgment* (pp.109-134). New York: Springer-Verlag.
- Rothbart, M., Fulero, S., Jensen, C., Howard, J., & Birrell, P. (1978). From individual to group impressions: Availability heuristics in stereotype formation. *Journal of Experimental Social Psychology*, 14, 237-255.
- Rothbart, M., & John, O.P. (1985). Social categorization and behavior episodes: A cognitive analysis of the effects of intergroup contact. *Journal of Social Issues*, 41, 81-104.
- Rothbart, M., & John, O.P. (1993). Intergroup relations and stereotype change: A social-cognitive analysis and some longitudinal findings. In P.M. Sniderman, P.E. Tetlock & G. Carmines (Eds.), *Prejudice , politics and the American dilemma* (pp.32-59). Stanford, CA: Stanford University Press.
- Rothbart, M., & Lewis, S. (1988). Inferring category attributes from exemplar attributes: Geometric shapes and social categories. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 861-872.
- Rothbart, M., Sriram, N., & Davis-Stitt, C.(1996). The retrieval of typical and atypical category members. *Journal of Experimental Social Psychology*, 32, 309-336.

- Rumelhart, D.E., & Norman, D.A. (1988). Representation in memory. In R.C. Atkinson, R.J. Hernstein, G. Lindzey, & R.D. Luce (Eds.), *Stevens' handbook of experimental psychology: Vol.2. Learning and cognition* (pp.511-587). New York: Wiley.
- Rumelhart, D.E., & Ortony, A. (1977). The representation of knowledge in memory. In R.C. Anderson, R.J. Shapiro, & W.E. Montague (Eds.), *Schooling and the acquisition of knowledge* (pp. 99-135). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Rumelhart, D.E., Smolensky, P., McClelland, J.L., & Hinton, G.E. (1986). Schemata and sequential thought processes in PDP models. In J.L. McClelland, D.E. Rumelhart, & PDP Research Group, *Parallel distributed processing. Explorations in the microstructure of cognition: Vol.2. Psychological and biological models* (pp.7-57). Cambridge, MA: MIT Press.
- Sagar, H.A., & Schofield, J.W. (1980). Racial and behavioral cues in black and white children's perceptions of ambiguously aggressive acts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 39, 590-598.
- Santos, A.S.C. (2001). A instabilidade dos estereótipos: Experiências em cognição social com uma metodologia de teste-reteste longitudinal. *Tese de Mestrado não publicada*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Schacter, D. (1987). Implicit memory: History and current status. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 13, 501-518.
- Schanks, D.R. (1991). Categorization by a connectionist network. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 17, 433-443.
- Schmidt, F.L. (1996). Statistical significance testing and cumulative knowledge in psychology: Implication for training of researchers. *Psychological Methods*, 1, 115-129.
- Schunn, C.D., Reder, L.M., Nhouyvanisvoug, A., Richards, D.R., & Stroffolino (1997). To calculate or not to calculate: A source activation confusion model of problem familiarity's role in strategy selection. *Journal of experimental Psychology: Learning, memory, and cognition*, 23(1), 3-29.
- Schwarz, N., & Bless, H. (1992). Scandals and the public's trust in politicians: Assimilation and contrast effects. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 18, 574-579.
- Semin, G.R., & Smith, E.R. (2002). Interfaces of social psychology with situated and embodied cognition. *Cognitive Systems Research*, 3, 385-396.
- Shanks, D.R. (1991). Categorization by a connectionist network. *Journal of Experimental Psychology: Learning, memory, and cognition*, 17, 433-443.

- Shanks, D.R. (1997). Representation of categories and concepts in memory. In M.A. Conway (Ed.), *Cognitive models of memory* (pp.81-110). UK: Psychological Press.
- Sherif, M. (1935). A study of some social factors in perception. *Archives of Psychology*, 187.
- Sherif, M., Harvey, O.J., White, B.J., Hood, W.E., & Sherif, C.W. (1961). *Intergroup conflict and cooperation: The robbers cave experiment*. Norman, OK: University of Oklahoma Press/Book Exchange.
- Sherman, J.W. (1996). Development and mental representation of stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 1126-1142.
- Sia, T.L., Lord, C.G., Blessum, K.A., Ratcliff, C.D., & Lepper, M.R. (1997). Is a rose always a rose? The role of social category exemplar change in attitude stability and attitude-behavior consistency. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72(3), 501-514.
- Sia, T.L., Lord, C.G., Blessum, K.A., Thomas, J.C., & Lepper, M.R. (1999). Activation of exemplars in the process of assessing social category attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76(4), 517-532.
- Simon, H.A. (1957). *Models of man*. New York: Wiley.
- Sinclair, L., & Kunda, Z. (1999). Reactions to a black professional: Motivated inhibition and activation of conflicting stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 885-904.
- Smith, E.E., & Medin, D.L. (1981). *Categories and concepts*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Smith, E.R. (1988). Category accessibility effects in a simulated exemplar-based memory. *Journal of Experimental Social Psychology*, 24, 448-463.
- Smith, E.R. (1989). Procedural efficiency: General and specific components and effects on social judgment. *Journal of Experimental Social Psychology*, 25, 500-523.
- Smith, E.R. (1990). Content and process specificity in the effects of prior experiences. In T.K.Srull, R.S.Wyer, Jr. et al. (Eds.), *Advances in social psychology* (Vol.3, pp.1-59). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Smith, E.R. (1992). The role of exemplars in social judgment. In L.L.Martin, & A.Tesser (Eds.), *The Construction of social judgments* (pp.107-132). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Smith, E.R. (1996). What do connectionism and social psychology offer each other? *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 893-912.

- Smith, E.R. (1998). Mental representations and memory. In D. T. Gilbert, S.T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (4th ed., Vol.1, pp.391-445). New York: McGraw-Hill.
- Smith, E.R., & Branscombe, N.R. (1988). Category accessibility as implicit memory. *Journal of Experimental Social Psychology*, 24, 490-504.
- Smith, E.R., & DeCoster, J. (1998). Knowledge acquisition, accessibility, and use in person perception and stereotyping: Simulation with a recurrent connectionist network. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 21-35.
- Smith, E.R., & DeCoster, J. (1999). Associative and rule-based processing: A connectionist interpretation of dual-process models. In S. Chaiken, & Y. Trope (Eds.), *Dual process theories in social psychology* (pp. 361-382). New York: Guilford.
- Smith, E.R., & Mackie, D.M. (1995). *Social psychology*. New York: Worth Publishers.
- Smith, E.R., & Queller, S. (2001). Mental representations. In A.Tesser, & N. Schwarz (Eds.), *Blackwell handbook in social psychology: Intraindividual processes* (Vol.1, pp.111-133). Oxford: Basil Blackwell.
- Smith, E.R., & Semin, G.R. (2004). Socially situated cognition: Cognition in its social context. *Advances in Experimental Social Psychology*, 36, 53-117.
- Smith, E.R., & Zárate, M.A. (1990). Exemplar and prototype use in social categorization. *Social Cognition*, 3, 243-262.
- Smith, E.R., & Zárate, M.A. (1992). Exemplar-based models of social judgment. *Psychological Review*, 1, 3-21.
- Smith, L.B., & Samuelson, L.K. (1997). Perceiving and remembering: category stability, variability and development. In K. Lamberts, D.R. Shanks et al. (Eds.), *Knowledge, concepts and categories. Studies in cognition* (pp.161-195). Cambridge, MA USA: The MIT Press.
- Snyder, M. (1981). On the self-perpetuating nature of social stereotypes. In D.L. Hamilton (Ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior* (pp.183-212). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Snyder, M., & Uranowitz, S.W. (1978). Reconstructing the past: Some cognitive consequences of person perception. *Journal of Personality and Social Psychology*, 9, 941-950.
- Spencer, S.J., Fein, S., Wolfe, C.T., Fong, C., & Dunn, M.(1998). Automatic activation of stereotypes: The role of self-image threat. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 24, 1139-1152.

- Srull, T.K., & Wyer, R.S. (1989). Person memory and judgment. *Psychological Review*, 96, 58-83.
- Storms, G., De Boeck, P., & Ruts, W. (2000). Prototype and exemplar-based information in natural language categories. *Journal of Memory and Language*, 42, 51-73.
- Tajfel, H. (1970). Experiments in intergroup discrimination. *Scientific American*, 223, 96-102.
- Tajfel, H. (1982). Os aspectos cognitivos do preconceito. In H. Tajfel (Ed.), *Grupos humanos e categorias sociais I* (pp.143-158). Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H., & Wilkes, A. L. (1963). Classification and quantitative judgment. *British Journal of Social Psychology*, 54, 101-114.
- Taylor, S.E. (1981). A categorization approach to stereotyping. In D.L. Hamilton (Ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior* (pp.83-114). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Taylor, S.E., & Crocker, J. (1981). Schematic bases of social information processing. In E.T. Higgins, C.P. Herman, & M.P. Zanna (Eds.), *Social cognition: The Ontario symposium* (Vol. 1, pp.89-134). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Trope, Y. (1986). Identification and inferential processes in dispositional attribution. *Psychological Review*, 93, 239-257.
- Tulving, E. (1972). Episodic and semantic memory. In E. Tulving, & W. Donaldson (Eds.), *Organization of memory* (pp.381-403). New York: Academic Press.
- Tulving, E., Schacter, D.L., & Stark, H.A. (1982). Priming effects in word-fragment completion are independent of recognition memory. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 8, 336-342.
- Tulving, E., & Thompson, D.M.(1973). Encoding specificity and retrieval processes in episodic memory. *Psychological Review*, 80, 352-373.
- Tversky, A. (1977). Features of similarity. *Psychological Review*, 84, 327-352:
- Van Roy, D., Van Overwalle, F., Vanhoomissen, T., Labiouse, C., & French, R. (2003). A recurrent connectionist model of group biases. *Psychological Review*, 3, 536-563.
- Ventura, P., Brito-Mendes, C., Morais, J., & Kolinsky, R. (2002). A *organização da memória semântica*. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

- Weber, E.U., & Crocker, J. (1983). Cognitive processes in the revision of stereotypic beliefs. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 961-977.
- Wells, G.L., & Petty, R.E. (1980). The effects of overt head movements on persuasion: Compatibility and incompatibility of responses. *Basic and Applied Social Psychology*, 1, 219-230.
- Whittlesea, B.W.A. (1987). Preservation of specific experiences in the representation of general knowledge. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 13, 3-17.
- Wisniewski, E.J. (1995). Prior knowledge and functionally relevant features in concept learning. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 21, 449-468.
- Wittenbrink, W., Judd, C.M., & Park, B. (1997). Evidence for racial prejudice at the implicit level and its relationship with questionnaire measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 262-274.
- Wittenbrink, W., Judd, C.M., & Park, B. (2001). Spontaneous prejudice in context: Variability in automatically activated attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81, 815-827.
- Word, C.O., Zanna, M.P., & Cooper, J. (1974). The nonverbal mediation of self-fulfilling prophecies in interracial interaction. *Journal of Experimental Social Psychology*, 10, 109-120.
- Wyer, R.S., & Srull, T.K. (1989). *Memory and cognition in its social contexts*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Wu, L., & Barsalou, L. (submitted). Grounding concepts in perceptual simulation: Evidence from property generation. *Memory & Cognition*
- Yeh, W., & Barsalou, L.W. (1996). The role of situation in concept learning. In G.W. Cottrell (Ed.), *Proceedings of the eighteenth annual conference of the cognitive science society* (pp.469-474). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Yeh, W., & Barsalou, L.W. (2006). The situated nature of concepts. *American Journal of Psychology*, 119, 349-384.
- Zaki, S.R. (2004). Is categorization performance really intact in amnesia? A meta-analysis. *Psychonomic Bulletin & Review*, 11, 1048-1054.

ANEXOS

5. ANEXOS

Material do Estudo experimental 1

Sessão de teste

Tarefa julgamento da tipicidade de exemplares:

Instruções gerais

“Da sociedade actual fazem parte muitos grupos diferentes sobre os quais temos, em geral, algum conhecimento. A maioria de nós tem uma certa imagem mental sobre o que é típico, o que é característico de cada grupo e consegue, normalmente, identificar o que é que são exemplos típicos de um determinado grupo. Certos membros de um grupo podem assemelhar-se mais com o que é característico do grupo do que outros membros.

Nesta investigação ser-lhe-ão apresentadas descrições de indivíduos que pertencem a grupos sociais e ser-lhe-á pedido, para cada indivíduo, que avalie quão bom exemplo ele é do seu grupo. Não estamos necessariamente interessados na sua opinião pessoal mas naquilo que é considerado pelas pessoas em geral, por isso, é absolutamente essencial que assuma o ponto de vista das pessoas em geral enquanto julga a tipicidade dos indivíduos. Não existem respostas certas ou erradas. Estamos interessados nas suas intuições, nas ideias que surjam à primeira vista e não tanto no que é politicamente correcto julgar-se, ou afirmar-se. Muito obrigada pela colaboração.”

Instruções específicas (e.g., Emigrantes africanos)

“Vamos apresentar-lhe pequenas descrições de indivíduos diferentes que têm em comum serem **emigrantes africanos**. Sabemos que é impossível fornecer um retrato completo de um indivíduo em duas ou três frases, por isso, o que vai encontrar são breves descrições dos aspectos mais característicos de cada indivíduo específico em causa. O que lhe pedimos agora é que avalie, para cada indivíduo, **quão bom exemplo ele é dos emigrantes africanos**. Ou seja, **quão semelhante ele é com o que é característico dos emigrantes africanos**. Por favor, lembre-se que é absolutamente essencial que mantenha o ponto de vista das pessoas em geral. **Estamos interessados naquilo que as pessoas em geral pensam**. Para o efeito pedimos que preencha, para cada indivíduo, a escala bipolar de 9 pontos que encontra abaixo. **Por favor, faça um círculo à roda do número que melhor expressa quão bom exemplo o indivíduo é dos emigrantes africanos.**”

Exemplares

Condição maioritariamente típica (T Ab T) - Ciganos

Manuela, como é tradição do seu povo, casou-se muito cedo com um homem escolhido pelo pai, a quem obedece desde sempre. Tem sete filhos que andam sempre atrás dela.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Maria vende roupas na rua, fala muito alto e quando se irrita, grita e ralha com as pessoas que estão à volta. Com o dinheiro que ganha, ajuda a sua sobrinha a acabar o liceu.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Marco tem a barba por fazer, usa um chapéu preto, roupa escura, pulseiras e fio de ouro. Tem uma banca na feira. Não perde de vista e está sempre a dar indicações às mulheres que vendem para ele.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Condição maioritariamente típica (T Ab T) - Emigrantes africanos

Ricardo tem 16 anos, anda sempre em grupo e é *rapper*. É frequentemente elogiado por dançar muito bem. Ouvê Bob Marley. Tem um estilo de vestir desportivo. Anda na rua. Tem problemas com os professores, não estuda e é frequentemente chamado ao conselho directivo da escola.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

O Franco fuma cannabis, estuda na Faculdade de Letras devido a um programa do governo português de apoio aos países africanos e de línguas lusófonas. Sai muito à noite.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

José trabalha na construção civil. Galanteia e manda piropos às mulheres que passam na rua. Ao fim-de-semana faz alguns trabalhos "por fora" e sai bem arranjado para sítios onde haja música e raparigas africanas.

Extremamente incharacterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Condição maioritariamente atípica (AT Ab AT) - Ciganos

Aurélio é um homem muito bem parecido. Notado pelos outros pela sua riqueza, que não esconde, apresenta a meteorologia na televisão. Pretende aplicar o seu curso de jornalismo à área da investigação ambiental.

Extremamente incharacterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Maria vende roupas na rua, fala muito alto e quando se irrita, grita e ralha com as pessoas que estão à volta. Com o dinheiro que ganha, ajuda a sua sobrinha a acabar o liceu.

Extremamente incharacterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Lucília é de etnia cigana. Raramente sorri, conversa ou manifesta alegria. Formou-se em Engenharia química e tem um emprego de grande responsabilidade. Vive sozinha num apartamento e nunca pensou em constituir família.

Extremamente incharacterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Condição maioritariamente atípica (AT Ab AT) - Emigrantes africanos

Maria nunca se adaptou ao clima de sol, calor e praia de Cabo Verde. É crítica de arte e tem inúmeras actividades ao mesmo tempo. Já fez parte de vários júris internacionais por ser considerada uma perita de alto gabarito. Tem pouca afinidade com o seu país e adora viver em cidades grandes.

Extremamente incharacterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

O Franco fuma cannabis, estuda na Faculdade de Letras devido a um programa do governo português de apoio aos países africanos e de línguas lusófonas. Sai muito à noite.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Lurdes convive pouco com os outros. Joga xadrez, actividade que já lhe valeu várias vitórias. A sua condição de hospedeira do ar obriga-a a viajar muito. Trabalha para uma companhia sueca e raramente faz voos para o continente africano, onde nasceu. Leva sempre um livro na sua bagagem. Está neste momento interessada na história da Grécia Antiga.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Tarefas de compilação dos estereótipos:

Instruções gerais

“De facto, a facilidade com que formamos impressões relativamente bem definidas acerca dos indivíduos e dos grupos sociais que nos rodeiam, simplifica extraordinariamente a nossa vida social. Essas impressões que temos acerca de um grupo são muitas vezes impressões genéricas que não se aplicam a cada um dos seus membros mas aplicam-se a uma percentagem dos membros desse grupo. Por exemplo, quando dizemos que os programadores de computador são inteligentes não estamos a dizer que são todos inteligentes, mas estamos a dizer que há uma quantidade relevante de programadores de computador que são inteligentes. Estas impressões genéricas são, evidentemente, simplificações, não são julgamentos baseados em dados objectivos. E note-se que mesmo quando se consideram existir diferenças entre os grupos, isso não significa estabelecer uma hierarquia entre os grupos, em que um é superior ao outro. Ou seja, não implica a discriminação de um grupo em relação ao outro.

Nesta investigação ser-lhe-ão feitas várias perguntas sobre essas impressões em relação a alguns grupos sociais. Não estamos necessariamente interessados na sua opinião pessoal mas naquilo que é considerado pelas pessoas em geral, por isso, é absolutamente essencial que assumo o ponto de vista das pessoas em geral enquanto responde às questões seguintes. Não existem respostas certas ou erradas. Estamos interessados nas suas intuições, nas ideias que surjam à primeira vista e não tanto no que é politicamente correcto julgar-se, ou afirmar-se. Muito obrigada pela colaboração.”

Instruções específicas da tarefa de selecção de atributos a partir de uma lista
(e.g., Emigrantes africanos)

“Estamos interessados nas características que as **peessoas em geral** utilizam para descrever membros de vários grupos. Vamos pensar no grupo de indivíduos que têm em comum serem emigrantes africanos. Pedimos-lhe que, a partir da lista de traços de personalidade que lhe apresentamos, escolha aqueles que ache que as **peessoas em geral** usariam para caracterizar os emigrantes africanos como um todo. Escolha aproximadamente cinco características da lista, para transmitir a impressão que as **peessoas em geral** têm dos emigrantes africanos e para os descrever de forma adequada, e escreva-as nas linhas abaixo. Não existem respostas certas ou erradas. Estamos interessados na sua opinião sobre o que as pessoas geralmente pensam acerca dos emigrantes africanos.”

Os emigrantes africanos são _____

Lista de traços de personalidade

- | | |
|-----------------|---------------|
| Forte | Inculto |
| Honesto | Insensível |
| Rico | Pobre |
| Culto | Supersticioso |
| Conflituoso | Delicado |
| Atraente | Desconfiado |
| Trabalhador | Generoso |
| Triste | Reservado |
| Pacífico | Sofisticado |
| Frio | Sociável |
| Desonesto | Respeitador |
| Ingénuo | Rude |
| Feio | Preguiçoso |
| Ganancioso | Inteligente |
| Não respeitador | |
| Emotivo | |
| Exibicionista | |
| Empreendedor | |
| Vulgar | |
| Infiel | |
| Sensível | |
| Vaidoso | |
| Discreto | |
| Frágil | |

Despretensioso
Sem iniciativa
Fiel
Não inteligente
Alegre

Tarefa de avaliação da importância dos traços(e.g., Emigrantes africanos)

“Volte agora, por favor, ao conjunto de traços que escolheu para o grupo dos **emigrantes africanos** e, **para cada traço** que escolheu para descrever a impressão que as pessoas em geral têm deste grupo, avalie:

- Até que ponto é um traço **central** para a impressão que as **pessoas em geral** têm dos emigrantes africanos

Nada central 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Muito central

Pode escrever a sua avaliação à frente de cada um dos traços.”

Sessão de reteste

A tarefa de juízo da tipicidade dos exemplares é igual à da sessão de reteste, excepto nos exemplares apresentados que, dependendo da condição de manipulação da equivalência do contexto, são equivalentes em tipicidade ou opostos em tipicidade em relação aos exemplares da sessão de teste.

Instruções orais no início da sessão

“Esta sessão experimental tem semelhanças com a 1ª experiência. Respondam simplesmente com aquilo que vos vier à cabeça hoje, da maneira que vos apetecer hoje, que vos parecer natural hoje. E não tentem responder a esta sessão da mesma maneira que responderam na 1ª experiência, nem de maneira diferente.”

Exemplares

Condição maioritariamente típica (T Ab T) - Ciganos

O Zé não andou na escola, a sua grande ambição é seguir o negócio da família, andar com a carrinha de feira em feira a vender produtos de "marca" e casar com uma bonita cigana.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

A Sónia mostra com facilidade e sem reservas os seus sentimentos aos outros. Fala, ri e chora muito alto. Anda sempre cheia de ouro. Não se sente bem quando tem que ludibriar os outros para atingir os seus objectivos.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

A Zita fica dia e noite com a família numa ladainha à porta do hospital quando um familiar está internado. Acompanhada por outras mulheres e com uma criança ao colo, queixa-se da sua vida "desgraçada" e grita com os médicos e enfermeiros pelos corredores do hospital.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Condição maioritariamente típica (T Ab T) - Emigrantes africanos

Roberto tem um carro desportivo amarelo, e gosta de ouvir música com o rádio muito alto. Bem sucedido na área dos negócios. Aparece muito no bairro da Musgueira e anda sempre armado. Chamam-lhe o "Preto catinga".

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Luisa é uma senhora grande, sempre com o cabelo apanhado e vestida com cores berrantes. Tem 70 anos, foi professora de história e liderou uma associação não governamental ligada aos direitos cívicos. Sente uma mágoa por não ter feito mais pelo seu país.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Rui está sempre a dizer piadas. Usa uma boina, veste roupas coloridas e gosta muito de amarelo. Toca muito bem congas e está sempre no Rossio com os seus conterrâneos. Manda piropos às mulheres que passam na rua. Todos os fins-de-semana se junta com amigos na casa de Angola para comer e dançar pela noite fora.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Condição maioritariamente atípica (AT Ab AT) - Ciganos

Lurdes é dona de uma loja de roupas muito cara. Deixou a roulotte para viver num apartamento no centro de Lisboa. Tornou-se uma estilista de sucesso. A sua roupa tem uma grande influência da moda europeia.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

A Sónia mostra com facilidade e sem reservas os seus sentimentos aos outros. Fala, ri e chora muito alto. Anda sempre cheia de ouro. Não se sente bem quando tem que ludibriar os outros para atingir os seus objectivos.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Arménio é um homem baixo, que gasta muito pouco dinheiro com ele e com os outros. Não gosta de viajar. Reformado. Foi um economista de sucesso. Desde novo que deixou de se interessar pelas tradições do seu povo e de outras minorias.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Condição maioritariamente atípica (AT Ab AT) – Emigrantes africanos

A Manuela dedicou-se muito ao trabalho, desde que saiu de África. Formou-se em Arquitectura e projecta neste momento um centro comercial para a cidade onde vive. Ouve música clássica e erudita e ao longo destes anos tornou-se uma perita nesta área. Não ouve música ritmada, apesar de ter uma colecção enorme de discos que os familiares lhe mandam de África, onde nunca mais retornou.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Luisa é uma senhora grande, sempre com o cabelo apanhado e vestida com cores berrantes. Tem 70 anos, foi professora de história e liderou uma associação não governamental ligada aos direitos cívicos. Sente uma mágoa por não ter feito mais pelo seu país.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

Rogério deixou Moçambique há alguns anos porque queria viver na Europa. Raramente contacta com as pessoas do seu país porque detesta ir a festas e jantares. Além do mais nem sequer sabe dançar bem. Veste sempre um fato completo de cor escura e sóbrio. É coleccionador de obras de arte e antiguidades.

Extremamente incaracterístico do grupo 1 2 3 4 5 6 7 8 9 Extremamente característico do grupo

A tarefa de selecção de atributos a partir de uma lista mantém-se igual à da sessão de teste. A tarefa de avaliação da importância dos traços é substituída pela tarefa de estimativa do número de traços repetidos, apresentada a seguir.

Tarefa de estimativa do número de traços repetidos (e.g., Emigrantes africanos)

“Pensando no conjunto de traços que escolheu para o grupo dos emigrantes africanos, faça agora, por favor, uma estimativa de quantos traços iguais seleccionou nas duas sessões:”

_____ traço(s)

Material do estudo experimental 2

Sessão de teste

Na sessão de teste, o material usado foi exactamente o mesmo do estudo experimental 1 em sessão coincidente (ver material do estudo experimental 1).

Sessão de reteste

Na sessão de reteste, é apresentada, inicialmente, a tarefa de julgamento da tipicidade dos exemplares com o mesmo material do estudo experimental 1 (ver atrás). A seguir, os participantes completam a tarefa de memória.

Tarefa de memória (e.g., Emigrantes africanos)

“Na primeira vez que participou nesta experiência, há algumas semanas, escolheu, a partir de uma lista de traços de personalidade que lhe apresentámos, uma série de características para descrever a impressão que as pessoas em geral têm dos emigrantes africanos. Gostaríamos agora que recordasse quais as características que escolheu nessa altura para descrever os emigrantes africanos. Procure lembrar-se de tantas características escolhidas quantas possível e escreva-as nas linhas abaixo.

Material dos estudos experimentais 3 e 4

Instruções orais

“Antes de iniciarmos a nossa experiência propriamente dita, vou pedir-vos que colaborem num pré-teste de material que está a ser desenvolvido por outro grupo de investigação da Universidade de Lisboa, o Grupo de Estudos de Linguagem. Este é um procedimento usual, dada a dificuldade que as equipas de investigação têm em encontrar participantes para estudos. É costume aproveitar a participação numa experiência para pré testar material de outros estudos independentes. Aqui, vamos aproveitar a vossa participação na nossa experiência para fazer o pré-teste de material que será útil para desenvolver estudos na área da linguagem.”

Tarefa de primação (e.g., estímulo-primo “*Inteligência*”)

GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM - UNIVERSIDADE DE LISBOA

O Grupo de Estudos de Linguagem da Faculdade de Psicologia desenvolveu dois estudos piloto com o objectivo de recolher informações sobre materiais estímulo a utilizar em experiências futuras.

1° Estudo

Neste estudo estamos interessados em testar a familiaridade que certas palavras têm para as pessoas. Embaixo, encontra uma medida de familiaridade dos conceitos a que as palavras se referem. Para cada palavra, pedimos-lhe que **julgue a familiaridade "daquilo a que a palavra se refere"** numa escala bipolar de 7 pontos, onde o (7) corresponde ao "Extremamente familiar" e o (1) ao "Nada familiar".

	Escala de familiaridade								
	1	2	3	4	5	6	7		
Carro	1	2	3	4	5	6	7		
Peixe	1	2	3	4	5	6	7		
Roupa	1	2	3	4	5	6	7		
Cadeira			1	2	3	4	5	6	7
Arma			1	2	3	4	5	6	7
Maçã			1	2	3	4	5	6	7
Essência			1	2	3	4	5	6	7
Situação			1	2	3	4	5	6	7
Gato			1	2	3	4	5	6	7
Pardal			1	2	3	4	5	6	7
Resultado			1	2	3	4	5	6	7
Vegetal			1	2	3	4	5	6	7
Pedra	1	2	3	4	5	6	7		
Origem			1	2	3	4	5	6	7
Árvore			1	2	3	4	5	6	7
Vantagem			1	2	3	4	5	6	7
Acaso	1	2	3	4	5	6	7		
Flor			1	2	3	4	5	6	7
Martelo			1	2	3	4	5	6	7
Insecto			1	2	3	4	5	6	7
Exemplo			1	2	3	4	5	6	7
Boneca			1	2	3	4	5	6	7

Ideia

1 2 3 4 5 6 7

Casa

1 2 3 4 5 6 7

2° Estudo

Neste estudo estamos interessados no grau em que as pessoas partilham os significados das palavras. O acordo entre diferentes pessoas sobre os significados das palavras assegura uma comunicação eficaz. Em baixo, encontra duas palavras usadas no quotidiano. Pedimos-lhe que defina o melhor que souber cada uma das palavras seguintes.

Tomando como exemplo a palavra **Independência**, pode definir esta palavra pensando, por exemplo, no que é ser **Independente**; ou nas várias maneiras em que uma pessoa pode ser **Independente**; ou, ainda, nos vários tipos de **Independência**.

Defina, por favor, a palavra: **Conservador**

Defina agora, por favor, a palavra: **Inteligência**

Tarefas de compilação dos estereótipos:

Instruções gerais

“Da sociedade actual fazem parte muitos grupos diferentes sobre os quais temos, em geral, algum conhecimento. De facto, com facilidade e frequentemente formamos impressões relativamente bem definidas acerca dos indivíduos e dos grupos sociais que nos rodeiam, o que simplifica extraordinariamente a nossa vida social. Neste estudo estamos interessados em estudar como é que as pessoas formam impressões acerca de grupos, pois apesar da facilidade e frequência com que desempenhamos essa tarefa no dia-a-dia, ainda não compreendemos totalmente o processo envolvido.

As impressões que temos acerca de um grupo são muitas vezes impressões genéricas que não se aplicam a cada um dos seus membros mas aplicam-se a uma percentagem dos membros desse grupo. Por exemplo, quando dizemos que os ciganos são desonestos não estamos a dizer que são todos desonestos, mas estamos a dizer que há uma quantidade relevante de ciganos que são desonestos. Estas impressões genéricas são, evidentemente, simplificações, não são julgamentos baseados em dados objectivos. É note-se que mesmo quando se consideram existir diferenças entre os grupos, isso não significa estabelecer uma hierarquia entre os grupos, em que um é superior ao outro. Ou seja, não implica a discriminação de um grupo em relação ao outro.

Nesta investigação ser-lhe-ão feitas várias perguntas sobre essas impressões em relação a um grupo social. Não estamos necessariamente interessados na sua opinião pessoal mas naquilo que é considerado pelas pessoas em geral, por isso, é absolutamente essencial que assuma o ponto de vista das pessoas em geral enquanto responde às questões seguintes. Não existem respostas certas ou erradas. Estamos interessados nas suas intuições, nas ideias que surjam à primeira vista e não tanto no que é politicamente correcto julgar-se, ou afirmar-se. Muito obrigada pela colaboração.”

Instruções específicas da tarefa de selecção de atributos a partir de uma lista (e.g., Trabalhadores das obras)

“Estamos interessados nas características que as pessoas em geral utilizam para descrever membros de vários grupos. Vamos pensar no grupo de indivíduos que têm em comum serem trabalhadores das obras. Pedimos-lhe que, a partir da lista de traços de personalidade que lhe apresentamos, escolha aqueles que ache que as pessoas em geral usariam para caracterizar os trabalhadores das obras como um todo. Escolha aproximadamente cinco características da lista, para transmitir a impressão que as pessoas em geral têm dos trabalhadores das obras e para os descrever de forma adequada, e escreva-as nas linhas abaixo. Não existem respostas certas ou

erradas. Estamos interessados na sua opinião sobre o que as pessoas geralmente pensam acerca dos trabalhadores das obras.”

Os trabalhadores das obras são

Lista de traços de personalidade

Sensível
Trabalhador
Emotivo
Inculto
Não respeitador
Infiel
Generoso
Supersticioso
Antipático
Rude
Preguiçoso
Alegre
Inteligente
Vaidoso
Triste
Exibicionista
Respeitador
Frio
Sem iniciativa
Frágil
Ganancioso
Não inteligente
Insensível
Feio
Ingénuo
Conflituoso
Pobre

Desconfiado
Forte
Pacífico
Empreendedor
Honesto
Vulgar
Rico
Simpático
Delicado
Sofisticado
Culto
Atraente
Reservado
Fiel
Sociável
Desonesto
Discreto
Despretensioso

Instruções específicas das escalas de avaliação bipolares de dimensões da personalidade (e.g., Trabalhadores das obras)

“Vamos agora pedir-lhe que traduza as impressões genéricas que as pessoas em geral têm acerca dos trabalhadores das obras. Para o efeito pedimos-lhe que preencha as escalas bipolares que se encontram abaixo, de acordo com as impressões que as pessoas em geral têm dos trabalhadores das obras como um todo.

Por favor, faça um círculo à roda do número que melhor corresponde à impressão das pessoas em geral sobre este grupo. Assim, se por exemplo, tem a opinião que as pessoas em geral acham os trabalhadores das obras no seu conjunto mais inteligentes do que não inteligentes deve usar um número entre 6 e 9, e se a sua opinião for o contrário deve usar um número de 1 a 4. O ponto 5 é o ponto que indica a indiferença.”

Não inteligente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Inteligente
Insensível	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Sensível
Inculto	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Culto
Frio	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Emotivo
Exibicionista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Discreto
Preguiçoso	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Trabalhador
Empreendedor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Sem iniciativa
Rude	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Delicado
Desonesto	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Honesto
Vulgar	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Sofisticado
Frágil	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Forte
Conflituoso	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Pacífico
Reservado	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Sociável
Antipático	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Simpático

Instruções específicas da tarefa da matriz de distribuições (e.g., Trabalhadores das obras)

Esta tarefa foi apenas usada no estudo experimental 4, com os grupos: “Trabalhadores das obras” e “Skinheads”

“Identificação de uma distribuição (1)

Imaginemos um contínuo definido ao longo de uma dimensão Não inteligente-Inteligente. Se posicionarmos o conjunto dos trabalhadores das obras ao longo dessa dimensão de acordo com o grau de inteligência de cada um desses trabalhadores das obras formaremos uma distribuição que se espalha ao longo dessa escala. Agora vamos pedir-lhe que observe com atenção as várias distribuições que estão na página seguinte e que escolha aquela que lhe pareça mais provavelmente corresponder à opinião que as pessoas em geral têm sobre a população de trabalhadores das obras. Não existem respostas certas ou erradas, apenas estamos interessados na sua estimativa sobre a opinião das pessoas em geral. **Por favor examine todas as distribuições antes de se decidir.**

Repare que a forma como a população de trabalhadores das obras se posiciona e se distribui ao longo do contínuo é muito diferente de distribuição para distribuição. Mais concretamente as várias distribuições variam na área da dimensão Não inteligente-Inteligente em que se posicionam, no geral, os trabalhadores das obras. Variam igualmente no grau de concentração ou de dispersão que exibem.

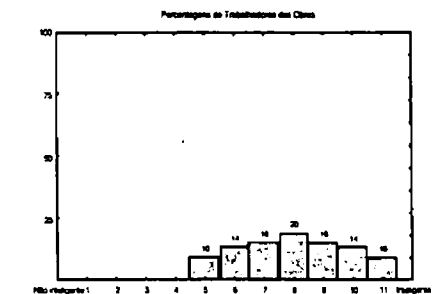
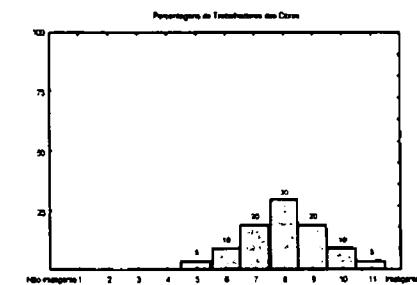
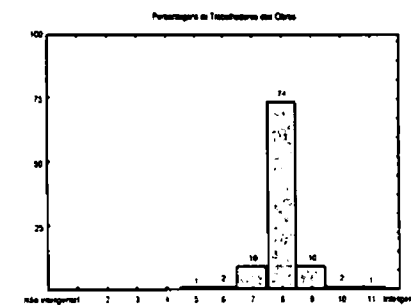
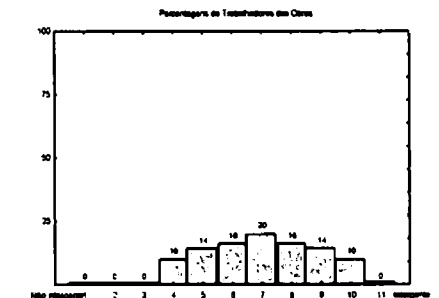
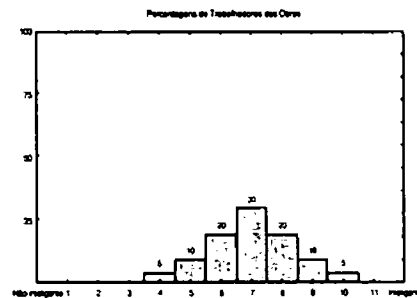
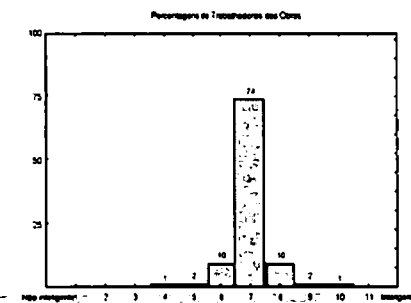
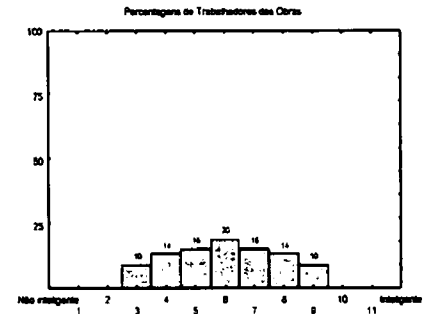
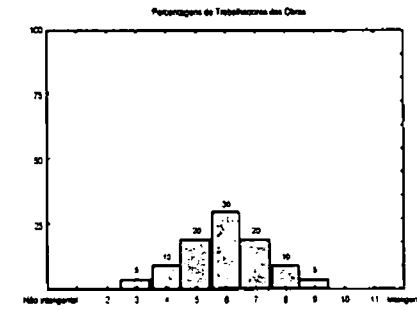
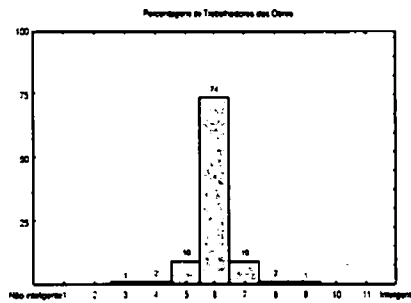
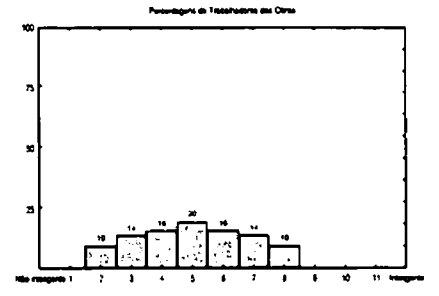
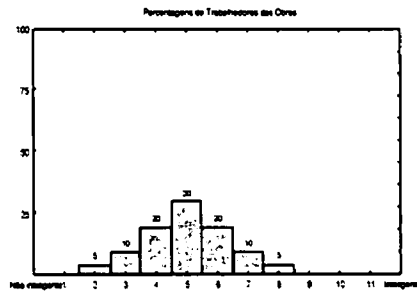
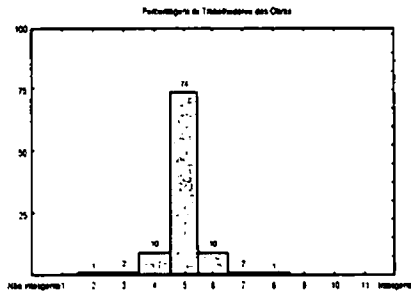
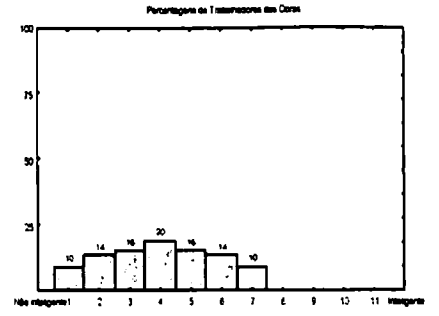
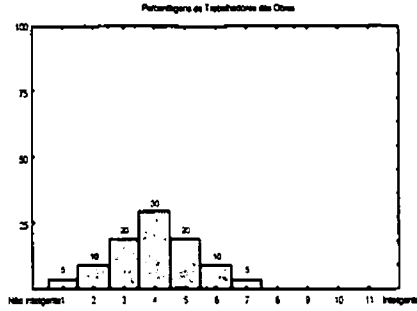
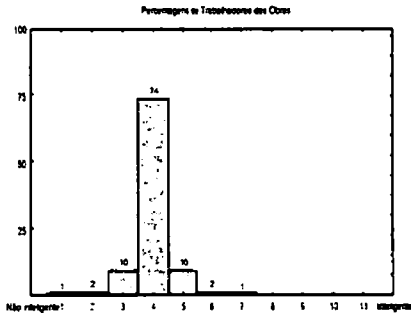
Depois de examinar cada uma das distribuições, por favor faça um círculo à roda daquela que melhor corresponder às impressões que as pessoas em geral têm sobre a população de trabalhadores das obras.

Ser-lhe-á apresentada na página seguinte, para a população de trabalhadores das obras, uma matriz de distribuições que variam na área da dimensão Não inteligente-Inteligente. Siga exactamente o mesmo procedimento, explicado anteriormente, para responder a esta matriz de distribuições que se encontra na página seguinte.”

Trabalhadores

das

Obras



“Identificação de uma distribuição (2)

Siga, novamente, o mesmo procedimento, explicado anteriormente, para responder a esta nova matriz de distribuições que se encontra na página seguinte.

Ser-lhe-á apresentada na página seguinte, para a população de trabalhadores das obras, uma nova matriz de distribuições que variam na área da dimensão Antipático-Simpático.

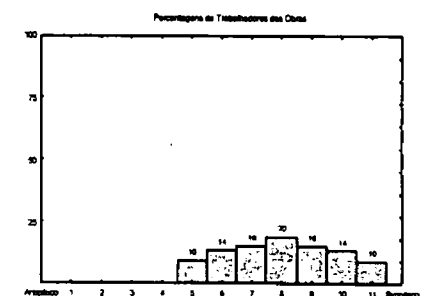
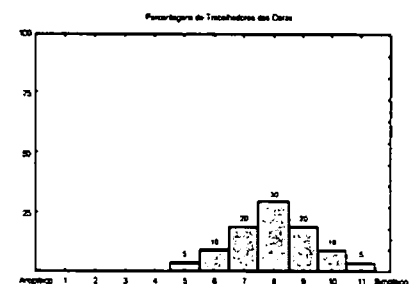
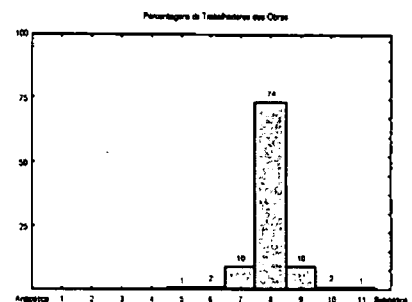
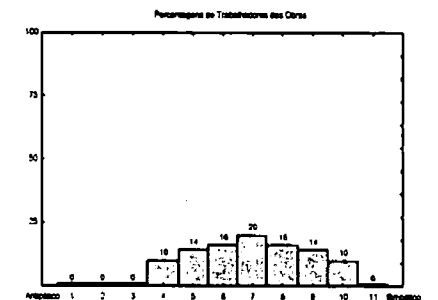
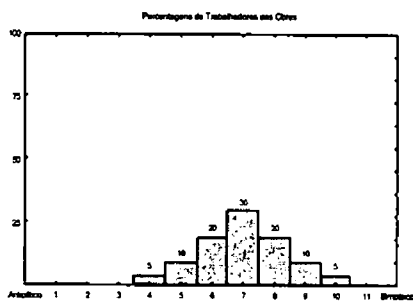
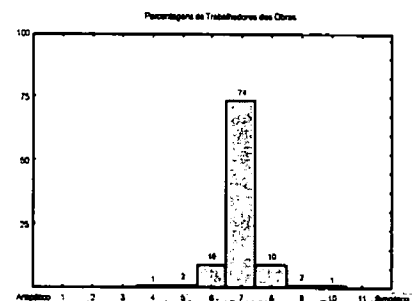
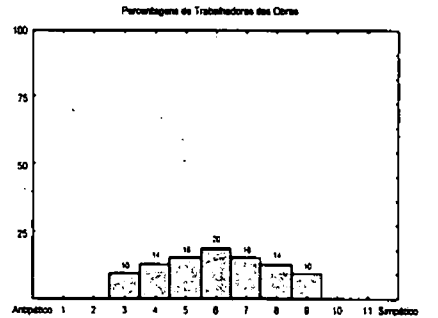
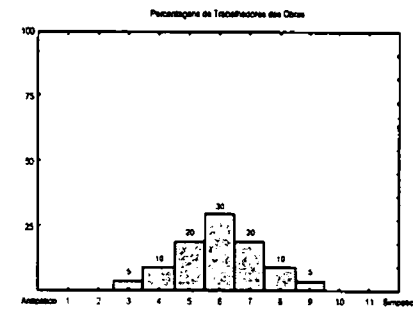
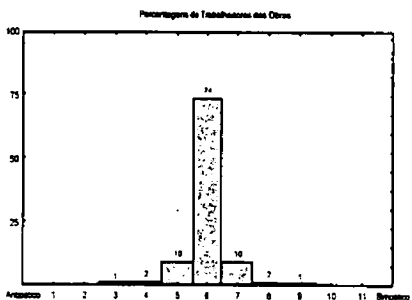
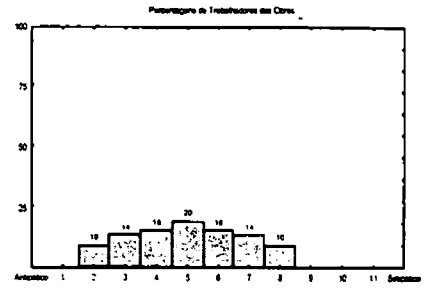
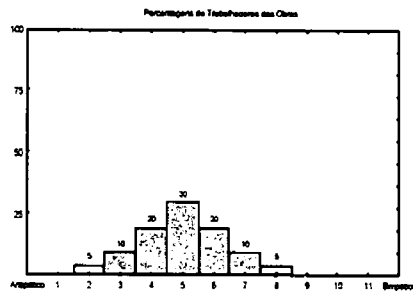
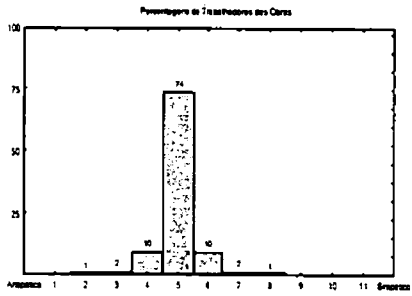
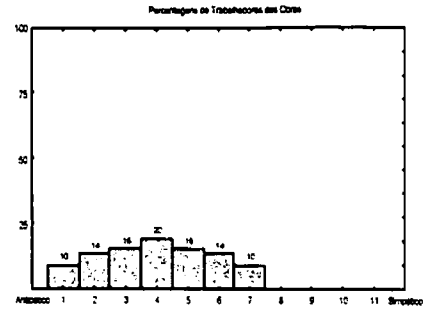
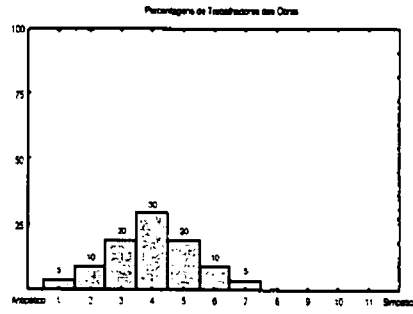
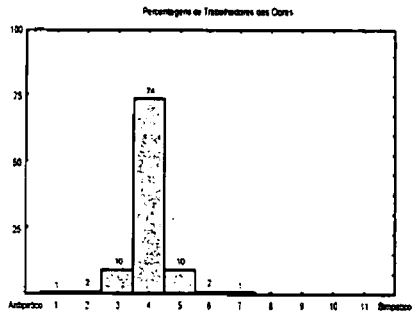
Depois de examinar cada uma das distribuições que varia na área da dimensão Antipático-Simpático, por favor faça um círculo à roda daquela que melhor corresponder às **impressões que as pessoas em geral têm** sobre a população de trabalhadores das obras.

Não existem respostas certas ou erradas, apenas estamos interessados na sua estimativa sobre a opinião das pessoas em geral. **Por favor examine todas as distribuições antes de se decidir.**”

Trabalhadores

das

Obras



Valores médios de estereotipicidade das descrições de exemplares usadas nos estudos experimentais 1 e 2

DESCRIÇÕES DE EXEMPLARES	Estereotipicidade			
	Intervalo de confiança de 95%			
	Média	Limite inferior	Limite superior	Desvio padrão
CIGANOS				
Manuela, como é tradição do seu povo, casou-se muito cedo com um homem escolhido pelo pai, a quem obedece desde sempre. Tem sete filhos que andam sempre atrás dela.	7,9	7,603	8,196	.928
Maria vende roupas na rua, fala muito alto e quando se irrita, grita e ralha com as pessoas que estão à volta. Com o dinheiro que ganha, ajuda a sua sobrinha a acabar o liceu.	4,925	4,681	5,169	.764
Marco tem a barba por fazer, usa um chapéu preto, roupa escura, pulseiras e fio de ouro. Tem uma banca na feira. Não perde de vista e está sempre a dar indicações às mulheres que vendem para ele.	7,925	7,631	8,218	.916
Aurélio é um homem muito bem parecido. Notado pelos outros pela sua riqueza, que não esconde, apresenta a meteorologia na televisão. Pretende aplicar o seu curso de jornalismo à área da investigação ambiental.	2,000	1,676	2,323	1,012
Lucília é de etnia cigana. Raramente sorri, conversa ou manifesta alegria. Formou-se em Engenharia química e tem um emprego de grande responsabilidade. Vive sozinha num apartamento e nunca pensou em constituir família.	1,850	1,513	2,186	1,051
O Zé não andou na escola, a sua grande ambição é seguir o negócio da família, andar com a carrinha de feira em feira a vender produtos de "marca" e casar com uma bonita cigana.	7,650	7,346	7,953	.948
A Sónia mostra com facilidade e sem reservas os seus sentimentos aos outros. Fala, ri e chora muito alto. Anda sempre cheia de ouro. Não se sente bem quando tem que ludibriar os outros para atingir os seus objectivos.	5,025	4,790	5,259	.733
A Zita fica dia e noite com a família numa ladainha à porta do hospital quando um familiar está internado. Acompanhada por outras mulheres e com uma criança ao colo, queixa-se da sua vida "desgraçada" e grita com os médicos e enfermeiros pelos corredores do hospital.	8,150	7,838	8,461	.975
Lurdes é dona de uma loja de roupas muito cara. Deixou a roulotte para viver num apartamento no centro de Lisboa. Tornou-se uma estilista de sucesso. A sua roupa tem uma grande influência da moda europeia.	2,000	1,692	2,307	.960
EMIGRANTES AFRICANOS				
Ricardo tem 16 anos, anda sempre em grupo e é <i>rapper</i> . É frequentemente elogiado por dançar muito bem. Ouve Bob Marley. Tem um estilo de vestir desportivo. Anda na rua. Tem problemas com os professores, não estuda e é frequentemente chamado ao conselho di rectivo da escola.	8,175	7,936	8,413	.747

O Franco fuma cannabis, estuda na Faculdade de Letras devido a um programa do governo português de apoio aos países africanos e de línguas lusófonas. Sai muito à noite.	5,075	4,865	5,284	.655
José trabalha na construção civil. Galanteia e manda piropos às mulheres que passam na rua. Ao fim-de-semana faz alguns trabalhos "por fora" e sai bem arranjado para sítios onde haja música e raparigas africanas.	7,825	7,586	8,063	.747
Maria nunca se adaptou ao clima de sol, calor e praia de Cabo Verde. É crítica de arte e tem inúmeras actividades ao mesmo tempo. Já fez parte de vários júris internacionais por ser considerada uma perita de alto gabarito. Tem pouca afinidade com o seu país e adora viver em cidades grandes.	1,80	1,527	2,186	1,051
Lurdes convive pouco com os outros. Joga xadrez, actividade que já lhe valeu várias vitórias. A sua condição de hospedeira do ar obriga-a a viajar muito. Trabalha para uma companhia sueca e raramente faz voos para o continente africano, onde nasceu. Leva sempre um livro na sua bagagem. Está neste momento interessada na história da Grécia Antiga.	1,625	1,399	1,850	.704
Roberto tem um carro desportivo amarelo, e gosta de ouvir música com o rádio muito alto. Bem sucedido na área dos negócios. Aparece muito no bairro da Musgueira e anda sempre armado. Chamam-lhe o "Preto catinga".	8,300	8,000	8,591	.911
Luisa é uma senhora grande, sempre com o cabelo apanhado e vestida com cores berrantes. Tem 70 anos, foi professora de história e liderou uma associação não governamental ligada aos direitos cívicos. Sente uma mágoa por não ter feito mais pelo seu país.	5,05	4,888	5,211	.503
Rui está sempre a dizer piadas. Usa uma boina, veste roupas coloridas e gosta muito de amarelo. Toca muito bem congas e está sempre no Rossio com os seus conterrâneos. Manda piropos às mulheres que passam na rua. Todos os fins-de-semana se junta com amigos na casa de Angola para comer e dançar pela noite fora.	7,93	7,699	8,200	.782
A Manuela dedicou-se muito ao trabalho, desde que saiu de África. Formou-se em Arquitectura e projecta neste momento um centro comercial para a cidade onde vive. Ouve música clássica e erudita e ao longo destes anos tornou-se uma perita nesta área. Não ouve música ritmada, apesar de ter uma colecção enorme de discos que os familiares lhe mandam de África, onde nunca mais retornou.	1,675	1,381	1,968	.916
Rogério deixou Moçambique há alguns anos porque queria viver na Europa. Raramente contacta com as pessoas do seu país porque detesta ir a festas e jantares. Além do mais nem sequer sabe dançar bem. Veste sempre um fato completo de cor escura e sóbrio. É colecionador de obras de arte e antiguidades.	1,900	1,630	2,169	.841

Reprodução e Encadernação



Colibri - Soc. de Artes Gráficas, Lda.
Faculdade de Letras de Lisboa
Alameda da Universidade
1600-214 Lisboa
Tel./Fax: 21 796 40 38
colibri@edi-colibri.pt